



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**QUILOMBO URBANO SACOPÃ: SOLIDARIEDADES, RESISTÊNCIA
E ESTRATÉGIAS DE UMA FAMÍLIA NEGRA PELA PERMANÊNCIA
EM UM BAIRRO DE CLASSE ALTA**

(1975 – TEMPO PRESENTE)

Roberto Castro de Lucena

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**QUILOMBO URBANO SACOPÃ: SOLIDARIEDADES, RESISTÊNCIA
E ESTRATÉGIAS DE UMA FAMÍLIA NEGRA PELA PERMANÊNCIA
EM UM BAIRRO DE CLASSE ALTA
(1975 – TEMPO PRESENTE)**

ROBERTO CASTRO DE LUCENA

Sob a Orientação do Professor

Carlos Eduardo Coutinho da Costa

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção do
grau de **Mestre em História**, no
Curso de Pós-Graduação em
História, Área de Concentração
em Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ

Setembro de 2023

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L 935 q

Lucena, Roberto Castro de, 1965-

QUILOMBO URBANO SACOPÃ: SOLIDARIEDADES, RESISTÊNCIA E ESTRATÉGIAS DE UMA FAMÍLIA NEGRA PELA PERMANÊNCIA EM UM BAIRRO DE CLASSE ALTA (1975 – TEMPO PRESENTE) / Roberto Castro de Lucena. - R-J, 2023.

160 f.: il.

Orientador: Carlos Eduardo Coutinho da Costa Coutinho da Costa. Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, 2023.

1. Quilombo... I. Coutinho da Costa, Carlos Eduardo Coutinho da Costa, 1982-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 1076 / 2023 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.062727/2023-16

Seropédica-RJ, 19 de setembro de 2023.

Nome do(a) discente: ROBERTO CASTRO DE LUCENA

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM : 05 de setembro de 2023

Banca Examinadora:

Dra. DANIELA PAIVA YABETA DE MORAES, UFFS Examinadora Externa à Instituição

Dr. GEISA LOURENÇO RIBEIRO, IFES Examinador Externo à Instituição

Dr. CARLOS EDUARDO COUTINHO DA COSTA, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 19/09/2023 14:29)
CARLOS EDUARDO COUTINHO DA COSTA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 2649875

(Assinado digitalmente em 06/11/2023 19:03)
DANIELA PAIVA YABETA DE MORAES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 077.844.437-65

(Assinado digitalmente em 19/09/2023 09:40)
GEISA LOURENÇO RIBEIRO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 058.536.447-85

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1076**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **19/09/2023** e o código de verificação: **a85ea1177b**

Dedico esse trabalho à professora Maria Cristina da Silva Galvão.

AGRADECIMENTOS

Foi uma experiência perturbadora estudar meio à pandemia no Brasil. Um universo de 700 mil mortos de Covid-19. Um governante negacionista, preconceituoso, genocida e corrupto. Uma sociedade imersa em crise sanitária, desemprego em massa e uma população em situação de rua desenfreada. Mesmo diante a essa adversidade, não fiquei e não me senti sozinho: resisti, produzi e não deixei de me organizar com companheiras/os para pôr comida na mesa de quem tinha fome e sede de enfrentar Messias, o déspota fascista.

Não é uma tarefa fácil lembrar de todas as pessoas queridas que estiveram comigo antes, durante e depois da pesquisa. Primeiramente, reverencio (*in memoriam*) meus pais: Antonio e Teresa, que, mesmo muito pobres, garantiram os estudos de seus quatro filhos em escolas públicas. Meu saudoso irmão biológico Reinaldo. Minha filha Révia Morena. Os amigos que partiram: André Maluquinho, Colmeia, Genário. Os irmãos biológicos: Rogério e Renato; as sobrinhas e sobrinhos; o filho postizo Daniel Galvão; minhas cunhadas Ana Maria e Marilene. Meus irmãos de vida: Beto Magro, Cegonha, Ewerson, Marcos Dourado, Martins. As companheiras/os do movimento Rocinha Sem Fronteiras, do PSol, da Primavera Socialista. As amigas do Oikos. Faço um destaque a Luiz Sacopã, que gentilmente me recebeu nas visitas ao quilombo e à Tia Neném, *in memoriam*, cujos escritos se constituíram em um material de grande relevância para essa pesquisa. E a todos os moradores do Quilombo Sacopã.

Um agradecimento especial para meu orientador, o professor Carlos Eduardo Coutinho da Costa, pela paciência na minha demorada produção acadêmica e às professoras que compuseram a banca examinadora: Daniela Yabeta e Geisa Ribeiro. Contudo, “quando o bagulho ficou doido”, foram as professoras do Colégio Pedro II – Campus São Cristóvão I, Maria Cristina da Silva Galvão, Maria de Lourdes Teixeira Barros e o quilombola José Cláudio Torres de Freitas, que me acolheram. Tenho plena convicção de que, sem esse trio, essa pesquisa não se materializaria.

Dedico, portanto, esse trabalho a todas as mães que choraram a perda cruel de seus filhos, que lutaram e tombaram para legalizar seus territórios quilombolas. Porque vocês sempre serão referências para nós, que sonhamos e lutamos “*Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.*”¹

¹ Rosa Luxemburgo: filósofa, feminista e militante comunista.

RESUMO

LUCENA, Roberto Castro de. **Quilombo urbano Sacopã: solidariedades, resistência e estratégias de uma família negra pela permanência em um bairro de classe alta (1975 – tempo presente).** 2023. 163p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

Esta pesquisa versa sobre a luta e resistência da comunidade quilombola, conhecida como Quilombo Sacopã, formada pela família afrodescendente Pinto, por sua permanência no bairro da Lagoa, Zona Sul do Rio de Janeiro, um dos metros quadrados mais valorizados da cidade. Mesmo sendo os primeiros moradores locais, a comunidade sofre com perseguições e ordens de despejo constantes. O estudo teve como objetivo mostrar a acirrada disputa pelo território onde reside a família quilombola Pinto, apontando os motivos do conflito e as partes envolvidas, assim como identificar estratégias na disputa pelo território. Ainda foram discutidos o conceito de quilombo, os processos de certificação para garantir a titularidade definitiva das terras aos quilombolas, com base na legislação em vigor, e o papel da mídia nesse processo. A pesquisa teve metodologia qualitativa, utilizando como procedimentos revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e investigação em fontes primárias, sendo as principais o manuscrito da Tia Neném, matriarca da família, publicações da mídia impressa e digital, textos da legislação e o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território quilombola. Os resultados mostram que a disputa não é somente territorial, mas envolve questões relacionadas a racismo e discriminação. Por ser uma comunidade negra em um bairro de classe alta, sua presença não é bem-vinda no local. Tê-los ali é uma diversidade indesejada por alguns vizinhos, notadamente os brancos e mais abastados, não obstante terem sido os quilombolas os primeiros moradores da região. Esse processo discriminatório foi corroborado pelo Estado e por parte da mídia. Cada agente envolvido na disputa cria as próprias estratégias para atingir seu objetivo, sendo que as táticas vão se alternando conforme as circunstâncias. Processos judiciais, denúncias na mídia, redes de solidariedades e realização de atividades culturais são estratégias da família Pinto para garantir o seu território e a preservação de sua cultura. O processo de titularidade definitiva das terras vem se arrastando ao longo dos anos, mas os avanços já conquistados, como a certificação quilombola, foram possíveis a partir de alterações favoráveis na legislação, mais especificamente com o art. 68 ADCT/CF-1988, por estabelecer que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. A expectativa dos quilombolas é de que, a partir da titulação definitiva, a comunidade tenha maior sossego, ao menos em relação às ameaças de remoção e às agressões sofridas, para que as novas gerações não tenham que passar por tanta violência. Porém, compreendem que a luta não termina com esse ato, pois o conflito se dá também devido ao racismo, que não se findará com o recebimento do título.

Palavras-chave: Quilombo urbano, Resistência, Racismo.

ABSTRACT

LUCENA, Roberto Castro de. **Urban Quilombo Sacopã: solidarities, resistance and strategies of a black family for permanence in an upper-class neighborhood (1975 – present).** 2023. 163p. Dissertation (Master in History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

This research deals with the struggle and resistance of the quilombola community, known as Quilombo Sacopã, formed by the Pinto afrodescendant family, for its permanence in the neighborhood of Lagoa, South Zone of Rio de Janeiro, one of the most valued square meters of the city. Even though they are the first local residents, the community suffers from constant persecution and eviction orders. The study aimed to show the fierce dispute over the territory where the Pinto quilombola family resides, pointing out the reasons for the conflict and the parties involved, as well as identifying strategies in the dispute for the territory. The concept of quilombo, the certification processes to guarantee the definitive ownership of the lands to the quilombolas, based on the legislation in force, and the role of the media in this process were also discussed. The research had a qualitative methodology, using as procedures a bibliographical review, semi-structured interviews and investigation in primary sources, the main ones being the manuscript of Tia Neném, matriarch of the family, publications of the printed and digital media, texts of the legislation and the Technical Report of Identification and Delimitation of the quilombola territories. The results show that the dispute is not only territorial, but involves issues related to racism and discrimination. Because it is a black community in an upper-class neighborhood, its presence is not welcome there. Having them there is a diversity unwanted by some neighbors, notably the whites and more affluent, despite the fact that the quilombolas were the first residents of the region. This discriminatory process was corroborated by the State and the media. Each agent involved in the dispute creates its own strategies to achieve its objective, and the tactics alternate according to the circumstances. Lawsuits, denunciations in the media, solidarity networks and cultural activities are strategies of the Pinto family to guarantee its territory and the preservation of its culture. The process of definitive land ownership has been dragging on over the years, but the advances already achieved, such as quilombola certification, were possible from favorable changes in legislation, more specifically with art. 68 ADCT/CF-1988, for establishing that “to the remnants of the quilombo communities that are occupying their lands, definitive ownership is recognized, and the State must issue them the respective titles.”. The expectation of the quilombolas is that, from the definitive title, the community will have greater peace, at least in relation to the threats of removal and the aggressions suffered, so that the new generations do not have to go through so much violence. However, they understand that the struggle does not end with this act, because the conflict is also due to racism, which will not end with the receipt of the title.

Keywords: Urban quilombo, Resistance, Racism.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Figura 1	Frontaria do Quilombo Sacopã	21
Figura 2	Estrada que acessa o salão do Quilombo Sacopã	22
Figura 3	Altar da escravizada Anastácia, situada no salão do Quilombo Sacopã	23
Figura 4	Walter Firmino. Conquista do paraíso	25
Figura 5	Policiais fecham com correntes portão do Quilombo Sacopã	54
Figura 6	José Cláudio mostra o cadeado com correntes usado para trancar porta e janela da casa de Tia Neném	56
Figura 7	Luiz Sacopã na escada do Quilombo Sacopã	115
Figura 8	Tia Neném no Quilombo Sacopã	119
Quadro 1	Matérias sobre o Quilombo Sacopã. Jornal O Globo, de 1980 a 2020	101
Quadro 2	Matérias do Jornal O Globo sobre o Quilombo Sacopã, analisadas e categorizadas. Período: 1986 a 2018	102
Quadro 3	Categorias recorrentes nas matérias analisadas	108

LISTA DE SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

ADCT – Ato das Disposições Constituintes Transitórias

AEIC – Área de Especial Interesse Cultural

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

AMAFONTE – Associação de Moradores e Amigos da Fonte

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CGJ-RJ – Corregedoria Geral Justiça – Rio de Janeiro

COMLURB – Companhia Municipal de Limpeza Urbana

DOU – Diário Oficial da União

FCP – Fundação Cultural Palmares

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MinC – Ministério da Cultura

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PT – Partido dos Trabalhadores

RGI – Registro Geral de Imóveis

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEPRIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial

STF – Supremo Tribunal Federal.

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TJ-RJ – Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

UFF – Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - QUILOMBO URBANO SACOPÃ	21
1.1 Uma comunidade negra e pobre situada em um bairro branco e rico	34
1.2 Uma especializada rede de crimes	46
1.3 Nunca foi só especulação imobiliária: era também discriminação racial	54
CAPÍTULO II - QUILOMBOS: HISTÓRIAS E CONCEITOS	61
2.1 Significados de quilombo	61
2.2 Outros quilombos brasileiros	69
2.3 Ressemantizações contemporâneas do conceito de quilombo	74
2.4 A onipresença da judicialização na história de resistência do Quilombo Sacopã	81
2.4.1 Usucapião	82
2.4.2 Artigo 68 do ADCT/CF-1988	86
2.4.3 O Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003	90
2.4.4 Quilombo Sacopã - Área de Especial Interesse Cultural	92
CAPÍTULO III - A INFLUÊNCIA DA IMPRENSA NOS PROCESSOS DE DISPUTA	
PELAS TERRAS DO QUILOMBO SACOPÃ	99
3.1 Apresentação do jornal e seleção das matérias	99
3.2 Análise do conteúdo	101
3.3 As tendências da cobertura midiática no caso da disputa das terras quilombolas	106
3.4 Busca pela Certificação do Quilombo Sacopã	109
3.5 O Papel dos Atores Sociais: o Protagonismo Quilombola	113
CONCLUSÕES	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
ANEXOS	131

INTRODUÇÃO

Interessei-me pelo tema quilombo por se tratar de comunidade constituída por negros que resistiram a torturas e humilhações de seus senhores e do sistema escravocrata brasileiro por quase quatro séculos, mas nunca deixaram de buscar autonomia e liberdade. Em terras brasileiras, os quilombos constituídos estimulavam a fuga e a liberdade dos negros assenzalados, pondo a classe senhorial e a sociedade em alerta. Meu interesse pelo tema aumentou depois da constatação de que, na Zona Sul do Rio de Janeiro, na aprazível localidade Fonte da Saudade – inserida na Lagoa Rodrigo de Freitas –, conformado por condomínios luxuosos e mansões, havia o Quilombo urbano Sacopã, conhecido por promover rodas de samba com feijoada, apresentações de Jongo, saraus literários, seminários sobre cultura afrobrasileira e ensaios de bloco carnavalesco. Todas essas atividades são articuladas a uma rede de solidariedades pela permanência da família Pinto na localidade.

Sacopã é nome de rua, de ladeira, de morro, de pico e da comunidade quilombola. Hoje a comunidade² é formada por 9 casas, 8 moradias, 37 moradores. Destes, 12 moram fora do quilombo. Segundo o Diário Oficial da União (DOU)³, a comunidade tem 6.404,17 m². É uma região com enorme diversidade de fauna e flora. Pequenos bichos e diversas árvores frutíferas predominam no espaço, além de uma vista paradisíaca da Lagoa Rodrigo de Freitas e do Cristo Redentor. Nas primeiras décadas do século XX, Manoel Pinto Junior saiu sozinho de Friburgo. Combinou com sua esposa Eva Manoela da Cruz e filhos que, assim que se estabilizasse no Rio de Janeiro, os buscariam. Quando Manoel chegou na Lagoa, havia muita mata e poucas casas. Segundo registro de seus parentes, Manoel morou alguns metros acima de onde hoje está situada a comunidade quilombola Sacopã. Seu primeiro emprego foi de caseiro e depois foi trabalhar no ramo de construção e abertura de ruas no bairro onde morava, inclusive a própria rua Sacopã.⁴ Em 1939, chegaram de Friburgo esposa e filhos e foram morar junto com Manoel, no local onde hoje está instalado o Quilombo Sacopã. Manoel testemunhou a transformação urbana do bairro, sofreu com a especulação imobiliária, resistiu às seguidas ordens de despejos e observou a mudança de configuração da ladeira Sacopã. Ou seja, seus vizinhos e amigos

² Informação atualizada pelo quilombola José Cláudio via WhatsApp em 01 jul. 2023.

³ BRASIL. Portaria nº 506, de 19 de setembro de 2014. Reconhece e declara como terras das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Sacopã (Família Pinto), a área de 6.404,17 m², situada no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, cujas características, limites e confrontações constam do memorial descritivo anexo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 set. 2014.

⁴O'DWYER (coord.); ALVES, Mirian; NEDER, Renata. *A família Pinto e as políticas de reconhecimento do estado brasileiro*. Relatório Antropológico. UFF/FEC/ INCRA/GAP, 2007.

foram humilhantemente despejados de suas casas para que grileiros locais construíssem prédios para pessoas de outra classe social ocupar. Assim, testemunhou muitas comunidades negras serem removidas e viu a chegada de gente branca e rica ocupando os locais antes habitados por pretos e pobres. Em uma conjuntura marcada pela remoção de favelas no entorno do bairro da Lagoa, na década de 1970, a família, estrategicamente, para se manter no território onde viveram seus ancestrais, resistiu às tensões, aos conflitos, às tentativas de subornos, enfrentaram inúmeras ameaças de remoção do poder público e de vizinhos que praticavam grilagem por ambicionar terrenos naquele espaço supervalorizado.

Intento, com essa pesquisa, mostrar a acirrada disputa pelo território onde reside a família quilombola Pinto por quase cem anos. Ao apresentar a história de resistência da família, pretendo também apontar os motivos dos conflitos e as partes envolvidas, assim como identificar as estratégias na luta pelo território, conceituar quilombo contemporâneo, discutir o processo de certificação do quilombo à luz da legislação em vigor e perceber a influência da mídia nesse processo. Para compor e embasar esse trabalho, recorri a alguns autores que são referências nessa temática: a teoria do antropólogo Fredrik Barth sobre “os grupos étnicos e suas fronteiras”, Flávio Gomes e as “terras de pretos,” Silvio Almeida foi fundamental para embasar aspectos raciais, Sidney Chalhoub e o conceito das “classes perigosas,” a metodologia da “micro-história” de Giovanni Levi e sua redução de escala, texto da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) sobre quilombos contemporâneos, Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) e as importantes leis acessadas pelos quilombolas da comunidade Sacopã para permanecerem no bairro, além de dialogar com outros autores e pesquisadores da área.

Em seu texto intitulado “Os grupos étnicos e suas fronteiras,” Barth explicou que não foi o isolamento social e geográfico que propiciou a conservação da diversidade cultural.⁵ Para ele, uma observação empírica da natureza das fronteiras étnicas mostrou duas descobertas que indicaram como tal visão é inapropriada: a) é óbvio que as fronteiras étnicas continuam apesar do fluxo das pessoas que atravessam. Ou seja, as distinções entre categorias étnicas não dependem da falta de mobilidade e comunicação, mas envolvem “processos de exclusão e de incorporação, através dos quais, apesar das mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias de vida individuais estas distinções são mantidas; b) “há relações sociais estáveis, persistentes e frequentemente vitais que não apenas atravessam essas fronteiras como também

⁵ BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p. 26.

muitas vezes baseiam-se precisamente na existência de status étnicos dicotomizados.” Isto é, “as distinções étnicas não dependem da ausência de interação e aceitação sociais, mas ao contrário, são frequentemente a própria base sobre o qual sistemas sociais abrangentes são construídos.” Para o antropólogo⁶, o contato dentro desses sistemas não impeliu à sua extinção “pela mudança e pela aculturação;” as diferenças culturais podem perdurar mesmo com a interação interétnica e da interdependência entre os grupos étnicos. Exalto a família Pinto como exemplo de resistência. Porque mesmo sendo ameaçada por um grupo de vizinhos avessos às suas práticas culturais, a família quilombola se manteve firme em seu território celebrando suas crenças e seus batuques.

Gomes, historiador e um dos estudiosos mais renomados da temática quilombola, ressalta em sua obra a importância do campo negro.

Podemos ver em todos esses contatos entre quilombolas, cativos e taberneiros, envolvendo, circunstancialmente, mascates, lavradores, agregados arrendatários, fazendeiros e até mesmo autoridades locais (muitas das quais também proprietárias de fazendas), bem mais do que uma conexão estritamente econômica. Constituíram a base de uma teia maior de interesses e relações sociais diversas, por meio das quais quilombolas souberam tirar proveito, visando à manutenção de sua autonomia. Representava um verdadeiro campo negro no qual as ações dos agentes históricos envolvidos tinham lógicas próprias, entrecruzando interesses, solidariedades, tensões e conflitos, defino, aqui, campo negro como uma complexa rede social permeada por aspectos multifacetados, envolvendo, em determinadas regiões do Brasil, movimentos sociais, assim como práticas econômicas com interesses multifacetados.⁷

Antes do processo de desfavelização da Lagoa na década de 1970, o bairro era apinhado de comunidades negras. Segundo relatos da família Pinto, a rua Sacopã também se configurava com várias comunidades negras e humildes: algumas foram arrancadas à força, outras aceitaram suborno. Manoel Pinto Junior não saiu de Friburgo aleatoriamente. Ele veio com o objetivo de encontrar seus pais em um dos morros vizinhos do morro Sacopã. Logo, presumir que no morro Sacopã havia uma “ladeira negra”, grosso modo, semelhante aos aspectos que compõem o campo negro citado por Gomes, não seria nenhum exagero.

Wlamyra Albuquerque, historiadora que estudou as últimas décadas do século XIX no Brasil, justo quando o sistema político escravocrata brasileiro se desmantelava, afirmou que esse foi um período em que “experimentava-se então o hiato entre 1888 e 1917, quando o Código Civil brasileiro finalmente ficou pronto.”⁸ Nesse intervalo, dois movimentos seguiam

⁶ Ibidem, p. 26.

⁷ GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 45.

⁸ ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O Jogo da Dissimulação: Abolição e Cidadania Negra no Brasil*. Ed. Companhia das Letras, 2009. p. 123.

em curso: de um lado pairava a incerteza se a abolição do elemento servil, de fato, destinava a todos “o pleno exercício da liberdade” e, por outro, o esforço em manter os privilégios senhoriais e os libertos sob controle. Nesse período de reorganização social, o controle e a vigilância sobre os negros era uma questão considerada fundamental pelos grupos dominantes. Para Chalhoub⁹, “na discussão sobre a repressão à ociosidade em 1888, a dificuldade dos deputados era de imaginar como seria possível garantir a organização do mundo do trabalho sem o recurso às políticas de domínio características do cativeiro. Segundo o historiador, durante a escravidão, o dever de manter o escravizado ligado à produção cabia a cada senhor/proprietário individualmente. Com a extinção da escravidão e o fim das práticas tradicionais, ficava difícil garantir que os negros, agora libertos, continuassem a trabalhar e acumular riquezas para seus ex-senhores/patrões. Assim, surge o contexto para a conceituação de “classes perigosas” na realidade brasileira. Criou-se uma estratégia de repressão, com a teoria da suspeição generalizada, onde os negros eram os “suspeitos preferenciais” e o poder público tinha legalmente o controle sobre eles. Essa foi uma herança que permanece nos dias de hoje, onde o Estado procura manter seu poder repressor, baseando-se na cor da pele para atingir de forma mais violenta determinada classe social.

Essa repressão, empunhada por parte da sociedade e amparada pelo Estado, atinge as comunidades quilombolas em todas as regiões do Brasil. E o que seriam as comunidades quilombolas? O conceito contemporâneo de quilombo, de acordo com a formulação publicada pela Associação Brasileira de Antropologia, não se remete a “resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica¹⁰. ” Também não significa que os grupos vivem isolados ou constituem uma população puramente homogênea, assim como sua formação nem sempre foi resultado de revoltas. São grupos que desenvolveram práticas de resistência, primando por manutenção e reprodução da sua sobrevivência em determinado espaço. Nesse conceito de quilombo se insere a família Pinto, que, em 1975, temendo ser removida face ao processo de desfavelização ao redor da Lagoa, propôs a ação de usucapião reivindicando a titularidade de suas terras. Uma vez de posse da documentação legal de seu território, ficaria mais fácil enfrentar e evitar esbulhos e ordem de despejos. Depois de quase trinta anos e duras batalhas judiciais, o processo encontra-se paralisado em Brasília. Vendo que

⁹ CHALHOUB, Sidney. Cortiços e classes perigosas. In.: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial*. Companhia das Letras, 1996, p. 23.

¹⁰ Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais (ABA, Rio de Janeiro, 17-18 out 1994). Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/03D00024.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

as ameaças, subornos e cerceamento de suas atividades culturais e comerciais não cessavam, a família decidiu acessar, em 1999, o processo administrativo baseado no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal – 1988, que estabelece: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”¹¹ Em 2004, a família recebeu da Fundação Cultural Palmares (FCP)¹² a Certificação reconhecendo a linhagem quilombola da família Pinto. Contudo, não foi fim às propostas de subornos e cerceamentos dos eventos no interior da comunidade quilombola. Afinal, ainda faltava a documentação de titularidade do terreno. Em 20 de novembro de 2003, o presidente da República brasileira Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto nº 4.887, que “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.” Esse Decreto foi considerado um marco na regularização dos remanescentes de quilombos. Ainda no campo legislativo, no dia 17 de agosto de 2012, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro promulgou a Lei nº 5.503 criando Área de Especial Interesse Cultural (AEIC) do Quilombo Sacopã. Essa Lei aumentou a expectativa de titulação do território quilombola, além de garantir as atividades culturais e econômicas promovidas pela família Pinto.

Buscando imergir na trajetória de luta dessa família quilombola, realizei essa pesquisa, de abordagem qualitativa, recorrendo a procedimentos metodológicos diversos, como a realização de análise documental, a consulta a fontes bibliográficas, visitas ao Quilombo Sacopã e realização de entrevistas semiestruturadas em busca da história oral, relatada pelos quilombolas. Ainda como parte dos procedimentos, obtive informações por meio de trocas de mensagens via Whatsapp, tanto de texto quanto de áudios, devidamente transcritos e arquivados, a fim de dirimir dúvidas acerca de fontes, artigos, bibliografias e noticiários relacionados ao ambiente do Quilombo Sacopã. A partir da subjetividade desses atores sociais, é possível melhor compreender a percepção que eles próprios têm sobre sua história de luta e resistência no quilombo. Sempre analisando o contexto histórico, social, econômico e político, o estudo busca perceber as dinâmicas existentes nas relações que vêm se estabelecendo há anos

¹¹Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02 ago. 2023.

¹² Estrutura Organizacional. Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 02 ago. 2023.

no entorno da comunidade Sacopã, ao longo de sua luta pela posse da terra e para nela permanecer.

Um outro olhar de conceber a história social é proposto por Levi¹³ e os autores da micro-história, qual seja, a pesquisa feita “acompanhando o nome próprio dos indivíduos ou dos grupos de indivíduos”. Porque a opção pelo individual não é considerada conflitante com a do social, possibilitando uma abordagem diferente desse último. Sobretudo durante um trajeto específico – o rumo de um homem, de uma comunidade, de uma obra —, tecendo relações com a diversidade do ambiente e dos tempos nos quais estão inseridos¹⁴. Portanto, a análise micro-histórica tem duas faces: tomada em pequena escala torna possível reconstituir o vivido “inacessível a outras abordagens historiográficas” e, por outro enfoque, tem a possibilidade de identificar as estruturas invisíveis, onde esse vivido transita e se articula.

O itinerário seguido para a investigação começou a partir de uma busca em fontes documentais com o intuito de conhecer a história dos quilombolas, desde sua origem, passando pelos registros das lutas travadas pela comunidade para permanência no Quilombo Sacopã. Essas informações foram obtidas tanto em documentos públicos, majoritariamente disponíveis em meio eletrônico, como na literatura revisitada sobre o tema. A revisão de literatura permitiu circunscrever a temática abordada em um quadro teórico pertinente ao encaminhamento proposto para a pesquisa. Os documentos oficiais traçaram o caminho da luta de resistência que vem sendo travada e os jornais contribuíram tanto para ampliar a gama de informações desse estudo como para a abordagem analítica de suas notícias e reportagens, permitindo traçar um perfil da atuação da mídia ao longo dos anos. Dessa forma, os trabalhos sobre Quilombo Sacopã e outros quilombos urbanos e rurais, o Relatório Técnico da família Pinto, as trocas de mensagens via internet com os quilombolas, as exaustivas pesquisas na internet em acervo, sites e portais, as revisões bibliográficas, as conversas informais in loco, as idas em vários festejos na comunidade, as entrevistas com os quilombolas e principalmente os contundentes relatos de autoria da saudosa Tia Neném, escritos de próprio punho, cuja intenção era editar um livro sobre o Quilombo Sacopã, foram as fontes que subsidiaram essa pesquisa. E foi por meio dessas variadas fontes que descobri os autores e as estratégias por eles realizadas para tomar terrenos constituídos por comunidades negras, através de subornos, ameaças de remoção em conluio com construtora, permutando e construindo condomínios luxuosos destinados às classes

¹³ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹⁴ Ibidem, p. 17.

abonadas. A família Pinto foi uma dessas comunidades e transitou, permanentemente, sob um ambiente hostil.

As entrevistas que realizei com os quilombolas da comunidade Sacopã ajudaram muito na reflexão sobre o nascedouro das tensões e conflitos gerados na ladeira Sacopã, 250. As autoras Janaína Amado e Marieta Ferreira¹⁵ consideram que a história oral, comum a diferentes metodologias, tem o papel de estabelecer e organizar procedimentos de trabalho, articulando teoria e prática, como:

[...] tipos de entrevistas e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, [...] as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso em seu trabalho.

Para as autoras, “esse é o terreno da história oral”, que não pode ser classificada exclusivamente como prática. Todavia, no campo teórico, a história oral compete apenas suscitar questões, jamais solucioná-las; pode elaborar as perguntas, mas não pode indicar as respostas. Após a realização e análise das entrevistas, asseguro que este instrumento foi fundamental para entender o porquê das ameaças e os cerceamentos das atividades culturais e econômicas da comunidade quilombola. Busquei o conhecimento da história oral dos quilombolas por meio de entrevistas semiestruturadas, que, segundo Cruz Neto, pode ser compreendida como “uma conversa a dois com propósitos bem definidos”¹⁶. Formula-se questões prévias, pois é preciso ter em mente a necessidade de não se perder na obtenção de dados relevantes para a pesquisa, porém admite-se o surgimento de novas questões ao longo da interação entre entrevistador e entrevistado. Seguindo esses princípios, solicitei uma entrevista a dois dos membros da família Pinto que vivem no quilombo: Luiz Sacopã, com oitenta anos, liderança na comunidade, e José Cláudio, sessenta anos, filho da Tia Neném, pertencente à segunda geração de quilombolas. As entrevistas foram gravadas, com o devido consentimento dos entrevistados e posteriormente transcritas para análise, que contou com um processo de leitura e releituras, quando novas informações foram acolhidas para a pesquisa e foi possível fazer interpretações e inferências importantes que respondessem aos questionamentos iniciais.

Durante uma das entrevistas, surgiu a oportunidade de examinar as páginas manuscritas deixadas por Tia Neném para edição de seu livro contando a história do Quilombo Sacopã. Isso foi de grande estímulo e serventia para a pesquisa, pois, a partir desses manuscritos entendi

¹⁵ AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. XVI.

¹⁶ CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

outras questões que até então não haviam sido reveladas. Por exemplo, foi possível descobrir que o pequeno grupo de vizinhos favoráveis à remoção da comunidade eram liderados por magistrados que ambicionavam o território da família para construção de prédios. Por fim, foi através desse instrumento que entendi o verdadeiro interesse, os nomes e a ocupação dos indivíduos que ambicionavam o valorizado território da família. Assim, reforço de que não há como questionar algo sem documento. Antoine Prost¹⁷ considera que o historiador não deve se dar por satisfeito em elaborar uma “simples questão”, ainda se tratando de uma questão simples, visto que, “em seu bojo”, sugere uma ideia das fontes documentais e dos prováveis procedimentos de pesquisa. Ela pressupõe uma noção básica das várias fontes e imagina sua utilização por métodos que já tenham sido observados em outros estudos.

Avançando para a fase exploratória das fontes documentais obtidas em jornais, realizei uma busca por publicações sobre o Quilombo Sacopã em um dos principais jornais do país, o jornal “O Globo”, em um site onde situam-se todas as suas edições, desde a primeira até a atual. Os procedimentos metodológicos da busca foram explicitados no capítulo III, sendo que as notícias e reportagens encontradas com referências ao quilombo Sacopã foram exploradas a partir da análise de conteúdo, na perspectiva de Laurence Bardin¹⁸, levando a inferências e considerações pertinentes à pesquisa proposta. Com essa análise, foi possível ter uma visão mais ampla do papel da imprensa durante o processo conflituoso investigado.

Feitas essas considerações, passo à descrição do que fora abordado em cada capítulo desta dissertação. No primeiro capítulo, intitulado “Quilombo Urbano Sacopã”, exponho a história da família Pinto, especialmente no período de 1975 até os dias atuais, analisando as principais tensões sociais e conflitos no processo de formação e consolidação do Quilombo urbano Sacopã – comunidade afrodescendente integrada pela família Pinto, localizada desde 1939 na rua Sacopã, número 250, esquina com a rua Fonte da Saudade – um dos espaços mais caros e aprazíveis da Lagoa, Zona Sul carioca (Anexo A). Serão apresentados o espaço físico do Quilombo Sacopã, os fatos que levaram à chegada do patriarca da comunidade ao bairro da Lagoa Rodrigo de Freitas e alguns membros da família Pinto. Também serão pormenorizadas etapas que constituíram momentos marcantes no processo de resistência e luta pela legalidade do território pertencente à família Pinto antes e depois da sua autodefinição de comunidade remanescente de quilombo. Ainda, serão examinadas as iniciativas da família, que enfrentou a

¹⁷ PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 77.

¹⁸ BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

teia de ilegitimidade que pautou os ataques para expropriação das suas terras e expulsão da ladeira Sacopã. Por fim, discuto situações que se configuraram em denúncias de atos de discriminação racial em relação à comunidade e seus membros.

No capítulo II, “Quilombos: histórias e conceitos”, examino os significados de quilombos no tempo e no espaço, expondo a luta do Quilombo urbano Sacopã e de outros quilombos brasileiros, localizados nas regiões Norte, Sul e Sudeste do país, contra autoridades locais que ambicionavam suas terras, além de analisar o conceito contemporâneo de quilombo. Ainda no capítulo II serão explicitados os acessos às leis e processos jurídicos relativos à história de resistência do Quilombo urbano Sacopã na espera de ser reconhecido por meio do processo administrativo: o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal (CF) de 1988; o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que prevê diversas regulamentações e procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos e, em destaque, a Lei nº 5.503, de 17 de agosto de 2012, que cria Área de Especial Interesse Cultural (AEIC) do Quilombo Sacopã.

No capítulo III, que denominei “A influência da imprensa nos processos de disputa pelas terras do Quilombo Sacopã”, busco realizar uma análise dos conteúdos de matérias publicadas na imprensa escrita, a partir de 1980, que se referiam ao Quilombo Sacopã. Muitas dessas matérias foram utilizadas como fontes primárias desse estudo. No capítulo, apresento um quadro com categorias temáticas destacadas em cada matéria analisada e, a partir desse quadro, discuto a abordagem da imprensa tradicional e o seu papel nos conflitos pela posse da terra do quilombo, dialogo com a mídia contra-hegemônica e reflito sobre o protagonismo dos representantes quilombolas no processo de luta e resistência.

Com esse estudo, espero contribuir com outras pesquisas sobre as comunidades quilombolas e fornecer mais subsídios para que as próximas gerações possam melhor compreender que a Constituição atual do Brasil, que trouxe uma legislação mais favorável aos descendentes quilombolas, é fruto de uma organização social e de uma luta coletiva, assim como os decretos que permitiram dar início à titulação das terras quilombolas. É, outrossim, uma contribuição ao debate racial no país, que, apesar de ter se fortalecido nos últimos anos, devido à luta conjunta dos movimentos e dos acadêmicos, não está findo, precisando que esse diálogo perresse a sociedade como um todo, propiciando um país mais justo e inclusivo.

CAPÍTULO I

QUILOMBO URBANO SACOPÃ

Antes de discorrer sobre a constituição da comunidade negra formada pela família Pinto, pontuo observações sobre o espaço físico, elaboradas a partir das visitas que fiz ao Quilombo Sacopã, entre setembro de 2022 e maio de 2023. Na entrada da comunidade quilombola havia um banner informando: “*Nenhum Quilombo a menos! – Quilombo Sacopã*”. Na grade do portão encontrava-se uma placa fixada indicando: “‘Constituição’ Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: “*Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*”. Sem guarita e sem porteiro, o portão ficava aberto durante o dia, sendo fechado à noite, ao contrário dos luxuosos condomínios vizinhos onde a frontaria se assemelhava a um sistema penitenciário.



Figura 1. Frontaria do Quilombo Sacopã.
Foto tirada pelo autor em 03 de setembro de 2022.

Nesta grade, o fato que mais chamou atenção foi a perspectiva da dimensão da área, marcada pela diversidade de fauna e flora: árvores, arbustos, pássaros, micos, cobras e pequenos animais. No quilombo, a imponência da preservação da natureza destoava quando comparada ao padrão arquitetônico das construções dos ricos condomínios vizinhos. Segundo o quilombola José Cláudio Torres de Freitas¹⁹, o calçamento do estacionamento do quilombo foi feito, indevidamente, a mando de um grupo de moradores do condomínio nº 110. O projeto desses moradores era construir um espaço de lazer e anexá-lo ao condomínio vizinho. Subindo uma

¹⁹ Áudio enviado por José Cláudio em 30 de nov. de 2022.

escadinha, foi possível acessar o salão, considerado por todos o coração da comunidade. Nele havia um fogão à lenha, ao seu lado ficava a cozinha. Nas paredes, imagens dos ancestrais da família: Manoel Pinto Junior, sua esposa Eva Manoela da Cruz e Maria Laudelina de Freitas, a Tia Neném, filha do casal. Havia também um pequeno altar talhado na pedra onde ficava a imagem da escravizada Anastácia, simbolizando a resistência da família, da qual Tia Neném era devota.



Figura 2. Escada que acessa o salão do Quilombo Sacopã.
Foto tirada pelo Autor em 15 de abril de 2023.



Figura 3. Altar da escravizada Anastácia, situada no salão do Quilombo Sacopã.
Foto tirada pelo Autor em 13 de maio de 2023.

Para conhecer a história e compreender a constituição da comunidade negra formada pela família Pinto, recorri a fontes orais e também escritas, impressas e digitais. No quesito fontes escritas impressas, analisei o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da Comunidade Remanescente de Quilombo de Sacopã, coordenado por O'Dwyer e explorei o caderno de memórias de Maria Laudelina de Freitas, também conhecida como Tia Neném, que registrou episódios relevantes vivenciados na comunidade Sacopã, onde foi criada com sua família. Ambicionava editar na forma de livro seu caderno intitulado “Assim começa Minha historia”, pois acreditava que a história do quilombo merecia registro. Ainda no tópico de fontes escritas tive acesso a fontes digitais ao pesquisar no Acervo Digital do Jornal O Globo, e em sites, como o Portal Geledés e o Portal Koinonia. Minhas fontes orais constaram de duas entrevistas com membros da família Pinto e áudios enviados pelos mesmos, via dispositivo WhatsApp. Os entrevistados foram: José Luiz Pinto Junior, conhecido como Luiz Sacopã – filho de Manoel Pinto Junior e Eva Manoela da Cruz –, e José Cláudio Torres de Freitas – filho de Tia Neném e Heitor Torres de Freitas.

Voltar às primeiras décadas do século XX nos dá melhor apreensão da história da família Pinto. Nesta época, Manoel Pinto Junior e sua esposa, Eva Manoela da Cruz, viviam em Nova Friburgo com sua prole: João, Sebastião, Deuzalina, Maria Bernardina, Édimo e Laudelina.

Eliane O'Dwyer²⁰ reportou que Eva Manoela da Cruz tinha um emprego fixo em casa de família, enquanto Manoel Pinto Junior vivia de biscates. Em função de sua instabilidade, Manoel Pinto Junior combinou com Eva Manoela da Cruz de viajar sozinho para o Rio de Janeiro atrás de emprego e, quem sabe, encontrar seus pais, que, segundo comentários da família, moravam no entorno da Lagoa. E assim que as coisas se ajeitassem ele mandaria buscar a família.

A família Pinto passa a ocupar o território reivindicado a partir do momento em que seu “patriarca” Manoel Pinto Jr., vindo da cidade de Nova Friburgo, chega ao bairro da Lagoa, Rio de Janeiro, no final da década de 1920. Mas, a família acredita ter estabelecido relações anteriores com o território, que datam do final do século XIX, porque em sua memória coletiva encontram-se recordações da vinda (não propriamente para o território, mas nos seus arredores) dos pais de Manoel Pinto Jr.: Manoel Pinto e Maria Rosa, também eles vindos de Nova Friburgo. Não são poucos os membros do grupo familiar que em seus relatos consideram a possibilidade de terem sido Manoel Pinto e Maria Rosa do Carmo escravos fugidos que buscaram liberdade nos morros da Lagoa. A família tem no relato dessa fuga uma referência mítica sobre sua “origem” e como parte da memória do grupo tem sua importância, suscitando na atualidade a atenção das novas gerações.²¹

Esta citação, retirada do Relatório Antropológico, expôs o legado histórico das narrativas contadas pelos membros da família sobre seu passado e a construção da identidade e ancestralidade de uma comunidade que resistiu há décadas às ameaças de remoções e subornos de alguns de seus vizinhos ligados à magistratura e ao esquema de grilagem. O RTID demarcou distintamente comentários da família reportando que os pais de Manoel Pinto Junior – Manoel Pinto Junior e Maria Rosa – eram na época escravizados que buscaram a Lagoa como refúgio no fim do século XIX. E estabeleceu também que a família Pinto aventou que esta referência tenha estimulado a vinda do filho Manoel Pinto Junior para o bairro da Lagoa, além da tão sonhada busca de estabilidade social e econômica. Mesma alusão sobre a vinda de Manoel Pinto Junior e Maria Rosa obtive em entrevista com Luiz Sacopã:

E os meus avós já tinham estado aqui, mas eles vieram pra ver como é que era a maré pra depois trazer os filhos. E meus avós quando chegaram aqui, que eu não conheci – eu estava até lendo sobre eles –, eles vieram pro morro da Catacumba, na época era habitado por índios. E foram recolhidos lá pelos índios lá. Os índios foram maneiros com eles, tudo.²²

Retorno ao RTID para elucidar a chegada de Manoel Pinto Junior ao bairro da Lagoa. Quando Manoel Pinto Junior chegou, em 1929, fixou residência onde hoje é a rua Sacopã. Mas não exatamente onde hoje moram seus familiares, e sim alguns metros um pouco mais acima.

²⁰ O'DWYER (coord.); ALVES, Mirian; NEDER, Renata. *A família Pinto e as políticas de reconhecimento do estado brasileiro*. Relatório Antropológico. UFF/FEC/ INCRA/GAP, 2007, p. 51.

²¹ Ibidem, p. 16.

²²Entrevista concedida na casa de Luiz Sacopã, no Quilombo Sacopã, em 24 de setembro de 2022.

Na época, havia pouquíssimas casas e apenas as ruas principais existiam: Fonte da Saudade e Epitácio Pessoa. O'Dwyer²³ demarcou que, assim que chegou, Manoel Pinto Junior foi trabalhar para a abastada família Astréia Darke de Mattos – dona da empresa Bhering, fabricante de chocolate e café Globo. Segundo comenta-se, ela era proprietária também de boa parte das terras no entorno da Lagoa. Na mansão de Astréia, Manoel Pinto Junior trabalhou de faxineiro e jardineiro e logo se tornou pessoa de confiança, assumindo também a função de caseiro. Quando Astréia viajava para passar temporada fora, ele assumia a responsabilidade pela mansão. Portanto, Manoel Pinto Junior destacava-se por sua versatilidade no trabalho, responsabilidade e confiança da patroa.

Porém, por conta da acelerada expansão urbana e consequente demanda por espaço na cidade, Astréia Darke de Mattos e o Dr. Adalto Duran criaram a incorporadora Darke, com o objetivo de construir ruas no bairro. Manoel Pinto Junior²⁴, que até então realizava serviços internos na mansão de sua patroa, passou a trabalhar na abertura de ruas, dentre elas a rua Sacopã. O patriarca da família Pinto não só testemunhou a transformação do bairro, como foi protagonista também na configuração do espaço onde nasceram e foram criados alguns de seus filhos e seus netos.



Figura 4. Walter Firmo. Conquista do paraíso.
Fonte: Revista Isto É - 05 de março de 1986.

Em depoimento à revista Isto É, em março de 1986, Manoel Pinto Junior confirmou que viveu desde o fim da década de 1930 no terreno onde hoje é o Quilombo Sacopã. Segundo a

²³ Ibidem, p. 54.

²⁴ Ibidem, p. 55.

reportagem²⁵, nessa época foi trabalhar na mansão da empresária Astréia Bhering Oliveira Mattos, moradora da Lagoa, personagem que instalou Manoel Pinto Junior nas terras em que viveu até o fim da sua vida e onde hoje vivem seus descendentes. “*Construí meu barraco aqui e trabalhei nas terras dela durante quase trinta anos. Aqui nasceram meus filhos, netos e bisnetos. Dessa terra receberam seus primeiros alimentos. Era minha mulher quem plantava.*”²⁶ Segundo o jornalista Carlos Marques, sua esposa Eva Manoela da Cruz descendia de escravizados africanos, tinha 90 anos e foi uma rezadeira de referência na Zona Sul carioca. Depois da morte da empresária Astréia, suas terras transformaram-se em “reserva florestal.” Mas Manoel Pinto Junior seguiu morando no mesmo local. Acentuo que essa matéria traz relatos dos protagonistas da família Pinto e o depoimento de Manoel Pinto Junior que ali viveu por mais de meio século, retirando sustento de suas terras para alimentar seus filhos e netos.

Entrevistei José Luiz Pinto Junior ou Luiz Sacopã, 80 anos. Carioca, filho caçula do casal Manoel Pinto Junior e Eva Manoela da Cruz, casado com Tina, pai de Luizinho, avô, músico, cantor e compositor, presidiu entre 2011 e 2014 a Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ), foi presidente da Associação Quilombo Sacopã, presidente da Liga das bandas e blocos carnavalescos do município do Rio de Janeiro e liderança²⁷ da comunidade. Na faculdade, iniciou o curso de Direito, mas abandonou para se dedicar ao trabalho e à articulação política contra a remoção da comunidade. Na entrevista, ele falou sobre o drama vivido por seus pais e seus irmãos nas primeiras décadas do século XX, no município de Friburgo.

Roberto – Onde seu pai nasceu?

Luiz Sacopã – Ele nasceu em Friburgo

Roberto – Em qual ano?

Luiz Sacopã – 1900

Roberto – E por que ele resolveu vir pra Lagoa, seu Manoel Pinto?

Luiz Sacopã – Ele veio corrido.

Roberto – Ele veio corrido. Pode explicar um pouco mais o que motivou ele vir pra cá?

Luiz Sacopã – Ele ficava numa fazenda, sendo explorado. Ficava nessa fazenda, trabalhava lá nessa fazenda. E um dia deu na cabeça dele de se juntar à minha mãe. E os meus avós já tinham estado aqui, mas eles vieram pra ver como é que era a maré pra depois trazer os filhos. E meus avós quando chegaram aqui, que eu não conheci – eu estava até lendo sobre eles –, eles vieram pro morro da Catacumba, na época era habitado por índios. E foram recolhidos lá pelos índios lá. Os índios foram maneiros com eles, tudo. Mas acontece que, quando chegava na hora da sustentação pra comida, bebida, essas coisas, era difícil. Aí meu pai começou a vender ervas engarrafadas, essas coisas e descobriu aqui, né. Aí veio prá cá. Aliás, ele não descobriu aqui. Já tinha uma família que morava lá em cima, que era amigo deles, seu Divino, que era amigo

²⁵ MARQUES, Carlos. Conquista do paraíso. *Revista Isto É*, Rio de Janeiro, 05 de março de 1986, p.33.

²⁶ Ibidem, p. 33.

²⁷ Entrevista com Luiz Sacopã, em sua casa no Quilombo Sacopã, em 24 de setembro de 2022.

deles, coisa e tal. Aí vieram prá cá. Aí ele começou nessa vida dele de criar animais, vender. Meus avós já tinham morrido nessa época.

Roberto – E a sua mãe e seus outros irmãos, não eram cinco? Ficaram em Friburgo e vieram depois?

Luiz Sacopã – Não, vieram depois.

Roberto – Ou seu pai foi buscar?

Luiz Sacopã – Não, meus irmãos vieram com a minha mãe.²⁸

De acordo com o depoimento de Luiz Sacopã, seu pai nasceu em 1900 e veio de Friburgo para o bairro da Lagoa. Antes desta vinda, seu pai e sua mãe resolveram “se juntar”. O fato de ser explorado na fazenda em que trabalhava motivou a decisão da mudança de Manoel Pinto Junior, que, em determinado momento após sua chegada ao Rio de Janeiro, começou a vender “ervas engarrafadas” para garantir seu sustento. Luiz Sacopã enfatizou que seu Divino, amigo e vizinho de seus pais, foi o responsável em indicar para o Manoel Pinto Junior o espaço onde hoje se localiza o quilombo. E embora não tenha conhecido seus avós, salientou, como já indicado anteriormente, que eles “já tinham estado aqui”, no morro da Catacumba – vizinho da ladeira Sacopã. Eva Manoela da Cruz e os seis filhos do casal deixaram Friburgo em 1939 e também seguiram para o bairro da Lagoa ao encontro de Manoel Pinto Junior. A rua Sacopã²⁹ ainda não existia nesta época. A partir desse reencontro, a família Pinto passou a compartilhar experiências, saberes e reprodução de suas práticas culturais na construção da identidade do grupo. Um episódio que muito traduz o “gosto” pelo meio ambiente é relatado por José Cláudio:

Em uma ocasião a gente fazendo uma... um trabalho aqui, digamos assim, de barro, para coletar barro, para fazer massa, essas coisas. Meu pai tava cavando - eu tinha uns 2 anos de idade pra 3 - teve uma hora que ele saiu com o carrinho, ele não me viu, mas quando ele voltou, eu tava soterrado. Eu tinha uma tia, se eu não me engano era uma das irmãs falecidas da minha mãe, se eu não me engano era Abigail, e ela só falou: tá debaixo da terra, caiu, desmaiou! Aí meu pai foi com a enxada me tirou. E me carregou para esse lugar que a gente tinha água, que tinha um reservatório, um barril de carvalho, que essa água que vinha da nascente da pedreira. Eu lembro só do mergulho que ele me deu e ali senti gosto de terra. Enfim, daí ele me levou para o Miguel Couto na época e fizeram alguns procedimentos, algumas vacinas lá que eu tomei e consegui sobreviver desse soterramento que eu sofri aqui. Então naquele dia eu senti o gosto da terra, do lugar, e ao mesmo tempo da água. Aquilo é uma experiência que eu não esqueço. Conseguir sentir o gosto da terra e o gosto da água. Então foi o começo. Aqui foi mais ou menos isso: de luta, porque a luta ela não é só externa. A gente também, de uma certa forma, a gente luta com o lugar, né, com os fenômenos naturais, com os bichos que tinham aqui. As cobras: aqui tinha muita jararaca, surucucu e outros bichos também. Então aqui era bem ecológico, né? Aquela época não tinha as condições em volta. Hoje em dia estamos ilhados, porque estamos cercados de prédios e várias construções e mais, o que eu diria, contra a vontade de muitas pessoas do bairro da gente morar aqui. A gente luta com essa forma física, né? Que ficamos ilhados, né? Ficamos desconectado e também eles, o tempo todo querendo desconectar a gente também de receber pessoas, de pessoas que ajudam a gente na causa.³⁰

²⁸Entrevista com a liderança do Quilombo Luiz Sacopã, em sua casa, em 24 de setembro de 2022.

²⁹O'DWYER (coord.); ALVES, Mirian; NEDER, Renata, op. cit., p. 54.

³⁰Entrevista concedida por José Cláudio, em sua casa no Quilombo Sacopã, em 01 de outubro de 2022.

O desenrolar do evento relatado se assemelhou a uma narrativa lendária, na qual José Cláudio aparentou ter sido concebido pela mãe natureza no lugar onde viveram seus ancestrais. Ele lembra do sabor da terra e da água da nascente. Contou sobre o contato com a ciência, ou seja, as vacinas que tomou no hospital municipal Miguel Couto que garantiram sua sobrevivência. Acentuou que há dois tipos de lutas no cotidiano: a luta com o espaço de moradia, propriamente dito, relacionada à mudança climática e ao convívio com répteis, e a luta externa com alguns moradores dos prédios vizinhos contrários à permanência da comunidade na ladeira Sacopã e que buscavam formas de “desconectá-los”, ou seja, meios de proibir seu convívio coletivo, principalmente com artistas e políticos que ajudavam a compor uma teia de reciprocidades e também com acadêmicos e servidores do Incra que os assessoravam na luta pela titulação do território quilombola.

Para destrinchar a luta externa, citada por José Cláudio, precisei me reportar à década de 1970, quando a Lagoa era repleta de casas e favelas. Luiz Sacopã³¹ citou algumas: Catacumba, Praia do Pinto, Morro da Guarda, Morro do Sossego, Morro do Umuarama etc. Nesse contexto, um acelerado processo de desfavelização³² na região deu lugar a obras de urbanismo, infraestrutura, saneamento, embelezamento, ou seja, de valorização do espaço urbano. Esse investimento preparou o bairro para receber moradores da elite econômica.³³ Nessa esteira, vieram a especulação imobiliária e as construtoras. O governo Carlos Lacerda e a secretária de Serviços Sociais da Guanabara, Sandra Cavalcanti, estiveram à frente da remoção de favelas,³⁴ que se desdobraram em conjuntos habitacionais, como, por exemplo, a Cidade de Deus, Vila Kennedy e Vila Aliança. Antevendo a ordem de despejo de sua família e consciente de seus direitos, Luiz Sacopã³⁵ procurou orientação de um advogado e entrou com ação de usucapião em 1975. Reputo que a família precisava regularizar a situação fundiária de seu terreno e garantir título definitivo de propriedade de terra para também não ser removida.

No mesmo depoimento, concedido em setembro de 2022, Luiz Sacopã esclareceu que, na época das remoções das favelas no entorno da Lagoa, propôs um “pool” entre moradores passivos de remoção para enfrentar de maneira conjunta ordem de despejos. Segundo ele, havia moradores pobres residindo no mesmo local há mais de 50 anos. Mas esses vizinhos não tinham

³¹ Entrevista com Luiz Sacopã, em sua casa no Quilombo Sacopã, em 24 de setembro de 2022.

³² Optei em usar o termo desfavelização, porque o mesmo vem sendo utilizado em inúmeros trabalhos acadêmicos.

³³O'DWYER (coord.); ALVES, Mirian; NEDER, Renata, op. cit., p. 65.

³⁴Ex-deputada Sandra Cavalcanti morre no Rio | Rio de Janeiro | G1 (globo.com). Acesso em: 12 de abr. 2023.

³⁵O'DWYER (coord.); ALVES, Mirian; NEDER, Renata, op. cit., p. 71.

noção de seus direitos e optaram em receber “merreca” para deixar o local. Inclusive, membros de sua família também propuseram vender seu terreno, dividir o dinheiro e “sair fora”. Luiz Sacopã recusou a oferta e resolveu buscar os direitos de sua família para permanecer na ladeira Sacopã.

Acresço à narrativa desse período elementos obtidos em outubro de 2022, quando entrevistei José Cláudio Torres de Freitas³⁶ - sobrinho de Luiz Sacopã - em sua casa no Quilombo Sacopã. O segundo filho de Tia Neném e Heitor Torres de Freitas, com 60 anos, nasceu e cresceu no quilombo, casou-se com Celina e é pai de João e Júlia. É contista, foi remador do Botafogo Futebol e Regatas na Lagoa, jogou basquete no colégio onde estudava, sendo inclusive, convidado à ingressar na equipe do Flamengo Futebol e Regatas, com direito a bolsa de estudos na faculdade. Por fim, encerrou a atividade de atleta como jogador de futebol no São Cristóvão Futebol e Regatas, período de 1977 a 1983. Infelizmente, o sonho de se tornar atleta profissional foi interrompido para ajudar a sua mãe na entrega de refeições para complementar a renda familiar. Na fase da vida adulta chegou a estudar até o quinto período na faculdade privada de Engenharia Elétrica, mas também teve de suspender, porque ficou impossível conciliar a pesada mensalidade da faculdade e as demandas da família.

Como explicitado nos parágrafos anteriores, nos anos de 1970 o bairro da Lagoa passou por transformações de perfil socioeconômico, mais precisamente a localidade Fonte da Saudade e a ladeira Sacopã – onde estava domiciliada a família Pinto. José Cláudio³⁷ revelou que, na época, várias pessoas originárias dos estados do Nordeste chegaram para trabalhar na construção civil e erguer condomínios de luxo, justamente nos espaços antes pertencentes às casas populares dos vizinhos da família Pinto. Além de administrar o bar que vendia refeições, a família mantinha criações de animais – porco, pato, galinha –, cultivava inúmeras árvores frutíferas e arava uma horta variada para sua subsistência. Uma vez concluídas as obras, os apartamentos foram entregues a uma nova leva de vizinhos pertencentes à classe alta, de costumes bem diferentes dos ex-moradores da ladeira. Parte destes novos vizinhos *“reclamavam do odor do chiqueiro, alegavam que as moscas voavam até os apartamentos deles ...”*. Foi justamente nesse contexto que recrudesceu o processo de desfavelização das moradias populares no entorno da Lagoa. As ameaças de despejo não tardaram a chegar para a família Pinto e demais moradores pobres da ladeira.

³⁶ Entrevista com José Cláudio, em sua casa no Quilombo Sacopã, em 01 de outubro de 2022.

³⁷ Ibidem.

Nessa entrevista, José Cláudio falou da criação do espaço central da comunidade, chamado por ele de terreiro, mas também conhecido como salão, símbolo de festeos, que continua evocando a resistência cultural afrodescendente.

Então, ali começamos, que a gente tinha uns funcionários, ainda então devagarzinho... A gente foi tirando aquelas toneladas, eu acredito que seria uns 30.000, umas 30 toneladas de terra com árvores e tudo. Mas quando nós tínhamos muitos conhecido, muitos amigos, como temos até hoje. A gente foi, foi devagarzinho e removendo aquela terra, conseguimos chegar no mesmo nível lá do terreno, conseguimos emendar a parte nossa que a família mora com esse espaço que hoje eu falo que é o espaço até o espaço espiritual, espaço mágico do que nos trouxe e que é a ferramenta que nos traz a resistência. Daqui, até hoje, porque hoje a gente se encontra, onde a gente faz os Pagode. A Gente faz as reuniões. Lugar onde a gente recebe os amigos e informações, enfim importar esse mesmo tempo todo então.³⁸

O árduo trabalho foi realizado de maneira coletiva. O barranco foi desbastado até ficar no nível planejado, ou seja, conectando a casa da família do José Cláudio com o espaço batizado por ele de terreiro. Nele, a família se reunia com os acadêmicos, intelectuais, artistas, escritores, políticos, servidores públicos para pensar eventos culturais, bem como, para traçar estratégias contra um grupo de vizinhos que ambicionavam o terreno da comunidade.

Importante enfatizar que foi no contexto de escassez econômica da década de 1980, com desemprego na família e dezenas de ameaças de ordens de despejo, que José Cláudio reuniu parentes e sugeriu aplinar torrões dentro da comunidade e fazer um salão. Depois de pronto, o salão tornou-se central para reunir amigos e promover pagode. Posteriormente, músicos foram convidados para formar a roda de samba. Tia Neném tinha em seu currículo participação em programas de rádio e parceria em shows com a cantora Elza Soares. Os eventos começaram pequenos e foram crescendo. A feijoada de autoria de Tia Neném, com roda de samba, passou a ser um ponto de encontro carioca, democrático, de intelectuais, artistas, turistas, jogadores de futebol, boêmios etc. Esse importante espaço de autorreconhecimento construído pela família Pinto na rua Sacopã, 250 – onde concebiam a resistência também como fruição de força espiritual – causou muita irritação em alguns vizinhos, que começaram a reclamar das atividades culturais promovidas pela comunidade, se queixando, por exemplo, do trânsito de carros na ladeira.

A centralidade do salão do Quilombo Sacopã, onde aconteciam as concorridas atividades culturais, alçando este espaço emblemático a ícone de resistência da comunidade na Zona Sul carioca, nos remete a Barth, que ponderou ainda persistir, ainda que muito rarefeita, a concepção de que o “isolamento social e geográfico serviu para manutenção da diversidade

³⁸ Entrevista concedida por José Cláudio, em sua casa no Quilombo Sacopã, em 01 de outubro de 2022.

cultural”.³⁹ O autor apontou duas incongruências nessa concepção: em primeiro lugar, as fronteiras étnicas persistem a despeito do fluxo de pessoas; em segundo lugar, os atributos étnicos não dependem da falta de contato e “aceitação sociais, mas, pelo contrário, são frequentemente a própria base sobre a qual sistemas sociais abrangentes são desenvolvidos”⁴⁰. Para o antropólogo, a relação no meio desses sistemas não resultou em sua extinção pela mudança e pela aculturação e as distinções culturais podem perdurar apesar da interação interétnica e da interdependência dos grupos étnicos. Reporto-me à família Pinto, que apesar de todo ataque de um pequeno grupo de vizinhos antagônicos à sua permanência na localidade, mantiveram-se firmes nos seus propósitos culturais.

Ainda ao entrevistar José Cláudio⁴¹ perguntei sobre o caderno da sua mãe, irmã do seu tio Luiz Sacopã, pois havia encontrado duas páginas anexadas referentes aos “trechos dos Cadernos de Tia Neném” no trabalho de antropologia sobre o Quilombo Sacopã⁴². José Cláudio me apresentou 39 páginas soltas e apenas duas (1^a e 28^a) estavam com datas. Eu as pus em ordem numérica sobre a mesa da cozinha e fotografei página por página com bastante cuidado. Sabia que estava diante de um valioso documento, intitulado por Tia Neném: “Assim começa Minha história” (Anexo B).

Os manuscritos retratavam a sua vida na fase da infância, quando brincava com seus irmãos na comunidade em meados do século XX, até a vida adulta, reportando também à época em que auxiliava sua mãe nos afazeres domésticos e à ocasião em que começou a trabalhar fora ajudando na despesa do lar. Destaco ainda: descrições da sua relação com os filhos Luiz Carlos e José Cláudio e com o marido Heitor Torres de Freitas; narrativas do momento especial quando foi cantora de rádio, viajava e fazia shows com a cantora Elza Soares; sua incumbência da cozinha de sua mãe, aprendendo a preparar a melhor feijoada do bairro; seu cantar nas rodas de samba do quilombo; sua luta diplomática e aguerrida contra aqueles que, por meio de suborno e ameaças, cobiçavam o território de sua família; a frequência regular à paróquia católica e o apreço das amigas que professavam religião de matriz africana. Enfim, um exemplo de inspiração, resistência, acolhimento, respeito e amorosidade na arte e na luta afrocentrada.

³⁹ BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 26.

⁴⁰ Ibidem., p. 26.

⁴¹ Entrevista com José Cláudio, em sua casa no Quilombo Sacopã, em 01 de outubro de 2022.

⁴² OVALLE, Luiza Aragon. *Entre a casa e a política: uma etnografia das controvérsias na ladeira Sacopã*. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, p. 106-107.

Maria Laudelina de Freitas, também conhecida como Tia Neném⁴³, registrou no seu caderno de memórias, intitulado “Assim começa Minha historia”, episódios relevantes vivenciados por ela na comunidade Sacopã onde foi criada com sua família.

Rio de janeiro, 03/02/2004. Quarta feira, Meu nome: M^a Laudelina de Freitas: A Tia Neném Essa Istoria começa a partir dos Meus 7 anos. É a historia da família Pinto, Sacopã. Desculpe a Minha Pessima caligrafia e Meu péssimo portuguêz pois so pude estudar Ate 4^a Série Primaria. Assim começa Minha historia Meus avoz se refugiaram aqui no Morro dos Cabritos vindo de nova Friburgo no século passado. Aqui se assentaram, junto com outros escravos contistuíram Família e, hoge estamos no mesmo local ja ha 5^a geração. Aqui honde rezidimos era um fazenda de café me lembro na minha infância de ver correntes e troncos e uma caverna que até hoge pode ser vista pois os pregadorez da natureza ainda não ha destruíram La se escondia, se escondia meu pai e meus irmãos antes contava a pelo meu pai que essa caverna foi contruida pelo os Piguimeus a 100 anos atraz depois que os piguimeu morreram virou esconderijo de escravos êles atravessava a lagôa e se escondia nesta caverna Meus pais e meus irmãos se escondiam na década de 1928 Acho que êlez tinham medo de Alguma coiza. (Manuscrito de Tia Neném – “Assim começa Minha historia”. p. 01).

Para melhor apreender o relato zeloso e detalhado de Tia Neném, recorri às concepções de Michael Pollak. Sobre os elementos que compõem a memória, individual ou coletiva, o sociólogo⁴⁴ embasou que: a) são os episódios experienciados pessoalmente e b) são eventos “vividos por tabela”, isto é, episódios vividos pela comunidade cuja pessoa se sente pertencida. São eventos dos quais o indivíduo nem sempre compartilhou, mas que no seu imaginário se tornaram tão intensos que é praticamente impossível que ele consiga perceber se participou ou não. Portanto, o autor considerou que a memória é um elemento que compõe o sentimento de identidade, tanto pessoal como coletiva, além de ser um fator fundamental de vivência e conexão de um indivíduo ou de um grupo que buscou reconstituir-se. Considero que esta percepção se relacionou com o cotidiano de Tia Neném na comunidade que, ao assentar suas memórias, assumia o protagonismo de resistência.

Nesta passagem, Tia Neném recordou a história contada no interior da sua família sobre a vinda de seus avós que migraram de Friburgo para a Lagoa no fim do século XIX e juntaram-se às pessoas escravizadas no morro dos Cabritos, comunidade vizinha da ladeira Sacopã, formando uma família. Quando afiançou que sua família se encontrava na 5^a geração de descendentes de pessoas que foram escravizadas, Maria Laudelina de Freitas sinalizou orgulho por seus familiares, sem se abalar por serem estigmatizados socialmente. Impressionou também ter revelado que o local onde morava era uma plantação de café, além de ter identificado resquícios ligados à escravidão. Seu registro foi corroborado por Suely Feijó, ex-presidente da

⁴³ Maria Laudelina da Cruz - Tia Neném - nasceu em 19 de dezembro de 1934. Faleceu em 03 de março de 2006.

⁴⁴ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992. p. 201-204.

Associação de Moradores da Fonte da Saudade (Amafonte):

O quilombo já era uma referência. Aqui era uma grande fazenda, a fazenda Darke. Lá tinham escravos. Não era muito usual falar isso. Eu que estudei isso. Sabia que lá era uma fazenda e que tinha quilombo.⁴⁵

Os depoimentos das duas moradoras se complementavam. Tia Neném afirmou que o local onde sua família residia foi uma fazenda de café no passado. A mãe de José Cláudio remeteu-se à lembrança de correntes, troncos e uma caverna vistos na sua infância. Esta caverna servia de esconderijo para escravizados que atravessavam a lagoa em busca de refúgio. Em conformidade com as memórias de Tia Neném, a moradora do bairro e ex-presidente da Amafonte nos anos 1980-90, disse que o estudo⁴⁶ feito por ela apontou que na região figurava uma grande fazenda, denominada Darke, com escravizados e um quilombo que “já era uma referência” na região. São relatos que condescendiam sobre a existência de quilombos em memórias do bairro.

Segundo o historiador Gomes, um quilombo na vizinhança costumava ser chamativo, porque podia atrair a repressão e estimular as fugas de cativos.⁴⁷ Talvez esse fosse o ponto mais preocupante para os fazendeiros. Cativos desertores escasseavam a força de trabalho disponível. Ademais, quilombos na redondeza eram percebidos como “polo de atração” para contínuas escapadas. “Há mesmo registros de africanos escravizados recém-desembarcados do tráfico atlântico, que acabavam logo fugindo para eles.”⁴⁸ Quilombo significava transgredir o sistema escravista. Em Pernambuco, no século XVII, havia um burburinho que os quilombos proliferavam o número de habitantes, pois muitos fugiam em busca do “amor e liberdade”, outros por conta dos seguidos castigos de seus senhores, além das expedições organizadas pelos quilombolas mais experientes, que incitavam aqueles que estavam nas senzalas a fugir, assim como realizavam sequestros para crescer a população dos mocambos.⁴⁹ Mesmo depois de décadas do fim da escravidão brasileira, territórios quilombolas continuam sendo objeto de usurpação, principalmente de autoridades locais.

⁴⁵Entrevista com Suely Feijó, em 10 de abril de 2007, p. 33, apud O'DWYER, 2007.

⁴⁶O'DWYER (coord.); ALVES, Mirian; NEDER, Renata, op. cit., p. 33.

⁴⁷GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015. p. 16.

⁴⁸Ibidem., p. 16.

⁴⁹Ibidem., p. 16.

1.1 Uma comunidade negra e pobre situada em um bairro branco e rico

Quem ler desapercebido esse subtítulo pode pensar que a comunidade negra chegou depois de constituído o bairro por gente rica e branca, não! Um dos primórdios dessa localidade foi o Manoel Pinto Junior, o patriarca da comunidade negra. Ele chegou no início do século XX, quando a mata predominava no bucólico bairro Lagoa. Na década de 1970, o bairro passou por um processo de desfavelização, obras de saneamento e embelezamento. Logo, estimulando a especulação imobiliária na aprazível localidade Fonte da Saudade. Alguns moradores brancos e ricos, aproveitando o processo de remoção de favelas, lucraram com a prática de grilagem em detrimento de gente pobre e preta.

A saudosa Tia Neném deu início a um projeto de escrever um livro sobre o Quilombo Sacopã intitulado “Assim começa Minha historia”, retratando suas vivências desde os 7 anos de idade dentro e fora de sua comunidade na qual viveu com seus pais, irmãos, sobrinhos, netos. Ela deixou várias páginas escritas de sua autoria com seu filho José Cláudio, principalmente sobre à disputa de terras, cujos vizinhos magistrados cobiçavam. Algumas vezes, Tia Neném citou um tal “O Ladrão Chefe era um Juiz”. Na verdade, se tratava do Juiz Deocleciano. Falarei mais sobre ele nesse subcapítulo.

Eu peguei com as obras de Encostas éra Muitos funcionários. Eu Dava conta de tudo com ajuda do Meu Filho Claudio 5 Ano e Meu Marido Depois que o Serviço de Encosta Ficou pronto. Veio o Serviço de construção civil. Aí foi a hora da Familia Pinto carregar a nossa Cruz. Começou a chegada dos Poderoz covardes e Ambiciozoz Atíngia toda Familia Mans quem Segurava a Cruz e a Espada éra eu O ladrão chefe era um juiz Mandou tirar nosso poste de Luz e Disse que não Poderíamos Ficar com Aquele Relogio: Mans Luiz Enfentou êle e Disse que queria nosso Relogio de Volta Ele pra não Devolver o Relogio ligou nossa luz dêle e não nos cobrava nada Mamãe começou a Desconfiar da Atitude Dêle, pois o Relogio de Luz estava no nome dêla, Mamãe éra Analfabeta Mesmo Sem cultura êla foi na Laiti, Saber dos Direitos Dêlala Disseram pra Ela, que o Sugeito do prédio não tinha o Direito de tirar o nosso Relogioja que nós tínhamos nossas contas todos em Dia. Luíz chamou o tal Dr Eram 2 um Engenheiro e 1 Juiz Enfrentou de Frentí e Disse que, queria o Postí no lugar de onde êle tirou com Medo. Ele Botou o Posti no lugar de hondí tirou: Mans passou Alguns tempo: passado Algum tempo êle tirou nossa passagem nos obrigando a passar num lugar perigoso numa pequena Vilela que quando chovia não Dava para passar pois corria o Risco de Desabamento começamos a Sentir uma oposição Diferentí nesse juiz. Um dia forçamos ele a nos Devolver nossa Passagem. Passado Algum tempo começamos a Receber ordens que nos tínhamos que Mudar. Que nós faríamos um preço que esse preço ia entrar em Estudo. Ao, Morador Vizinho foi Dado 123 cruzeiros. Quando chegou Minha Véz Minha Subrinha Marcinha Deu o lance de 36.000 O juiz ficou Doido. Reuniu o condomínio do nº 110 Almiranti Guilobel e Ajuntou o Dinheiro: Por um Motivo qualquer êle não conseguia me Atingir.⁵⁰

⁵⁰ Manuscrito de Tia Neném – “Assim começa Minha historia”. p. 15,16.

Na década de 1970, Tia Neném fornecia refeições para os operários que trabalhavam nas obras das encostas do morro Sacopã. Em seguida, passou atender trabalhadores das obras da construção civil. Com o fim da construção, os condomínios foram ocupados por pessoas poderosas e ambiciosas, ou seja, pessoas de perfil socioeconômico que a família não estava acostumada a conviver. Uma dessas pessoas era um juiz, que mandou retirar o medidor de energia da comunidade de sua família, conectando no medidor da casa do próprio juiz, ou seja, a família Pinto ficaria dependendo da distribuição de energia elétrica do juiz. Mas, seu irmão, Luiz Sacopã entrou no circuito e exigiu a restauração da energia. Depois, o juiz trocou o acesso para a comunidade por um outro considerado instável, colocando a integridade física dos moradores em risco. Tia Neném informou que, de repente, começaram a chegar pedidos para que a família mudasse do local ou que estipulassem preço de seu território para entrar em análise de compra. Enfim, parecia que a temporada de assédio contra os moradores pobres e pretos da ladeira Sacopã estava aberta.

Ainda sobre a tensão criada pelo juiz, suponho que ele pensava em manter a distribuição de energia da comunidade sobre o controle dele. Quando criou uma outra entrada para a comunidade, presumo que sua intenção era anexar o território da comunidade ao condomínio do qual era síndico. Aliás, estratégia semelhante utilizada quando tomou a comunidade do morro do Saibro. Mas, provavelmente, o Juiz Deocleciano não contava com duas coisas: a resistência e a ação de usucapião aberta pela família Pinto. No capítulo II falarei mais sobre esse processo.

Algumas das estratégias de assédio usada por Deocleciano, segundo Tia Neném:

Dava pra Sentir O Vazio – Mans a vida continua. no Espaço Honde Morava Dna Roza começaram a fazer imenço Predio no neném Muguira Outro. Onde Morava Bom cabelo fêz a chácara eu ia tocando Minha Pensão ganhando Meus trocados. Meu filho Claudio me Ajudava So parava para ir na Escola. Ai e pai dêle também Ajudava. O Juiz continuava a nos pertubar. Me chamou com um paco de Dinheiro eu nem Botei a Mão, Ele Disse que Ali tinha \$27.000,00 Vendo que eu não Aceitava, um dia, êle Mandou uma Mulher me chantagia Ela me ofereceu Pela Parti que eu tinha de Erdeira, 5 Predios na Tijuca um Pronto para Morar e os outros já terminando ela disse Se eu quizésse pudia Mudar Agora, eu Disse que não So negociava com toda Minha Família junta Ela Me olhor de Baixo acima eu tinha nos pêz um chinelo Velho Estava com Vestido Remendado Ela Fez um Ar de (Repúdio) e Disse como, Podi Engeitar um oferta Dêssa O juiz continuol Atacando começou, a Obra do 250 que era o terreno da Dna Bilico e do Benonimo pai do Blau. Um dia o juiz Mandou fazer a cauçada que hoje é o nosso Estacionamento. Como êle não conseguia nos tirar. Mandou o Engenheiro da Pronil da Obra do 250 no Feijar Fêz uma parede de tabua e trancou a Saida com cadiado, ninguem Entrava ninguem Saia nessas Alturas O processo de uso capião já estava Rolando no fóro a Dr. Botou toda Família Sobre judisse nimguem Podia nos tocar. Sem horde do juízo chamei a Dra Ela vei e chamou a Policia que Mandou tirar toda tabua nos Deichando Livre. (Manuscrito de Tia Neném – “Assim começa Minha historia”. p. 23-24”. Anexo C).

A mãe de José Cláudio se remeteu para a década de 1970 quando se referiu ao vazio de tristeza por conta da mudança forçada de seus amigos vizinhos da ladeira Sacopã. Ela disse algo novo em seu relato escrito, apesar de mais uma vez não revelar o nome do magistrado que subornava moradores humildes para deixarem seus imensos terrenos a troco de “mixaria”. Tia Neném revelou estratégias do Juiz Deocleciano a fim de tomar o terreno de sua família: depois de oferecer uma quantia em dinheiro, enviou uma mulher para barganhar apartamentos na Zona Norte em troca da sua parte no terreno da família, mandou calçar um espaço onde as crianças jogavam bola, onde hoje é estacionamento de carros, trancou a saída da comunidade com cadeado para intimidar a família afrodescendente. Diante de tanta ameaças simultâneas, foi preciso a advogada da família entrar no circuito e frear a sanha do Juiz Deocleciano.

A colombiana e geógrafa Luz Stella Cáceres pesquisou dois quilombos urbanos: Sacopã e Pedra do Sal. Sobre o Quilombo Sacopã, buscou o mapeamento das práticas cotidianas da comunidade em relação ao meio ambiente e investigou também a resistência da família em relação a alguns vizinhos contrários à sua permanência na ladeira. De acordo com a geógrafa⁵¹, o falecido Deocleciano acumulava funções: era síndico de um luxuoso condomínio da rua Guillobel, 110, juiz de profissão e forçava famílias pobres e pretas a deixarem seus terrenos em troca de “mixaria”.

A remoção das casas da favela Sacopã aconteceu tanto pela força como pela cooptação. Um exemplo é o conhecido morro “80” ou morro de saibro, que se caracterizava, entre outras coisas, pelo seu acesso, permitido através de uma escadaria muito comprida. Na época o juiz Deocleciano, morador de um apartamento no número 110 da rua Guillobel, tomou através de fraude varias das casas dos moradores desse morro e realizou uma permuta do lote com a Construtora Pronil, em troca da terra roubada, ele ficou proprietário de alguns apartamentos no novo prédio, chamado Condomínio Lagoa Azul (Rua Sacopã nº 250), do qual depois se tornou síndico.⁵²

Essa prática criminosa descrita pela autora tem a ver com a realização de grilagem. Depois de atormentar, sem tréguas, inúmeras famílias pobres e pretas na ladeira Sacopã, Deocleciano arrematou alguns imóveis agindo em conluio com a construtora Pronil.⁵³ Tratava-se de um exercício ilícito e rentável, cuja metodologia se dava por meio de suborno ou intimidação dentre os primeiros moradores que formaram comunidades negras na agora valorizada Fonte da Saudade.

Bráulio, um morador de uma comunidade que nos anos 1980 foi removida do morro do

⁵¹CÁCERES, Luz Stella Rodríguez. *Lugar, Memória e Narrativas da Preservação nos Quilombos da Cidade do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2012, p. 114.

⁵² Ibidem, p. 114.

⁵³ Ibidem, p. 114.

Saibro, vizinho da família Pinto, hoje mora no Quilombo Sacopã. Essa comunidade foi removida e um condomínio de luxo foi construído por meio de um esquema de grilagem, o mesmo que ameaça a família Pinto. Na sua concepção, a ordem de despejo “foi uma manobra que incluiu documentos falsos e quantidades mínimas de dinheiro, para finalmente despejar umas 80 pessoas do local onde hoje se encontra o Condomínio Cidade da Guarda”.⁵⁴ Segundo ele, onde está o sumptuoso condomínio Chácara de Sacopã era uma comunidade humilde constituída por 25 pessoas. Luiz Sacopã⁵⁵ informou que essas famílias que sofreram ordem de despejos foram levadas pelo aparato do Estado e COMLURB para uma localidade bem longe, na Zona Oeste do Rio.

Cáceres foi contundente sobre as ações maliciosas do Juiz Deocleciano:

Deocleciano foi um conhecido grileiro de terras em toda a Rua Sacopã, a Fonte da Saudade e até na região do Lagos do Estado. Em vida, o síndico tinha perturbado muito a família Pinto e tentou toda a sorte de estratégias para tirar a família do local. Chegando a oferecer à Eva, uma mala cheia de dinheiro para que a sua família abandonasse o sítio, a família recusou. Segundo Luiz, Deocleciano estava convencido de que essa tentativa de remoção da família já era um fato consumado e decidiu investir verba para prover ao condomínio do número 110 da rua de uma área de estacionamento. Para isto fez o calçamento do antigo campo de futebol, alegando que tinha comprado a área, que certamente tinha invadido.⁵⁶

Deocleciano mostrava não medir consequências quando o assunto era pilhar terras de pessoas humildes na ladeira Sacopã. Sua tática era conhecida: primeiro oferecia um pequeno valor em dinheiro para a família, caso ocorresse alguma recusa ele ameaçava de remoção. A família Pinto experimentou diversos tipos de diabruras do juiz para deixar o local. O caso mais grotesco realizado por Deocleciano quando mandou calçar um campinho de futebol, onde os meninos da família Pinto jogavam bola com os próprios filhos do juiz. A impressão que se tem é que Deocleciano já dava como certo a integração do espaço calçado como parte do condomínio do qual era síndico.

Uma conjuntura marcada pelo processo de remoção ou desfavelização, no bairro Lagoa, na década de 1970, período no qual o Brasil era governado por uma ditadura civil-militar. Decerto⁵⁷, seria inaceitável uma família de pretos e pobres afrontar uma ordem de despejo pelo Estado. Exceto se fosse apadrinhado por alguma pessoa influente, um general do Exército, por exemplo, que impedisse a remoção:

⁵⁴ Ibidem, p. 115.

⁵⁵ Ibidem, p. 115.

⁵⁶ Ibidem, p. 115.

⁵⁷ MAIA, Patrícia Mendonça de Castro. *As máscaras do quilombo Sacopã: memória, espaço e meio ambiente*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. p.31.

[...] cerca de 120 pessoas residentes na Favela do Sacopã foram transferidas ontem para um conjunto na vila Alta, Santa Cruz, [...] houve apenas uma exceção: os moradores do número 76 não quiseram deixar sua casa, sob a alegação de que ali poderiam continuar com permissão da imobiliária Darke, antiga proprietária das terras. E lá ficaram (Jornal do Brasil, 14/03/1975 apud MAIA, 2011. p. 53).

Esse episódio foi crucial para que a família Pinto permanecesse até hoje no local onde reside. Comuniquei-me com José Cláudio via WhatsApp e enviei matéria do Jornal do Brasil, de março de 1975, para indagar se ele lembrava do episódio de ameaça de remoção relatado na reportagem e para averiguar se a família Pinto residia no endereço citado no texto. Ele me respondeu em um áudio de 6 minutos e 22 segundos. José Cláudio disse que tinha 12 anos de idade quando aconteceu a ordem de despejo citada na reportagem. Sobre a favela do Sacopã esclareceu: “*E essa favela que eles mencionam aí... é que aqui na rua tinha mais moradores, entendeu?*”⁵⁸ Cabe destacar que a rua Sacopã é comprida e emenda com a rua Vitória Régia, na época citada tinha mais casas populares espalhadas para além das terras da família Pinto. O filho da Tia Neném avaliou que, nesse contexto, as autoridades, por uma atitude estereotipada, já padronizavam como favela um conjunto de moradias formado por gente humilde. Segundo José Cláudio, o nº 76 foi o endereço da família Pinto – aonde chegavam as correspondências. Apontou que “*ali tinha uma comunidadezinha, com mais ou menos dez famílias, que era o nº 80*”, que se chamava Morro do Saibro ou Morro 80. A família Pinto não foi removida, mas essa *comunidadezinha*, sim e os endereços 76 e 80 passaram a ser o nº 250.

Deocleciano trocou, arbitrariamente, o número da residência da comunidade como pretexto para “tomar de assalto” as terras da família. Essa manobra foi uma das estratégias do magistrado para remover a família Pinto da ladeira, mas fracassou⁵⁹. Segundo José Cláudio, o tal juiz encabeçava uma “*quadrilha especializada em roubar terras, mas tinha gente do Estado envolvida*”⁶⁰. Ele declarou que as famílias removidas, em 1975, foram indenizadas, mas como a sua família já tinha dado entrada na ação de usucapião não aceitaram ser indenizados. A ação de usucapião serviu apenas para refrear o ânimo do aparato público, pois havia uma compreensão por parte da família que o retorno dos agentes públicos tenderia a ser mais violento.

O relato oral de José Cláudio, via WhatsApp, traduz o momento mais tenso experienciado pela família Pinto: “*Mas no momento aí da tropa de choque, que eu não esqueço da cena, que eram aqueles caminhões da polícia com guardas de um lado e de outro, aqueles*

⁵⁸ Áudio, enviado por José Cláudio, via WhatsApp, em 19 de novembro de 2022.

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ Mensagem, enviada por José Cláudio, via WhatsApp, em 12 de março de 2023.

caminhões da Ditadura com escudo e cacete para tirar na marra, entendeu?” Frente a esse aparato, “resolvemos chamar nossa advogada – que veio com o marido dela”. A advogada se apresentou ao comandante da operação de ordem de despejo e afirmou que tal ordem não poderia ser executada, pois havia um processo de usucapião tramitando. “O capitão olhou e falou que ia sair de qualquer jeito: “Vai sair de qualquer jeito, isso não me interessa” O capitão era o comandante da operação e quem tinha que sair era a família Pinto. Foi, então, que o marido da advogada, general Ribeiro, saiu de seu carro, se identificou para o capitão: “Aí ele falou aqui assim: Essa família aqui, ninguém mexe. E daí começou a nossa história, foi o momento crucial.” José Cláudio foi contundente quando demarcou, em uma frase simples, o começo da história da família Pinto, eu acrescentaria apenas o verbo resistir.

Antes de Deocleciano ver o novo empreendimento concluído, cujo objetivo seria espaço de lazer para o condomínio onde morava, “morreu de parada cardíaca, tinha sido pego pela polícia em Búzios pelo crime de grilagem, a sua saúde não suportou.”⁶¹ Assim sendo, o sonho de anexar o pedaço do terreno que pertencia a família Pinto ao seu condomínio não se consolidou. Depois de calçado, o campinho de futebol acabou e hoje é estacionamento do Quilombo Sacopã. Entretanto, esse espaço passou a ser ponto de disputa pela vizinhança.

Em 08 de julho de 2011 o quilombo Sacopã, teve seu portão de entrada bloqueado por um oficial de justiça, acompanhado por uma força policial fortemente armado. A juíza Maria da Glória Oliveira Bandeira de Melo da 8ª Vara do Tribunal de Justiça, atendia assim ao pedido judicial impetrado pelo vizinho da comunidade do Quilombo do Sacopã, o Desembargador, vice-presidente do Tribunal de Justiça do RJ, Antonio Eduardo Duarte, alega que o terreno de entrada, de propriedade da família, estava sendo usado como estacionamento pago, o que seria ilegal na visão da juíza, para um setor residencial, como qualquer atividade comercial. Esse dia, com o portão lacrado, os táxis de propriedade da família, não puderam deixar o local para trabalhar.⁶²

A comunidade da família Pinto teve algumas vezes o seu portão lacrado por policiais fortemente armados a mando da Justiça. A citada juíza do TJ-RJ atendeu o pedido judicial impetrado pelo seu colega, o Desembargador Antônio Eduardo Duarte, vice-presidente do TJ-RJ e vizinho do Quilombo Sacopã, com argumento de que os quilombolas cobravam pelo estacionamento. Tia Neném e José Cláudio reforçaram em seus relatos que esse mesmo desembargador ofereceu, mais de uma vez, dinheiro para família Pinto deixar seu território. Ou seja, o atual Desembargador Antonio Eduardo Duarte herdou a mesma metodologia ilícita de seu colega, o falecido o Juiz Deocleciano.

De acordo com Luiz Sacopã, o desembargador sugeriu que o estacionamento fosse

⁶¹CÁCERES, Luz Stella Rodríguez, op. cit., p. 115.

⁶²Ibidem, p. 115-116.

destinado para moradores dos prédios da rua Sacopã e que taxistas deixassem de usar o estacionamento. Todavia Luiz Sacopã⁶³ contestou, disse que o ponto de táxi da Fonte da Saudade não oferecia banheiro para uso dos motoristas. Assim sendo, eles usavam o estacionamento do quilombo para almoçar e usar o banheiro. Há, portanto, uma visível demonstração de ingerência do desembargador no estacionamento do Quilombo Sacopã.

As páginas escritas e deixadas por Tia Neném, intitulada: “Assim começa Minha historia”, expôs os métodos descabidos utilizados por mais um magistrado, vizinho do Quilombo Sacopã, o Desembargador Antônio Eduardo Duarte.

[...] Passado tempo Suely me ligou e Pediu que eu e Luiz Fossemos, na caza dela com o Meu Marido e Tininha Espôza de Luiz. Tininha não quiz ir Fui eu Luiz e Meu Espôzo Heitor. O Adevogado Pediu uma Reunião para Escrarecer que êle não teve nada a vêr com os processos eu não os conhecia fui Velos Pela Primeira Vêz Apezar de Serem Meu Vizinhos do Mesmo número, 250 Sacopã. O Marido da Suely é um comandanti, Acho que o adevogado Pensou que ia ter Seguranças na casa. Suely Sabia que Minha familia era (Passífica) Jamais iríamos nos Alterar dentro da casa Dêla. Converçamos, Lembro do Adevogado que hoje é o Desembargador no Auge da conversa Elê Perguntou pro Luiz “Porque que Você luta por um Pagode quando Tinha na Mão um Meio de encher um caminhão de Dínheiro que seria Vender o terreno” E êle que era um Simplez Advogado o que Seria Dêle. Neste Momento êle Deichou transparecer que êle tinha Muito há ver com os problemas da Familia Sacopã. A Espoza Dêle olava Muito para Minha Bolça Suely Sentiu a Intuição Dêla e começou um papo para eu poder Abrir a Bolça o papo era quem estava Rodando Mais a Bolsinha Seria quem tivesse a Bolça Mais Cheia. Foi aí que eu notei que a Minha Bolça Realmente estava Bem cheia. Eu fazendo o jogo Dêlas falei isso aqui não dinheiro Facil que eu ganhei não E uma coiza para eu me Defender dos Momentos Difícil. A Espoza do Advogado Estatalou os olhos eu Abri a Bolça Puchei uma Biblia Velha e Disse Isto aqui foi a Erança que Meu pai me Deixou nos último Momenteos da vida. Ela Sorriu Aliviada: terminou tudo comprimentamos o comandante e A Suely Viemos Embora (...). (Manuscrito de Tia Neném – “Assim começa Minha historia” p. 33-34. Anexo D).

Tia Neném e alguns de seus parentes, estiveram na reunião informal na casa da então presidente da Amafonte, Suely Feijó, com o advogado, hoje desembargador – repare que mais uma vez ela omite o nome da autoridade, possivelmente temendo retaliação – na ocasião, o advogado não escondeu sua avidez pelo terreno da família e estranhou os motivos que mobilizavam a família Pinto no entorno de um pagode, em vez de trocar o terreno por “um caminhão de dinheiro.” Tia Neném, que até então desconfiava ser o advogado ser o autor das inúmeras ações judiciais contra sua família, passou a ter certeza depois que este cogitou suborná-los.

Almeida considerou que a “concepção institucional” constituiu um importante avanço teórico quanto ao estudo das relações raciais. Sob esse ponto de vista, “o racismo não se resumiu

⁶³ Ibidem, p. 116.

a comportamentos individuais”,⁶⁴ mas é visto também como produto da engrenagem das instituições, articulada a uma dinâmica que verifica, “ainda que indiretamente,” vantagens e desvantagens com base na raça. Tomo como exemplo de racismo institucional a morosidade no processo de usucapião movido pela família Pinto no ano de 1975, declarada procedente em 2002, mas que sofreu revés por conta do recurso de apelação proposto no TJ-RJ contra a sentença de primeira instância e que está paralisado em Brasília no STF.

José Cláudio relatou mais um encontro, entre membros de sua família e o Desembargador Antônio Eduardo Duarte, que se deu na casa da ex-presidente da Amafonte, Suely Feijó.

Ali o advogado, ainda jovem, falou à família assim: “por que vocês não se juntam a mim, negociamos toda aquela terra, e vocês não terão na vida mais nenhum tipo de problema financeiro” e continuou discursando: “eu não tenho nada, apenas um apartamento na rua Sacopã, 250, e vocês pisam em ouro as 24 horas aqui mesmo daria para elevar 10 prédios”. Lembro tanto destas palavras; enfim a minha mãe representando a família foi bem resumida e lhe respondeu assim: “nós queremos apenas o nosso cantinho para continuar vivendo e criando a nossa família, dinheiro não vai resolver nossos problemas; queremos paz” disse a minha mãe, e fim de papo nesta reunião.⁶⁵

O Desembargador parece ter assumido as práticas ilícitas do falecido Juiz Deocleciano, quando propôs, sem rodeios, parceria com Tia Neném afirmando que os problemas econômicos da família Pinto acabariam caso fosse consolidada a permuta. Na visão de Duarte, o território onde conformava o Quilombo Sacopã proporcionaria conformar dez prédios. Com esse argumento, ficou claro a dessemelhança na percepção de território: enquanto Duarte via no território o aspecto puramente material, ou o meio mais curto de ficar rico, Tia Neném, ao contrário, valorizava o espaço acessível a todos os moradores do quilombo como meio de reprodução física, social, econômica e de práticas culturais.

No dia que entrevistei José Cláudio em sua casa, no Quilombo Sacopã, perguntei se ele e os demais parentes quilombolas, moradores do Quilombo Sacopã, se sentiam acossados⁶⁶:

Sem dúvida. Isso é na atmosfera. Que a atmosfera é essa? Quando você sai na rua, quando você entra aqui, isso tá na atmosfera. Por onde você tá, acima de você, do seu lado, tá essa questão da do preconceito, né? Essa questão é... de vocês são invasores, vocês não têm direito, que vocês não são quilombolas... Uma hora vocês são... uma hora eles acham que a gente é quilombola, outra hora não é. Dependendo da situação, nós somos falsos quilombola, enfim. Têm vários tipos de crítica e têm as críticas também do desmatamento. Que a gente desmata que a gente está destruindo, mas as

⁶⁴ ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Ed. Jandaíra. Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020, p. 29.

⁶⁵ Email de José Cláudio, em 01 de março de 2011 apud CÁCERES, Luz Stella Rodríguez. *Lugar, Memória e Narrativas da Preservação nos Quilombos da Cidade do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2012, p. 118.

⁶⁶Entrevista com José Cláudio, em sua casa no Quilombo Sacopã, em 01 de outubro de 2022.

árvores estão aqui. Tem árvore aqui que inclusive tem 250 anos. Se quiser eu mostro, que a figueira aqui que a minha avó falava muito. Tem uma figueira aqui, que minha avó tinha um lado espiritual e eu respeito muito essa árvore. Então, outro dia eu tava pensando: se eu tenho entre idade de memória 100 anos essa Figueira deve ser próxima de 300 anos, então são essas coisas assim que faz a gente pensar e resistir. Mas é um bairro nobre, um bairro de branco, né? Como a gente fala, né? Apesar que eu nunca eu não vejo a vida pelas cores, entendeu? Eu não vejo ser humano por esse lado, não. Eu nunca vi, porque minha criação não foi essa, mas a minha família é uma família, eu sou negro a família de negro. Então esse tipo de repelência é constante. Tanto que, quando as pessoas passam aqui na entrada nossa, chegam a parar o carro para olhar e falar assim: pô, quem são esses extraterrestres aí! Que não é possível uma ... uma família dessa tá aí até hoje com um espaço desse aí, é... usufruindo desse espaço e por que que não tiraram eles daí? Então o preconceito ele ele é atmosférico, ele tá no ar não tenho dúvida⁶⁷.

José Cláudio explicou que ele e seus parentes quilombolas se sentem todo tempo acossados, pois tal perseguição inserida na atmosfera é resultado do preconceito. Segundo ele, alguns de seus vizinhos consideraram sua família invasora, não merecedores de direitos. Dependendo da circunstância, duvidavam até da linhagem quilombola. Embora sejam acusados de desmatamento, aponta que é o único local onde a mata é respeitada, cita uma figueira centenária e espiritual do tempo de sua avó. O filho de Tia Neném alegou que não há outro caminho a não ser resistir, meio a um bairro configurado por gente branca e rica. Ele revelou que pessoas desavisadas ficam chocadas quando se certificam que há família pobre e preta morando em um dos metros quadrados mais caros da Zona Sul carioca. Por fim, para ele a perseguição sofrida pela família é resultado de pessoas preconceituosas que impregnam toda a atmosfera local.

As sucessivas ameaças, conflitos e tensões gerados pela disputa de terras na localidade Fonte da Saudade, no bairro Lagoa, resultaram em sérios problemas de saúde mental na família de José Cláudio, redundando em óbitos de seu pai, mãe e irmão.

Eu enfrento problemas por justamente isso, tô até fazendo um tratamento psicológico por essa coisa sempre de querer ficar num lugar só e não conseguir desvencilhar daqui. Minha esposa quer eu vá para lá, mas eu não quero, então é uma guerra danada. Chegou o momento que passei mal e aí fui parar na emergência do hospital. O médico fez o diagnóstico de pinel, não acreditava, mas realmente estava com problema mesmo psicológico, mas já estou há oito meses em tratamento, mas eu não consegui me desligar um pouco daqui, não consigo, não quero. Ela não descarta vir morar aqui, mas acha que eu tenho que ir pra lá, enfim eu não consigo me desligar daqui. Eu nunca saí daqui eu nunca morei em outro lugar, eu tenho os meus hábitos aqui. Nunca morei em apartamento, então é bem difícil para mim me adaptar em outros lugares. Em mais de uma vez senti o coração oprimido ao pensar na casa abandonada, nas coisas familiares da minha infância, em ruínas pelo abandono. Me preocupava por sobre todas as coisas, se pela mão do tempo, das chuvas não se destruiria o céu da caverna.

⁶⁷Ibidem.

Resulta estranho de ser falado, mas se tivesse tido um derrube das rocas, tinha a impressão de que também aparecia uma fenda na minha vida.⁶⁸

José Cláudio manifestou profundo vínculo com o território onde nasceu e se criou. Por conseguinte, se mostrou incomodado quando se aventava qualquer expectativa de transferência para outro espaço. Revelou que sua relação com o local é tão intrínseca e afetiva que já teve até embate com sua esposa no que se referiu transferir-se do quilombo, o que acabou resultando no seu desgaste físico e mental. Percebe-se que sua relação com o território implica identidade, memória e força espiritual. Assim, desconectá-lo do território é o mesmo que levá-lo à depressão. Observei que os valores compartilhados pelos membros da família Pinto no território onde nasceram e foram criados, certamente, não são os mesmos “valores” que estimulam alguns de seus vizinhos a cobiçarem suas terras.

No capítulo II – onde descrevo histórias e conceitos de quilombos –, relaciono a luta por sobrevivência do Quilombo Sacopã com a luta de quilombos de outros Estados brasileiros e pude constatar que a ambição de pilhar pedaços do território de remanescentes de quilombo, por meio de aliciamento ou ameaças, traz danos irreparáveis de ordem física e mental para os seus integrantes.

De acordo com o estudo desenvolvido por Rodrigo Weimer – que pesquisou a comunidade negra de Morro Alto, situada no litoral do Rio Grande do Sul –, os processos de espoliação de terras não têm a ver exclusivamente com instalação de cercas, “mas também, em um segundo momento, à mudança de sua localização, uma vez tendo sido postas”⁶⁹. Uma das suas entrevistadas, Dona Edite, descreveu a estratégia dos fazendeiros brancos – acerca de racismo na região – mudavam as cercas de posição com a intenção de subtrair pedaços de terras de seus vizinhos negros:

Edite – Eles até que eles não eram... A única coisa que eles tratavam é que a cerca um dia tava aqui e outro dia ela já tava lá. [...] Mudava de lugar de noite. De dia ele, de manhã amanhecia aqui, de noite, é, de noite, né, eles trocavam, iam pegando um pedaço, por isso é que o Zé Luis tem um monte de terras.

Rodrigo – Quem é esse Zé Luis?

Edite – É o filho do Quininho Quadros. [...] Parece que eu ouvi falando que ele tem oitenta hectares parece de terras e o resto não é dele. No papel no caso ele tem uma

⁶⁸Entrevista com José Cláudio, em 29/09/2010, apud ⁶⁸CÁCERES, Luz Stella Rodríguez. *Lugar, Memória e Narrativas da Preservação nos Quilombos da Cidade do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2012, p. 104.

⁶⁹WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em História. 2013, p. 254.

quantidade, mas ele tem muito mais pedaço que não é dele. O pai dele, no caso, trocava de noite. A cerca tava aqui e no outro dia amanhecia do outro lado.⁷⁰

Para o historiador, o depoimento de Dona Edite foi convincente por “não vir de alguém que através dele” tenta justificar a saída de Morro Alto; longe disso, tratava-se de uma família que continuou vivendo na região e testemunhou o processo retratado. Em um ambiente marcado pela racialização é possível perceber semelhanças nas artimanhas praticadas pelas autoridades locais, tanto no Morro Alto quanto na ladeira Sacopã.

Comparando estas comunidades negras, constatei que as práticas de expropriação de terras só mudavam de turno. A espoliação de terras da comunidade negra de Morro Alto acontecia à noite, ampliando a área do fazendeiro por meio da mudança da cerca. Diferentemente, a comunidade negra carioca acompanhou a subtração de seu terreno à luz do dia, acerca do condomínio vizinho, que construiu pilotis⁷¹ dentro da área da comunidade para erguer um prédio.

As escolhas que pautaram as ações de alguns moradores da ladeira Sacopã, em meio às diferenças, foram investigados por Luiza Ovalle⁷² em sua pesquisa sobre o Quilombo Sacopã. Ela se apoiou na perspectiva das “moralidades persistentes distintas” que coabitavam um mesmo espaço referenciados por diferentes sujeitos. De acordo com a antropóloga, apesar de serem vizinhos, não foi possível tolerar as diferenças nas formas de geração de renda, na cor de pele destes moradores, no tipo de música, enfim, nas formas de desenvolver sua individualidade sem serem incomodados por domínios particulares. Uma vez as moralidades não dirimidas, os moradores da comunidade buscaram canais com movimentos sociais e instâncias governamentais que constituam formas de mediar relações de vizinhança. Identifiquei que a história da família Pinto incluía diversas contendas com alguns vizinhos abastados que não toleravam conviver com uma família humilde – que resistiu ao processo de desfavelização décadas passadas – mesmo tendo fixado residência no local décadas depois das famílias pobres constituídas na ladeira Sacopã.

Para a geógrafa,⁷³ o Quilombo Sacopã sugeriu uma identidade coletiva que propiciou a reconfiguração do espaço urbano em função da sua luta pela presença no bairro. Entendi que o

⁷⁰ Entrevista com dona Edite Maria da Rosa, no dia 10 de junho de 2010, no Ribeirão do Morro Alto apud WEIMER, Ibidem.

⁷¹ Áudio enviado por José Cláudio em 30 de novembro de 2022.

⁷² OVALLE, op. cit., p. 54.

⁷³ CÁCERES, Luz Stella Rodríguez, op. cit., p. 24.

aspecto menos problemático é que a maioria dos vizinhos nutre simpatia pela família, enquanto uma minoria responsabilizava a comunidade de promover festas barulhentas.

A autora ressaltou que, ao relacionar o patrimônio cultural, material e imaterial com o ambiental, deve-se incorporar à concepção de patrimônio as noções de bens culturais e naturais, articulando assim a natureza e a cultura. Cáceres⁷⁴ ponderou que a defesa de ambas, natureza e tradições culturais, vem afirmar e assegurar, simultaneamente, signos da identidade nacional, cultural e ecológica. Destaco que a reflexão da autora articulando os aspectos material e imaterial da família afrodescendente propiciou a entrelaçar uma rede de solidariedade, de resistência e estratégia em busca da autonomia.

Em consonância com a elaboração da autora, José Cláudio se manifestou com alegria sobre o método tradicional de construção e dos elementos retirados do meio ambiente para feitura da sua casa:

Tive sensações ótimas ao construir meu barraco de estuque, ainda pequeno lembro muito bem que tirava o barro da nossa própria terra, fazíamos uma liga, fazendo o movimento de pisar num bolo enorme de massa até atingir o ponto para confeccionar as paredes que já estavam prontas com bambu, também retirado em nossa terra e amarrados com cipós e outras varas retiradas da mata, a fim de criar uma parede na construção dos cômodos de uma modesta casa, o piso a princípio era de terra batida.⁷⁵

Nesse email, José Cláudio falou do orgulho de poder construir sua própria casa, realizando todas as etapas: desde o piso, passando pela estrutura e a estética da sua morada. Importante sua demarcação de que lançou mão dos recursos do próprio ambiente somando-os à sua força de trabalho e criatividade. Também considerou que, ao revelar que “*teve sensações ótimas*”, relacionou a construção da sua casa a uma forma de terapia. Saliento que essa metodologia de construção, que estimulou a prática do desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da resistência coletiva da comunidade, foi herança de seus ancestrais.

O sistema de produção descrito por José Cláudio, baseado no trabalho familiar e por meio de cooperação simples entre diferentes famílias, correlaciona-se às ponderações do antropólogo Alfredo Wagner Almeida. Ele reiterou que, além da solidariedade, há nos quilombos instâncias de conexão entre essas unidades de trabalho familiar que conformam uma divisão própria de trabalho.⁷⁶ Segundo o antropólogo, o designado “quilombo hoje” é permeado pela noção econômica peculiar a essas unidades familiares, cuja produção serve tanto para seu autoconsumo como também para abastecer o mercado: “mais livre e autônomo, baseado no

⁷⁴ Ibidem, p. 297.

⁷⁵Email de José Cláudio, em 17 de fevereiro de 2012, apud CÁCERES, Luz Stella Rodrigues. Ibidem, p.87.

⁷⁶ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Os quilombos e as novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane C. (org.) *Quilombos: Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 51.

trabalho familiar e em formas cooperação simples entre diferentes famílias, acha-se intimamente vinculado ao deslocamento do conceito de quilombo”. A família Pinto soube gestar, também de maneira autônoma, suas demandas internas, desde a moradia, passando pelo pequeno cultivo de alimentos até as atividades culturais e econômicas. A comunidade permanece no local até hoje.

1.2 Uma especializada rede de crimes

Nas idas e vindas em leituras, conversas e entrevistas com membros da família Pinto sobre a acirrada disputa pela posse de suas terras, irrompeu um fio de uma emaranhada rede criminosa envolvendo magistrados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e da Corregedoria Geral de Justiça do Rio Janeiro (CGJ-RJ). Esta rede foi objeto de apuração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI-2010) da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), que investigou a venda de sentenças e tráfico de influência em cartórios do Ofício de Notas da capital, do 6º Ofício da Justiça de São Gonçalo e no Grande Rio e 9º Ofício do Registro Geral de Imóveis. Foi possível verificar a reverberação dessa rede criminosa na vida da comunidade do Sacopã pela efetivação de entrevistas e conversas com membros da comunidade, leitura de manuscritos de liderança política quilombola e pesquisas em publicações e acervo digital no jornal O Globo e no Portal Geledés.

A primeira iniciativa de defesa da família Pinto na seara da justiça foi abrir um processo de usucapião em 1975. Luiz Sacopã e sua irmã, a Tia Neném, temendo a remoção da sua família da ladeira Sacopã, conseguiram convencer a família a empreender esta ação:

Nós conseguimos entrar com um processo de usucapião. Quando eles voltaram aqui, aí eu já estava de posse da entrada do processo. Então eles não podiam fazer nada enquanto não resolvesse aquela questão do processo de usucapião. Aí, ele falou, “olha, você não perde por esperar, você não aceitou que nós oferecemos, vai sair daqui sem dinheiro, você vai ver, não dou um mês para você sair daqui sem dinheiro. Porque nós vamos recorrer.” [...] aí veio o julgamento em primeira instância. [...]. Os nossos advogados estavam tranquilos em relação, que nós fomos para julgamento e nós ganhamos primeira instância de uma forma assim, bem sustentada, sabe. Acontece, rapaz, que aqui no prédio aqui, mora o desembargador, até hoje esse safado tá aí, que ele na época era o vice-presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e nós fomos para a segunda instância [...]. E ele entrou com recurso e sabe o que aconteceu? Em recurso em segunda instância, eles ganharam de três a zero, com três meses, mais ou menos, depois que ganharam, veio aqui um oficial de justiça com uma ação de reintegração de posse.⁷⁷

⁷⁷ Entrevista com Luiz Sacopã, em sua casa no Quilombo Sacopã, em 24 de setembro de 2022.

Com a decisão do julgamento do processo de usucapião em primeira instância, a família Pinto conseguiu postergar a execução da remoção da comunidade. No entanto, cabe salientar o tom de ameaça do responsável pela remoção, presente na explanação feita por Luiz Sacopã: “olha, você não perde por esperar, você não aceitou que nós oferecemos, vai sair daqui sem dinheiro, você vai ver, não dou um mês para você sair daqui sem dinheiro. Porque nós vamos recorrer”. Ou seja, ou aceitava a tal “merreca” sugerida pelo magistrado vizinho que propunha o suborno para deixar a comunidade na ladeira Sacopã ou enfrentava o aparato público.

Entretanto, segundo Luiz Sacopã, o Desembargador Roberto Wider – vizinho da comunidade, que na época era vice-presidente do TJ-RJ – entrou com recurso na segunda instância e reverteu por 3 a 0 a decisão anterior favorável a família Pinto. Três meses depois desse fato, apareceu na comunidade da família Pinto um oficial de justiça com um processo de reintegração⁷⁸ de posse das terras. Esse episódio aconteceu na primeira década do ano 2000, logo trata-se de algo recente. Todavia, Luiz Sacopã não se deu por vencido e continuou investigando por conta própria o porquê do pedido de reintegração de posse e a autoria da reivindicação.

Aí eu fui correr atrás, de quem reivindicava a posse lá do dono e o dono era uma imobiliária chamada Higienópolis, o dono, o fictício dono era Higienópolis. Eu tive de ir no cartório de imóveis para procurar saber o RGI dessa imobiliária. [...] no cartório [...], falou aqui assim, olha, não existe registro aqui de RGI daquela [imobiliária] aí, [risos] eu peguei certidão [...] fui pra o advogado e falei, não existe, coisa e tal. Porque, nessa de perder de 3 a 0, nós procuramos entrar com recurso junto ao STJ, junto ao STF. E nós não ganhávamos de jeito nenhum. Pô, mas tá provado que a empresa não tem RGI. [...] eu descobri que o dono, o dono... descobrir que o desembargador, presidente da Câmara Cível e relator, acumulando os dois cargos tinha um processo rolando no STJ, como vendedor de sentenças.⁷⁹

Ao falar com o atendente do cartório de imóveis e pagar uma certidão de inteiro teor, Luiz Sacopã descobriu que a imobiliária chamada Higienópolis não tinha Registro Geral de Imóveis (RGI) e comunicou, rapidamente, sua descoberta ao advogado da família. Por conta da derrota de 3 a 0, a família Pinto entrou com recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF). Nessa investigação autônoma, Luiz Sacopã descobriu que o desembargador era presidente da Câmara Cível e relator, acumulando, portanto, dois cargos, e ainda respondeu um processo sobre venda de sentenças.

Aí eu encontrei com um, me apresentaram a um jornalista do Globo, jornalista investigativo que trabalha com esses negócios. Aí, eu expliquei pra ele, fomos prum bar, aí eu expliquei pra ele. Aí, ele falou aqui assim: “esse cara, tá para ser julgado

⁷⁸ A reintegração de posse é uma ação possessória que garante ao possuidor o direito de ser mantido na posse em caso de esbulho. Essa ação tem como consequência, caso julgada procedente, a expedição liminar do mandado judicial de Reintegração de Posse, deferido pelo juiz, sem que seja ouvido o réu (MAIA, 2011, p. 31).

⁷⁹ Entrevista com Luiz Sacopã, em sua casa no Quilombo Sacopã, em 24 de setembro de 2022.

como vendedor de sentenças, o nome dele é Roberto Wider. Safado, ladrão!” [...]. E quem era a presidente lá do tribunal, era a Eliana Calmon, não sei se você já ouvir falar. E ela era durona, durona mesma, ela era durona e condenou o cara. O cara foi expulso da magistratura orgânica como vendedor de sentenças. [...] E o processo arquivado agora, conseguimos agora no mês retrasado desarquivar o processo, pra entrar uma com o novo processo, provando que essa, que essa imobiliária não é dona de droga nenhuma.⁸⁰

Não foi a primeira vez que a família Pinto sofreu infortúnio advindo de um magistrado vizinho da comunidade. A partir dos anos 1970, segundo relatos escritos e orais⁸¹ dos integrantes da família, outros magistrados tentaram, a todo o custo, remover a família negra da ladeira Sacopã. A ação do responsável por uma quadrilha de grilagem, o já citado Juiz Deocleciano consistia no método de aliciamento e intimidação de famílias pobres que eram instadas a deixarem a ladeira em troca de um “punhado de dinheiro” e um “recibo frio⁸²”, que indicava o recebimento do dinheiro e não a compra do espaço. Isso, em um contexto de especulação imobiliária e supervalorização do bairro Lagoa. O Desembargador Antônio Eduardo Duarte, vizinho da comunidade e recém aposentado, tentou, por diversas vezes, subornar membros da família Pinto sugerindo, inclusive, a construção de dez prédios no território quilombola. Devido ao histórico de ameaças e importunações, inclusive em conluio com o poder público, concluí que, na ladeira Sacopã, decididamente, os representantes das “classes perigosas” têm a pele branca, são ricos e gozam de privilégio do *status quo*.

Entre 1986-87 foi organizada uma de roda de samba em que a equipe do programa Globo Repórter combinou de fazer uma gravação na comunidade com representantes da, até então, nova safra do pagode - Almir Guineto, Arlindinho Cruz, Jovelina Pérola Negra e Zeca Pagodinho. Nesta ocasião deu-se o fato que foi um marco difícil na vida da comunidade:

[...] veio o Oficial de Justiça e proibiu, lacrou tudo, acorrentaram tudo, veio a polícia, enfim e tivemos que esconder as nossas coisas dentro do mato: freezer, cadeira... no dia seguinte, já tinha dois policiais morando com a gente, dois PM's morando com a gente e ficou toda a família de braço cruzados sem poder trabalhar. Isso levou um ano, ficamos um ano sem ter condições de sobreviver, de trabalhar e vivemos do que nós ganhamos do nosso lucro. A gente foi gastando em comida, porque não tinha nenhum fogão. Tive que comprar comida fora. Então, tudo que a gente ganhou a gente foi gastando. A família toda para se manter um lugar com dois policiais proibindo a gente de ter qualquer tipo de sobrevivência. E, enfim, de trabalho então isso foi uma coisa que marcou muito. Foi no plano Sarney. Uma época muito dura marcante, a partir daí a gente teve que se virar cada um seguir e tentar arrumar um trabalho para sobreviver. Então isso aí foi uma outra etapa daqui da história. Também que ao mesmo tempo foi muito bom fazer sucesso, você conhecido e trabalhando honestamente se trabalhava muito também. Mas teve esse essa decepção aqui. Para gente que foi ser tratado como marginal, como... acho que nem traficante tem

⁸⁰ Entrevista com Luiz Sacopã, em sua casa no Quilombo Sacopã, em 24 de setembro de 2022.

⁸¹ Tal prática é explicitada nos manuscritos deixados por Tia Neném e corroborada no relato oral de seu irmão Luiz Sacopã, em setembro de 2022.

⁸² Conversa com José Cláudio, em sua casa no Quilombo Sacopã, em 15 de abril de 2023.

esse tipo de situação ficar com dois policiais 24 horas proibindo você, enfim. Só não prenderam a gente não sei porquê. Eu acho que não tem lei que possa prender de uma certa forma, mas de uma outra forma a gente estava preso, também sabe preso dentro do nosso espaço. Então isso aí foi uma mudança da família. Todo mundo teve que mudar de vida procurar um emprego. E demos sequência sobrevivendo cada um trabalhando em outras atividades e tamos aí até hoje.⁸³

Antes desse episódio o tempo era mais próspero na comunidade. José Cláudio considerou que os frequentadores se identificaram com a roda de samba, com a feijoada e o ambiente da comunidade. O meio artístico era habitué nos eventos e as tarefas eram distribuídas pelos integrantes da família. O meio acadêmico se fazia presente nos eventos, ou seja, havia harmonia na comunidade. Mas autoridades, vizinhos da família Pinto que ambicionavam suas valiosas terras, por meio do oficial de justiça, mandaram lacrar a entrada da comunidade, inclusive proibindo de usar geladeira, freezer, fogão, etc. Sem se importar com o meio de sobrevivência de mais de trinta pessoas, incluindo crianças, mulheres e velhos que compunham a comunidade. José Cláudio destaca: “*no dia seguinte, já tinha dois policiais morando com a gente, dois PM's...*” Esse é o ponto crucial e dramático experienciado pela família Pinto. A Polícia Militar do Rio de Janeiro (PM-RJ) efetivou, na sua escala de serviços, durante 24h, dois policiais para vigiar movimentações da família Pinto durante um ano, como se fossem criminosos, proibindo de preparar a própria comida.

O fato é que, em cada ação de resistência da família Pinto, alguns moradores da rua Sacopã – integrantes do judiciário - entravam com ações judiciais coibindo a famosa roda de samba com feijoada. Ovalle disse que foi em uma proibição dessas que Tia Neném esbravejou com o desembargador acima referido e voltou para casa desolada e decidiu deixar o local. Ela alegou que o magistrado deu no máximo quinze dias para serem removidos dali⁸⁴. Estarrecida, disse que sua família jamais teria paz na terra dos brancos e deveria desistir de morar ali. Luiz Sacopã convenceu sua irmã a ficar e afirmou que o desembargador estava pregando uma mentira e criando tensão, pois havia um processo judicial em curso e expulsá-los seria um ato ilegal. Tia Neném ouviu o irmão e decidiu ficar, mas à noite foi acometida por um ataque cardíaco fulminante.

Perguntei ao José Cláudio se as tensões e os conflitos estavam instalados no bairro ou no quilombo. Ele afirmou categoricamente que as tensões e conflitos são gerados pelo bairro: “*Não, sem dúvida. Falando em bairro, sem dúvida. O bairro, porque tem uma associação de moradores que nós não somos nem convidados. E somos os primeiros moradores do bairro*

⁸³ Depoimento de José Cláudio, em sua casa no Quilombo Sacopã, em 01 de outubro de 2022.

⁸⁴ OVALLE, op. cit., p. 54.

*então.*⁸⁵ Segundo ele, há uma dualidade, pois há um pré-conceito, uma pré-análise e um pré-julgamento. Há sobre a comunidade um poderoso estigma de favelados, afinal, a família Pinto foi o que resistiu ao processo de desfavelização da década de 1970 promovido pelo governo. Um dos aspectos da associação de moradores é reivindicar melhorias para o bairro, mas para isso acontecer todos os moradores devem ser tratados com o mesmo apreço. Algo que não acontece com o Quilombo Sacopã.

Matéria publicada pelo jornal *O Globo*, em agosto de 1991⁸⁶, mostrou percepções distintas dos vizinhos da ladeira Sacopã quando o assunto é apoio ou não às atividades culturais afro-carioca promovida pelo quilombo. O jornal informou que, desde 1977, a área, por decreto, é estritamente residencial, o que impediria qualquer tipo de atividade comercial. O advogado Corrêa, que defendeu os três condomínios que moveram ação contra o quilombo, explicou que a família tentou algumas vezes obter alvará de funcionamento por via administrativa, mas lhes fora negado. Segundo Corrêa, os quilombolas alegavam que os condomínios entravam na Justiça por causa de preconceito e racismo, mas, a rigor, a intenção dos vizinhos seria garantir que no quilombo não houvesse nenhum tipo de comércio. As tensões vividas na ladeira Sacopã, em função da disputa das terras onde se localiza o quilombo, delinearam posicionamentos diversos. Na reportagem de 1991, para além da alegação apresentada pelo advogado dos condomínios, figurou a argumentação dos quilombolas asseverando que uma minoria de moradores do condomínio era contrária aos eventos culturais no quilombo e que a maioria dos vizinhos frequentava a comunidade nos dias de eventos.

Cotejei um estudo e mais uma reportagem do jornal *O Globo* para corroborar que a vizinhança do Quilombo Sacopã apresentava, de fato, divergência relativa às atividades e existência do quilombo. Em fase de coleta de relatos para sua pesquisa, a geógrafa colombiana Cáceres marcou uma entrevista com a presidente da Amafonte, Ana Simas, em uma loja de conveniência próxima da Lagoa. Simas chegou com quatro mulheres, que segundo ela pertenciam à direção da associação de moradores e revelou sentir medo de falar com pessoa estranha sobre o Quilombo Sacopã, afinal, “o trabalho dela implicava riscos” e que temia reações, “pois com essa gente nunca se sabe”. Antes da entrevista começar, as diretoras pediram

⁸⁵Entrevista com José Cláudio, em sua casa no Quilombo Sacopã, em 01 de outubro de 2022.

⁸⁶Batalha judicial, por enquanto, é favorável aos condomínios. 26 de agosto de 1991, Matutina, Jornais de Bairro, página 17. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=artigo&ordenacaoData=relevancia&allwords=luiz+sacop%C3%A3&anyword=&noword=&exactword=>. Acesso em: 09 maio 2023.

para que Cáceres se identificasse, afinal, “era compreensível ver gringos se interessarem sobre quilombos”, mas “boliviana”, achavam estranho. Cáceres, pela quarta vez, reiterou afirmando que era colombiana. Então elas perguntaram sobre sua verdadeira intenção. A pesquisadora, já extenuada, respondeu evasivamente. Não convencidas, perguntaram-na se fazia parte da Fundação Ford ou da ONG Koinonia. A geógrafa negou e, por fim, as diretoras disseram: “Vamos, Ana. Ela parece ser boazinha.” Nesse momento a entrevista, de fato, começou. Acredito que a situação constrangedora, chegando às raias da intimidação experienciado pela pesquisadora, demonstrou como a presidente da Amafonte, que deveria promover uma relação de harmonia entre os vizinhos do bairro, se apropriou do imaginário estereotipado dos quilombolas, ou seja, “classes perigosas.” Além de promover racismo institucional.

A reportagem do jornal O Globo, também de 1991, constatou que a ex-presidente da Amafonte, Suely Feijó, moradora da ladeira há 40 anos, ao contrário de Simas, entrevistada pela geógrafa colombiana, tinha apreço pelos moradores da comunidade quilombola: “*Estou à frente da Amafonte há três anos e nunca recebi nenhuma reclamação de moradores a esse respeito. Não há barulho e nem movimentação excessiva*”. Segundo ela, a maioria dos moradores da ladeira e adjacências, solicitava os serviços delivery de Tia Neném. Outros, eventualmente, como ela própria, frequentavam o espaço. Ademais, garantiu que a família precisava trabalhar para se sustentar. Suely exemplificou que, apesar do espaço circunvizinho da Fonte da Saudade ser considerado estritamente residencial, havia agências de publicidade, barzinhos e restaurantes, uma padaria, academias e colégios, que, em tese, também não poderiam estar de portas abertas, mas funcionavam livremente. Para a presidente, havia flagrante interesse nas terras da comunidade.

A Sacopã é uma das zonas mais nobres Rio e não há mais onde construir novos prédios, porque não há terreno para vender. Talvez por isso, alguém esteja incomodado com a presença de uma família humilde nas redondezas. Sinceramente não entendo como é que reclamam tanto de uma simples pensão quando muitos prédios da Sacopã também foram construídos ilegalmente. O último condomínio da rua, por exemplo, privatizou parte do parque da Fonte da Saudade.⁸⁷

Suely Feijó destacou a construção irregular de prédios na localidade, afirmando que o último condomínio da rua Sacopã, por exemplo, fora construído em cima do parque Fonte da Saudade. E foi direto ao ponto sobre o voto às atividades culturais e profissionais promovidas pela comunidade quilombola. Segundo ela, apesar de não haver mais terrenos para vender para

⁸⁷ Presidente da Associação de Moradores é uma das aliadas. O Globo, 26/08/1991, p. 17. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=artigo&ordenacaoData=relevancia&allwords=luiz+sacop%C3%A3&anyword=&noword=&exactword=>. Acesso em: 09 maio 2023.

construções de condomínios, incomodava a alguns vizinhos abonados ver uma família humilde vivendo sobre um inapreciável território.

Em outubro de 2010 foi publicado no jornal *O Globo* o resultado da CPI da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro que investigou denúncias de tráfico de influência e venda de sentenças judiciais⁸⁸. Essa reportagem veiculou que o ex-presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e ex-corregedor-geral de Justiça do Rio, o desembargador afastado Roberto Wider, compôs aliança obscura com o lobista Eduardo Raschkovsky, acusado de proteger políticos e empresários, réus em processos judiciais, em troca de proveitos econômicos. O relatório final indicou que Raschkovsky exercia influência sobre as decisões tomadas pelo desembargador e citou a nomeação de dois advogados do escritório do lobista para ocupar a titularidade dos cartórios do 11º Ofício de Notas da capital e do 6º Ofício da Justiça de São Gonçalo, no Grande Rio. O desembargador Roberto Wider e o lobista Eduardo Raschkovsky integravam uma quadrilha que intercedia em ações judiciais e pareceu terem também interferido na reversão da vitória em primeira instância do processo de usucapião da família Pinto.

Quando esteve à frente do TRE-RJ (2006-2008), o desembargador Wider fazia da Lei da ficha suja, juntamente com Raschkovsky, um promissor mercado de negócios. Era implacável com os candidatos fichas sujas, enquanto Raschkovsky entrava em contato com esses políticos prometendo-lhes proteção judicial para reverter a ameaça de exclusão do processo eleitoral efetivada pelo sócio. Segundo a CPI⁸⁹, Raschkovsky também tinha inserção e influência no setor de cartórios extrajudiciais do Grande Rio. Depois do favorecimento de alocação de dois advogados do lobista em cartórios, Wider, como corregedor, mandou fazer uma sindicância no 15º Ofício de Notas porque este se recusara a pagar uma pressuposta dívida a Raschkovsky. A “parceria” entre Wider e Raschkovsky esteve presente em outras demandas judiciais. Em uma delas, o desembargador facilitou acesso jurídico para permitir a venda de um clube da Barra da Tijuca, que depois foi transformado em condomínio residencial. Documentos apontaram que Wider era cotista de outro clube adquirido pelo mesmo grupo que comprou o clube da Barra, além de obter um imóvel por um preço módico dos mesmos empresários.

Três anos após a divulgação do relatório da CPI na ALERJ, destinada a investigar e apurar a venda de Sentenças, em abril de 2013, o portal *Geledés* noticiou, em artigo do

⁸⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/cpi-da-venda-de-sentenças-da-alerj-conclui-que-patente-influencia-do-lobista-eduardo-2905694>. Acesso em: 17 abr. 2023.

⁸⁹ Ibidem., p. 1.

sociólogo Romão⁹⁰, que o Desembargador Roberto Wider do (TJ-RJ) fora condenado por ter facilitado a entrada de dois advogados, sem concurso público, para comandar cartórios do estado do Rio de Janeiro. Isso em um quadro de composição de parceria nebulosa que propiciaram vantagens financeiras para um lobista em decisões judiciais e administrativas, conforme concluído pela CPI antecedentemente. Segundo o sociólogo Romão, este mesmo desembargador “julgou e reverteu a causa ganha anteriormente pelos quilombolas em primeira instância por 3 a 0, que dava aos descendentes de escravos o direito às suas terras cobiçadas pelos especuladores imobiliários.” Para Romão, em função da condenação de Wider e da sua comprovada ligação criminosa com vendas de sentença em troca de vantagens financeiras, o mínimo que se esperava era a anulação da segunda instância e o reconhecimento da família Pinto como proprietária do território onde vivem há quase cem anos.

Sem um documento legal que comprovasse a posse definitiva de seu território, a família Pinto era alvo amiúde da cobiça de alta Corte do Rio de Janeiro com ameaças à sua sobrevivência econômica, cultural e física. Romão⁹¹ ressaltou que a Desembargadoria de Justiça do Rio de Janeiro vetou qualquer manifestação cultural e econômica no quilombo, proibindo até comemoração de aniversário. Como não bastasse, foi criada uma lei de silêncio específica para a comunidade, além da ordem de lacrar o portão do quilombo com correntes pela Polícia Militar – foram dez dias de confinamento na comunidade. Tal atitude lembrou o vergonhoso e desumano período da escravidão brasileira.

Para nós, parece que as coisas pioraram depois que o desembargador Roberto Wider foi demitido, pois a impressão que temos é que a máquina montada por ele, continua funcionando e se vinga contra o lado mais fraco que somos nós, os quilombolas resistentes do Sacopã.⁹²

De acordo com a reflexão do integrante da família Pinto, a sensação era de que o desembargador Roberto Wider era apenas uma peça dentro de uma engrenagem maior montada pelo Estado para excluir quem precisasse de acolhimento. Mesmo Wider estando fora do esquema de corrupção, a engrenagem continuava em pleno funcionamento excluindo as categorias conhecidas como “minorias”, na busca por direitos. Wider ainda reside na ladeira Sacopã, gozando da sua aposentadoria e do dinheiro que acumulou, fruto da prática delituosa nos tempos em que era funcionário público. E continua a ter por vizinhos o Quilombo Sacopã

⁹⁰Desembargador que perseguia o Quilombo do Sacopã é aposentado por venda de sentenças. Disponível em: <https://www.geledes.org.br>. Acesso em: 01 nov. 2022.

⁹¹Ibidem, p. 1.

⁹²Membros da Associação Cultural Quilombo do Sacopã.

resistindo às investidas delituosas de sua quadrilha. A estratégia traçada pela comunidade quilombola de tecer laços de solidariedades para resistir a abusos externo foi decisiva para sua permanência no local até os dias de hoje.



Figura 5. Policiais fecham com correntes portão do Quilombo Sacopã.
Fonte: <https://mamapress.wordpress.com/>⁹³

1.3 Nunca foi só especulação imobiliária: era também discriminação racial

Ao examinar as fontes citadas nessa pesquisa, observei tensões e conflitos, resultantes da disputa de terras em um contexto de especulação imobiliária, na aprazível localidade Fonte da Saudade, bairro Lagoa, Zona Sul do Rio de Janeiro. Identifiquei que, de um lado, estavam vizinhos contrários à estada da família afrodescendente Pinto na ladeira Sacopã. Esses eram magistrados, articuladores de uma quadrilha que praticava grilagem na localidade. Do outro lado, a família Pinto resistia e mobilizava laços de solidariedades para se manter no paradisíaco bairro. Para além da especulação imobiliária, havia também nesse luxuoso bairro um grande fluxo de racialidade e inúmeros relatos de discriminação racial, preconceito e racismo.

⁹³Disponível em: <https://mamapress.wordpress.com/2013/04/28/desembargador-que-perseguiu-o-quilombo-do-sacopa-e-aposentado-por-venda-de-sentencas-perseguicao-prosegue/> Acesso em: 19 jun. 2023.

Almeida assinala que, embora os conceitos tenham relação, o racismo é diferente do preconceito e da discriminação racial. O preconceito racial “é o juízo sustentado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias”⁹⁴. Por exemplo: negros são violentos ou suspeitos, judeus avarentos, ciganos desonestos. O racismo se manifesta como discriminação racial, sendo definido a partir de seu caráter sistêmico. Não se resume, portanto, a um ou mais atos discriminatórios, mas sim “um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas.”⁹⁵ O racismo pode impelir à segregação racial, ou à separação espacial de raças em bairros, guetos ou serviços públicos, como escolas e hospitais.

Ao abordar o assunto nesse subcapítulo, destaco o caderno da Tia Neném, dialogando com autores que dissertaram sobre o tema, em função de seu rico relato no cotidiano da comunidade constituída pela família, atravessado por drama, dor, alegria, resistência e enfrentamento. O episódio a seguir relatado foi marcante na vida da família Pinto. Inclusive foi explorado em outro capítulo desse trabalho, sob o ponto de vista de seu filho José Cláudio.

Em 1975 Entramos na justiça com uma Ação de uzo capião que já rola a 25 Anos Sem neuma Soluçāo nosso meio de produção Foi interditado por Força da justiça nossa cultura Afro Brasileiro. Foi Violentada como Se fossemos Marginais E, o, Pior e que As corrente que no passado para nós negros O Símbolo ou Sinau da pervercideade voltou a nos Amarrar Desta vez é claro não no Péz e nosso Pescoço mais/mas sim na Minha porta e janela E impossível a força dos Ricos. A Prefeitura Diz que vai nos Desapropria Pois Aqui e Área de Proteção Ambiental. Acima de nos Ezisti um condomínio a Chacra Sacopā. Lá não é Área de Proteção Ambiental. Proucre Saber quem Construil Lá? Sr Senador de tal... mas não Aguentamos Mais tanta Pressão Acabar Com o Pagode! Acabar com a Pensão. Apedrejar nossa casa e Muto Facil o Difício é provar O Ilícito dos Ricos Rio. 21. 3.99. (Caderno de Tia Neném, “Assim começa a Minha historia”. p. 2-3).

Tia Neném se reportou à morosidade do julgamento da ação de usucapião movida pela família Pinto. Segundo ela, essa demora deixou a comunidade vulnerável à especulação imobiliária e às ações judiciais movidas por vizinhos contra as atividades culturais afrocentradas. “Foi [...] como Se fossemos Marginais [...] As corrente que no passado para nós negros O Símbolo ou Sinau da pervercideade voltou a nos Amarrar Desta vez é claro não no Péz e nosso Pescoço mais/mas sim na Minha porta e janela.” Um capítulo da história do Brasil, do passado vergonhoso e cruel, veio à tona no tempo presente.

⁹⁴ ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018, p. 25-26.

⁹⁵ Ibidem, p. 22.



Figura 6. José Cláudio mostra o cadeado com correntes usado para trancar porta e janela da casa de Tia Neném.⁹⁶

Tia Neném se mostrou indignada frente à “força dos ricos”. Ela comparou as correntes utilizadas pelas autoridades para lacrar a porta e a janela de sua cozinha com os grilhões utilizados pelos senhores para torturar escravizados. Alegou que, em vez de ameaçar a comunidade da sua família, a prefeitura deveria enfrentar o condomínio de luxo construído no espaço de preservação ambiental do “sr. Senador de tal”. De acordo com José Cláudio⁹⁷, sua mãe se referia ao condomínio construído irregularmente Chácara Sacopã, de propriedade do senador e ex-ministro da ditadura civil-militar Roberto Campos e o ex-governador Chagas Freitas. Na percepção de Almeida,

A discriminação racial é o tratamento que se dá diferenciado a indivíduos de grupos racialmente edificados. Portanto, a discriminação tem como pressuposto o poder, ou seja, expectativa do uso da força, sem ele não tem como conceder vantagens ou desvantagens a pretexto de raça.⁹⁸

O relato de Tia Neném registra o uso da força, no caso junto ao poder do Estado, como forma de concessão de vantagem ao grupo de vizinhos brancos, em detrimento dos quilombolas, negros. Um caso de *discriminação indireta* que, segundo Almeida⁹⁹, é uma situação específica na qual grupos minoritários são rejeitados, trazendo como consequência a estratificação social, um fenômeno intergeracional que afeta a trajetória de todos os indivíduos de um grupo social,

⁹⁶Brasil: movimento quilombola pode ser o maior programa do mundo de reparação pela escravidão. Disponível em: <https://www.geledes.org.br>. Acesso em: 04 jul. 2023.

⁹⁷ Mensagem de WhatsApp, enviada por José Cláudio, em 02 de julho de 2023.

⁹⁸ ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018, p. 22.

⁹⁹ Ibidem, p. 23.

dificultando as oportunidades de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material. É evidente que um grupo de moradores brancos e ricos da ladeira Sacopã subornava moradores pobres oferecendo “merreca” em seus valiosos terrenos para que eles fossem embora, demonstrando que o componente racial e o estigma social eram aspectos que constrangiam a classe alta da Fonte da Saudade.

Na seção anterior, outros casos de discriminação e racismo foram destacados, como a situação de desconfiança da presidente da Amafonte, o fato dos moradores do quilombo não participarem da Associação de Moradores do bairro, tendo portanto tratamento flagrantemente diferenciado, a discriminação em relação às atividades culturais e festivas do quilombo e, conforme relato de Tia Neném, aqui novamente transcrito, a desconfiança em relação ao que ela teria dentro da bolsa, em um momento que seria de conversa entre pessoas que deveriam ter igualdade de tratamento:

A Espoza Dêle olava Muito para Minha Bolça Suely Sentiu a Intuição Dêla e começou um papo para eu poder Abrir a Bolça o papo era quem estava Rodando Mais a Bolsinha Seria quem tivesse a Bolça Mais Cheia. Foi aí que eu notei que a Minha Bolça Realmente estava Bem cheia. Eu fazendo o jogo Dêlas falei isso aqui não dinheiro Facil que eu ganhei não E uma coiza para eu me Defender dos Momentos Difícil. A Espoza do Advogado Estatalou os olhos eu Abri a Bolça Puchei uma Biblia Velha e Disse Isto aqui foi a Erança que Meu pai me Deixou nos ultimo Momenteos da vida. Ela Sorriu Aliviada: terminou tudo comprimentamos o comandante e A Suely Viemos Embora (...). (Manuscrito de Tia Neném – “Assim começa Minha historia” p. 33-34. Anexo D).

Esse episódio descreve um caso de preconceito, quando, por ser preta e de uma classe social diferente, Tia Neném foi alvo de desconfiança, ainda que estivesse em um ambiente como convidada.

Temos ainda um outro relato de Tia Neném que pode ser identificado como um caso de *discriminação direta*, aquela definida por Almeida como “o repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial”¹⁰⁰. Estão nesse caso, por exemplo, lojas que se recusam a atender determinadas pessoas por sua cor ou condição social ou prédios que não permitem a entrada de determinado grupo nos seus elevadores sociais. O trecho a seguir demonstra tal discriminação sofrida por Tia Neném, em um momento em que fora buscar auxílio de advogados para sua defesa, na Região Administrativa local.

Quando nos entramos Reuniu umas 5 Pessoas na sala e ela começou a Explicar a situação um dos homem que se Dizia Advogado Maglelo, Antipatico virou pra um Delez e Falou Bota essa negla e essa Vagabunda na Rua. (Manuscrito de Tia Neném – “Assim começa Minha historia” p. 19. Anexo E).

¹⁰⁰ Ibidem, p. 22.

Esse é um relato de uma grave situação, que indica o racismo explícito, em mais um dos muitos episódios em que membros da família Pinto foram expostos a atitudes violentas e discriminatórias.

Em seu artigo intitulado “Racismo: uma infecção do tempo da escravidão – a permanência do racismo no pós-abolição, o Quilombo Sacopã e o seu combate,” o antropólogo Juliano¹⁰¹ mostrou as perspectivas dos quilombolas do Quilombo Sacopã sobre o racismo.

Eu fui pedir socorro ao Incra, e o procurador do Incra falou pra mim o seguinte: “olha, Sacopã, a gente está aqui pra te defender, inclusive nessa parte jurídica, mas esse lado aí eu acredito que eles vão chiar. Porque eles estão se referindo aí, a um conflito de vizinhança”. Aí eu falei: “Olha, isso aqui não é um conflito de vizinhança, isso aqui é racismo”. E ele falou: “não é, Sacopã, isso não se trata nada de racismo”. Daí eu falei: “Cara, isso aqui é racismo, quem mora lá, quem vive lá sou eu, então eu é que sei”. Ele falou: “olha, vamos fazer o seguinte, eu vou lá nessa conciliação contigo. Conforme for, a gente entra por fora nessa questão”. Aí ele foi, e quando chegou lá, viu os três desembargadores. Duas desembargadoras e um desembargador. Aí, quando começou lá o falatório, toda a hora que eu queria falar, eles diziam: “cal a boca!”, “cal a boca!”. Não era “por favor, o sr. quer ficar em silêncio?” Não. “Cala a boca!” Até a hora em que ela falou: “olha, seu Luiz Sacopã, você tem de se adequar à forma que os teus vizinhos vivem. Já que o senhor não pode ter os modos” – como quem diz: “você é negro, pobre – tem de se adequar. Ou seja: não estar fazendo barulho lá. Não fazer o seu samba lá, porque você não está em Madureira, não está em Cascadura, não está em Marechal Hermes”. Aí ele pegou o lenço, virou. O procurador chorou, cara!¹⁰²

O relato de Luiz Sacopã é muito emblemático porque mostra o grau e o fluxo de racismo na localidade Fonte da Saudade, na qual a família quilombola continua inserida. Evidencia também as percepções sobre o racismo. Porque enquanto o servidor do Incra interpretava um flagrante conflito de vizinhança, Luiz Sacopã se sentia acossado pelos desafetos de sua família também por conta de racismo. Foi preciso o servidor *in loco* ver a desembargadora esbravejar, sem nenhum pudor, mandando Luiz Sacopã se calar e proferir: *“olha, seu Luiz Sacopã, você tem de se adequar à forma que os teus vizinhos vivem. Já que o senhor não pode ter os modos”*. Com esse argumento, a desembargadora mostrou sua parcialidade na disputa localizada no bairro “nobre” da Zona Sul carioca.

A ideia de que racismo não se resume a procedimentos individuais, passando para uma concepção de racismo institucional, no entender de Almeida¹⁰³, denotou um relevante avanço teórico relacionado ao estudo das relações sociais. Dito isto, o racismo, ao não se limitar a comportamentos individuais, pode ser entendido como consequência do funcionamento das instituições, proporcionando desigualdades e privilégios a partir da raça. O principal argumento

¹⁰¹ JULIANO, Filipe Romão. *Racismo: uma infecção do tempo da escravidão – a permanência do racismo no pós-abolição, o Quilombo Sacopã e o seu combate*. Rio de Janeiro, v. 9, nº 15, p. 69-85, ago./nov. 2018.

¹⁰² Ibidem, p. 76.

¹⁰³ ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018, p. 25.

dos defensores do racismo institucional é que os conflitos raciais também estão inseridos nas instituições, pois estas “como parte da sociedade, também carregam em si os conflitos existentes na sociedade. Em outras palavras, as instituições também são atravessadas internamente por lutas entre indivíduos e grupos que querem assumir o controle da instituição”¹⁰⁴. Logo, a desigualdade racial faz parte da sociedade, não só por conta da ação isolada de coletivos ou indivíduos racistas, mas porque nas instituições predominam determinados grupos raciais que se aproveitam de mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. No caso do racismo institucional, o domínio se dá por meio de parâmetros discriminatórios baseados na raça, assim mantendo a hegemonia do grupo racial no poder. Portanto, o domínio de homens brancos em instituições públicas, como o legislativo, o judiciário, as reitorias de universidades públicas etc., assim como em instituições privadas, depende, primeiramente, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente complexifiquem a promoção de negros e mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de ambientes em que se debata a desigualdade racial e de gênero, acreditando ser normal o domínio do grupo formado por homens brancos.¹⁰⁵ Assim sendo, os conflitos e o antagonismo que interferem na instituição podem redundar em uma reforma que provocará a alteração em regras dos padrões de mecanismos e da autuação institucional. Um exemplo dessa mudança institucional seriam as políticas de ação afirmativa, cujo a intenção é aumentar a representatividade de minorias raciais e mudar a noção discriminatória dos processos institucionais. Almeida vai além, quando defende a tese de que todo racismo é estrutural e se desenvolve nas entradas da sociedade.

A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. De tal sorte, todas as outras classificações são apenas modos parciais – e, portanto, incompletos – de conceber o racismo.¹⁰⁶

No caso citado por Luiz Sacopã temos um exemplo de racismo institucional – e estrutural –, quando a desembargadora repreendeu com veemência Luiz Sacopã, em um espaço que seria de “conciliação”, aconselhando-o a se comportar de acordo com seus vizinhos brancos

¹⁰⁴ Ibidem, p. 26.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 28.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 13-14.

e ricos do pomposo bairro da Zona Sul carioca. Almeida deixa uma síntese que serve à reflexão nesse estudo:

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coibam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas.¹⁰⁷

Admitir a existência do racismo estrutural, segundo o autor, não significa dizer que indivíduos não precisem ser responsabilizados por seus atos discriminatórios ou que as atitudes institucionais sejam situações indissolúveis. Ou ainda, que ações antirracistas não obtenham resultados na luta contra a discriminação e o preconceito. Mas, para o autor, “entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas”.¹⁰⁸

O racismo se manifesta em atos do cotidiano, como em diversas passagens relatadas nesse estudo, e é persistente. Recentemente, tivemos outro fato narrado por Luiz Sacopã, em uma entrevista à jornalista Mayra Castro, do jornal O Globo, em julho de 2023, que revela a constância de tais práticas. Luiz Sacopã revela que os vizinhos ainda reclamam das manifestações culturais que ocorrem no quilombo e demonstra vivenciar episódios racistas a todo instante. Sua fala é eloquente e muito significativa em relação ao racismo estrutural presente na nossa sociedade:

O racista acha que o negro não foi feito para ficar aqui, em uma área nobre. Às vezes eu estou ali embaixo, lavando meu carro ou botando uma graxa no portão, as pessoas chegam e falam que querem falar com o meu patrão. Você tem que escutar aquilo, saber absorver e se conformar. Mas eu acho que chega a hora de um confronto. A gente fica feliz com o processo de titulação, mas isso não vai acabar com a perseguição que existe, porque o problema deles é a cor, e nossa cor permanece preta¹⁰⁹.

Luiz Sacopã e sua comunidade demonstraram, com sua história de resistência, que não se conformarão. E que a luta contra o racismo é contínua e precisa ser compartilhada.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 35-36.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 37.

¹⁰⁹ CASTRO, Mayra. *Líder de quilombo na Lagoa, na Zona Sul, diz que pai chegou ao Rio há mais de 100 anos: “o racista pensa que o negro não pode ficar em área nobre”*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/07/28/um-quilombo-no-meio-da-elite-censo-da-visibilidade-diz-lider-do-sacopa-na-zona-sul-do-rio.ghhtml>. Acesso em: 31/07/2023.

CAPÍTULO II

QUILOMBOS: HISTÓRIAS E CONCEITOS

Neste tópico, abordarei os significados de quilombos no tempo e no espaço, segundo perspectivas de estudos que investigaram esse fenômeno, incluindo o marco da Constituição Federal de 1988. Em seguida, faço uma explanação sobre outros quilombos brasileiros, demarcando agenciamentos de seus integrantes em busca de sua autonomia e liberdade e discurso, sobretudo, sobre as etapas de titulação de suas terras. Finalizo esse item com as ressemantizações contemporâneas do conceito de quilombo.

2.1 Significados de Quilombo

Segundo João Reis e Flávio Gomes, a escravidão de africanos nas Américas absorveu mais ou menos 15 milhões de pessoas retiradas de suas terras¹¹⁰. O tráfico de escravizados através do Atlântico foi um dos maiores empreendimentos comerciais e culturais que estabeleceu a formação do mundo moderno e a produção de um novo sistema econômico mundial. Presume-se que o Brasil tenha recebido 40% dos escravizados africanos. Embora o uso de mão de obra cativa indígena tenha sido acentuado no período colonial, foram os africanos e seus descendentes que protagonizaram a força de trabalho ao longo dos mais de trezentos anos de escravidão. Além de trabalhar nas fazendas, minas, cidades, fábricas, cozinhas e salões, os escravizados africanos e seus descendentes infundiram características próprias sobre outros aspectos da cultura material e espiritual deste país com sua agricultura, sua culinária, religião, língua, música, artes, arquitetura etc. Influenciado pelos seus ancestrais, Manoel Pinto Junior deixou como legado o trabalho coletivo e a cultura afro-brasileira. E sua esposa Eva Manoela Cruz, que era rezadeira, transmitiu a arte culinária, composição musical, a relação com os orixás e a cultura do plantio.

- Então, malungo, está comendo tão caladinho!...fala sua verdade, isto não é melhor do que comer uma cuia de feijão com angu, que o diabo temperou, lá em casa de seu senhor?...

- E às vezes nem isso, pai Simão. Laranja com Farinha era almoço de nós, e enxada na unha de sol a sol... isto aqui sim, é outra coisa... se eu soubesse já há mais tempo

¹¹⁰ REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996. p. 9.

estava cá. Viva o quilombo, meu malungo, e o mais leve tudo o diabo (GUIMARÃES apud GOMES. 2006. p.7).

Enquanto o malungo saboreava seu almoço, Pai Simão, com ironia, perguntou ao cativeiro se a comida estava boa e comparou a refeição do quilombo com àquela preparada pelo diabo na casa do seu senhor. O escravizado respondeu que muitas vezes se alimentava de laranja com farinha, mesmo depois de trabalhar sob sol inclemente. Entusiasmado, o malungo lamentou não ter fugido antes para o quilombo. O diálogo desta epígrafe é do romance de Bernardo Guimarães¹¹¹, “História de quilombolas”, escrito em 1871. Revelou que a recepção do escravizado no quilombo, ao ser acolhido pelo companheiro quilombola, contrastou com seu cotidiano no cativeiro. Ressalto que a constituição de um quilombo era uma das maneiras de resistir à dura vida do trabalho escravo compulsório, principalmente na lavoura. Além do termo quilombo ser ressignificado com o passar do tempo.

No Brasil, no início da colonização, Gomes identificou que tais comunidades foram denominadas, em princípio, como mocambos e depois quilombos. Eram nomes usados na África Central¹¹² para designar acampamentos improvisados, utilizados para confrontos ou até apresamentos de escravizados. Mocambo ou mukambu tanto na língua kimbundu como em quicongo, consistia pau de fieira, tipo de suportes com forquilhas feitos para erguer choupanas nos acampamentos. No século XVII, o termo quilombo também conjugava guerreiros imbangalas (jagas) e seus rituais de iniciação.

Nas últimas décadas da escravidão, em diversas circunstâncias, escravizados fugiram e promoveram rebeliões, além de experienciar inúmeros tipos de protesto. Assim, foram sendo compostas formas de sociabilidade e cultura material na busca de condições de reorganizar e transformar o ambiente em que viviam. Gomes¹¹³ explicitou detalhamento sobre esse contingente de trabalhadores escravizados que, com diferentes olhares, foram em busca da liberdade, interferindo nos rumos da escravidão. Nesse cenário, noções de “liberdade e de escravidão” adquiriam proporções que constantemente eram reformuladas. Observar como os cativeiros experienciaram situações de protesto, tensões, conflitos, sofrimento e alegria implicou compreender como reformularam tais significados a partir de suas próprias percepções. As constantes investidas de magistrados, vizinhos da comunidade e que ambicionavam seu

¹¹¹GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 7. In: GUIMARÃES, Bernardo. *Lendas e romances*. Rio de Janeiro, B.L. Guarnier, 1871.

¹¹²GOMES, 2015, p. 10.

¹¹³GOMES, 2006, p. 248.

território, fizeram os quilombolas do Sacopã repensarem seus métodos em busca de sua autonomia e titularidade definitiva de território em que viveram seus ancestrais e em que vivem os descendentes destes.

O historiador chamou atenção, ainda no final do século XIX, para as relações entre quilombolas, cativos, taberneiros, mascates, lavradores, agregados, arrendatários, fazendeiros, incluindo autoridades locais, para além de uma relação puramente econômica. Segundo Gomes,¹¹⁴ esses grupos formaram a base de uma rede maior de interesses e relações sociais plurais, da qual os quilombolas tiravam proveito intencionando a manutenção de sua autonomia. Representava um legítimo “*campo negro*” onde as ações dos agentes históricos implicavam lógicas próprias, entrelaçando interesses, solidariedades, tensões e conflitos. Assim, o autor define “*campo negro*” como uma complexa rede social atravessada por aspectos multifacetados arrebatando, em determinadas regiões do Brasil, movimentos sociais, assim como práticas econômicas com interesses plurifacetados. Como se fosse uma arena social, representava um espaço de conflitos e solidariedade interligando comunidades de fugitivos, cativos na roça e nas áreas urbanas, libertos, lavradores, autoridades e demais sujeitos que experienciaram o mundo da escravidão. Traçando um paralelo, conformado em outro tempo e espaço, hoje o Quilombo Sacopã vive o cenário descrito pelo autor como “*campo negro*.”

O autor ressaltou que, geralmente, os quilombolas eram escravizados que haviam escapados de um mesmo lugarejo e/ou fazenda, e normalmente eram propriedade de um mesmo fazendeiro. Lilian Schwarcz e Flávio Gomes¹¹⁵ aponta que havia também quilombolas de perfil mais itinerantes, via de regra, formado por pessoas que não tinham acampamento fixo e optavam por uma economia de caráter predatório. Nos anos que sucederam à Abolição, o deslocamento dos libertos, assim como dos descendentes dos quilombolas, aumentou o campesinato negro e a multiplicação de comunidades negras rurais. As conformações rurais do pós-abolição foram reconhecidas como “um campesinato itinerante”, configurado por famílias negras organizadas por grau de parentesco, cultura, ancestralidade e uso comum do território. Ali se fundiram as antigas comunidades de fugitivos da escravidão, ampliando demasiadamente as dimensões dos quilombolas e seus remanescentes, contemporâneos no fim do século XIX, como também no XX e no XXI.

¹¹⁴ GOMES, 2006, p. 45.

¹¹⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. 1^aed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

As práticas culturais relacionadas a rituais e danças, nem sempre religiosas, despontaram nas plantações. Gomes¹¹⁶ sublinhou que o “jongo e o caxambu” são exemplos de culturas experienciadas no sudeste escravista. Em Vassouras, em 1836, as autoridades locais proibiram ajuntamentos de escravizados para batuques. Relações comunitárias, tecidas no interior das próprias fazendas, estreitavam-se no trabalho nos cafezais, onde cativos cantavam lamentações, sonhos, e esperanças, fundindo línguas nativas com a língua portuguesa falada nas senzalas. Socializavam e modificavam, quando podiam, o meio que viviam, criando comunidades e reinventando as próprias culturas. Passados quase cem anos a feijoada, a roda de samba e outras atividades culturais ainda continuam sendo objeto de cerceamento por parte de um grupo de atores sociais antagônicos que ambicionam o território da comunidade na rua Sacopã, 250.

Menos conhecidos, não obstante existam remanescentes hoje em Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Recife, São Luís e Rio de Janeiro, os quilombos suburbanos também se multiplicaram. Gomes¹¹⁷ descreveu que unidades móveis que se constituíram no Brasil oitocentista - sobretudo nas grandes metrópoles escravistas de Salvador - Recife e Rio de Janeiro –, eram esconderijo para inúmeros fugidos noticiados na imprensa. Em 1814, comentava-se no Rio de Janeiro de quilombos localizados na Tijuca, região conhecida nos mapas coloniais com a designação “*serra dos pretos forros*”. Os subúrbios de Inhaúma, Irajá e Jacarepaguá, e especialmente a região da Lagoa, (hoje conhecida como Lagoa Rodrigo de Freitas) eram conhecidos redutos de pequenos, móveis e vários agrupamentos quilombolas meio às vias da corte do Rio de Janeiro. Devido a limiaridade urbana barganhavam produtos de suas roças com taberneiros, viajantes e escravizados ao ganho. De acordo com a pesquisa do autor, identifiquei alguns aspectos que se relacionam com o cotidiano do Quilombo Sacopã: a menção à geografia que conformava a comunidade e a criação de animais e cultivo de alimentos constituindo víveres, sobretudo, para comercializar.

Mais focada nos grandes quilombos, a historiografia da escravidão no Brasil não deu devida atenção aos pequenos quilombos que se incrustavam nos morros e encostas das cidades escravistas. Gomes¹¹⁸ constatou que eles surgiam e sumiam aos olhos das autoridades, dos senhores que reclamavam a evasão de seus cativos, da imprensa que publicava ou até viajantes que tomavam conhecimento dessa movimentação. O autor pressupôs que a invisibilidade,

¹¹⁶GOMES, 2006, p. 213.

¹¹⁷GOMES, 2015, p. 16, 17.

¹¹⁸GOMES, 2015, p. 18.

mobilidade, poucas informações e fontes mais sistemáticas são alguns dos motivos para haver poucas pesquisas sobre quilombos urbanos. Todavia, asseverou que é plausível abordar o fenômeno dos quilombos urbanos e suburbanos baseado também da cultura urbana com ajuntamentos, calundus e fugas intervaladas. No Rio de Janeiro, “casas de quilombos”, batuques e ajuntamentos aglutinavam escravizados, africanos, fugitivos, libertos nos fins de semana, em datas de um calendário afro-brasileiro em construção ou em momentos episódicos. Verifica-se nesta descrição semelhanças do Quilombo Sacopã com algumas características dos quilombos urbanos apontados pelo autor: localização em ladeira íngreme e manifestações culturais como fonte de afluência de pessoas de dentro e de fora do bairro para prestigiar seus eventos.

As *cidades negras* não foram apenas tocadas pelas arquiteturas e intervenções urbanísticas. Entre casarões, palacetes, chácaras, prédios públicos, chafarizes e calabouços apareciam moradias populares¹¹⁹. Para cidades intensamente africanas e gradativamente negras e mestiças, faziam-se necessárias casas para muitos escravizados, inclusive, trabalhadores *ao ganho* que não residiam com seus proprietários, libertos e toda a população urbana. A falta de moradias populares, algumas conhecidas como cortiços, resultou em um problema crônico urbano e se agravou com a chegada de imigrantes estrangeiros a partir de 1840. Além da arquitetura e a conformação urbana, havia significados culturais recriados nos espaços físicos e simbólicos das moradias. As moradias escravas e negras reconfiguraram as cidades atlânticas brasileiras gerando novos territórios.

Os autores apontaram as *casas de zungu*¹²⁰ – assim denominadas na tradição e nos arquivos policiais - como uma das faces mais sinistras da vida dos escravizados urbanos nas primeiras décadas no Rio de Janeiro no século XX. O *zungu* era um tipo de moradia acessível a homens e mulheres negros - ocultando a sociabilidade negra dos olhares brancos e sendo considerado um problema de segurança pública. Conformava-se em um espaço de práticas culturais reprimidas, praticadas à luz da lua. Parecia um esconderijo, um reduto bem protegido numa enormidade de corredores e becos labirínticos urbanos. Espaço acolhedor de africanos, escravizados, pardos, mulatos, libertos, crioulos e pretos; pessoas atrás de amizades, festas, deuses, sonhos, esperanças etc. Essa população negra proibida de praticar suas tradições em espaço público encontrava-se neste reduto estreitando laços de solidariedades. Passados mais

¹¹⁹FARIAS, Juliana Barreto et al. *Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 83.

¹²⁰Ibidem, p. 83-84.

de cem anos, portanto, em outro contexto, seus descendentes continuam sendo reprimidos por cultuar sua feijoada e seus batuques, conforme atestado nesta pesquisa.

Na verdade, o *zungu* tornou-se mais um lugar, conforme refletem os autores, como os quilombos suburbanos e as irmandades, cujas fronteiras étnicas urbanas foram relidas, interpretadas e transformadas por aqueles denominados genericamente de crioulos ou africanos. Um ponto de encontro, de troca, de solidariedade, onde a fronteira étnica podia ter, ainda que breve, pouca relevância como fator de discórdia. “Assim, os autores dão uma nova interpretação do significado maior do *zungu* para a população africana urbana”¹²¹. Talvez o símbolo da resistência fosse tão relevante como trocar, compartilhar, solidarizar-se, mesmo sabendo que esses atos implicassem num desdobramento subversivo frente as autoridades. Mesmo sendo vistos como sujeitos perigosos para as autoridades, africanos, crioulos e seus descendentes quilombolas transitavam em uma estrutura racializada vislumbrando sua autonomia.

Nos últimos anos do século XIX, no centro da cidade do Rio de Janeiro, o prefeito Barata Ribeiro prometeu combater com rigor os emblemáticos cortiços cariocas - Cabeças de Porco - que integravam centenas de casinhas com inúmeros moradores entre velhos e crianças. Chalhoub¹²² esclareceu que a ordem era para despejos seguidos de demolição imediata. Assim foi executado com coordenação do prefeito e do chefe da polícia, dentre outras autoridades, principalmente, ligadas a área da Saúde, todos presentes ao impiedoso ato. O Cabeça de Porco, entre outros cortiços, eram vistos pelas autoridades como “valhacouto de desordeiros”. O recém sistema político Republicano não tratou todos com igualdade, uma vez que não se sabe o rumo que tomaram as pessoas despejadas. Algumas, possivelmente, subiram os morros próximos em busca de acolhimento. Observei, nos meus estudos sobre a família Pinto, que o processo de desfavelização no entorno da Lagoa no contexto da década de 1970 também foi violento. Os moradores foram transferidos para áreas periféricas sendo desconectados abruptamente de suas relações sociais e do seu trabalho. Chalhoub considerou que as práticas violentas usadas na demolição do Cabeça de Porco ainda são utilizadas pelas autoridades na atual conjuntura contra moradias populares. Segundo o autor, a demolição do Cabeça de Porco se tornou “num dos marcos iniciais, num dos mitos de origem mesmo, de toda uma forma de conceber a gestão das diferenças sociais na cidade¹²³”. Ele identificou dois pontos de se relacionar com a diversidade

¹²¹ Ibidem, p. 92.

¹²² CHALHOUB, Sidney. Cortiços e classes perigosas. In.: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial*. Companhia das Letras, 1996, p. 16-17.

¹²³ Ibidem, p. 19-20.

urbana: a) a construção de uma ideia de que “classes pobres” e “classes perigosas” são duas expressões que simbolizam praticamente o mesmo sentido; b) a ideia de que uma cidade só pode ser “administrada,” ou seja, governada segundo critérios técnicos ou científicos: “trata-se da crença de que haveria uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas, que deveria ser nortear então a condução não-política, “competente” e “eficiente”, das políticas públicas.” A união dessas duas crenças serviu para conter o exercício pleno da cidadania, inclusive, contribuindo para o genocídio mesmo de cidadãos. Na capital do Rio de Janeiro, alguns prefeitos fizeram uso desse famigerado expediente: Cesar Maia, Luiz Paulo Conde e o atual Eduardo Paes. Seus mandatos foram marcados por remoções de favelas e perseguição a camelôs.

O contexto histórico em que despontou o conceito de “classes perigosas” no Brasil colocou a população negra como os principais suspeitos na conformação da sociedade. Chalhoub¹²⁴ mostrou que, no debate sobre repressão à ociosidade no pós-abolição, o principal imbróglio para os deputados era planejar o mundo do trabalho sem lançar mão das políticas de controle características do cativeiro. Na escravidão, o dever de condicionar o produtor vinculado à produção pertencia a cada proprietário/senhor. Este ordenava “as relações de trabalho em sua unidade produtiva” conjugando coerção e medidas compensatórias paternalistas. Com o fim da escravidão e término das práticas tradicionais, como assegurar que os negros, agora libertos, se submeteriam a trabalhar garantindo acumulação de riquezas a seus senhores/patrões?

Depois de décadas do fim da escravidão brasileira, o Estado continua observando grupos de pessoas negras como “classes perigosas.” Chalhoub¹²⁵ percebeu que, em uma conjuntura de incerteza, a primeira ideia sobre a “organização das relações de trabalho” com novo formato foi a “teoria da suspeição generalizada” – que delineava “classes perigosas”. Não sendo mais possível demandar a produção por meio da propriedade da própria pessoa do trabalhador, a “teoria” da suspeição generalizada pavimentou uma estratégia de repressão contínua fora dos limites da unidade produtiva. Se não era mais possível manter o produtor preso no local de trabalho, cabia restringir-lhe a mobilidade naquele espaço. Por isso, a manutenção da “ordem” ser apropriada como algo ligado à esfera do poder público e seus órgãos de controle: polícia, carteira de identidade, carteira de trabalho etc. Nenhum desses elementos estava no escopo da política de controle dos trabalhadores na escravidão. A rigor, até 1871, não havia nenhum

¹²⁴ Ibidem, p. 23-24.

¹²⁵ Ibidem, p. 24.

registro geral de trabalhadores. José Cláudio mostrou-se indignado acerca da resistência pela manutenção do espaço de moradia da sua família: “Eu acho que não tem lei que possa prender de uma certa forma, mas de uma outra forma a gente estava preso, também sabe preso dentro do nosso espaço”¹²⁶. A observação do quilombola José Cláudio é análoga à reflexão do historiador sobre a teoria da suspeição generalizada.

A República se manifestou como o regime da liberdade, da igualdade e do governo popular. José Murilo de Carvalho¹²⁷ argumentou que o Rio de Janeiro foi considerado o berço da cidadania moderna, o maior centro urbano, que propiciava o multiculturalismo das liberdades civis, ponto importante para o fomento da participação política. Porém, não mostrava o perfil da cidade burguesa onde cresceu a democracia moderna. As tradições escravistas e colonial eram um estorvo para o desenvolvimento das liberdades civis, ao mesmo momento em que exasperava as relações dos cidadãos com o governo. Era uma cidade de comerciantes, de burocratas e de uma grande massa proletária, hierarquizada socialmente, pouco afeita tanto aos aspectos libertários do liberalismo quanto à disciplina do trabalho industrial. Uma cidade em que ruía a estrutura antiga sem preocupação em promover uma nova ordem burguesa, o que correspondeu a outra forma de afirmar a ausência das condições para a cidadania política. As disputas pelo território onde reside o Quilombo Sacopã comprovam que o advento da República ignorou a existência de comunidades que tinham relações de ancestralidade com antigos quilombos.

O autor declarou que, impedida de ser república, a cidade mantinha suas repúblicas e seus nódulos de participação social nos bairros, nas associações, nas irmandades, nos grupos étnicos, nas igrejas, nas festas religiosas e profanas e mesmo nos cortiços e nas maltas de capoeiras. Segundo Carvalho¹²⁸, estas estruturas comunitárias não se adequavam no modelo contratual do liberalismo dominante na política. Foi do crescimento dessas repúblicas, algumas oprimidas, que se construiu a identidade coletiva da cidade. Neste ritmo de castração e repressão política da população urbana, se aproximaram povo e classe média e, assim, se traçou o rosto tangível da cidade, longe das preocupações com a imagem que deveria ser vitrine para a Europa. Foi, portanto, “o futebol, o samba e o carnaval que deram ao Rio de Janeiro uma comunidade de sentimentos”, sobre e além das grandes desigualdades sociais que sobreviveram e ainda

¹²⁶Entrevista com José Cláudio, no Quilombo Sacopã, em 01 de outubro de 2022.

¹²⁷CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia da Letras, 1987, p. 161-162.

¹²⁸ Ibidem, p. 162-163.

sobrevivem. Negros livres, ex-escravizados, imigrantes, proletários e classe média descobriram gradualmente um campo comum de autorreconhecimento que antes não lhes fora disponibilizado pela política. Registrei movimento similar dos membros da família Pinto que, ao constatarem que seus direitos não seriam consequência de uma lógica social inclusiva, mas sim resultado de conquista, resolveram buscar canais e redes de apoio para materializar seus direitos.

Atualmente, espraiadas em todo Brasil, despontaram comunidades negras - nas áreas rurais, bem como, em áreas urbanas e suburbanas de grandes cidades - remanescentes de quilombos. Elas representaram um encadeamento de um processo mais longo da história da escravidão e das primeiras décadas do pós-abolição, período em que se constituíram incontáveis comunidades de fugitivos da escravidão – assim como, índios e desertores militares – além daquelas que se formaram com a migração dos libertos¹²⁹. Não se trata de um passado em repouso, como algo que restou de um pretérito distante. As comunidades formadas por fugitivos criaram histórias complexas de ocupação fundiária, criação de territórios, cultura material e imaterial singulares, assentadas no parentesco e no uso e manuseio coletivo da terra. A evolução das comunidades negras contemporâneas é muito complexa com suas ações por identidade e luta por cidadania. O fio condutor da formação do Quilombo Sacopã se conecta a um passado das primeiras décadas do pós-abolição, quando Manoel Pinto Junior, patriarca da família Pinto, deixou Friburgo no fim da década de 1920 e veio para a ladeira Sacopã em busca de estabilidade econômica.

2.2 Outros quilombos brasileiros

É importante relacionar a luta por garantia de direitos do Quilombo Sacopã com outros quilombos brasileiros. Nesta seção, examinarei fatos da contenda da família Silva - tanto pelo direito de permanecer nas suas terras como no processo de posse definitiva das mesmas – com os percursos de luta de remanescentes urbanos e rurais de comunidades de outros quilombos. Os quilombos que serão equiparados são o Quilombo da família Silva e a Comunidade do Morro Alto, ambos localizados no Rio Grande do Sul e a comunidade do Barranco de São Benedito que fica no Amazonas - em busca de sua autonomia e liberdade, respeito e vida digna.

¹²⁹GOMES, 2015, p. 7.

Inicio com o primeiro quilombo urbano do país, localizado em um bairro delineado por condomínios da classe alta de Porto Alegre, chamado Três Figueiras. O Quilombo da família Silva¹³⁰ foi o único, dentre sete quilombos urbanos da capital gaúcha, a ser contemplado com a titulação de seu território – atualmente 22 famílias compõem o quilombo. Os moradores possuíam vizinhos preconceituosos, mas também havia aqueles que se solidarizavam com a comunidade. A quilombola Lígia Maria da Silva explicou que, enquanto a maioria das mulheres trabalhava como domésticas, os homens se empregavam como jardineiros ou seguranças.

Lígia Maria da Silva contou que seus avós, Naura da Silva e Alípio dos Santos chegaram no bairro Chácara das Três Figueiras em 1940 e o mato predominava. Havia dois pavilhões: um do colégio Anchieta e outro pavilhão do colégio Farroupilha. Os avós de Lígia criaram porco, galinha e outros bichos. Ela faz questão de dizer que o sustento da família era tirado da terra e que a tranquilidade reinava no local. Estas chácaras eram ocupadas por negros alforriados que construíram suas casas com pouca infraestrutura e cultuavam à religião de matriz africana. Seus pais se casaram bem próximo à seringueira que ficava no centro do quilombo e tiveram onze filhos – sete ainda vivem no quilombo.

A partir da década de 1960, a especulação imobiliária promoveu uma grande valorização do bairro e na esteira surgiram escolas e centro comerciais. Hoje, a área é considerada uma das zonas nobres da capital e possui o metro quadrado mais caro de Porto Alegre. Com apoio de entidades ligadas à União, o quilombo resistiu às ameaças e conseguiu que o Incra instaurasse, em 2004, o processo para titular terras. Cinco anos depois, a família foi contemplada. Lígia¹³¹ atribui o reconhecimento da comunidade quilombola ao presidente Lula. Segundo ela, Lula esteve duas vezes no Rio Grande do Sul. Na primeira vez, ela não conseguiu se aproximar do presidente, então atirou um papel na direção dele com a seguinte frase: “Quilombo pede ajuda”. Ele leu o papel e nada disse. Na segunda vez, as irmãs de Lígia mostraram uma faixa pedindo título para o Quilombo da família Silva. Foi então que Lula disse ao microfone, “eu vou dar o título para o Silva porque eu também sou um Silva.” Lígia declarou que naquela mesma noite os servidores do Incra assinaram o título. A conquista das terras tituladas foi graças a uma conjunção de fatores políticos e jurídicos. Porém, o meio de comunicação pensado pela família e um presidente da República conectado com as justiças sociais foram cruciais para a

¹³⁰Disponível em: <https://www.brasildefatos.com.br/2019/11/08/primeiro-quilombo-urbano-do-pais-comemora-10-anos-de-titulacao-no-rs>. Acesso em: 17 fev. 2023.

¹³¹Ibidem, p. 1.

prosperidade da família quilombola Silva e exemplo para as outras famílias que lutam pelo mesmo objetivo.

A titulação foi parcial, uma vez que um dos condomínios vizinhos ocupou uma parte que pertencia ao quilombo. Lígia diz que essa parte não foi reconhecida pelo Incra, logo a comunidade perdeu a esperança de revê-la, mas celebra a segurança e o sossego que a titularidade trouxe à comunidade¹³². A titularidade definitiva do território também é muito aguardada pelos quilombolas do Quilombo Sacopã.

Considerei que há bastante similaridade na conturbada luta dos Quilombos da família Silva e Sacopã pelos direitos sociais e pelo reconhecimento legal da apropriação de seus territórios. Condomínios luxuosos invadiram as terras de ambos e efetuaram construções, as duas famílias conviveram com ameaças de despejos, os bairros onde situam as famílias figuram entre um dos mais valorizados das suas cidades e seus vizinhos se dividem entre preconceitos e solidariedades. Além disso, as ocupações citadas pela quilombola gaúcha se assemelhavam aos ofícios exercidos pelos quilombolas cariocas do Quilombo Sacopã. Quanto aos aspectos que se referiam ao contexto da migração, a autossuficiência, a pouca infraestrutura local, a simbologia espiritual da árvore, a transição da característica geográfica bucólica para configuração urbana, a mesma opção de fé e a família numerosa também são particularidades que perpassavam os dois quilombos urbanos: Silva e Sacopã.

Seguindo a correlação com outros quilombos brasileiros, abordei a contenda com a *gente* da Felisberta localizada na comunidade de Morro Alto, situada no litoral norte do Rio Grande do Sul. Mais precisamente na divisa entre os municípios de Osório e Maquiné, onde hoje situa-se o entroncamento das estradas BR-101 e RS-407¹³³. No subtópico de sua tese intitulado “Motivos para partir – narrativas de expropriação”, Weimer¹³⁴ explicou que alguns autores discutiram o processo de expropriação de terras do campesinato negro da região do Morro Alto, em meados do século XX, relacionado à modernização e construção de estradas. O historiador descreveu que o trecho ligando o primeiro município e Porto Alegre se estendia por quase 200km e passava pela localidade de Morro Alto, no município de Osório. O impacto da estrada resultou na configuração da localidade na qual ficavam os terrenos da *gente* da Felisberta. Na prática, o que está em jogo é uma conformação geográfica criada para quem

¹³²Ibidem, p. 1.

¹³³WEIMER, op. cit., p. 255.

¹³⁴Ibidem, p. 251.

figura na parte alta da pirâmide social econômica em detrimento da classe que se encontra na base.

O presidente da Associação de Moradores Rosa Osório Marques, de Morro Alto, chamado Wilson, forneceu um importante relato para Weimer¹³⁵ relacionado à expropriação de terras. Wilson disse que um primo de sua mãe, chamado Timóteo, perdeu o juízo e buscou abrigo no mato em um rancho onde hoje é um túnel da BR-101. Segundo Wilson, a culpa pelo desvario caberia aos brancos que usurparam as terras de Timóteo no Espraiado, principalmente, Fabinho Souza. Ele se desesperava quando um branco vinha a seu encontro. Só recebia alimentos, em seu abrigo, se fosse entregue por pretos. Trata-se de um episódio muito grave e significativo. Infelizmente, Timóteo não foi o único a ter a saúde mental abalada por conta de assédio sobre suas terras. Um ambiente também marcado por tensões e conflitos por conta de expropriação de terras foi um dos fatores que abalou muito o sistema nervoso dos integrantes da família Pinto, redundando em depressão, síndrome do pânico, transtorno de ansiedade, infartos e óbitos. Em uma das famílias do Sacopã, constituída por quatro pessoas, o pai teve depressão aguda, a mãe foi acometida por um infarto vindo a falecer e um dos filhos também enfartou. Só um desta família resistiu às tentativas de remoção e ameaças da quadrilha de grileiros, e hoje encontra-se sob cuidados psiquiátricos, ainda intentando estabelecer seus direitos sobre o território que os seus habitam desde 1939.

Migrando da região Sul para a região Norte pesquisei a comunidade do Barranco de São Benedito, situado no bairro da Praça 14 de Janeiro, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, cujo processo de certificação foi o objeto de pesquisa de Karollen Silva¹³⁶. A comunidade negra se formou quando migrantes maranhenses - entre eles alguns ex-escravizados e seus descendentes - saíram nos últimos anos do século XIX da cidade de Alcântara, no Estado do Maranhão, para a região amazônica. Na década de 1950, a Praça 14 de Janeiro recebeu obras de urbanização que proporcionou abertura de ruas mudando a configuração geográfica da localização da comunidade negra maranhense. Silva constatou que a área plana, na qual situava a comunidade, fora cortada por uma rua cindindo-se em duas partes transformadas em barrancos. Assim, a localidade conhecida como Colônia Maranhense¹³⁷ passou a ser chamada

¹³⁵Ibidem, p. 255.

¹³⁶ SILVA, Karollen Lima. *Patrimônio Cultural, Festa e construção identitária: uma análise do processo de certificação quilombola da comunidade do Barranco de São Benedito (2010-2016)*, p. 6.

¹³⁷ Ibidem, p. 43.

Comunidade do Barranco. Em função da sua proximidade do centro de Manaus, tais obras serviram de chamariz para vários estabelecimentos comerciais.

Os migrantes negros maranhenses levaram sua cultura e religiosidade para o Amazonas. Sua primeira comemoração realizada na cidade manauara foi o festejo de São Benedito. Da mesma forma como o legado cultural de Manoel Pinto Junior e Eva Manoela da Cruz que, apropriado por seus descendentes, auxiliou a tecitura de uma rede de solidariedades em busca de sua autonomia, também o legado, passado de geração em geração entre as famílias maranhenses – o festejo e a devoção por São Benedito, para além da fé –, viabilizou que a comunidade fosse reconhecida como remanescente de quilombo.

A certidão entregue à comunidade do Barranco de São Benedito pela FCP, em setembro de 2014, foi a prova de seu reconhecimento enquanto remanescentes de quilombo. Silva atestou que, por meio da certidão, foi possível solicitar o pedido de demarcação de suas terras ao Incra, porém, por divergência na delimitação de terras, e como nem todos os moradores da comunidade se autodefiniram enquanto quilombolas, o processo continua pendente. O critério para a autodefinição deve ser comum a todos moradores da comunidade, conferindo, portanto, celeridade ao processo burocrático.

Muitos aspectos entrelaçaram essas comunidades quilombolas das regiões Sul, Sudeste e Norte: a alegria, a tristeza, a fé, a festa, a opressão, a resistência, o trabalho coletivo, o acesso às terras de uso comum, pequena criação de bichos, a luta, a estratégia, a culinária, a dança, os pontos e os nós das redes de solidariedade, dentre outros. Todas elas precisaram do serviço público para garantia de direitos, sobretudo, a titularidade de seus territórios. No entanto, detectei a prática de racismo institucional, que é considerado como “fracasso coletivo de uma organização em prover um serviço profissional e adequado às pessoas com certos marcadores grupais de cor, cultura origem étnica ou regional¹³⁸. ” Ao estudar essas comunidades e seu entorno, verifiquei que o investimento público nesses espaços, não se preocupou inseri-las no projeto de cidade, configurando, assim, racismo institucional. Ainda sobre esse assunto, o historiador Gomes argumenta que:

O Estado tem dificuldade de reconhecer as questões que atravessam as dimensões raciais. Os quilombolas não são só descendentes de ex-escravizados. Os quilombolas são negros. Eles não são só sem-terra, são negros. Isso gera uma certa dificuldade do Estado, dos governos e da sociedade brasileira.¹³⁹

¹³⁸Racismo Institucional Forum de Debates.pdf. Disponível em: <https://www.nupad.medicina.ufmg.br/forum-debate-o-racismo-institucional/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

¹³⁹Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/quilombos-precisam-ser-vistos-como-questao-agraria-mais-ampla-diz-historiador.shtml>. Acesso em: 29 jul. 2023.

Penso que a dificuldade para dar celeridade ao procedimento do art. 68 ADCT/CF-1988 está atrelada a aspectos étnico e agrário. São dois componentes que fazem com que o Estado não se interesse pela fruição da população quilombola. Além da caduca noção naturalizada de que o quilombo é um resquício do passado, “escondido no rincão,” onde sua cultura é resumida a bater tambor. Talvez por isso alguns vizinhos que ambicionavam o território da família Pinto, ou por cinismo ou por ignorância, faziam troças de suas atividades culturais.

2.3 Ressemantizações contemporâneas do conceito de quilombo

O termo quilombo tem revelado novos sentidos na literatura especializada e também para sujeitos, grupos e organizações. A ABA¹⁴⁰ explicou em seu documento que, mesmo dotado de conteúdo histórico, o mesmo vem sendo ressemantizado para caracterizar a situação atual dos seguimentos negros conforme regiões e contextos no Brasil. Definições têm sido formuladas por ONG's, entidades confessionais, movimentos sociais, assim como o próprio movimento negro.

Exemplo disso é o termo “remanescente de quilombo”, utilizado pelos grupos para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento do ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico.¹⁴¹

A composição do conteúdo do termo quilombo é resultado de segmentos sociais, implicando em uma construção com participação popular.

Portanto, contemporaneamente, o termo “remanescente de quilombo” não se relaciona a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Tampouco, trata-se de grupos isolados ou de uma população rigorosamente homogênea. Equitativamente,¹⁴² nem sempre sua constituição foi resultado de rebeliões, mas, principalmente, “consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado local.” Destacaria, sobretudo, que o termo atual de remanescente de quilombo não tem relação com resíduos. Todavia, são grupos que aglutinaram aspectos relacionados à resistência pela manutenção do espaço em que vivem e a sua reprodução cultural.

Isto posto, o grupo de trabalho ABA, considerou que o dispositivo constitucional, art.

¹⁴⁰Associação Brasileira de Antropologia. Documento do grupo de trabalho sobre comunidades negras rurais. Encontro realizado em 17/18 outubro de 1994 - ABA/Rio de Janeiro. Acesso em: 03 dez 2023.

¹⁴¹Ibidem, p. 1.

¹⁴²Ibidem, p. 2.

68 ADCT/CF-1988¹⁴³, “reconheceu a presença desses grupos, cabendo o MinC como autoridade competente legalizar as situações assim identificadas.” Atualmente, a comunidade¹⁴⁴ é formada por 9 casas, 8 moradias, 37 moradores. Destes, 12 moram fora do quilombo. Nenhuma delas possui lotes de terras exclusivo e todas têm consciência da importância do art. 68 ADCT/CF-1988 na manutenção da comunidade na ladeira Sacopã.

Pensar quilombo contemporaneamente envolve olhar o passado e abrange dedicação aos estudos desenvolvidos a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e dos desdobramentos legais do seu art. 68 ADCT/CF-1988. Os autores selecionados¹⁴⁵ para sustentar o recorte deste estudo trilharam caminhos diversos a partir de suas opções de investigação, a saber: tratar do conceito de quilombo do período colonial até à atualidade, discriminar elementos que compõem a definição de quilombo, propor deslocamentos no tempo, evidenciar o protagonismo dos movimentos negros no Brasil, investigar o processo de ressemantizações do termo e os desentendimentos consequentes deste processo e examinar o itinerário da aprovação e desdobramentos legais do art. 68 ADCT/CF-1988. Estas referências teóricas também ancoraram a análise do percurso da luta do Quilombo Sacopã: suas estratégias de resistência, combate ao racismo e preconceitos e apropriação legal da sua terra.

Os primeiros estudos sobre o conceito de quilombo levaram a uma referência histórica do período colonial. Almeida¹⁴⁶ descreveu que a maioria dos autores, do presente ou do passado, recorreu ao conceito jurídico-formal de quilombo, ou seja, o conceito frigorificado. Esse conceito, que reunia elementos descritivos, foi uma demanda do rei de Portugal em função da consulta feita ao Conselho Ultramarino em 1740. Quilombo foi definido como todo acampamento de negros fugidos, acima de cinco, parcialmente despovoado, mesmo sem ranchos erguidos “e nem se achem pilões nele”. Almeida resumiu em cinco elementos tal definição: o primeiro é a fuga; o segundo se referia a quantidade de fugidos; o terceiro se relacionava ao isolamento geográfico, área supostamente inacessível; o quarto elemento dizia respeito ao rancho, ou seja, relacionava ao espaço de moradia e o quinto seria a condição: “nem se achem pilões nele”, indicando o autoconsumo e a reprodução. O autor revelou que foi em uma pesquisa sobre conflitos envolvendo famílias camponesas, retratadas em unidades familiares de trabalho/produção e de consumo, que ele chegou às designadas *terras de preto*.

¹⁴³Ibidem, p. 3.

¹⁴⁴ Informação atualizada pelo quilombola José Cláudio via WhatsApp em 01 jul. 2023.

¹⁴⁵ ALMEIDA (1990, 2002), MATTOS (2005, 2006), ARRUTI (2008) e GUIMARÃES (2009).

¹⁴⁶ ALMEIDA, op. cit., p. 47, 48, 51.

As autoridades da época julgavam os quilombos apenas como objeto de repressão. Em outro sentido, Almeida considerou que no ambiente operava-se trabalho e produção fruto da autonomia quilombola.

A rigor, os cinco elementos citados permaneceram nas noções de quilombo e só sentiriam um deslocamento de variação e intensidade entre si. Almeida¹⁴⁷ ressaltou que na legislação republicana sequer apareceu o termo quilombo, pois com o fim da escravidão pressupunha-se que sumisse espontaneamente ou não teria mais motivo para existir. O autor expôs que se verificou um vazio nos textos constitucionais sobre a relação entre os ex-escravizados e a terra, em especial, no que diz respeito ao caráter de autonomia produtiva representado pelos quilombos. E quando é citado na Constituição de 1988, o quilombo já apareceu como sobrevivência, como “remanescente”. “Reconhece-se o que sobrou, o que é visto como residual, aquilo que restou, ou seja, aceita-se o que já foi”. Para Almeida, se deveria operar com o conceito de quilombo levando em conta o que ele é no presente, ou seja, tem de haver um deslocamento. Sugere não discutir o que foi, e sim discutir o que está posto e de que maneira essa autonomia foi sendo construída historicamente.

O art. 68 ADCT/CF-1988 mudou o rumo de muitas comunidades negras espalhadas no Brasil e esperançou inúmeras outras reparando injustiças, propiciando a cidadania e titulando suas terras. Em artigo intitulado “Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativeiro e políticas públicas de reparação no Brasil”, Hebe Mattos¹⁴⁸ sugeriu uma abordagem para o itinerário da aprovação e dos desdobramentos legais deste artigo que reconheceu direitos territoriais aos “remanescentes das comunidades dos quilombos”, assegurando-lhes a titulação permanente pelo Estado Brasileiro.

Para entender o art. 68 ADCT/CF-1988 e sua inclusão nas disposições transitórias da Constituição, a autora¹⁴⁹ propôs levar em conta, previamente, o protagonismo dos movimentos negros no Brasil, durante a década de 1980, e a revisão por eles apresentada no que se refere à memória pública da escravidão e da Abolição. A imagem da princesa branca libertando por decreto escravizados resignados, difundida nos livros didáticos brasileiros, foi eclipsada por uma imagem de um sistema selvagem, cujo escravizado resistia, geralmente fugindo e formando quilombos. A perspectiva dos negros na história do negro no Brasil foi fundamental

¹⁴⁷ Ibidem, p. 53.

¹⁴⁸ MATTOS, Hebe. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativeiro e políticas de reparação no Brasil. In: *Revista USP*, n. 68. dez. jan. fev. 2005 e 2006, p. 105.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 105.

para mostrar que o escravizado buscava todo tempo sua liberdade e sua autonomia.

Muitas ocorrências de fuga e rebeldia incluíam uma pauta de reivindicação, como, por exemplo, retorno ao trabalho desde que houvesse negociação para terem outras condições para executarem as tarefas. Mocambos ou quilombos mantinham proximidades com os assenzalados. Mattos¹⁵⁰ fundamentou que, da junção desses dois movimentos, emergiu o escravizado como protagonista também do processo abolicionista, mediante os processos judiciais de ação de liberdade, os atos de rebeldia nas senzalas e as fugas generalizadas na década de 1880, eventos que precederam o ato da legal da Abolição. Nessa conjuntura, algumas comunidades negras rurais despontaram como possíveis descendentes de antigos quilombolas. Considerei que o movimento - fuga e rebeldia - operado pelos negros foi a chave de negociação que os colocavam na condição de protagonista das suas ações. Transitando sob uma estrutura social opressora, os escravizados mobilizavam seus pares em busca de sua autonomia e liberdade.

Entretanto, grande parte das comunidades negras rurais espalhadas pelo Brasil, lutando pelo reconhecimento da posse tradicional de terras coletivas, identificadas principalmente como “terras de preto”, não era relacionada à noção histórica de quilombo. Mattos¹⁵¹ explicitou que “muitos dos grupos relacionados à memória da escravidão e à posse coletiva da terra, nas décadas de 1970/80, tinham seu mito de origem em doações senhoriais realizadas no contexto da Abolição”. Não obstante, além da noção étnica e da posse coletiva da terra os cotidianos dos conflitos fundiários aproximavam o conjunto das “*terras de preto*”, credenciando-as ao dispositivo legal.

Verifiquei que o entendimento de Mattos sobre o fato do advento do art. 68 ADCT-CF/1988 ter provocado mudanças no rumo de muitas comunidades negras brasileiras que passaram a ter esperanças de reparação de injustiças e titulação de suas terras, comprovou-se também na movimentação do Quilombo Sacopã. A família Pinto se habilitou ao dispositivo legal, estimulada semelhantemente aos grupos que constituem as *terras de pretos*.

Afinal, de onde surgiram esses novos quilombos? Assim começou o subtópico do texto intitulado “Os Novos Quilombos” da historiadora Mattos.¹⁵² Os mais críticos alegaram que são originários da recém demanda por garantia de direitos à posse coletiva de terras, indicadas por colonos e posseiros negros tradicionais, com apoio de movimentos negros, ABA, Pastoral da

¹⁵⁰Ibidem, p. 106.

¹⁵¹Ibidem, p. 106.

¹⁵²Ibidem, p. 107.

Terra e outros atores sociais no contexto pós-redemocratização brasileira. Contudo, segundo a historiadora, há também um fio condutor ligado na formação de um campesinato constituído por escravizados libertos e seus descendentes no período pós-abolição no Brasil, que habilitou tais grupos reivindicarem-se como comunidades tradicionais e como quilombolas. O grupo de vizinhos que ambicionavam o território da família Pinto torcia contra a certificação da comunidade quilombola, pois era uma maneira devê-los longe da localidade elitizada Fonte de Saudade.

Ainda sobre o período pós-abolição no Brasil, quando terminou a escravidão houve uma dispersão dos escravizados, mas alguns tinham terras doadas ou legadas de diversas maneiras. Estas terras foram passando por gerações e ficaram passíveis de serem roubadas, invadidas e expropriadas. Tais terras eram consideradas terras de camponeses pretos. Propor novas chaves de leitura para o conceito *terra de preto*, desenvolvido pelo antropólogo Almeida¹⁵³ e acessado por demais pesquisadores, foi o desafio da historiadora Guimarães.¹⁵⁴ Ela examinou as experiências de escravizados e libertos inseridos no Vale do Paraíba mineiro (Juiz de Fora e Mar de Espanha) na segunda metade do século XIX e suas expectativas de acesso à terra por usufruto, posse ou propriedade.

A autora decidiu apresentar os “resultados possíveis sobre os usos e ocupações da terra por escravos e libertos.” Elione Guimarães¹⁵⁵ alegou que procurou observar as experiências dos homens escravizados, ou seja, o cotidiano dos cativos com seus senhores e o convívio com seu grupo, a composição das famílias escravizadas e das redes de compadrio, e suas “experiências camponesas” – “a partir da chamada brecha camponesa ou economia autônoma dos cativos” – para conferir se estas se tornaram e como propiciaram aos cativos ter acesso a um pedaço de terra e como se deu a relação deles com esse pedaço no pós-emancipação.

Portanto, a historiadora considerou que, para o entendimento amplo do acesso dos escravizados, ex-escravizados e seus descendentes à terra, e para o entendimento das circunstâncias e formas de como se deu, devem ser levadas em conta as terras ganhas “em doação nas áreas de grande *plantation* e da incorporação ao conceito *terra de preto* do acesso à terra através da economia autônoma dos cativos.” Guimarães¹⁵⁶ propôs que mestiços também sejam integrados, mesmo reputando que as condições de acesso e permanência na terra herdada

¹⁵³ ALMEIDA, op. cit., p. 20-23.

¹⁵⁴ GUIMARÃES, Elione. *Terra de Preto: usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920)*. Niterói. UFF. 2009. p. 129-132.

¹⁵⁵Ibidem, p. 130.

¹⁵⁶Ibidem, p. 134.

tenham sido, muitas vezes, diferentes para negros e mestiços. Acentuo que Manoel Pinto Junior e sua esposa Eva Manoela Cruz ocuparam o território em que vivem seus herdeiros desde o final da década de 1930. O trabalho se deu de maneira coletiva e por muito tempo viveram do plantio e da criação em suas terras.

Com o início do regime republicano, o termo quilombo não desapareceu, porém, “sofreu suas mais radicais ressemantizações, quando deixou de ser usado pela ordem repressiva para tornar-se metáfora corrente nos discursos políticos, como signo de resistência.” José Maurício Arruti¹⁵⁷ distinguiu três principais tipos de ressemantizações. A primeira quando se referiu ao quilombo como *resistência cultural*, articulado a produção de uma cultura negra no Brasil. A segunda ressemantização estaria vinculada à *resistência política*, sugerindo, portanto, o enfrentamento das classes populares contra a ordem dominante. O movimento negro esteve à frente organizando o terceiro plano de ressemantização de quilombo que, “somando a perspectiva cultural ou racial à perspectiva política, elegeu o quilombo como ícone da *resistência negra*”. Ressalto que os quilombolas do Quilombo Sacopã trataram como eixo de suas lutas o termo resistência relacionado à cultura, à política e à negritude.

No início da década de 1990, de acordo com Arruti¹⁵⁸, a FCP anunciou que o órgão tinha uma proposta de *definição para quilombo* que serviria de base para futuros trabalhos, segundo a qual “quilombos são sítios historicamente ocupados por negros que tenham resíduos arqueológicos de sua presença, inclusive as áreas ocupadas ainda hoje por seus descendentes, com conteúdo etnográficos e culturais”¹⁵⁹. No parecer oficial, “que era também da parte do movimento negro institucionalizado no governo”, a definição historicizante e arqueológica, apoiada na noção de patrimônio material, levava um ligeiro predomínio sobre aquela presentista, que falava como convinha de “quilombos contemporâneos”. Em função do impasse, a ABA elaborou o documento de 1994 acima citado.

No art. 68 ADCT/CF-88, o termo “remanescentes” também serviu para resolver a difícil relação de continuidade e descontinuidade com o passado histórico, onde a descendência pareceu não ser prova cabal. Arruti¹⁶⁰ desvelou que o termo “remanescente” inseriu um diferencial com relação ao outro uso do termo “quilombo” presente na Constituição brasileira de 1988. Nele, as antigas reminiscências de antigos quilombos (documentos, restos de senzala

¹⁵⁷ ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo (Org.). *Raça: Perspectivas Antropológicas*. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA. Arruti, 2008. p. 4.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 12-13.

¹⁵⁹ MARQUES, Carlos. Conquista do paraíso. *Revista Isto É*, Rio de Janeiro, 5 de março de 1986, p.33.

¹⁶⁰ ARRUTI, op. cit., p. 14.

etc.) dos artigos 215 e 216, não têm mais a menor relevância, mas sim as “comunidades”, organizações sociais, agrupamento de pessoas que “estejam ocupando suas terras”. Mais do que isso, tem a ver, efetivamente, aos grupos de pessoas organizados politicamente a fim de garantir direitos e, por isso, reivindicando tal nomeação atribuída ao Estado. Verifiquei que, no Quilombo Sacopã, não constavam objetos ou resquícios de senzala, no entanto é notória a sua organização social no território quase centenário e o seu engajamento político.

A necessidade de romper com um significado imperativo para quilombo que apresentaria ou a legislação repressiva do século XVIII ou um conjunto de ideias de um movimento negro ainda relacionado ao modelo palmarino “levaria a propor que se reconhecessem” as “novas dimensões do significado atual de quilombos”, que se enquadrava em situações sociais específicas e contemporâneas, formadas sobretudo por instrumentos políticos-organizativos, onde o principal objetivo é a conquista da terra e a afirmação de uma identidade própria. Segundo Arruti¹⁶¹, indica-se que “autoevidências intrínsecas à ideologia escravocrata e aos preceitos jurídicos dela emanados” sejam substituídas pela *autoatribuição* de uma militância social que, em sua solicitação pública de inversão do estigma, recorreu a esta “forma mais que simbólica de negar o sistema escravocrata”. Enfim, a noção contemporânea de quilombo evidenciou grupos sociais criados em decorrência de conflitos fundiários ligados à dissolução das formas de organização do sistema escravocrata. Tal noção manifestou-se nas ações exitosas empreendidas pelo Quilombo Sacopã contra tensões e conflitos gerados pelos especuladores imobiliários para removê-lo do seu território, êxito ocorrido em função da sua articulação política coletiva. Durante décadas - iniciadas no começo do século XX e estendendo-se ao século XXI – a família Pinto foi submetida a tentativas de suborno e reiteradamente ameaçada, contudo recusou-se a negociar ou ceder seu território. A afirmação de uma identidade própria e *autoatribuição* de uma militância social pautou sua perseverança em estratégias de resistência como a manutenção das suas manifestações culturais e tradições.

A ressemantização da categoria constitucional sugerida pela ABA, em 1994, foi uma peça importante na construção dos pilares que sustentaram o conceito contemporâneo de quilombos, como também da sua inclusão ao processo de nomeação instituído pelo Estado brasileiro. Para Arruti,¹⁶² esse conceito proporcionou tradução legal a uma demanda pela diversidade de direitos, alicerçado na pluralidade étnica e cultural da população conformada no território brasileiro. O documento elaborado pela ABA serviu de referência para pensar o

¹⁶¹ARRUTI, op. cit., p. 18.

¹⁶²ARRUTI, op. cit., p. 26.

quilombo contemporâneo e encorajou várias comunidades quilombolas a demandar direitos relacionados ao art. 68 ADCT/CF-1988.

2.4 A onipresença da judicialização na história de resistência do Quilombo Sacopã

Há registros de caráter legal que são de fundamental importância para a compreensão da história de resistência do Quilombo Sacopã: temos as leis que respaldaram os processos em que pleiteavam o reconhecimento de seus direitos e temos os processos iniciados por vizinhos - alguns ocupantes de cargo no poder público - para expulsá-los ou cercear suas atividades culturais e econômicas. Há outras questões em que se viram envolvidos porque foram afetados pelas decisões e processos que corriam no Poder Judiciário - municipal, estadual e federal - e há seu processo de titulação do território quilombola que está na última etapa, aguardando a expedição do decreto pela Presidência da República.

Em artigo intitulado “O judiciário é o pior inimigo do povo negro”¹⁶³, no qual refletiu sobre as percepções dos moradores de quilombos acerca do Judiciário, com o intuito de discutir como a Justiça brasileira tem sido operada, Romão apontou alguns aspectos como os principais apurados em sua pesquisa:

A desigualdade no acesso às informações e a vereditos idôneos, a necessidade da construção de redes pessoais para se alcançar legitimidade dentro do Judiciário, a expressão do ressentimento com tais problemas e a forma como os conflitos atingem as minorias étnicas [...].

Este aspecto de legitimação de seus direitos territoriais foi um “dos principais pontos levantados pela pesquisa”. O autor assegura que as lideranças quilombolas concebem Poder Judiciário “como um ente hostil” e responsável pela falta de apreço para com as demandas da população quilombola. Por isso, a importância de tecer rede de solidariedades com artistas, escritores, jornalistas, acadêmicos, cineastas e intelectuais. Pois, mesmo compreendendo o Judiciário pouco acessível às reivindicações quilombolas, ainda assim tal espaço deve ser valorizado.

Do ordenamento jurídico que envolveu a história de luta da família Pinto se sobressaíram: as leis de usucapião que permitiram a propriedade, pelo uso, de um bem seja móvel ou imóvel; o art. 68 dos ADCT/CF-1988 que estabeleceu a garantia do direito de

¹⁶³JULIANO, Filipe Romão. Judicialização da vida quilombola: notas sobre a Justiça brasileira. *Revista Estudos de Sociologia* – RES, Araraquara v.24 n.47 p. 318, 319, jul.-dez. 2019.

propriedade aos remanescentes de quilombos sobre as terras que ocupam; o decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que prevê diversas regulamentações e procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos e, como destaque, a Lei nº 5.503, de 17 de agosto de 2012 que criou A AEIC do Quilombo Sacopã.

2.4.1 Usucapião

No início dos anos de 1970, a Zona Sul do Rio de Janeiro passou por um vertiginoso desenvolvimento urbano, atraindo a classe alta e construtoras interessadas por loteamentos. Maia¹⁶⁴ especificou que, antes configurado por casas populares, o bairro da Lagoa Rodrigo de Freitas passou por intensa reforma de infraestrutura e de embelezamento para receber moradores abastados. Na localidade da Fonte da Saudade, principalmente na ladeira Sacopã, local onde reside a família afrodescendente Pinto, foram construídos vinte e dois condomínios de luxo. Dois desses condomínios, Chácara Sacopã e o estacionamento do Edifício Lagoa Azul invadiram parte das terras da família. Realço que os familiares contestaram esse abuso, mas as construtoras ignoraram os apelos dos membros da humilde família afro-brasileira.

Determinada em enfrentar a prática de esbulhos em seu território, “a família Pinto decidiu reivindicar o direito de propriedade sobre o imóvel da ladeira Sacopã, 250.” Segundo Patrícia Maia¹⁶⁵, uma vez julgada procedente, a situação fundiária do imóvel estaria regularizada, proporcionando a aquisição do título de propriedade sobre aquela área, o que propiciaria a execução de fato e de direito do domínio sobre o imóvel e o fim da frequente ameaça à sua manutenção no local. Nesse estudo, assimilei que o terreno onde a família Pinto residiu por quase um século se tornou alvo de disputas envolvendo a prefeitura e um grupo de grileiros vizinhos. Por conseguinte, a conquista de seu território está imbricada na luta por direitos e em uma disputa jurídica.

Na época – agosto de 1975 – em que Manoel Pinto Junior propôs a ação de usucapião, ainda vigorava o Código¹⁶⁶ Civil de 1916 e, segundo essa lei, o limite para a obtenção do domínio sobre o imóvel por usucapião era de 20 anos. Maia¹⁶⁷ declarou que “ao propor essa

¹⁶⁴MAIA, op. cit., p. 44-45.

¹⁶⁵Ibidem, p. 45.

¹⁶⁶O Código Civil de 1916 vigorou até o ano de 2002, quando passou a vigorar a Lei 10.406/02, que instituiu o atual Código Civil brasileiro.

¹⁶⁷Ibidem, p. 45.

ação o autor precisava provar como requisitos para aquisição do direito: o exercício da posse mansa e pacífica, o *animus domini*¹⁶⁸, e o tempo do exercício de posse.” Manoel Pinto Junior comprovou, “por meio de provas documentais e testemunhais, o vínculo com o território pelo menos a partir de 1951; nesse sentido, exercia a posse mansa e pacífica da área há 24 anos.” Realço que a família esteve no mesmo território desde 1939 e apresentou documentação necessária para a aquisição do título de propriedade.

Em maio de 2001, o jornal *O Globo* noticiou que a família Pinto lutou pela posse definitiva do terreno onde morava, localizado na rua Sacopã, 250, na Lagoa, informando que a primeira audiência acontecera somente 26 anos após a entrada da ação de usucapião, justamente no dia anterior à publicação¹⁶⁹. A jornalista Alves reportou que o processo se iniciara em 1975, por Manoel Pinto Junior e Eva Manoela da Cruz, que no ano da publicação dessa matéria já se encontravam mortos. Na reportagem, Luiz Sacopã alegou que os condomínios vizinhos queriam expulsá-los porque o território era valorizado e não queriam uma família de negros pobres como donos. Acusaram a família de administrar um restaurante industrial na área, o que é proibido, e conseguiram, por meio da justiça, impedir a realização do pagode comandado pela família afrodescendente. Esta admoestação já foi detalhada em item anterior. Foi após uma das ações judiciais coibindo a famosa roda de samba com feijoada que Tia Neném exasperou-se com um vizinho e recebeu, na época, prazo máximo de quinze dias para deixar o local¹⁷⁰.

Tia Neném era mãe de José Cláudio e irmã de Luiz Sacopã. Uma mulher que acumulava funções de filha, mãe, avó, companheira, cozinheira, intérprete, religiosa e articuladora política na comunidade quilombola. Em uma das 39 páginas escritas em seu caderno, Tia Neném relatou o episódio de usucapião:

Em 1975 Entramos na Justiça com um Ação de uzo capião que ja Rola a 25 Anos Sem neuma Solução nosso Meio de produção Foi intenditido por Força da Justiça nossa cultura Afro Brazileiro. Foi Violentada como Se fossemos Marginais E, o, Pior e que As correntes que no passado para nós negros o Simbolo ou Sinau da pervercideade Voltou a nos Amarrar Desta vez é claro não nos Péz e nosso pescoço Mais/mas Sim na Minha Porta e Janela E impossivel a força dos Ricos. A Prefeitura Diz vai nos dezapropria Pois Aqui e Área de Proteção Ambiental. Acima de nos Ezisti um condominio a Chacara Sacopã. La não é Área de Proteção Ambiental. Procure Saber que construi Lá? Sr. Senador de todo... Mas não Aguentamos Mais tanta Pressão Acabar com o Pagode! Acabar com a Pensão Apedrejar nossa casa e Muito facil o

¹⁶⁸A posse exercida com *animus domini* implica o exercício da posse sobre um bem, com manifesta intenção de ser proprietário.

¹⁶⁹Disponível [em: https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=artigo&ordenacaoData=relevancia&allwords=fam%C3%ADlia+luta+h%C3%A1+26+anos+por+terreno+onde+mora+na+rua+sacop%C3%A3+na+lagoa&anyword=&noword=&exactword=](https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=artigo&ordenacaoData=relevancia&allwords=fam%C3%ADlia+luta+h%C3%A1+26+anos+por+terreno+onde+mora+na+rua+sacop%C3%A3+na+lagoa&anyword=&noword=&exactword=). Acesso em: 19 abr. 2023.

¹⁷⁰OVALLE, op. cit., p. 2013.

Difício é provar o Ilícito dos Ricos Rio. 21.3.99 (Manuscritos de Tia Neném – “Assim começa Minha historia” p. 2-3).

Nos outros subitens que antecedem a este, expus a visão de parentes da Tia Neném sobre a demorada ação de usucapião. Ela considerou que a longa espera pelo processo de usucapião estimulou os desafetos da família a moverem ações judiciais, impedindo atividades comerciais no quilombo. Comparou: “*Pior e que As correntes que no passado para nós negros o Simbolo ou Sinau da perversidade Voltou a nos Amarrai Desta vez é claro não nos Péz e nosso pescoço Mais/mas Sim na Minha Porta e Janela (...).*” Demonstrou pessimismo frente à estrutura política dominada pelos ricos; não concordou com o argumento de que a comunidade está em local de preservação ambiental. Mas revelou que um condomínio vizinho foi construído sobre uma área de preservação ambiental, mas como o local é endereço de um senador da República o tratamento é outro. Por fim, informou que se sentia exaurida por causa dos cerceamentos judiciais contra as atividades culturais promovidas em sua comunidade, com as pedras atiradas por vizinhos no telhado de sua casa. Lamentava que pobres e ricos tenham tratamentos diferenciados frente à lei.

Mesmo *sub judice*, as invasões das terras da família Pinto continuavam. Esse agravio implicou na diminuição da área ocupada pela família, e por essa razão a ação de atentado¹⁷¹ foi proposta. Maia¹⁷² indicou que “em meio a tantos episódios com consequências judiciais, finalmente, no ano de 1983, foi prolatada a sentença de justificação da posse sobre o imóvel objeto de usucapião.” Tal sentença incidental à ação de usucapião atribuía à família Pinto a posse do terreno reivindicado, atribuindo mais uma prova favorável para família. Concluo que, mesmo sob a batuta da lei, o município continuava interessado na remoção da comunidade com argumento de que a mesma estava sob um espaço público de preservação ambiental. De igual forma, alguns vizinhos grileiros, aliados das empreiteiras, buscavam a via do suborno ou da intimidação com ações contra as atividades culturais e econômicas organizadas pela família.

Depois de quase trinta anos de espera, enfim:

No dia 29 de abril de 2002, foi julgada a ação de usucapião. A sentença declarava o pedido procedente em primeira instância e conferiu a propriedade sobre a área de 18.872 m² de terras aos autores. A decisão ocorreu com base em provas orais, documentais e periciais de que os autores comprovaram a posse ininterrupta e contínua por mais de 20 anos com *animus domini* (MAIA, 2011. p. 49).

¹⁷¹ A ação de atentado ocorre em casos de inovação contra direito, feita por uma das partes, em causa ainda pendente de julgamento, em detrimento da causa, provocando lesão do direito da outra parte, prejuízo ou modificação da coisa objeto do litígio (De Plácido & Silva, 1999 apud MAIA, 2011, p. 47).

¹⁷²Ibidem, p. 47, 48.

Parecia que, enfim, o julgamento da ação de usucapião seria favorável à família Pinto e poria fim às inúmeras ameaças de remoção proveniente do poder público e dos vizinhos. Afinal, a ação de usucapião fora julgada na primeira instância criando uma grande expectativa de dias melhores na família. Suponho que, uma vez que a ação de usucapião fosse favorável à família, a situação fundiária do imóvel estaria regularizada e a conquista do título de propriedade proporcionaria o exercício de fato e de direito do domínio sobre o imóvel.

Embora o pedido de Manoel Pinto tenha sido julgado procedente, o conflito jurídico ainda não havia se esgotado. Maia sublinha¹⁷³ que, “em 1º de dezembro de 2003, os réus da ação de usucapião interpuseram apelação¹⁷⁴ cível na 5ª Câmara Cível do TJ-RJ, a fim de obterem a revisão da sentença”. Julgado de forma unânime em 05 de abril de 2005, o acórdão¹⁷⁵ que estabeleceu a apelação¹⁷⁶ declarou que o pedido de usucapião não procedia, e, em função disso, justificou-se a revogação da decisão de primeira instância. Ao reexaminar as provas, o tribunal entendeu que não foram preenchidos os preceitos legais para a obtenção da propriedade por usucapião. Uma vez que,

[...] falta-lhe o *animus domini*, à consideração de que os autores permaneceram no local como permissão do proprietário conforme se depreende, dentre outras provas, das declarações do próprio Manoel Pinto Júnior em reportagem jornalística (fl. 342 dos autos do atentado), corroboradas no depoimento prestado por seu filho Antônio Pinto Júnior na Audiência de instrução e julgamento (fl.1145/1146) onde se afirma que o finado Manoel se instalou naquelas terras porque trabalhava para Astréia Bhering Oliveira Mattos, acionista da empresa proprietária do imóvel (fl. 1203/1204) e que, inclusive, havia recebido indenização para deixar o local (5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, acórdão na Apelação Cível nº 34.132/2003, p. 1628. Apud MAIA, 2011. p. 50).

Conforme essa interpretação, embora o exercício da posse tenha superado o limite de 20 anos, previsto pelo Código Civil de 1916, corrente na época, faltou aos autores o “*animus domini*”, pois Manoel Pinto morou no imóvel em função do trabalho que prestava à Astréia Bhering de Oliveira Mattos, dona do imóvel e acionista da empresa.¹⁷⁷

“O vínculo empregatício de Manoel Pinto não era com a empresa, mas com Astréia, a quem prestava serviços, recebendo os salários pela empresa Bhering¹⁷⁸”. Desse modo, a corte de 2ª instância considerou que a permanência da família no espaço tratava-se da relação de

¹⁷³ MAIA, op. cit., 50.

¹⁷⁴ A apelação é um recurso por meio do qual se acessa um tribunal superior para que, em segunda instância, seja novamente apreciada uma causa jurídica já decidida em primeira instância (MAIA, 2011, p. 50).

¹⁷⁵ Dados extraídos dos autos da apelação cível nº 34.132/03 (MAIA, 2011, p. 50).

¹⁷⁶ Ibidem, p. 115.

¹⁷⁷ MAIA. op. cit., p. 50.

¹⁷⁸ Bhering era a empresa de propriedade da Srª Astréia de Mattos, que produzia gêneros alimentícios, entre os quais o famoso café Globo (MAIA, 2011, p. 50).

emprego. A rigor, relatos da família, explicavam que Manoel Pinto concebia-se como proprietário do terreno em que morava, em função do longo tempo de estabilidade domiciliar e por retirar da terra alimentação necessária para alimentar toda sua família.

O emaranhado jurídico do imóvel em litígio era bem complexo, “pois o mesmo bem objeto da ação de usucapião e da ação de reivindicação de posse era também objeto de um processo administrativo de titulação de terras quilombolas no Incra.” Maia¹⁷⁹ esclareceu que, em função disso, o órgão público solicitou participação nos autos do processo de reivindicação de posse manifestando interesse no feito, mas o ingresso da instituição nos autos dependeria do Relatório antropológico, ou seja, uma peça técnica que compõe o RTID, cuja responsabilidade administrativa cabe ao Incra, “para comprovar a ocupação de um determinado imóvel por um grupo remanescente de quilombos.” Uma vez comprovado esse fato, as decisões judiciais tomariam outro rumo, pois as comunidades remanescentes de quilombos estão amparadas pelo direito constitucional à titulação das terras em que habitam. Enfatizo que a demora em resolver o procedimento usucapião deixou a comunidade vulnerável à censura das suas atividades comerciais e culturais e às ameaças de remoção. Portanto, um outro recurso seria necessário.

2.4.2 Artigo 68 do ADCT/CF-1988

O artigo título deste subtópico deu visibilidade e direitos a várias comunidades negras espalhadas no contexto pós-abolição no Brasil: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”¹⁸⁰ Evidencia-se que o art. 68 ADCT/CF-1988¹⁸¹ acolheu e orientou remanescentes de quilombos que se sentiam vulneráveis por falta de uma documentação legal de seu território e pôs freio na sanha dos magistrados usurpadores de terras da ladeira Sacopã.

Só depois de 100 anos do fim da escravidão brasileira a Constituição de 1988 reconheceu os direitos quilombolas. “A inclusão deste preceito constitucional reparou uma

¹⁷⁹Ibidem, p. 62.

¹⁸⁰BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://quilombos.files.wordpress.com/2007/12/artigos-68-215-e-216.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

¹⁸¹ADCT é a sigla para Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Trata-se de um conjunto de normas de natureza constitucional, erigidas com o intuito de disciplinar a transição legal, da Constituição Federal de 1969 para a CF de 1988.

injustiça histórica cometida pela sociedade escravocrata brasileira contra o povo negro”¹⁸². Uma reparação que se materializou através do reconhecimento dos direitos das comunidades de descendentes dos ex-escravizados, franqueando-lhes, finalmente, o acesso à propriedade de suas terras. Para entender o texto do artigo e sua inclusão nas disposições transitórias da Constituição é preciso entender a relevância dos movimentos negros no Brasil, durante a década de 1980, e suas considerações em relação à memória pública da escravidão e da Abolição.

No texto intitulado “Remanescentes das comunidades de quilombos: memórias do cativeiro e políticas de reparação no Brasil” Mattos¹⁸³ se propõe a apreciar introdutoriamente a história da aprovação e dos desdobramentos do art. 68 ADCT-CF/1988, que atestou direitos territoriais aos remanescentes das comunidades dos quilombos, asseverando-lhes a titulação definitiva pelo Estado Brasileiro. A autora¹⁸⁴ enfatizou que as gravuras nos livros didáticos brasileiros que mostravam os negros bem tratados e submissos sendo libertados por decreto pela princesa branca foi substituído por imagens de um sistema desumano, cujo escravizado resistia, principalmente, pela fuga e formação de quilombos. Observo, flagrantemente, o deslocamento da figura de um indivíduo submisso para um sujeito protagonista de suas ações.

A pesquisa acadêmica em história social da escravidão também se interessou por essa demanda. Mattos¹⁸⁵ revelou que o escravizado passou a figurar no centro do debate, ganhando relevância social para a compreensão histórica da sociedade brasileira; empreendeu-se no país uma revisão historiográfica em relação ao tema. Assim, todos os assuntos relacionados ao cotidiano dos escravizados foram estudados por pesquisadores.

Corroboro que esse debate não passou distante dos considerados novos quilombos. Os quilombolas, muitos militantes dos movimentos negros, se informaram sobre os direitos à posse permanente sobre as terras que ocupam. Luiz Sacopã viajou sempre para Brasília para resolver questões relacionadas aos direitos de quilombos. O direito constitucional às terras ocupadas por seus ancestrais – embora pouco respeitado – está movimentando as relações raciais no Brasil. Geralmente os negros brasileiros moram em casas precárias e estudam em escolas mais pobres. Seus empregos são os que pagam os piores salários e eles são a maioria nos complexos penitenciários do mundo. Segundo os intelectuais afro-brasileiros, esse desequilíbrio deve-se a

¹⁸²Direitos Quilombolas. Há 30 anos, a Constituição reconhecia os direitos quilombolas. Comissão Pró-Índio de São Paulo. Disponível em: <https://www.cpisp.org.br>. Acesso em 10 de maio de 2023.

¹⁸³MATTOS, op. cit., p. 105.

¹⁸⁴Ibidem, p. 105.

¹⁸⁵Ibidem, p. 105.

uma descriminação racial que tem raízes na história escravocrata brasileira. O site Geledés¹⁸⁶ salientou que o movimento dos quilombos desafiou a abissal desigualdade racial brasileira. A Constituição de 1988 promulgou que os moradores dos quilombos têm o direito à posse permanente e intransferível sobre as terras que ocupam. Milhares de famílias negras exigem do governo o cumprimento da lei que lhes confere direitos sobre as terras.

Entrevistei Luiz Sacopã, 80 anos, liderança do Quilombo Sacopã, na casa dele, dentro da comunidade quilombola.¹⁸⁷ Conversamos sobre muitas coisas, principalmente, sobre a atual situação jurídica do quilombo. No diálogo abaixo, Luiz Sacopã falou sobre o momento em que a família Pinto “vira a chave”, ou seja, enquanto a ação de usucapião tramitava em Brasília, a família buscou na FCP, em 1999, pedido de autorreconhecimento de identidade quilombola, com base no art. 68 ADCT/CF-1988.

Roberto – É... você já respondeu sobre o usucapião... que o processo de usucapião ainda segue em curso?

Luiz Sacopã – É ainda tramita lá no tribunal...

Roberto – O artigo 68 ADCT, que foi pensado para comunidade rural, como é que você conectou, como é que você virou a chave, e se tornou o primeiro quilombo urbano do Brasil?

Luiz Sacopã – Isso foi que eu tenho um conhecimento junto ao PT, é por isso que eu falo pra você do PT, eu tinha um conhecimento com uma mulher chamada Abigail que trabalhava junto com a Benedita.

Roberto – Abigail Paranhos? Faleceu agora há pouco tempo.

Luiz Sacopã – Conheceu ela? Ótima pessoa, que Deus a tenha. É... e eu em conversa com ela, ela me deu as dicas todinhas e falou “olha, me procura lá no palácio”. Aí eu fui procurar ela e aí ela me explicou como é que era a parada todinha. “Olha, você tem que se autoidentificar, não sei o que é coisa e tal...”

Roberto – Então, isso foi em que época? Palácio, a Benedita era governadora.

Luiz Sacopã – É... eu não sei a data disso não.

Roberto – Década de 90.

Luiz Sacopã – Porque o...o... o lado do quilombo, ele só foi reconhecido em 2004.

Roberto – E você não lembra quando você entrou com o pedido, mas tem a documentação...

Luiz Sacopã – Foi em 99.

Roberto – 1999, né?

Luiz Sacopã – 99.

Roberto – Após a certidão, em 2004, foram feitas novas investidas nesse sentido, depois da certidão expedida pela Fundação Cultural Palmares, você teve mais intimidação, perturbação?

Luiz Sacopã – Perturbação teve, mas invasão não.

Roberto – Por exemplo, como isso aconteceu e como você resistiu a essa perturbação, a essa perseguição desse pessoal aí? Por parte de quem foi, dos vizinhos?

Luiz Sacopã – Vizinhos junto com a prefeitura. Vizinhança e essa imobiliária. Eles vieram com oferecimento imoral e com prazo.

Roberto – Oferecimento de dinheiro?

Luiz Sacopã – É, de dinheiro, é.

Roberto – Aí, qual foi a estratégia que você usou? Bastou dizer não?

¹⁸⁶Disponível em: <https://www.geledes.org.br/brasil-movimento-quilombola-pode-ser-o-maior-programa-mundo-de-reparacao-pela-escravidao/>. Acesso em: 06 de jan. 2023.

¹⁸⁷Entrevista com Luiz Sacopã, em sua casa no Quilombo Sacopã, em 24 de setembro de 2022.

Luiz Sacopã – Não, eles diziam que com o dinheiro que eles estavam oferecendo eu podia comprar um apartamento na Vieira Souto e ter um padrão de vida melhor. Eu falei “Olha, primeiro, padrão de vida melhor eu não vou ter. Outra, eu vou poder acender um fogão a lenha lá na...”¹⁸⁸

Descrevi alguns episódios de ameaças de remoção e cerceamentos submetidos à comunidade da família Pinto. Como medida de contenção e enfrentamento, a família dizia que tinha uma ação de usucapião tramitando, mas não era suficiente para intimidar a ambição dos oponentes da família por seu terreno. Portanto, era necessário um documento legal para barrar os abusos. Por ser próximo ao Partido dos Trabalhadores, Luiz Sacopã procurou Abigail, que trabalhou com a ex-governadora Benedita da Silva, e se informou sobre o passo a passo para o recebimento da certidão de autorreconhecimento quilombola, que precisava ser feito via FCP. Em seguida, iniciando o procedimento administrativo no INCRA, a família buscou consolidar sua luta solicitando na FCP o pedido de autorreconhecimento da identidade quilombola apoiada no art. 68 ADCT/CF-1988.

Em 2004, o jornal O Globo veiculou que 32 pessoas moradoras da rua Sacopã, 250, receberam da FCP, órgão do Ministério da Cultura, a tão esperada certidão reconhecendo a sua origem quilombola¹⁸⁹. Depois do reconhecimento da comunidade Sacopã, como remanescente de quilombos, pela FCP – órgão ligado ao Ministério da Cultura (MinC) –, acreditava-se que as tentativas de subornos e falcatacas dos vizinhos fossem parar.

Luiz Sacopã atestou que continuam:

[...] vizinhos junto com a prefeitura. Vizinhança e essa imobiliária. Eles vieram com oferecimento imoral e com prazo [...] eles diziam que com o dinheiro que eles estavam oferecendo eu podia comprar um apartamento na Vieira Souto e ter um padrão de vida melhor. Eu falei: Olha, primeiro, padrão de vida melhor eu não vou ter. Outra, eu vou poder acender um fogão a lenha lá na ...¹⁹⁰

O quilombola asseverou que as estratégias de suborno continuaram na oferta de grande quantia em dinheiro para a família abandonar seu território e a aprazível e valorizada localidade Fonte da Saudade para erguerem mais um condomínio com vários prédios e sem nenhuma árvore. Luiz Sacopã ressaltou que muitos vizinhos “não querem pobre por perto e que se articulam para removê-los”.

¹⁸⁸Entrevista de Luiz Sacopã, em sua casa no Quilombo Sacopã, em 25 de setembro de 2022.

¹⁸⁹ Reportagem de 17 de agosto de 2012, O Globo, Matutina, Rio, página 17. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=artigo&ordenacaoData=dataAscendente&allwords=quilombo+sapoc%C3%A3&anyword=&noword=&exactword=#>. Acesso em: 19 fev. 2021.

¹⁹⁰ Entrevista de Luiz Sacopã, concedida em sua casa no Quilombo Sacopã, em 24 de setembro de 2022.

Para a família Pinto só falta a última etapa da titulação definitiva do território. O efeito de ter um documento certificando a titularidade do território quilombola é também um ato de promoção da reforma agrária.

2.4.3 O Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003

No ano de 2003 foi aprovado o decreto federal 4887/03, criado pelo Poder Executivo, com “os procedimentos administrativos para identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação [...] das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 ADCT/CF-1988” (Art. 1º).¹⁹¹ O Quilombo Sacopã reivindicou a titulação de propriedade porque estavam convencidos que correspondiam os critérios do Decreto nº 4887/03.

O processo de posse definitiva das terras para as comunidades quilombolas obedece diferentes etapas: autorreconhecimento, certificação e processo de titulação.

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.¹⁹²

Acredito que os critérios que compõem esse artigo têm a ver especialmente com a trajetória do Quilombo Sacopã, sobretudo o quarto componente com destaque para o termo resistência. Portanto, não foram apenas os ancestrais da família que viveram tensões e conflitos, seus descendentes também vivenciaram episódios semelhantes, embora em épocas diferentes e com outros atores sociais.

O parágrafo 4º do art. 3º do Decreto nº 4887/03 esclareceu que compete à FCP emitir certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral. O site do Ministério da Cultura¹⁹³ explicou que a FCP não certificou comunidades com base em um trabalho de conferência apontando indiscriminadamente quem é ou não quilombola, mas sim levou em conta “o direito à autodefinição preconizado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), certificando aquelas comunidades que assim se

¹⁹¹ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>. Acesso em: 13 jun. 2023.

¹⁹² Ibidem, p. 130.

¹⁹³ Disponível em: <https://www.gov.br/>. Certificação Quilombola. Fundação Cultural Palmares. Acesso em: 13 jun. 2023.

declararam¹⁹⁴. Para que a comunidade constituída pela família Pinto tivesse acesso à política de regularização de territórios quilombolas, foi preciso se autorreconhecer como quilombo, comprovar sua relação histórica com território e enviar o pedido de autodefinição à FCP. Depois de tudo analisado, a Palmares emitiu o Certificado de Autorreconhecimento para a comunidade quilombola.

O Art. 4º legisla que é de competência da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPRIR) auxiliar o Incra “nas ações de regularização fundiária, para garantir os direitos étnicos e territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos de sua competência legalmente fixada.¹⁹⁵” É dever do Incra estabelecer o levantamento territorial e verificar estudos antropológicos e históricos para demarcação que levará à titulação da área¹⁹⁶. Os integrantes da família Pinto e a equipe de professores da Universidade Federal Fluminense (UFF), contratados para tal tarefa, acompanharam todo o processo de demarcação da área do Quilombo Sacopã. Hoje a família aguarda ansiosamente a etapa final que é a titulação definitiva de seu território. Mas isso não significa que os constrangimentos contra a família se dissiparão.

Mesmo após essa etapa, a Fundação garante assistência jurídica em diferentes níveis, visando à defesa do território contra invasões ou qualquer outro tipo de violência. Seu papel, portanto, é formalizar a existência das comunidades quilombolas, assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania, conforme estabelecido no decreto nº 4.887 – não por acaso, de 20 de novembro de 2003.¹⁹⁷

A titularidade definitiva de terra não é o ponto final da política de regularização dos territórios quilombolas. Ainda há auxílio jurídico para projetos, caso queiram desenvolver algo relacionados à cidadania. Em um dia desses, conversando na comunidade com um membro do Quilombo Sacopã, ele revelou que nem com a titulação definitiva do território do quilombo a perturbação acabaria. Talvez entrevendo “luta infinda.”

¹⁹⁴ Autoidentidade. A Convenção 169 reconhece a autoidentificação como critério fundamental para a definição dos povos cujos direitos estão assegurados por ela. Assim diz o seu artigo 1º: 2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.” Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

¹⁹⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>. Acesso em: 13 jun. 2023.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 132.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 135.

2.4.4 Quilombo Sacopã: Área de Especial Interesse Cultural

Em 17 de agosto de 2012 foi promulgada a Lei nº 5.503, originária do Projeto de Lei nº 1092, de 2011, de autoria dos vereadores Eliomar Coelho (PSOL) e Reimont (PT). Esta lei criou a AEIC do Quilombo Sacopã ocupando um terreno de 6.404,17 m² no alto da localidade Fonte da Saudade, no bairro da Lagoa Rodrigo de Freitas¹⁹⁸. Mas, antes de a Lei ser promulgada, ainda na fase de tramitação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, houve percalços.

Das justificativas para elaboração do Projeto de Lei nº 1092 de 2011 constou que, apesar de várias mudanças colocadas em prática muitos anos após o estabelecimento da Constituição Federal, “sobretudo no âmbito do reconhecimento dos direitos de grupos social e etnicamente diferenciados, como as populações indígenas, quilombolas e populações tradicionais”, ainda perdurava a logicidade na cultura jurídico-política de recusar garantias constitucionais básicas a esses segmentos.¹⁹⁹ Também como fundamento para a proposição do projeto de lei é assinalada a resistência do Quilombo Sacopã no enfrentamento das tentativas de remoção, liminares para proibir a tradicional roda de samba e o funcionamento da oficina mecânica, além de inúmeros aliciamentos a fim de usurpar o território. Obviamente, todos rechaçados pelos quilombolas.

O processo de reconhecimento da comunidade, com a elaboração do laudo técnico-científico, culminou em novas investidas do poder imobiliário local: novos mapas, novas argumentações jurídicas, contestações sem fim surgem de modo a interromper o reconhecimento dos direitos da família Pinto. Se o direito da família é assegurado através do artigo 68, ele pode, ainda, ser garantido mediante outros dispositivos legais que avalizam os direitos das populações tradicionais, assegurando-lhes o uso e acesso aos territórios tradicionalmente ocupados. Do ponto de vista legal a comunidade do Sacopã possui diversos elementos para que a justiça seja cumprida em prol da democracia e dos direitos civis fundamentais, como o acesso a terra (PROJETO DE LEI Nº 1092/2011)²⁰⁰.

O grupo de vizinhos que ambicionavam abertamente o território do Quilombo Sacopã, ao verem as conquistas quilombolas baseada no artigo 68 ADCT/CF-1988 por direitos, diminuíram a sanha das investidas, mas não cessaram. Por exemplo, as atividades culturais que geravam algum ganho econômico para o quilombo foram cerceadas através de liminares

¹⁹⁸ Disponível em: <https://www.camara.rj.gov.br>. Lei Ordinária Acesso em 14 jun 2023.

¹⁹⁹ Disponível em:

<https://www.mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro0711.nsf/1061f759d97a6b24832566ec0018d832/e82f59271b28ef77832578ee006a2836?OpenDocument>. Acesso em: 11 maio 2023.

²⁰⁰ Ibidem.

judiciais articuladas por esses vizinhos. No entanto, a Lei Ordinária Municipal nº 5.503, oriunda do Projeto de Lei nº 1092, de 2011, a Área de Especial Interesse Cultural (AEIC), restabeleceu os eventos culturais e comerciais na comunidade quilombola, além de revigorar o sonho dos quilombolas verem seu território definitivamente titulado. O projeto de Lei 1092/2011 foi aprovado em primeira instância na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro e, logo depois, vetado prefeito Eduardo Paes. Ovalle descreveu que, na semana da votação do projeto de lei, criou-se uma grande expectativa por parte dos quilombolas, visto que o projeto se tornaria lei ou seria desprezado por completo²⁰¹. Caso fosse aprovado, o município reconheceria a presença de “um quilombo, com direitos específicos voltados para a manutenção de práticas culturais específicas daquela família”, independente da opinião de seus vizinhos. Uma combinação de tensão e ansiedade se instalou na Câmara no processo de votação, até o voto final.

Uma das perguntas que formulei para entrevista, quando estive no Quilombo Sacopã, foi sobre como estava a situação da comunidade após o estabelecimento da AEIC. Luiz Sacopã²⁰² considerou a iniciativa ótima e lembrou da articulação dos vereadores Eliomar Coelho e Reimont que derrubaram o veto do prefeito. Disse que a Lei Municipal nº 5.503 está sendo relevante para o avanço em busca da titularidade das terras do quilombo. Segundo a liderança quilombola, essa lei contribuiu para divulgar cantorias como o jongo, o jogo de capoeira, o samba de roda e também o “lado espiritual”, pois quando sua mãe Eva Manoela da Cruz era viva costumava dar passes nas pessoas; ela faleceu e ninguém deu continuidade. Reflito que o prefeito Eduardo Paes, nesta ocasião, demonstrou ser um político inábil e preconceituoso, pois, se transformasse o projeto em lei, teria se colocado como o político também da diversidade cultural. Mas, por ser alinhado a uma política conservadora, optou pelo voto do projeto. Fiz a mesma pergunta ao quilombola José Cláudio – sobrinho de Luiz Sacopã – sobre os desdobramentos da promulgação da Lei nº 5.503 AEIC na vida da comunidade. Ele²⁰³ mencionou a oposição feita pelo prefeito ao projeto de lei criado pelos vereadores acima citados. José Cláudio falou que, na sua concepção, cultura não se resume apenas a gastronomia, ou seja, a famosa feijoada feita por sua mãe e herdada da vó Eva Manoela da Cruz. Cultura também é o pagode, cultura são os eventos espíritas, como por exemplo, a feijoada com amendoim destinada ao espiritismo ou aos santos. Considera que, por ser filho de uma mulher

²⁰¹ OVALLE, op. cit., p. 65, 66.

²⁰² Entrevista com Luiz Sacopã, em sua casa no quilombo Sacopã, em 24 de setembro de 2022.

²⁰³ Entrevista com José Cláudio, no quilombo Sacopã, em 01 de outubro de 2022.

negra, o samba e o batuque remetem ao seu lado espiritual ao ponto de refazer suas energias, especialmente no terreiro.

Em agosto de 2012, o jornal O Globo publicou o que todos os membros da família Pinto precisavam ouvir: “Terreno quilombola é protegido por lei. Vereadores derrubaram veto de Eduardo Paes e tornaram o lugar em Área de Especial Interesse Cultural.”²⁰⁴ O artigo destacou que a nova lei reforçava a legalização fundiária da área feita pelo Incra. Frisava também o retorno da tradicional roda de samba com feijoada que acontecia há mais de quatro décadas no local. Na reportagem, foi dado espaço para uma figura pública que muito comemorou a aprovação da lei, o jornalista Sérgio Cabral, pai do ex-governador Sérgio Cabral, que frequentou a comunidade nas décadas de 1970 a 1980. Segundo ele, “a tradição precisava ser mantida ali” e o músico Luiz Sacopã ratificou que a comunidade não queria conflito com vizinhos, apenas paz e tranquilidade.

Ainda sobre a notícia indicada acima, a atriz e apresentadora global Regina Casé declarou que resolveu comemorar seu aniversário com os amigos Caetano Veloso, Zeca Pagodinho e Arlindo Cruz no quilombo. Segundo Regina, todos ficaram deslumbrados com a beleza da comunidade. A atriz afirmou se sentir feliz com o reconhecimento, pois “muito da história do Rio foi escrita nesses quilombos”²⁰⁵. Revelou acreditar que seria uma grande conquista para a vida cultural da cidade porque um passo foi dado rumo ao reconhecimento da identidade cultural do Quilombo Sacopã. Convenhamos que uma rede de solidariedade tecida por nomes do meio artístico acima citados tem sua expressividade.

Relevante demarcar que as atividades promovidas pela família Pinto, noticiadas constantemente na mídia impressa e depois digital, conservam referências ao modo de vida e cultura carioca. O Globo publicou matéria, no dia 21 de abril de 1986, divulgando que, na Ladeira Sacopã, havia um aprazível espaço para curtir um bom pagode, tratando-se de “uma pequena reserva de floresta incrustada entre edifícios”²⁰⁶. Sendo a classe média frequentadora assídua do espaço, que além de boa música, feijão amigo e cerveja gelada, desfrutava do visual

²⁰⁴Reportagem de 17 de agosto de 2012. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=artigo&ordenacaoData=relevancia&allwords=quilombo+&anyword=&noword=&exactword=>. Acesso em: 23 fev. 2021.

²⁰⁵ Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=artigo&ordenacaoData=relevancia&allwords=quilombo+&anyword=&noword=&exactword=>. Acesso em: 23 fev. 2021.

²⁰⁶Pagode da Neném: problema ou lazer na Sacopã, 21 de abril de 1986, Matutina, Jornais de Bairro, p. 4. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=8&ordenacaoData=relevancia&allwords=Luiz+&anyword=&noword=&exactword=>. Acessado em: 20 mar. 2021.

do maciço da Floresta da Tijuca, do Cristo Redentor e do brilho das estrelas como se estivessem em um quintal do subúrbio cravado na zona sul. O texto jornalístico destacou o fato do espaço onde reside a família Pinto, por mais de oitenta anos, ser o único espaço da Ladeira Sacopã onde a mata foi preservada pelos membros da família. Informou ainda que os integrantes da família Pinto atuavam em todos os setores da casa em dia de evento, desde a entrada até a composição da roda de samba, passando pela fiscalização, atendimento no bar e na cozinha. A matéria²⁰⁷ retratou que o terreno da família Pinto era plural e abarcava várias tribos, como por exemplo, casais estrangeiros que buscavam um lugar para dançar e conhecer a música brasileira. Sublinho que, no ano dessa edição, a comunidade não era reconhecida como quilombo e nem a família se autorreconhecia como quilombola. Contudo, menciona-se a ação de usucapião movida pela família.

Cheguei aqui com nove anos, hoje tenho 50. Depois de ter enfrentado uma luta grande meus pais ganharam o terreno, por usucapião e montamos nosso pagode, com esse barraquinho. Enquanto a gente estiver por aqui não vão construir nenhuma “selva de pedra” na área. Quero continuar cantando e comendo jaca, abacate, verdura, criando galinha, pato e porco. Penso em até fazer uma mini fazenda²⁰⁸.

Nessa época, Tia Neném demonstrava estar cheia de vida e o pagode na comunidade da família Pinto era um sucesso. O jornal publicou que o terreno da família foi fruto da ação de usucapião. Ademais, a matriarca mostrou o componente que marcou por décadas a luta da sua família, ou seja, a resistência e a preservação bucólica da comunidade em oposição aos seus vizinhos, moradores de condomínios de luxo, denominado por ela de “selva de pedra.” Sublinho, portanto, que a ação de usucapião foi movida em 1975, mas a primeira audiência²⁰⁹ só aconteceu em maio de 2001. Hoje o processo tramita em Brasília no STF.

A reportagem em questão também ressaltou a história da roda de samba articulada pela família Pinto, relatando que começou sem muita pretensão, pois tanto Tia Neném quanto seu irmão Luiz Sacopã cantavam para um grupo de amigos. Porém, esses amigos começaram a trazer mais amigos seduzidos pela boa música, samba no pé e principalmente, o cenário paradisíaco do local. A sexta-feira foi considerada pouca para esgotar a paixão pelo samba, a sugestão foi emendar no sábado. Mas, em função da ressaca, Tia Neném preparava um feijãozinho amigo e sustancioso no domingo para combater a indisposição alcoólica. E ressaca não se combate só com feijãozinho amigo, é preciso da companhia do samba, logo, domingo

²⁰⁷Ibidem, p. 4.

²⁰⁸Ibidem, p. 4.

²⁰⁹ Família luta há 26 anos por terreno onde mora na Rua Sacopã, na Lagoa. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 14 jun. 2023.

também passou a ser dia de samba. Naturalmente a roda de samba ficou famosa e muita gente ia conhecer e prestigiar o local. O público se deparava com um ambiente verde e preservado com árvores frutíferas, criação de patos, porcos e galinhas no quintal e um pagode regado a cerveja gelada e jabaimpim, carne seca desfiada, sarapatel, rabada com agrião, coração do amor etc, destoando dos pratos refinados das casas da Zona Sul. Realço que, em um dos metros quadrados mais caros da Zona Sul carioca, figurava um espaço bucólico onde os visitantes tinham contato com a natureza, bichos e a diversidade afrocentrada culinária e musical.

Ao estudar a trajetória da família Pinto em busca do direito de propriedade da terra na qual reside desde 1939, Maia²¹⁰ revelou que parte dos vizinhos favoráveis à remoção da comunidade quilombola argumentava que o espaço urbano não poderia conformar um quilombo, do contrário depreciaria o valor de mercado dos imóveis. Recentemente, um morador²¹¹ instalado na ladeira se sentiu enganado e cobrou explicações à presidente da Amafonte porque não fora avisado que seria vizinho de uma “favelinha”. Penso que a presidente poderia informar ao recém morador, que, antes da ladeira Sacopã compor em sua paisagem natural vários condomínios de luxo e se constituir em rua, a família Pinto já residia no local. Aliás, Manoel Pinto Junior, o patriarca da família, ajudou na construção da mesma.

Uma atividade do Quilombo Sacopã, dentre outras, que também valorizou, reproduziu e perpetuou a cultura carioca foi o bloco carnavalesco “Rola Preguiçosa, tarda, mas não falha”. Entendo que Carnaval também é um ato político contra as injustiças sociais. O bloco carnavalesco “Rola Preguiçosa, tarda, mas não falha” é a única agremiação criada e comandada por quilombolas do Rio de Janeiro. Luiz Sacopã, irmão de Tia Neném²¹², diretor do “Rola”, destaca que a agremiação foi criada em 1992 com o objetivo de aproximar o tema quilombola da classe abonada. Segundo ele, o samba e o humor são componentes que ajudam a elite a pensar sobre o papel do negro e dos quilombolas na sociedade. “Dessa forma, lutamos e resistimos contra o assédio da especulação imobiliária.” Avalio que o Carnaval também é um elo de construção de alianças e debates políticos e sociais para fortalecer a luta quilombola contra as injustiças e o racismo impregnados em nossa sociedade.

O jornal O Globo, de 06 de fevereiro de 1997, publicou, no caderno Matutina, que o

²¹⁰MAIA, Patrícia Mendonça de Castro. *As máscaras do quilombo Sacopã: memória, espaço e meio ambiente*.2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. p.13.

²¹¹Entrevista com Luiz Sacopã, em outubro de 2022, no Quilombo Sacopã.

²¹²GOMES, Joceline. Carnaval quilombola no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=8682>. Acesso em: 20 jun. 2022.

bloco Rola Preguiçosa optara por um enredo diferente: o bloco protestou contra a decisão judicial que fechou sua sede – na rua Sacopã, 250 – e proibiu a famosa feijoada da Tia Neném. Os componentes do Rola²¹³ se reuniram para pensar estratégias de campanha. Luiz Sacopã disse que, em função do fechamento do espaço, não teve como vender as camisetas do bloco. A rainha de bateria na época, a atriz e ativista da causa da negritude, Zezé Motta, se disse triste por causa do fechamento da sede: “aqui é um centro cultural, temos o chorinho, o samba e uma feijoada africana.” Com reforço de artistas como Hans Donner e Valéria Valença, o bloco planejou levar faixas e cartazes às ruas pedindo o apoio da população contra o fechamento da sede. Presumo que organizar um bloco carnavalesco atraindo incontáveis foliões em torno de uma causa quilombola é uma estratégia ousada, pois traduz carisma e justiça social.

A apresentação da repercussão da programação cultural – roda de samba, feijoada, capoeira, jongo, saraú literário – do Quilombo Sacopã na mídia evidencia o acerto de preservação de herança ancestral afrodescendente com a possibilidade de sobrevivência econômica e reconhecimento como comunidade quilombola. O antropólogo Fábio Reis Mota²¹⁴ da UFF atesta que a família Pinto foi muito arguta na constituição de alianças: “A própria visibilidade que o quilombo adquiriu através do samba atualizou a sua relação com a cidade.” [...] “O que legitima os Pinto como quilombolas, explica Mota, não é herança de luta e fuga, como se costuma associar a esses grupos, mas a organização familiar unida à tradição do samba.” Corroborou que a diversidade é um elemento importante para se construir harmonia entre as pessoas. Conviver com uma comunidade que valoriza nossas raízes afro-carioca devia ser motivo de orgulho de toda vizinhança e não um incômodo ou medo.

Em 08 de abril de 2011, o caderno Rio Show do jornal o Globo, publicou uma matéria intitulada “Feijoada, samba e vista para a Lagoa”²¹⁵ informando as rodas de samba do Quilombo Sacopã que aconteciam sempre todos os segundos sábados do mês. Na mesma linha de elogios de outras divulgações na mídia impressa, o jornalista destacou o prazer de comer uma deliciosa feijoada feita no fogão à lenha e também a qualidade musical comandada por Luiz Sacopã.

²¹³Rola Preguiçosa faz feijoada clandestina e prepara protesto. Bloco perde a sede, o pagode Sacopã, por ordem judicial. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=artigo&pagina=4&ordenacaoData=relevancia&allwords=Luiz+Sacop%C3%A3&anyword=&noword=&exactword=>. Acesso em: 13 mar 2021.

²¹⁴Quilombo sobrevive em meio a uma das áreas mais caras do Rio Disponível em:

<https://kn.org.br/oq/2013/11/26/quilombo-sobrevive-em-meio-a-uma-das-areas-mais-caras-do-rio/>. Acesso em: 10 maio 2023.

²¹⁵CAMARA, João Sette. Feijoada, Samba e vista para a Lagoa. O único quilombo urbano do Rio promove todo mês evento com almoço e música. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Além de eventualmente esbarrar-se com figuras talentosas, como Monarco, Arlindo Cruz, Noca da Portela, Sandra de Sá, e Alcione, que transitavam livremente pelo quilombo em dias de eventos. A roda de samba, a feijoada no fogão à lenha e o cartão-postal foram retratados como atrativos que buscavam apoios de boêmios, artistas, jornalistas, antropólogos, historiadores, escritores, cineastas e intelectuais da vida carioca que consideram a luta quilombola necessária.

SÓ NA LENHA – Quartas, às 21h, seresta e MPB com o cantor e compositor Carlô. Quintas, às 21h, chorinho com o conjunto Clã de Choro, o saxofonista Mario Pereira e a cantora Neném. Sextas e sábados, às 23h, pagode fundo de quintal com o conjunto bobeou, Sambou, Luiz do Pagode e Paulo Cesar Pintinho. Domingos, às 18h, sarapatei com o conjunto Bobeou Sambou. Com pista de dança, Rua Sacopã, 250 - fundos – Fonte da Saudade – 226-8205. Couvert: Cz\$ 20,00.²¹⁶

Em meio a todos os percalços, a família Pinto mantinha uma regularidade de eventos culturais no quilombo, que serviam para divulgar sua cultura, manter a vida econômica da comunidade autossuficiente e valorizar o quilombo como espaço multicultural. Tia Neném era mulher negra quilombola, casada com Heitor Torres de Freitas, mãe de dois filhos, autora da feijoada mais famosa da localidade, cantora de rádio, intérprete das rodas de samba e da paróquia Santa Margarida Maria, liderança e articuladora política da comunidade. Informo que sua morte foi objeto de muita consternação pelas amigas e pelas figuras do mundo do samba, da política e dos religiosos, tanto de matriz africana como dos cristãos.

²¹⁶SÓ NA LENHA, 25 de Abril de 1986, Matutina, Segundo Caderno, p. 5. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=artigo&pagina=3&ordenacaoData=relevancia&allwords=Luiz+Sacop%C3%A3&anyword=&noword=&exactword=>. Acesso em: 12 mar. 2021.

CAPÍTULO III

A INFLUÊNCIA DA IMPRENSA NOS PROCESSOS DE DISPUTA PELAS TERRAS DO QUILOMBO SACOPÃ

Os debates que permeiam as relações sociais são em muito subsidiados pela mídia, durante muito tempo destacando-se a mídia impressa, que hoje já vem sendo, em grande parte, substituída pelos processos digitais. Para o propósito desse estudo, os textos jornalísticos foram bastante utilizados como fonte primária de pesquisa, e, por esse motivo, considerei a importância de proceder a uma análise mais aprofundada quanto ao seu conteúdo e à sua incidência ao longo das últimas décadas. Nesse capítulo, apresentarei os resultados dessa análise, buscando denotar sua importância e influência nos processos históricos e formação das relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

3.1 Apresentação do jornal e seleção das matérias

Ao realizar a pesquisa que serviu de base para a construção desse capítulo, parti da análise de matérias publicadas em um dos principais jornais em circulação na cidade do Rio de Janeiro, o Jornal O Globo. Muitas dessas matérias já foram por mim apresentadas nos capítulos anteriores. A escolha desse jornal deve-se ao fato deste ser um dos principais jornais a circular no período estudado, acrescido à possibilidade de acesso ao conjunto total de suas publicações, já que o mesmo possui um acervo digitalizado desde o dia de sua primeira edição, em 29 de julho de 1925²¹⁷. A opção por fazer a análise a partir de conteúdos da imprensa escrita deu-se por esta abranger um período mais vasto, de décadas em que a internet e, por conseguinte, o conteúdo da mídia digital ainda não estavam acessíveis ao público em geral.

Na década de 1980, o jornal O Globo lançou o suplemento chamado Jornal de Bairro, cuja proposta era ter como foco “acompanhar de perto o crescimento da cidade, privilegiando uma cobertura local voltada para o serviço”²¹⁸. Parte considerável das matérias analisadas foi publicada nesse suplemento, que passou a proporcionar uma cobertura mais próxima dos problemas das comunidades locais.

²¹⁷ Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

²¹⁸ Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/jornais-de-bairro-9173648>. Acesso em: 13 mar. 2023.

Em seus princípios editoriais, o jornal O Globo se autointitulou como “generalista de informação: este noticia os fatos, analisa-os, opina, mas com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas”²¹⁹. Porém, mais adiante, reconheceu que “a opinião do veículo vê a realidade sob o prisma das crenças e valores do próprio veículo”, ressaltando, contudo, que “se de fato o objetivo do veículo for conhecer, informar, haverá um esforço consciente para que a sua opinião seja contradita por outras e para que haja cronistas, articulistas e analistas de várias tendências”. O jornal se diz apartidário, laico, independente de governos ou grupos econômicos, sem preconceito e entusiasta da diversidade, se propondo a ser um jornal isento. Ora, sabemos que esses atributos não podem ser tomados como verdades absolutas, tendo em vista fatos que demostram, em diferentes momentos, tomada de posição do editorial do jornal, em alguns casos reconhecidos pelo próprio. Como exemplo, em sua página na internet, intitulada “Memória”²²⁰, há o reconhecimento público do apoio ao golpe de 1964. Sob o título “Apoio ao golpe de 64 foi um erro”²²¹, os editores admitiram que as matérias publicadas à época concordavam com a intervenção dos militares e chamavam o golpe de “Revolução”. Considerando que não existe isenção total nos meios de comunicação e que estes são veículos formadores de opinião, a leitura e análise do conteúdo das notícias e/ou reportagens publicadas precisa ser realizada de forma crítica, por seu conjunto de leitores, e metodológica por pesquisadores que se propõem a utilizá-las como fonte de informação.

Assim sendo, como procedimento metodológico inicial, foi realizada uma busca no acervo digital do jornal O Globo, que, conforme já dito, possui todas as edições desde 1925. O acervo permitiu buscar por data de edição, década, ano ou por palavras-chave. A primeira busca foi realizada com as palavras “Quilombo Sacopã”. Tal busca retornou ocorrências a partir dos anos 2000. Refazendo a busca, utilizando somente a palavra “Sacopã”, surgiram, agora sim, 3 matérias nos anos 1980 e 9 nos anos 1990. Observei que a retirada da palavra “quilombo” modificou esses resultados pelo fato de que, até os anos 2000, os textos jornalísticos não se referiam assim à comunidade da ladeira do Sacopã. Eram tratados genericamente ou estereotipados como posseiros, pagodeiros ou administradores do Só na Lenha Pagode Bar.

Após a leitura dessas matérias, foi possível separá-las em duas grandes categorias: aquelas que tratavam exclusivamente de divulgação das atividades culturais do quilombo

²¹⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html#principios-editoriais>. Acesso em: 13 mar. 2023.

²²⁰ Disponível em: <https://memoria.oglobo.globo.com/>. Acessado em: 15 jun 2023.

²²¹ Disponível em: <https://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226>. Acesso em: 15 jun. 2023.

(“Exclusivas para divulgação de atividade cultural”) e aquelas sobre os problemas da/na comunidade (“Outros assuntos”). Com isso, cheguei aos seguintes números:

Quadro 1. Matérias sobre o Quilombo Sacopã. Jornal O Globo, de 1980 a 2020.

DÉCADA	Quantidade de matérias	Exclusivas para divulgação de atividade cultural	Outros assuntos
1980	3	1	2
1990	9	3	6
2000	8	2	6
2010	27	20	7
2020 ²²²	1	1	0
Total	48	27	21

Fonte: Autor. Rio de Janeiro, 2023.

3.2 Análise do conteúdo

Identificadas as duas categorias abordadas na seção anterior, exclui as primeiras (de divulgação cultural) de uma análise mais aprofundada, ficando com 21 matérias jornalísticas para análise (Anexo F). As 21 matérias selecionadas, conforme critério explicado acima, foram relacionadas no quadro a seguir, com destaque para a temática central abordada. Como técnica de análise de conteúdo, optei pela clássica análise categorial, a que se dá por categorização dos temas, também chamada análise temática, apresentada por Bardin²²³. A autora destaca que:

A análise de conteúdo se constitui em um conjunto de instrumentos metodológicos, que têm como fator comum ter por base a dedução ou inferência, oscilando entre “o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade”.²²⁴

As etapas seguidas incluem análise prévia com exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A análise que realizei foi, prioritariamente, do tipo qualitativa, ou seja, baseada na presença ou na ausência de uma categoria. No entanto, a frequência dessas categorias também foi observada.

No processo de análise, dividi os textos em temas principais e, posteriormente, defini categorias temáticas que julguei estarem presentes, de forma destacada, no conteúdo das matérias. A definição das categorias foi importante para a percepção da tendência jornalística

²²² No momento da pesquisa, somente foram encontrados resultados no ano de 2020, com zero resultados em 2021 e 2022, ano final do estudo.

²²³ BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

²²⁴ Ibidem, p. 15.

no trato e no acompanhamento das questões referentes à comunidade Sacopã. Cada texto foi analisado na íntegra, com idas e vindas frequentes. Ao longo do processo, registrei comentários para melhor embasar as minhas inferências posteriores. As categorias que defini a partir da análise das matérias selecionadas foram as seguintes: “história”, “cultura”, “legislação e certificação”, “conflitos”, “discriminação e racismo”, “luta e resistência”, “interesses econômicos”. No quadro 2 estão relacionadas todas as matérias jornalísticas disponíveis dentro do critério de seleção, mostrando sua temática central e as categorias destacadas em cada uma, a partir de minha análise.

Quadro 2. Matérias do Jornal O Globo sobre o Quilombo Sacopã²²⁵, analisadas e categorizadas. Período: 1986 a 2018 (continua).

Item	Data	Título ²²⁶	Autor/a	Seção do Jornal	Temática central	Categorias destacadas
1	21/04/1986	Pagode da Neném: lazer ou problema no Sacopã? / Moradores mobilizados para acabar com a festa	Não informado	Jornal de Bairro	Descreve o pagode e a feijoada e aponta o conflito com os moradores do condomínio	História Cultura Conflitos Luta e resistência
2	28/04/1986	Briga entre moradores e o pagode de Sacopã continua	Não informado	Jornal de Bairro	Disputa judicial entre os moradores	Conflitos Luta e resistência Discriminação e racismo
3	17/09/1990	Pagode de Sacopã resiste à especulação	Não informado	Jornal de Bairro	A luta na justiça, as pressões por conta da especulação imobiliária e as atividades culturais	História Cultura Conflitos Luta e resistência

²²⁵ Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=quilombo+sapo&anyword=&noword=&exactword=>. Acesso em: 13 mar. 2023.

²²⁶ Algumas matérias aparecem com mais de um título porque, apesar de tratar-se da mesma notícia ou reportagem, o jornal deu continuidade à mesma inserindo outra titulação, ora na mesma página, ora em página subsequente.

						Interesses econômicos
4	10/12/1990	Fonte da Saudade, um recanto de paz	Não informado	Jornal de Bairro	A tranquilidade da vida dos moradores na Rua Sacopã e o assédio a Luiz Sacopã para vender sua área	História Luta e resistência Interesses econômicos
5	26/08/1991	Família pode perder fonte de renda na rua Sacopã/ Batalha judicial, por enquanto, é favorável aos condomínios/ Presidente da Associação de Moradores é uma das aliadas	Deyse Arnaud	Jornal de Bairro	Notícia sobre liminar para apreensão dos bens usados na oficina mecânica e restaurante	História Cultura Conflitos Luta e resistência Discriminação e racismo Interesses econômicos
6	01/11/1993	Justiça interdita pagode na Ladeira do Sacopã	Gustavo Goulart	Primeiro Caderno /Rio	O cumprimento do mandato para interdição do bar e oficina	História Cultura Conflitos Luta e resistência
7	07/02/1994	No Rola Preguiçosa, uma mistura que vai dar samba	Adriana Pavlova	Jornal de Bairro	Fundação do bloco carnavalesco por Luís Sacopã	Cultura
8	06/02/1997	Rola Preguiçosa faz feijoada clandestina e prepara protesto	Elenilce Bottari	Primeiro Caderno /Rio	Protesto pelo fechamento do pagode e a lacração da cozinha por decisão judicial	História Cultura Conflitos Luta e resistência Discriminação e racismo
9	30/05/2001	Família luta há 26 anos por terreno onde mora na Rua Sacopã, na Lagoa	Maria Elisa Alves	Primeiro Caderno /Rio	Primeira audiência do processo iniciado em 1975 aconteceu em maio de 2001	História Conflitos Discriminação e racismo

						Luta e resistência Interesses econômicos
10	09/12/2004	Quilombo da Lagoa em turnês musicais / Lei salvou pais da escravidão	William Helal Filho	Jornal de Bairro	Reconhecimento da origem quilombola pela Fundação Cultural Palmares	História Cultura Legislação e certificação Conflitos Discriminação e racismo Luta e resistência
11	07/04/2005	Músico perde ação sobre posse de terreno na Lagoa	Alessandro Soler	Primeiro Caderno /Rio	Ação perdida por Luiz Sacopã em segunda instância	Legislação e certificação Conflitos Discriminação e racismo
12	12/09/2007	“Quilombo” da Fonte	Joaquim Ferreira dos Santos	Segundo Caderno	Conflito pela posse da terra	Conflitos Discriminação e racismo Luta e resistência
13	14/02/2008	Quilombo da Sacopã é regularizado pelo Incra	Não identificado	Primeiro Caderno /Rio	Regularização fundiária do primeiro quilombo urbano do RJ	Legislação e certificação Luta e resistência
14	28/06/2009	Lagoa dos Escravos	Joaquim Ferreira dos Santos	Segundo Caderno	Nota sobre os herdeiros de quilombolas “se dizerem” donos de parte da Fonte da Saudade e se reunirem com autoridades	História Conflitos Luta e resistência
15	01/07/2010	Quilombo Sacopã: verde e disputado	Flávia Milhorance	Jornal de Bairro	Reconhecimento por meio do Decreto 4887, do governo Lula e dos conflitos	História Legislação e certificação Conflitos

					envolvidos na posse da terra	Discriminação e racismo Luta e resistência Interesses econômicos
16	08/04/2011	Feijoada, samba e vista para a Lagoa	João Sette Câmara	Rio Show	Divulgação, opinião e recomendação positiva sobre a feijoada e roda de samba	Cultura
17	17/08/2012	Terreno quilombola é protegido por lei	Antônio Werneck	Primeiro Caderno /Rio	Projeto de Lei aprovado na Câmara dos Vereadores que torna a comunidade quilombola do Sacopã uma área de especial interesse cultural	História Cultura Legislação e certificação Conflitos Luta e resistência
18	19/09/2014	Quilombo da Sacopã é reconhecido pela União	Antônio Werneck	Primeiro Caderno /Rio	Entrega de títulos de reconhecimento de domínio, etapa que antecede a posse definitiva do terreno	Cultura Legislação e certificação Luta e resistência
19	20/11/2014	Uma pequena grande África dentro do Brasil	Flávia Milhorance	Primeiro Caderno /Sociedade	Embates no reconhecimento das áreas quilombolas, onda conservadora para desqualificar a cultura negra e recebimento do título de domínio do Quilombo Sacopã	História Cultura Legislação e certificação Conflitos Luta e resistência Discriminação e racismo
20	13/05/2015	Um resgate da herança roubada pela escravidão	Dandara Tinoco	Primeiro Caderno /Rio	No contexto da investigação por DNA da origem dos afrodescendente	História Luta e resistência

					s brasileiros, Luiz Sacopã reafirma a legitimidade de sua origem quilombola	Discriminação e racismo
21	04/08/2018	Sacopã, resistência negra na Lagoa	Não identificado	Jornal de Bairro	Divulgação de livro que conta a história de luta do Quilombo	História Cultura Luta e resistência Discriminação e racismo

Fonte: Autor. Rio de Janeiro, 2023.

3.3 As tendências da cobertura midiática no caso da disputa das terras quilombolas

A análise dos textos de mídia revelou tendências da cobertura jornalística sobre os aspectos relacionados à disputa do território quilombola. No caso específico do Quilombo Sacopã, percebi que os textos impressos divulgados nas últimas quatro décadas, em um dos principais jornais de circulação na cidade do Rio de Janeiro, flutuaram entre o não reconhecimento da comunidade como quilombola, entre os anos 1980 e os anos 1990, e o seu tratamento como Quilombo Sacopã, a partir do ano de 2004. As narrativas jornalísticas se iniciam com notícias sobre a disputa das terras, tratando-as como “briga entre moradores” (1986), referindo-se aos quilombolas como “pagodeiros”, “posseiros” ou “administradores do Pagode Bar”. Nesse momento, a palavra quilombo (ou afins) sequer era mencionada.

As matérias analisadas na seção anterior podem ser também identificadas por seu grau de influência, potencialmente positiva ou negativa, que pode ter exercido nas relações sociais do grupo atingido, assim como na opinião pública. Cinco dessas matérias são de classificação iminentemente positiva: “Fonte da Saudade, um recanto de paz”, “No Rola Preguiçosa, uma mistura que vai dar samba”; “Feijoada, samba e vista para a Lagoa”, “Quilombo da Sacopã é reconhecido pela União” e “Sacopã, resistência negra na Lagoa”. As considerei positivas porque se referem às atividades culturais exercidas no quilombo como programas valorosos, ao reconhecimento das terras quilombolas como uma situação boa e apontam benefícios da localidade e da vida cotidiana, conforme exemplificado nos extratos a seguir.

“Filho de Manoel Pinto Júnior [...], Luiz Sacopã vive em uma casa em um terreno de cerca de 20 mil metros quadrados que se tornou famoso por abrigar o pagode do

Sacopã”. “Estou satisfeito em morar aqui. Não troco a tranquilidade, o verde e o ar puro que tenho por qualquer dinheiro” (Fonte da Saudade, um recanto de paz, O Globo, 10/12/1990).

“Luiz Sacopã é o fundador do mais novo bloco da Zona Sul. [...] Luiz Sacopã é conhecido na Zona Sul por causa de seu pagode no alto da Rua Sacopã. Ali ele costuma reunir desde artistas até pagodeiros de carteirinha, com direito a uma vista privilegiada da Lagoa” (No Rola Preguiçosa, uma mistura que vai dar samba, O Globo, 07/02/1994).

“Com sua feijoada à lenha, música de primeira e vista incrível, o Quilombo Sacopã é um programa que vale a pena fazer todo mês” (Feijoada, samba e vista para a Lagoa, O Globo, 08/04/2011).

“O acesso à terra e à moradia é um passo importante para uma melhoria no cenário carioca” (Quilombo da Sacopã é reconhecido pela União, O Globo, 19/09/2014).

“[...] o Quilombo Sacopã, que guarda um histórico de luta por um espaço de direito e resiste há mais de 100 anos na Lagoa” (Sacopã, resistência negra na Lagoa, O Globo, 04/08/2018).

Na primeira reportagem citada, de 1990, há relatos de outros moradores e da então presidente da Associação de Moradores, Suely Feijó, que informaram sobre a tranquilidade no lugar e sobre a satisfação de residir no local. A citação relacionada aos descendentes quilombolas versa sobre propostas recusadas de construtoras para a venda da área, com uma extensa fala de Luiz Sacopã ressaltando os benefícios da vida cotidiana na região. Essas matérias convergem para uma visão positiva dos moradores e para a questão enfrentada.

Ao contrário, outras focam em categorias relacionadas aos conflitos políticos, econômicos e sociais entre os grupos, sendo consideradas de teor negativo para a opinião pública. Estão nessa classificação as matérias indicadas pelos números 1, 2, 5, 6, 9, 11, 12 e 14 no quadro 2. As demais alternam seus textos entre uma influência positiva ou negativa, ora tendendo mais para um lado, ora para outro.

Analizando especificamente as matérias publicadas nos anos 1990, verifiquei que as notícias se concentravam em torno dos conflitos pela posse da terra, os processos e as disputas judiciais, revelando uma tendência de influência negativa sobre os leitores quanto ao direito dos quilombolas. Essa tendência começou a se modificar na década de 2000, mais precisamente a partir de 2004, com o reconhecimento de sua origem quilombola pela FCP, mas principalmente a partir de 2010, quando cresceram notícias e reportagens sobre os processos percorridos, com maior visibilidade para a história dos descendentes quilombolas e da formação da comunidade, dando mais espaço para as falas da sua liderança e divulgação de suas ações culturais. Com essa tendência mais positiva no conteúdo das matérias, são levantadas questões raciais, de discriminação e de resistência. Tais aspectos podem ser considerados como uma influência positiva para o debate sobre as relações sociais imbricadas em todo esse processo.

Tal tendência é possível ser observada também em relação aos títulos das matérias. Observando-os em ordem cronológica, percebo que, até 2004, nenhuma manchete cita “quilombo” ou faz qualquer referência à origem quilombola dos moradores. É legítimo crer que o reconhecimento destes como descendentes quilombolas, que vem a partir do Decreto 4887/03 do governo federal, influenciou a forma como a mídia os vinha tratando. Ainda assim, isso se deu aos poucos. Em 2007, ainda se publica uma notícia com o título “quilombo” entre aspas. Observa-se aspas também em outro momento em que o termo quilombo aparece no corpo do texto, e o mesmo é escrito em tom de denúncia sobre derrubada de árvores, supostamente pelos quilombolas. Essa notícia deixa aflorar a opinião do jornalista, trazendo uma influência negativa aos leitores em relação aos moradores do quilombo.

Já a partir de 2010, as matérias do tipo reportagem se equilibram em relação as do tipo notícias²²⁷, trazendo uma nova visão para o debate da questão racial e da sobrevivência dos descendentes quilombolas. Há uma preocupação maior em contar a história dos quilombos e seus ancestrais e em trazer à tona questões referentes à legislação e demarcação de terras.

Em relação à quantificação das categorias encontradas nas matérias, em 18 dos 21 textos analisados foi identificada a categoria “luta e resistência” (Quadro3). É possível inferir que essa característica da resistência da comunidade na luta pelas terras esteve sempre bastante evidente, com esses atores tendo papel de destaque nesse processo, pois se fizeram notar de maneira afirmativa e sempre que tiveram oportunidade contaram a história de seus ancestrais e a história de sua luta diante dos conflitos que tiveram de enfrentar.

Quadro 3. Categorias recorrentes nas matérias analisadas.

CATEGORIA	FREQUÊNCIA OBSERVADA
LUTA e RESISTÊNCIA	18
CONFLITOS	14
HISTÓRIA	14
CULTURA	12
DISCRIMINAÇÃO e RACISMO	11
LEGISLAÇÃO e CERTIFICAÇÃO	7
INTERESSES ECONÔMICOS	5

Fonte: Autor. Rio de Janeiro, 2023.

²²⁷ Há uma diferença entre os gêneros textuais jornalísticos “notícia” e “reportagem”. Segundo Martins Filho (1991, p. 254), “a reportagem pode ser considerada a própria essência de um jornal e difere da notícia pelo conteúdo, extensão e profundidade. A notícia, de modo geral, descreve os fatos e, no máximo, seus efeitos e consequências. A reportagem busca mais: partindo da própria notícia, desenvolve uma sequência investigativa que não cabe na notícia. Assim, apura não somente as origens do fato, mas suas razões e efeitos”.

As matérias propostas a partir de 2014 aparecem com teor mais positivo em relação às questões do quilombo, o que me leva a inferir a existência de uma relação entre essa mudança e o fato dos quilombolas terem recebido, nesse mesmo ano, o título de reconhecimento de domínio, etapa que antecede a posse definitiva do terreno.

3.4 Busca pela certificação do Quilombo Sacopã

Do total de matérias, sete trouxeram questões pertinentes à legislação e/ou certificação do Quilombo Sacopã. Todas a partir do ano de 2004, quando saiu a certificação de autodefinição, expedida pela FCP, reconhecendo sua origem quilombola. Longe de ser um fim para a luta dessa comunidade ou uma pausa nos conflitos com os vizinhos e especuladores, a certificação teve o mérito de iluminar essa questão e trazê-la para o holofote da mídia. O debate estava posto para a sociedade e a luta dos quilombolas em processo de transição. Inicialmente, tentaram garantir seu direito à terra por processo de usucapião. Uma reportagem do ano de 2001²²⁸ relatou que o processo de usucapião, datado de 1975, somente tivera sua primeira audiência em 31/05/2001. Conforme retratado em seção anterior, esse processo ainda tramita na justiça. São 48 anos sem conclusão.

Após 26 anos de espera, uma família que ocupa há quase 85 anos um terreno de 18 mil metros quadrados no alto da valorizada Rua Sacopã, na Lagoa, poderá ganhar a posse definitiva da área por usucapião. A espera de quase três décadas vale a pena: o terreno da Sacopã está avaliado em, no mínimo, R\$ 4 milhões²²⁹.

O texto dessa reportagem indica que, caso a família ganhe o processo, um fato benéfico é o valor do terreno, mas não aborda da mesma forma a continuidade de seus costumes ou preservação de sua história.

A partir da promulgação do Decreto 4887/2003, que veio regulamentar procedimentos para fazer valer o art. 68 do ADCT/CF-1988, a luta tomou outro rumo. Em 2004, os quilombolas tiveram sua origem reconhecida e a sociedade já não podia ignorar sua história. As notícias e reportagens, a partir desse momento, passaram a dar outro enfoque à história da família, incorporando discussão sobre a legislação e as certificações aguardadas pelos quilombolas.

Por considerar o processo de regulamentação e certificação do quilombo como parte imperiosa para o caminho de resistência trilhado pelo grupo, ponderei sobre a importância de

²²⁸ Família luta há 26 anos por terreno onde mora na Rua Sacopã, na Lagoa. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=quilombo+sacopã&anyword=&noword=&exactword=>. Acesso em: 13 mar. 2023.

²²⁹ Ibidem.

abrir o leque investigativo e procedi a uma nova pesquisa, buscando identificar outras fontes de notícias que trataram do assunto, além do Jornal O Globo. Esse foi um momento em que a mídia digital já se encontrava em plena utilização pela população em geral. Nessa investigação, encontrei matérias em diferentes fontes e suportes, algumas delas citadas nesta e nas próximas seções, unicamente com o intuito de agregar informações que considerei relevantes e trazer alguma comparação entre as diferentes mídias, sem preocupação com uma análise mais aprofundada.

Uma dessas matérias traz a cronologia dos fatos que levaram à certificação e à demarcação atual da área, segundo o portal da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz):

1999 – Assessoria de Assuntos Étnicos do gabinete da vice-governadora do estado, Benedita da Silva, encaminha ao Ministério Público Federal (MPF) e à Fundação Cultural Palmares (FCP) um “relatório de inspeção técnica” solicitando um “levantamento histórico” referente à Família Pinto.

Março de 2002 – Família Pinto é reconhecida como proprietária da área por juiz do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Dezembro de 2004 – FCP reconhece área de 1,8 hectares como área quilombola.

05 de abril de 2005 – Desembargadores da 5ª Câmara do Tribunal de Justiça suspendem decisão da primeira instância e negam propriedade da área a Luiz Sacopã Pinto.

04 de maio de 2005 – Técnicos da SEPPIR visitam quilombo da Sacopã levando ações do Programa Brasil Quilombola à comunidade.

06 de julho de 2005 – Imobiliária Higienópolis move ação de reintegração de posse contra as famílias na Justiça Estadual do Rio de Janeiro.

27 de setembro de 2005 – Matilde Ribeiro, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, visita quilombolas de Sacopã.

27 de março de 2006 – Quilombolas cariocas participam de audiência pública na Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro para discutir a inclusão das áreas quilombolas no plano diretor da cidade.

08 de junho de 2006 – Juiz da 46a Vara Cível acata notificação do INCRA e suspende o processo de reintegração de posse movido contra a comunidade do Sacopã até ser concluído o processo de regularização fundiária.

17 de agosto de 2006 – Juiz da 46ª Vara Cível julga procedente o requerimento do INCRA para prestar assistência processual ao Quilombo do Sacopã. Como consequência, o processo passará a tramitar na Justiça Federal e não mais na Estadual. 06 e 07 de setembro de 2006 – Cerca de 40 quilombolas do Estado do Rio de Janeiro se reúnem no quilombo de Sacopã para discutir os problemas enfrentados pelas comunidades.

Fevereiro de 2007 – INCRA firma convênio com a Fundação Euclides da Cunha (FEC), da Universidade Federal Fluminense (UFF), para elaboração de relatórios antropológicos sobre oito comunidades quilombolas no estado do Rio de Janeiro; entre elas, a comunidade da Sacopã.

20 de outubro de 2007 – Conclusão do Relatório Antropológico do Quilombo Sacopã. 2008 – Incra anuncia demarcação do Quilombo Sacopã com área de 23,9 mil m².

07 a 16 de março de 2008 – Equipe da Universidade do Texas visita diversas cidades brasileiras para realizar uma pesquisa de campo sobre “Direito à terra de afrodescendentes no Brasil”; entre as comunidades visitadas, estava o quilombo da Sacopã.

2008 – INCRA anuncia demarcação do Quilombo Sacopã com área de 23,9 mil m².

03 a 05 de abril de 2009 – II Encontro das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro reúne mais de 100 quilombolas de dez comunidades do estado.

Setembro de 2010 – INCRA reduz a área do quilombo para sete mil metros quadrados. 08 de julho de 2011 – Entrada principal de carros é fechada por ordem judicial. 16 de agosto de 2011 – Vereador Eliomar Coelho (PSOL) apresenta Projeto de Lei (PL) n.º 1092 para instituir a Área de Especial Interesse Cultural do Quilombo do Sacopã AEIC Quilombo do Sacopã, vetado pelo Prefeito Eduardo Paes. 19 de abril de 2012 – Câmara de Vereadores aprova o PL Nº 1092. 01 de junho de 2012 – Prefeito Eduardo Paes veta o PL Nº 1092. 07 de agosto – Câmara de Vereadores derruba veto do prefeito, por 28 votos contra cinco, e aprova o PL. 17 de agosto de 2012 – Promulgada a Lei N 5503 que cria a Área de Especial Interesse Cultural-AEIC do Quilombo Sacopã. 19 de setembro de 2014 – Através da Portaria N 506/2014, INCRA reconhece a área do Quilombo Sacopã, com seis mil hectares.²³⁰

A entrega de títulos de reconhecimento de domínio, etapa que antecede a posse definitiva do terreno, ocorrida em setembro de 2014, foi noticiada pelo Jornal O Globo, na reportagem de Antônio Werneck, em 19/07/2014, com o título “Quilombo da Sacopã é reconhecido pela União”.

A documentação era reivindicada há 50 anos pelos descendentes de Manoel Pinto, que se instalou ali, com a mulher e os filhos, na década de 20. A doação dos títulos é uma etapa que antecede a posse definitiva do terreno, onde hoje vivem 28 pessoas. A entrega será feita por representantes do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário²³¹.

Assim foi noticiada a entrega da titulação em outros portais:

Depois de 50 anos os moradores do quilombo da rua Sacopã, na Fonte da Saudade, zona sul do Rio, ganharam do Governo Federal o título de reconhecimento provisório do terreno de cerca de 18 mil metros quadrados em uma das regiões mais nobres da cidade. Atualmente 28 pessoas de nove famílias vivem no local. O reconhecimento é o primeiro passo antes da posse definitiva da terra, que não pode ser vendida ou penhorada de forma alguma.

Apesar de ser direito dos moradores do antigo quilombo a posse da terra, de acordo com a Constituição de 88, o processo quase sempre é lento²³².

Reivindicado há 50 anos, quilombo da Sacopã é reconhecido pelo governo federal (Geledés, 20/09/2014)²³³.

Nesta terça (23), o quilombo urbano Sacopã, na Lagoa, Zona Sul do Rio, comemorou com mais de 20 outras comunidades quilombolas, parceiros e representantes do Estado, seu reconhecimento provisório por parte do Governo Federal. Luiz Pinto, o Luiz Sacopã, líder do quilombo, recebeu o documento oficial de reconhecimento de

²³⁰O texto foi atualizado em maio de 2015. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-pressionados-pela-explosao-imobiliaria-a-familia-pinto-preserva-a-mata-atlantica-e-luta-pelo-reconhecimento-do-quilombo-do-sacopã-na-cidade-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

²³¹Disponível em: <https://creci-rj.gov.br/quilombo-da-sacopã-e-reconhecido-pela-uniao/>. Acesso em: 25 mar 2023.

²³²Incra entrega título de reconhecimento a quilombo no Rio, Portal Terra, 23/09/2014. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/incra-entrega-titulo-de-reconhecimento-a-quilombo-no-rj,2809b56b034a8410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>. Acesso em: 25 mar 2023.

²³³Portal Geledés, 20/09/2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/reivindicado-ha-50-anos-quilombo-da-sacopã-e-reconhecido-pelo-governo-federal/>. Acesso em: 25 mar 2023.

domínio de representantes do INCRA, em uma celebração com cerca de 200 pessoas, com direito a feijoada, na própria comunidade.²³⁴

Já em 2018, uma reportagem no periódico *online* “Diário do Rio” exalta a resistência do Quilombo Sacopã, relacionando a obtenção de sua titulação com a luta de seus moradores:

Em 2014, o Governo Federal entregou aos moradores do Quilombo Sacopã o título de reconhecimento de domínio sobre as terras, após décadas de disputa judicial. **Em um local com uma vista privilegiada da cidade e preservando muito da nossa história, o Quilombo Sacopã resiste.**²³⁵ Grifo do autor.

Cabe observar que reportagens como as do jornal O Globo e do Portal Terra, entre outras publicadas à época, falam sobre o recebimento por parte dos quilombolas de um “título de reconhecimento provisório” do terreno. Entretanto, segundo o Incra, dentro das etapas do processo de titulação de território quilombola, não existe um título provisório a ser concedido²³⁶. A informação, que consta no site do Incra, foi corroborada por uma servidora do órgão com quem fiz contato via e-mail. Ela relatou sobre as etapas do processo de reconhecimento:

Em 2014, foi publicada a Portaria de Reconhecimento do território. Essa portaria é assinada pelo Presidente do INCRA e publicada no DOU e DOERJ. Ela significa que o território identificado e reconhecido pelo Estado é quilombola. Ela não tem implicações diretas sobre a propriedade da área, pois ela não invalida títulos públicos nem privados a partir dela. A partir da Portaria, quando constatamos a incidência de áreas públicas, o INCRA tenta conciliar os interesses públicos sobre a área. Quando há áreas particulares, o INCRA tem de desapropriar os imóveis.²³⁷

Portanto, esse passo obtido pelo Quilombo Sacopã em 2014 é, na verdade, a Portaria de Reconhecimento (etapa 4)²³⁸, assinada pelo presidente do Incra e publicada no Diário Oficial da União (DOU) e dos estados, que reconhece os limites do território quilombola. Inclusive, esse limite ficou bem abaixo dos 18 mil metros quadrados citados na reportagem do Portal Terra. No DOU de 22/09/2014²³⁹, a Portaria Nº 546, de 19 de setembro de 2014 foi publicada reconhecendo e declarando como terras da família Pinto a área de 6.404,17 metros quadrados, inferior ao reivindicado no processo de usucapião (Anexo G). Conforme informação do

²³⁴Quilombo Sacopã é reconhecido após décadas de luta, 24/09/2014. Disponível em: <https://kn.org.br/noticias/quilombo-sacopã-e-reconhecido-após-decadas-de-luta/3707>. Acesso em: 25 mar 2023.

²³⁵LUCENA, Felipe. História do Quilombo Sacopã, um refúgio de escravos na Lagoa, Diário do Rio, 18/05/2018. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-do-quilombo-sacopã-um-refugio-de-escravos-na-lagoa/>. Acesso em: 25 mar 2023.

²³⁶Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/passo_passo_quilombola_incra.png. Acesso em: 13 abr. 2023.

²³⁷ Relato de servidora do Incra, em 11/04/2023, por e-mail.

²³⁸Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/associacao-cultural-quilombo-do-sacopá-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 25 mar 2023.

²³⁹Disponível em: http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/diarios-e-boletins/diario-oficial-da-uniao-1/2014/dou1_2014_09_22.pdf?noCache=20230416013826122467. Acesso em: 4 mar. 2023.

quilombola José Cláudio²⁴⁰, com quem conversei, houve um acordo para a redução dessa área, no sentido de evitar confrontos e agilizar o processo de outorga de título coletivo, a última etapa. Porém, até o presente isso ainda não ocorreu.

Art. 1º Reconhecer e declarar como terras das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Sacopã (Família Pinto), a área de 6.404,17 m², situada no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, cujas características, limites e confrontações constam do memorial descritivo anexo.²⁴¹

3.5 O Papel dos atores sociais: o Protagonismo Quilombola

Os textos publicados pela mídia refletem o contexto histórico, político, econômico e social de determinado espaço e tempo. Com as reflexões acerca desse material analisado, é possível olhar para o nosso presente e melhor compreender como as questões que permeiam esse estudo foram sendo forjadas, melhor determinando o papel dos diferentes atores sociais envolvidos.

Percebe-se, por exemplo, como as lutas dos descendentes quilombolas foram essenciais para a vitória, ainda que parcial, do direito à posse das terras. Esses atores resistiram com suas atividades culturais, com os processos levados a termo, com a implicação de outros atores na luta. Nas notícias veiculadas, é possível encontrar o apoio de artistas, de historiadores, de pesquisadores, de alguns moradores e até mesmo de uma antiga presidente da Associação de Moradores²⁴². Também aparecem várias situações ilustradas que demonstram a unidade na luta em diferentes quilombos do país, reunindo lideranças para fortalecer a resistência.

A preservação e a discussão sobre os remanescentes de quilombos fazem parte da tomada de consciência da importância da presença africana na cidade, da raiz e dos direitos dessa cultura.²⁴³

A Associação Cultural Quilombo do Sacopã, projeto empreendido para exercer atividades com o “principal objetivo de garantir a permanência da comunidade do Quilombo do Sacopã em seu território tradicional e a titulação definitiva do mesmo”, informou que os ganhos são resultados de muitas lutas coletivas:

Mobilizações públicas para a conquista da titulação definitiva do território quilombola também são resultados positivos do projeto, assim como a participação em outras manifestações populares realizadas no período. Seminários, boletins sobre a cultura e

²⁴⁰ Áudio enviado por José Cláudio, em 04 de abril de 2023.

²⁴¹ Disponível em: http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/diarios-e-boletins/diario-oficial-da-uniao-1/2014/dou1_2014_09_22.pdf?noCache=20230416013826122467. Acesso em: 4 mar 2023.

²⁴² Suely Feijó, ex-presidente da AMAFONTE e moradora da ladeira há 40 anos.

²⁴³ MILTON GURAN, historiador. O GLOBO, 3/5/2015.

a articulação quilombola e a veiculação de um programa de rádio também merecem destaque. A reforma do escritório de apoio foi parcialmente realizada²⁴⁴.

As atividades culturais, principalmente o pagode e a feijoada viraram atração turística e “tornaram-se uma ferramenta poderosa da família para produzir alianças, despertar simpatias e fomentar o apoio de certa classe política, artística e intelectual da cidade”²⁴⁵. Com efeito, fica claro nas matérias analisadas que as atividades culturais são, na maior parte das vezes, reportadas de forma positiva pelo veículo de imprensa, com exceção das questões levantadas pelos vizinhos dos condomínios que as utilizam como argumento de reclamação.

Esses encontros gastronômicos e musicais tampouco ficaram à margem de conflitos, pois nasceram no conflito mesmo e têm permanecido nele de maneira intermitente, tendo sido interditados várias vezes. Em mais de uma oportunidade a sua legalidade foi questionada, indo parar nas esferas judiciais; em vários outros momentos, a família conseguiu negociar e fazer algumas concessões para continuar com os eventos. Assim, com a mesma eficácia que as rodas de samba e a feijoada foram úteis para criar alianças, também foram decisivas para gerar adversários e fortalecer a lista de argumentos contra a presença da família negra nessa área da cidade.²⁴⁶

O escritor Milton Guran, em uma das reportagens analisadas, afirma que:

Os filhos de Manoel lutaram contra as investidas do poder público pela gastronomia e pela música, que fizeram a fama do lugar. Mas essa é a face visível da resistência, que se deu por uma série de alianças entre setores e famílias, pela religiosidade e pela construção de uma memória comum de existência²⁴⁷.

Faz-se evidente que os quilombolas, especialmente na figura de seu líder, Luiz Sacopã, tiveram o papel de protagonista nessa luta. Seja à frente das atividades sociais, na busca por parcerias para a defesa do quilombo, na luta pelas ações e até mesmo com os depoimentos dados com frequência a pesquisadores, visitantes e jornalistas. Em metade das matérias investigadas nesse estudo havia uma entrevista com Luiz Sacopã, que, frequentemente, repete suas histórias e lutas, contribuindo assim para a formação de registros de memórias, que, dessa forma, se tornam coletivas e ajudam na preservação de seus costumes e de seu espaço. Como exemplo, segue trecho da reportagem “Quilombo Sacopã, verde e disputado”, de 01/07/2010²⁴⁸: Luiz

²⁴⁴Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/associacao-cultural-quilombo-do-sacopã-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

²⁴⁵ CÁCERES, Luz Stella Rodríguez. Naturezas monumentalizadas, cotidianos politizados: a construção discursiva do lugar no caso do Quilombo Sacopã. *Sociedade e Cultura*, vol. 16, núm. 1, enero-junio, 2013, pp. 91-103 Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013.

²⁴⁶ *Ibidem*.

²⁴⁷ GURAN, Milton. Sacopã, resistência negra na Lagoa. *O Globo*, 04/08/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/livro-resgata-legado-africano-no-rio-22945686>. Acesso em: 25 mar 2023.

²⁴⁸Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=quilombo+dacopã&anyword=&noword=&exactword=>. Acesso em 07 abr. 2023.

Sacopã expôs, “Minha família está aqui há mais de cem anos, e já sofremos todo tipo de violência por sermos pobres e morarmos em área rica, mas vamos resistindo”.

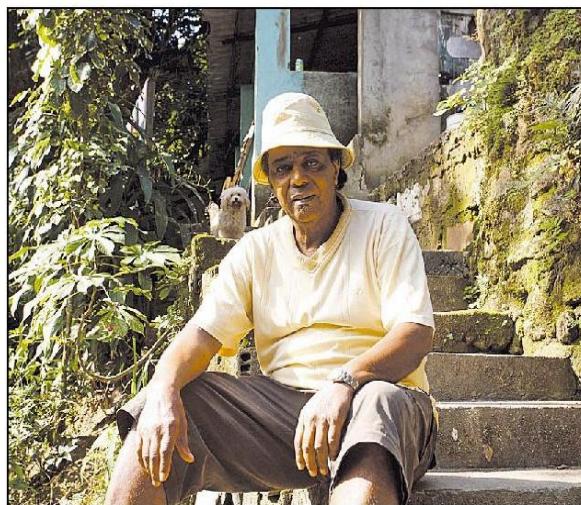


Figura 7. Luiz Sacopã na escada do Quilombo Sacopã.

Fonte: Jornal O Globo, 01/07/2010.

Em outra esfera, um novo ator social se destacou nesse processo, o Estado, pois a promulgação do Decreto 4887/03 pôde ser considerado um divisor para a luta, tendo em vista que o reconhecimento como remanescentes quilombolas deu um passo a mais no debate frente à sociedade. Isso pôde ser constatado pela evolução das matérias publicadas, conforme já analisado na seção anterior. Guimarães (2014) aponta que “o governo federal está mais sensível à causa, o que é importante porque o processo passa por questões subjetivas de autodeterminação”²⁴⁹.

Acredito que legislações favoráveis à causa resultaram das lutas dos descendentes quilombolas, se tornando mais eficazes quando existe um governo assumindo seu papel e compromisso social nessa relação.

O texto a seguir, recortado do site da ENSP (Fiocruz), do projeto “Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil” faz um compilado da atuação do poder público como ator social importante nesse caso do Quilombo do Sacopã.

Apesar de atrair o interesse privado, o poder público tem sido um ator importante nesse conflito. Enquanto a prefeitura da cidade tem atuado no sentido de favorecer a retirada das famílias do local, o governo estadual tem oscilado entre o apoio à permanência e a mais completa omissão. Em 1999, a Assessoria de Assuntos Etnicos

²⁴⁹ ROBERTA GUIMARÃES, pesquisadora. O GLOBO, 20/11/2014. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=quilombo+sapoca&anyword=&noword=&exactword=>. Acesso em: 07 abr. 2023.

do gabinete da então vice-governadora do estado, Benedita da Silva, chegou a encaminhar ao Ministério Pùblico Federal (MPF) e à Fundação Cultural Palmares (FCP) um “relatório de inspeção técnica” solicitando um “levantamento històrico” referente à Família Pinto, a fim de regularizar sua situacão fundiaria. Contudo, atualmente nò há qualqueração no estado nesse sentido. O interesse pela comunidade nò sobreviveu à mudanca de governos.

Na esfera federal, a comunidade tem recebido o apoio da FCP, que em dezembro de 2004 a reconheceu oficialmente como comunidade remanescente de quilombos, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que ocasionalmente realiza ações na comunidade e cuja ministra até mesmo já a visitou, e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que apesar de todas as limitações de sua estrutura técnica tem atuado no sentido de levar adiante o processo de titulaçao e constituído convênios a fim de viabilizar essas ações.²⁵⁰

A pesquisadora Roberta Guimarães, na reportagem do Jornal O Globo, em 20/11/2014, ressaltou também sua preocupacão com a onda conservadora que vem crescendo nos últimos anos, ao afirmar: “Mas notamos também o surgimento de uma onda conservadora, que aparece de forma mais violenta para desqualificar a questão cultural negra”.²⁵¹ Aqui, ela tratou de disputas acirradas entre os atores que se enfrentaram no jogo de disputa de território. Essa disputa pode ser influenciada pelas narrativas que se fazem presentes em diferentes momentos, com destaque para aquelas construídas e/ou reproduzidas pela mídia. Abramo²⁵² indicou que a objetividade é uma contradição no trabalho jornalístico. Segundo o autor “deve-se, sim, ter opinião, saber onde ela começou e onde acabou, saber onde interferiu nas coisas ou nò. É preciso ter consciênci”. A mídia apareceu como um ator social relevante nesse processo. Dessa forma, entendo que as chamadas mídias alternativas, por sua maior possibilidade de representar minorias identitárias, podem se constituir em um contraponto importante nessa guerra de narrativas. Tomo como exemplo o Portal Geledés:

Fundada em 30 de abril de 1988, Geledés é uma organizacão da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigente na sociedade brasileira²⁵³.

Nesse portal, encontrei uma publicaçao de 28/04/2013 com o título “Desembargador que perseguia o Quilombo do Sacopã é aposentado por venda de sentenças”²⁵⁴, de autoria do

²⁵⁰ RJ – Pressionados pela explosão imobiliária, a famíla Pinto preserva a Mata Atlântica e luta pelo reconhecimento do Quilombo do Sacopã, na cidade do Rio de Janeiro, ENSP, Fiocruz, 2015. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-pressionados-pela-explosao-imobiliaria-a-familia-pinto-preserva-a-mata-atlantica-e-luta-pelo-reconhecimento-do-quilombo-do-sacopã-na-cidade-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 25 mar 2023.

²⁵¹ ROBERTA GUIMARÃES, pesquisadora. O GLOBO, 20/11/2014. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=quilombo+sacopã&anyword=&noword=&exactword=>. Acesso em: 07 abr. 2023.

²⁵² ABRAMO. *Regra do Jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. Companhia das Letras, 1997.

²⁵³ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>. Acesso em 13 abr. 2023.

²⁵⁴ <https://www.geledes.org.br/desembargador-que-perseguia-o-quilombo-do-sacopã-e-aposentado-por-venda-de-sentenças/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

jornalista Marcos Romão. Já no título, a matéria deixa claro seu posicionamento quando utiliza o termo “perseguia”. O corpo da matéria explicou que o desembargador praticava atos ilícitos e foi o mesmo que reverteu, em um processo cheio de irregularidades, a causa ganha em 1^a Instância pelo Quilombo Sacopã, “que dava aos descendentes de escravos o direito às suas terras cobiçadas pelos especuladores imobiliários”. O texto ainda relatou as ameaças sofridas pela justiça e destacou uma situação que classificou por bizarra, “quando uma desembargadora se arvorou ao poder de criar uma lei de silêncio especial para o Quilombo do Sacopã”²⁵⁵. Citou ainda o fechamento do quilombo com correntes, ocasião em que, por um período de dez dias, ninguém pôde entrar ou sair, comparando o ato com o período da escravidão. Essa matéria está sendo trazida como elemento comparativo às demais analisadas, pois nenhuma do outro veículo em questão abordou, com tamanho detalhamento e indignação, os problemas enfrentados pelo quilombo.

Publicações da chamada imprensa negra²⁵⁶, mantida por intelectuais ou coletivos pretos, ampliaram a capacidade de debater temas importantes para a comunidade negra, inclusive a comunidade quilombola, fazendo um contraponto à imprensa hegemônica. Esta, não obstante vir sofrendo, ao longo dos últimos anos, maior pressão social para estabelecer um debate mais democrático, ainda se mostra bastante conservadora nos seus métodos.

As publicações da imprensa negra entram em cena para cultivar e colher um mercado de opiniões sobre temas sensíveis para a coletividade negra, como racismo e raça, o lazer e a cultura, os valores morais do trabalho, a noção de nação, os entendimentos sobre cidadania, os repertórios de urbanidade e respeitabilidade. E a celebração de personagens negros, como Luiz Gama, a Mãe Preta, Henrique Dias, Zumbi dos Palmares, José do Patrocínio. Além de ventilar a situação da população da diáspora africana em outros cantos do mundo.²⁵⁷

No século XIX, já circulavam publicações que faziam denúncias quanto ao tratamento dado aos negros e jornais alternativos, que levavam o debate de temas caros a esses grupos para toda a sociedade.

[...] esses jornais conseguiram demarcar e registrar um avanço de parte da população negra em seu próprio benefício. Existiam não no subterrâneo da história, mas nas ruas, casas, tipografias, em lugares públicos e privados da cidade do Rio de Janeiro, a cidade negra. Essa característica lhes confere grandeza. Suas possíveis limitações lhe afiançaram humanidade.²⁵⁸

²⁵⁵ Ibidem.

²⁵⁶ LOPES, João Paulo. *Um panorama da imprensa negra do Brasil pós-abolição até os dias de hoje*. Estado de Minas, 18/08/2022.

²⁵⁷ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2022/02/18/interna_pensar,1345862/um-panorama-da-imprensa-negra-do-brasil-pos-abolicao-ate-os-dias-de-hoje.shtml. Acesso em: 10 abr. 2023.

²⁵⁸ PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

O historiador João Paulo Lopes indicou como marco dessas publicações o primeiro periódico protagonizado por negros e a eles direcionados, *O Homem de Cor* ou *O Mulato*, em 1833, na cidade do Rio de Janeiro. Esse periódico alertava sobre a precária situação dos pretos não escravizados e sobre as falhas da cidadania para negros libertos²⁵⁹. Para ele “a luta contra o racismo moldou a história da imprensa negra, desde sua origem”. Contemporaneamente temos sites, páginas e blogs que representam essa luta. Já citei aqui o Geledés (<https://www.geledes.org.br/>) e acrescentei, a título de exemplificação, o site Imprensa Preta (<https://www.imprensapreta.com/>), o Alma Preta: jornalismo preto e livre (<https://almapreta.com.br/>), a agência de notícias Afropress (<https://www.afropress.com/>) e tantos outros que documentaram a luta e as histórias dos pretos no Brasil, impedindo o monopólio das narrativas à imprensa comercial.

[...] a existência de uma imprensa negra no Brasil é fundamental em termos de representatividade e também um modo de contrapor práticas e o sistema essencialmente discriminatórios, estabelecendo-se como uma voz para o povo negro e servindo como veículo e documentação sobre a luta em favor da equidade racial.²⁶⁰

Ao falar de protagonismo, luta e resistência nos quilombos, é fundamental demarcar o papel das mulheres nesse processo histórico e, contemporaneamente, localizá-lo na luta do Quilombo Sacopã. Os quilombos eram espaços dinâmicos, que possuíam uma organização, onde as mulheres exerciam diferentes atividades. Grupos abolicionistas e de resistência foram compostos e comandados por mulheres, porém a história contada não foi justa com suas histórias vividas. Aqualtune, primeira líder do quilombo dos Palmares; Dandara, guerreira ativa na construção e comando do quilombo dos Palmares; Tereza de Benguela, responsável pela organização do quilombo Quariterê; Luiza Mahin, líder da revolta dos malês, que se negou a viver submissa e lutou pela liberdade e contra a elite dominante²⁶¹. Além delas, que tão tarde vêm sendo lembradas pela história, muitas outras fazem jus a terem seus nomes escritos na luta abolicionista e, contemporaneamente, na luta pela posse de terras e sobrevivência nas áreas quilombolas.

No caso do Quilombo Sacopã, Maria Laudelina de Freitas, a Tia Neném, foi muito citada nas notícias/reportagens analisadas e também nas entrevistas realizadas nessa pesquisa. Mulher

²⁵⁹ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2022/02/18/interna_pensar,1345862/um-panorama-da-imprensa-negra-do-brasil-pos-abolicao-ate-os-dias-de-hoje.shtml. Acesso em: 10 abr 2023.

²⁶⁰ Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/equidade-racial/memoria-da-imprensa-negra-no-brasil/>. Acesso em: 10 abr 2023.

²⁶¹ Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/>. Dossiê da Mulher Negra, Latina e Caribenha. Acesso em: 13 abr. 2023.

ativa nessa luta de resistência, redigiu um manuscrito que pretendia tornar livro, registrando a história do quilombo e suas memórias. Trechos desse manuscrito foram revelados nos capítulos anteriores. Na reportagem de 09/12/2004, “Lei salvou pais da escravidão”, Tia Neném disse que, quando seus pais eram vivos, não se podia falar em escravidão. Eles não foram escravizados por causa da promulgação da Lei do Vento Livre, em 1871. Porém seus avós foram escravizados e Tia Neném hoje quer “falar do passado com naturalidade”²⁶². Tabu que os filhos, netos e tataranetos de Manoel Pinto e Eva Cruz desmitificaram.



Figura 8. Tia Neném no Quilombo Sacopã.

Fonte: Jornal O Globo, 09/12/2004.

É com as memórias e histórias contadas e recontadas, com as atividades culturais no quilombo e com os seus descendentes que essa história não será apagada.

Sabemos que é preciso ir em frente, já que esta é a nossa tradição. Nossas mães, avós, bisavós e tataravós nos legaram a força da resistência, a capacidade de amar e doar, cuidando de filhos que nelas foram plantados sem permissão ou ternura, mas que amaram com desvelo e dedicação, seguindo a sua tradição de Iyá-mi, grande mãe geradora de todas as coisas vivas, que tudo transforma, cozinha, reaproveita, recria, semeia. Refazendo tudo, nossas ancestrais caminharam, espalhando amizade, criando novos laços e uma nova concepção de família, na qual todas as crianças da comunidade sempre encontraram acolhida. Todos as conhecem – são as Tias: Tia Ciata, Tia Bibiana, Tia Neném, Tia Zica, Tia Neuma, Tia Alice e muitas, muitas outras que não sabemos o nome... representantes legítimas de nossos quilombos de hoje!²⁶³

²⁶²Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=quilombo+dacopã&anyword=&noword=&exactword=>. Acesso em: 13 abr. 2023.

²⁶³ THEODORO, Helena. *Mito e espiritualidade: mulheres negras*. Rio de Janeiro: Pallas, 1996.

Ao encerrar esse capítulo, deixo a reflexão sobre o papel da imprensa, atualmente exercido mais pela Internet e pela televisão, na tentativa de construir narrativas, muitas vezes recebidas de forma acrítica pela sociedade, que nem sempre reproduzem a realidade das comunidades. Constitui-se um desafio a comunicação para esses grupos de minorias que lutam por seus direitos, pois a sociedade precisa ter espaços para dialogar com o fluxo de informações que recebem a todo instante, precisando encontrar possibilidades de escutar outras narrativas. Acredito que as falas dos líderes quilombolas, mais frequentemente citadas nas matérias das duas últimas décadas e em reportagens acerca de sua história e vida cotidiana, se tornaram um caminho para confrontar as narrativas midiáticas e possibilitar à sociedade outras leituras da história. Igualmente, a imprensa alternativa, de movimentos negros, vem se destacando e diversificando os processos de comunicação dos grupos que carecem de voz na mídia tradicional. Com base na pesquisa realizada no Jornal O Globo, verificamos que, em mais de 4 décadas, foram publicadas somente 21 notícias ou reportagens debatendo questões pertinentes aos quilombolas da comunidade do Sacopã, apesar de essa se constituir uma comunidade que vive na área urbana do Rio de Janeiro, o que lhe traz, em tese, maior visibilidade. E, inicialmente, eram notícias restritas, dando conta quase que exclusivamente dos conflitos pela posse de terra. Percebe-se também que, provavelmente devido à pressão social exercida com mais vigor nos últimos anos, inclusive fomentada pelas mídias alternativas aqui citadas, outras formas de tratar a questão dos quilombolas vieram se conformando, e estes ganharam um pouco mais de espaço para registrar suas histórias de vida e de luta.

CONCLUSÕES

A história da família Pinto ou família Sacopã é sinônimo de resistência, especialmente a partir do ano de 1975, quando o processo de desfavelização promovido pelo poder público no entorno da Lagoa chegou com força na comunidade afrodescendente. Considero que esse episódio foi o marco inaugural do ato de resistência da família quilombola, gestando na localidade um encadeamento de tensões e conflitos entre a família e um grupo de vizinhos desafeiçoados à presença da família negra no bairro e de magistrados interessados no território quilombola. Tais conflitos geraram na comunidade afrodescendente um profundo desgaste físico, psicológico, financeiro, inclusive com registro de óbito, no processo de formação e consolidação do Quilombo urbano Sacopã.

Nesse contexto de desfavelização e especulação imobiliária, comunidade negras foram removidas abrindo espaço para construção de condomínios luxuosos. Agora um novo perfil de moradores pertencente à classe alta configura a ladeira Sacopã. A família Pinto passou a conviver com medo de remoção, intimidações e dias de incertezas em um ambiente marcado por práticas de grilagem articuladas por autoridades e vizinhos preconceituosos. As reiteradas ameaças contra a comunidade quilombola mostra como o paradisíaco ambiente é intolerante à diversidade étnica e cultural.

A afirmação de vizinhos avessos à presença da comunidade quilombola na região, de que a família não descende de quilombolas e, portanto, não faria jus às terras, não pode ser caracterizada como desconhecimento, haja vista que tal fato já foi comprovado, de forma pública e notória, por meio da certificação emitida pelo órgão governamental responsável – FCP. É sabido que, no processo de expansão urbana, Manoel Pinto Junior trabalhou na abertura de ruas, inclusive na abertura da rua Sacopã e ruas de bairro próximos. Tudo leva a crer que estes vizinhos assim agem porque não querem ter proximidade de convivência com aqueles de mais baixa renda, principalmente se estes forem remanescentes de quilombo, evitando que os mesmos tenham direitos e acesso à cidadania plena.

As partes envolvidas na disputa de terras, tanto a família Pinto como seus antagonistas, se utilizam de estratégias e táticas para lograrem êxito. Alguns vizinhos e magistrados açãoam o Estado para cercear as atividades culturais e comerciais da comunidade quilombola e a imprensa para denunciar supostas inconformidades, enquanto alicia e ameaça os quilombolas de remoção para, em conluio com construtoras, estabelecerem permuta visando lucro. A família

Pinto, em contrapartida, acessa os dispositivos de leis para se oporem às variadas ameaças e a imprensa para denunciar injustiças e preconceitos. Paralelamente, por meio da sua popular roda de samba com feijoada na comunidade, atrai pessoas de variados meios: artistas, escritores, cineastas, jornalistas, políticos, acadêmicos, religiosos, autoridades do campo democrático progressista e demais personalidades para tecerem resistentes laços de solidariedades em apoio à permanência da comunidade quilombola como polo de resistência cultural afro-carioca.

Esses mesmos vizinhos estão presos à ideia de que quilombo é um resto do passado escondido nos confins, onde o rufar dos tambores celebravam uma religião folclórica. Mesmo no período da escravidão, quilombos não viviam isolados. A rigor, o termo quilombo é uma categoria jurídica reconhecida pelo Estado brasileiro a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, visando garantir a titularidade definitiva a essas comunidades negras dotadas de trajetória histórica específica e relações territoriais próprias, assim como a ancestralidade negra referente ao período escravocrata.

Em 1975, a família propôs ação de usucapião a fim de garantir a permanência onde reside. Depois de declarar procedente o pedido da família Pinto, o TJ/RJ entrou com recurso de apelação contra a decisão de primeira instância e ganhou. A família recorreu da decisão e o processo foi designado ao STF. Como a comunidade seguia ameaçada de remoção, a família Pinto recorreu ao processo administrativo, no Incra. E, em 2004, recebeu o Certificado da FCP, reconhecendo sua descendência quilombola. No portão da frente da comunidade foi instalado uma placa de metal indicando o parecer do art. 68 ADCT/CF-1988. As ameaças de expulsão cessaram, mas as propostas de subornos e ações judiciais, visando cerceamento das atividades culturais e comerciais, prosseguiram intensamente. Em 2003, o presidente da República brasileira, Luiz Inácio Lula da Silva, publicou o Decreto 4887/03 que regulamenta o art. 68 ADCT/CF-1988. Uma ótima notícia para os quilombolas que precisavam urgentemente de documentação legal para prosseguir com suas atividades culturais e comerciais. Estas haviam sido paralisadas por ações judiciais movidas por moradores locais, reclamando que tal espaço não era destinado a festas²⁶⁴.

Em agosto de 2012, o presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro promulgou a Lei nº 5.503 que cria Área de Especial Interesse Cultural (AEIC) do Quilombo Sacopã. Essa

²⁶⁴ Durante o período de pandemia, a comunidade se manteve fechada ao público. No entanto, isso deu-se em decorrência do risco de contágio pela Covid 19 e por causa dos protocolos de afastamento social. Inclusive, nesse período, foram notificados óbitos de membros da comunidade, causados pelo vírus da Covid-19.

Lei permitiu a volta das atividades culturais e comerciais do Quilombo Sacopã, e segundo os quilombolas, pavimentou ainda mais a expectativa da titulação definitiva do território quilombola. Além disso, foi mais um componente que esfriou a obsessão dos vizinhos e grileiros pelo território e pelo fim das atividades culturais do quilombo. Mas isso não significa que o incômodo e os processos contra a família Pinto acabaram em definitivo. Um dia desses, conversando informalmente com um morador da comunidade, ele argumentou que nem com a titulação definitiva do território do quilombo a perturbação acabaria. Talvez entrevendo “luta infinda”. Apesar de haver um sentimento positivo na comunidade em relação à nova geração de quilombolas, visto que os mais velhos consideram que as crianças não viverão as tensões e os conflitos vividos por seus antecedentes, eles acreditam que um outro tipo de perturbação aconteça com maior ou menor medida: o preconceito étnico e cultural. Essa preocupação revela-se concreta, visto que o estudo demonstrou ser o preconceito racial um dos motivadores para o conflito, para além da disputa pelas terras. Em muitas situações relatadas ficou evidente que o preconceito e o racismo estavam presentes durante todo o processo de litígio, como no episódio da desconfiança do que havia na bolsa da Tia Neném, no uso da força para colocar correntes no quilombo e atentar contra a liberdade dos quilombolas ou na audiência com a desembargadora, quando Luiz Sacopã foi menosprezado pela autoridade representante do Estado. Esse, o Estado, foi aliado das práticas discriminatórias que atentaram contra os direitos do grupo da comunidade negra, demonstrando o caráter político do racismo, sem o qual tais práticas não teriam logrado êxito. Desde o pós-abolição, o lugar dos negros na sociedade foi limitado e, até hoje, a universalidade de direitos não tem garantia na prática social, tornando essa uma luta constante. Enfim, luta infinda, resistência incessante.

No entanto, toda a luta persistente das comunidades quilombolas é o que permite que elas mantenham, no território ocupado, um espaço de perpetuação de sua cultura e de afirmação identitária. No caso da Família Pinto, isso vem sendo conseguido a partir do protagonismo dos seus membros que resistem morando na comunidade, passando por diferentes gerações. Durante o conflito com seu entorno comunitário e com o Estado, a família Pinto foi muitas vezes exposta na mídia, algumas vezes de maneira que podemos considerar positiva para sua causa, outras nem tanto. Ao analisar reportagens e notícias publicadas em um dos maiores jornais de circulação no Rio de Janeiro, o Jornal O Globo, versão impressa, a partir de 1980, observei uma mudança na forma de tratamento atribuído à comunidade ao longo dos anos. Inicialmente, as matérias apontavam as questões conflituosas como “briga entre moradores”, sendo que, após 2004, já se vê atribuída a denominação de “quilombo” ao território disputado.

Já a partir da segunda década deste século, as reportagens se aprimoraram em retratar a luta e a resistência negra, além de destacar as fases do reconhecimento do Quilombo Sacopã. Essa mudança de postura deu-se, em parte, pela mudança na legislação brasileira em relação à causa quilombola, mas também, e principalmente, pela atuação dos próprios quilombolas, muitas das vezes representados por seu líder Luiz Sacopã, que sempre esteve ativo, não só nas lutas judiciais, mas também na participação em entrevistas e fornecimento de informações para as reportagens, relatando sua história, sua luta e exaltando a resistência de seu povo. Destaco também a participação da Tia Neném, muitas vezes citadas nas reportagens analisadas e que se constituiu em uma representante feminina na resistência da Família Pinto, relembrando o protagonismo de tantas outras mulheres na história da luta dos afrodescendentes no Brasil.

Comparando brevemente essa análise das reportagens da mídia tradicional com mídias alternativas, vindas de movimentos negros, percebi o quanto torna-se fundamental a existência destas últimas, visto que podem oferecer à sociedade uma outra narrativa da história e dos fatos, que, na maior parte das vezes vêm sendo contados pelos grupos majoritários, de acordo com seus interesses. Um jornal pode noticiar um fato somente relatando o ocorrido ou pode ir além da informação. Nesse ir além, sua subjetividade se coloca para os leitores. Por isso, a importância de se ter alternativas que representem as minorias. Como disse Cláudio Abramo²⁶⁵, “a reportagem é uma narrativa, simplesmente uma narrativa”, mas depende da observação do narrador, da sua capacidade de se expressar e da sua subjetividade. Os líderes quilombolas participam desses fatos relatados com suas narrativas, o que enriquece e impulsiona a sua luta, assim como as mídias contra-hegemônicas, que permitem à sociedade dialogar com a história. A categorização temática das matérias permitiu perceber os assuntos recorrentes e a forma de abordagem, que pode impactar de modo mais ou menos positivo o olhar dos leitores. Além disso, o fato da categoria relacionada à luta e resistência dos quilombolas estar presente na grande maioria das matérias jornalísticas demonstra, não só uma estratégia de resistência, mas o protagonismo desses atores.

No momento atual, porém ainda não captado pelo período da pesquisa, as comunidades quilombolas vêm tendo um maior espaço na mídia, visto que, pela primeira vez, tivemos um mapeamento da população quilombola no Brasil, com o anúncio dos resultados do Censo 2022. Esse vem a ser um fator primordial para a elaboração de políticas públicas mais eficazes, visando a melhoria na qualidade de vida dessa população. O censo mostrou que o Brasil tem

²⁶⁵ ABRAMO, Cláudio. *Regra do Jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. Companhia das Letras, 1997.

1,32 milhões de quilombolas, residentes em 1696 municípios²⁶⁶. Mais uma vez, as suas lideranças foram fundamentais para que essas informações fossem materializadas na pesquisa censitária e, conforme dito pelo coordenador executivo da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais quilombolas (Conaq), Denildo Rodrigues de Moraes, “o censo está aqui para que o povo brasileiro conheça essa parte da riqueza da nossa história que o livro da escola não conta. Nós somos parte da história do povo brasileiro”²⁶⁷. Na mesma linha, Luiz Sacopã, em entrevista ao jornal O Globo, de 28/07/2023, afirmou que esses dados são importantes para dar visibilidade aos quilombos:

Existem muitas pessoas que não sabem o que é um quilombo. Agora eles vão ter a curiosidade, quando verem as notícias de que tem 1 milhão e tantos quilombolas. Vão procurar saber como se caracteriza, como a pessoa pode se autoidentificar. Essa pesquisa do IBGE é ótima. Tomara que venham outras para o pessoal respeitar a gente. Nós, negros, tivemos muito avanço em relação à condição de reconhecimento da nossa cultura²⁶⁸.

Esse avanço relatado por ele vem sendo possível devido ao protagonismo dos afrodescendentes, em uma batalha diária contra discriminações, explorações e exclusão. A presente pesquisa mostrou que a história da luta quilombola vem sendo narrada e construída por inúmeros atores: as mídias, em especial aquelas que se contrapõem à hegemônica, os agentes que se propõem a divulgar e defender a causa desse grupo minoritário e, principalmente, as lideranças quilombolas e suas comunidades, na incansável e infinda luta, em uma rede de solidariedades, resistência e estratégias, como as da família Pinto.

²⁶⁶ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-07/ibge-dados-sobre-quilombolas-no-censo-2022-sao-reparacao-historica>. Acesso em: 31 jul 2023.

²⁶⁷ Ibidem.

²⁶⁸ CASTRO, Mayra. *Líder de quilombo na Lagoa, na Zona Sul, diz que pai chegou ao Rio há mais de 100 anos: “o racista pensa que o negro não pode ficar em área nobre”*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/07/28/um-quilombo-no-meio-da-elite-censo-da-visibilidade-diz-lider-do-sacopa-na-zona-sul-do-rio.ghtml>. Acesso em: 31 jul. 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Cláudio. *Regra do Jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. Companhia das Letras, 1997.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O Jogo da Dissimulação: Abolição e Cidadania Negra no Brasil*. Ed. Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Os quilombos e as novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane C. (Org.). *Quilombos: Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 51.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é Racismo Estrutural*. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Ed. Jandaíra. Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. xvi.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Documento do grupo de trabalho sobre comunidades negras rurais. Encontro realizado em 17/18 out. 1994 - ABA/Rio de Janeiro.

ARRUTI, José Maurício, Quilombos". In: PINHO, Osmundo (Org.). *Raça: Perspectivas Antropológicas*. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA. Arruti, 2008. p. 10.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://quilombos.files.wordpress.com/2007/12/artigos-68-215-e-216.pdf>.

BRASIL. Portaria nº 506, de 19 de setembro de 2014. Reconhece e declara como terras das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Sacopã (Família Pinto), a área de 6.404,17 m², situada no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, cujas características, limites e confrontações constam do memorial descritivo anexo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 set. 2014.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

CÁCERES, Luz Stella Rodríguez. *Lugar, Memórias e Narrativas da Preservação nos Quilombos da Cidade do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2012.

CÁCERES, Luz Stella RODRÍGUEZ. Naturezas monumentalizadas, cotidianos politizados: a construção discursiva do lugar no caso do Quilombo Sacopã. *Sociedade e Cultura*, vol. 16, núm. 1, enero-junio, 2013, pp. 91-103 Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013.

CASTRO, Mayra. *Líder de quilombo na Lagoa, na Zona Sul, diz que pai chegou ao Rio há mais de 100 anos*: “o racista pensa que o negro não pode ficar em área nobre”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/07/28/um-quilombo-no-meio-da-elite-censo-da-visibilidade-diz-lider-do-sacopa-na-zona-sul-do-rio.ghtml>. Acessado em: 31/07/2023.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

CHALLHOUB, Sidney. Cortiços e classes perigosas. In.: CHALLHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. Companhia das Letras, 1996.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FARIAS, Juliana Barreto; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. *Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Joceline. *Carnaval quilombola no Rio de Janeiro*. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=8682>. Acesso em: 20 jun 2022.

GUIMARÃES, Eliona. *Terras de Preto: usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920)*. Niterói. UFF. 2009.

GURAN, Milton. *Sacopã, resistência negra na Lagoa*. O Globo, 04/08/2018.

JULIANO, Filipe Romão. Judicialização da vida quilombola: notas sobre a Justiça brasileira. *Revista Estudos de Sociologia – RES*, Araraquara v.24 n.47 p. 318, 319, jul.-dez. 2019.

JULIANO, Filipe Romão. *Racismo: uma infecção do tempo da escravidão – a permanência do racismo no pós- abolição, o Quilombo Sacopã e o seu combate*. Rio de Janeiro, v. 9, nº 15, p. 69-85, ago./nov. 2018.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOPES, João Paulo. *Um panorama da imprensa negra do Brasil pós-abolição até os dias de hoje*. Estado de Minas, 18/08/2022.

LUCENA, Felipe. História do Quilombo Sacopã, um refúgio de escravos na Lagoa, *Diário do Rio*, 18/05/2018. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-do-quilombo-sacopã-um-refúgio-de-escravos-na-lagoa/>. Acesso em: 25 mar 2023.

MAIA, Patrícia Mendonça de Castro. *As máscaras do quilombo Sacopã: memória, espaço e meio ambiente*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. *Manual de redação e estilo de O Estado de São Paulo*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997.

MARQUES, Carlos. Conquista do paraíso. *Revista Isto É*, Rio de Janeiro, 5 de março de 1986.

MATTOS, Hebe. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativeiro e políticas de reparação no Brasil. In: *Revista USP*, n. 68. dez. jan. fev. 2005 e 2006.

O'DWYER (coord.); ALVES, Mirian; NEDER, Renata. A família Pinto e as políticas de reconhecimento do estado brasileiro. *Relatório Antropológico*. UFF/FEC/ INCRA/GAP, 2007.

OVALLE, Luiza Aragon. *Entre a casa e a política: uma etnografia das controvérsias na ladeira Sacopã*. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 201-204.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

ROXO FILHO, Dario de Oliveira. *Quilombo Sacopã: uma análise arquivística*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) - Departamento de Ciência da Informação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. p.27.

SILVA, Karollen Lima. *Patrimônio Cultural, Festa e construção identitária: uma análise do processo de certificação quilombola da comunidade do Barranco de São Benedito (2010-2016)*.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VOGT; Carlos; FRY, Peter. *Cafundó: a África no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em História.

TEIXEIRA, Fabiano Felix. *O Processo de desfavelização: das consequências às resistências*. Dissertação. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. 2018.

THEODORO, Helena. *Mito e espiritualidade: mulheres negras*. Rio de Janeiro: Pallas, 1996.

Áudios:

Áudio enviado por José Cláudio em, 19 de nov, 2022.

Áudio enviado por José Cláudio em, 30 de nov, 2022.

Áudio enviado por José Cláudio: de 6 min. e 22 segs. concedida em outubro de 2022.

Entrevistas:

Entrevista com Luiz Sacopã, em sua casa no Quilombo Sacopã em 24 de setembro, 2022.

Entrevista com José Cláudio no quilombo Sacopã em 01/10/2022.

Conversa com José Cláudio em sua casa no quilombo Sacopã. Em 15 de abril, 2023.

Mensagem WhatsApp:

WhatsApp enviados por José Cláudio em 12 de março de 2022.

WhatsApp enviados por José Cláudio em 08 de dezembro de 2022.

WhatsApp enviados por José Cláudio em 01 julho de 2023.

WhatsApp, enviada por José Cláudio, em 02 julho de 2023.

Sites:

<https://www.acervo.oglobo.globo.com>

<https://www.acervo.socioambiental.org>

<https://www.afropress.com/>

<https://almapreta.com.br/>

<https://www.brasildefators.com.br>

<https://www.wcpisp.org.br>

<https://www.camara.rj.gov.br>

<https://www.creci-rj.gov.br>

<https://www.esquerdadiario.com.br>

<https://www.iphan.gov.br>

<https://www.imprensapreta.com/>

<https://www.fundobrasil.org.br>

<https://www.geledes.org.br>

<https://www.g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro>

<https://www.gov.br>

<https://www.gov.br/incra/pt-br>

<https://www.kn.org.br>

<https://www.mamapress.wordpress.com>

<https://www.mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br>

<https://www.memoria.oglobo.globo.com>

<https://www.mpf.mp.br>.
<https://www.nupad.medicina.ufmg.br>
<https://www.observatoriодaimprensa.com.br>
<https://oglobo.globo.com>
<https://www.palmares.gov.br>
<https://www.planalto.gov.br>
<https://www.rio.rj.gov.br>
<https://www.socioambiental.org>
<https://www.terra.com.br>
<https://www.transparencia.mpf.mp.br>
<https://www1.folha.uol.com.br>

ANEXOS

Anexo A – Mapa da localização do Quilombo Sacopã

Anexo B – Página 1 do Manuscrito da Tia Neném

Anexo C – Página 23 do Manuscrito da Tia Neném

Anexo D – Páginas 33 e 34 do Manuscrito da Tia Neném

Anexo E – Página 19 do manuscrito da Tia Neném

Anexo F – Matérias do Jornal O Globo que foram analisadas no Capítulo III

Pagode da Neném: lazer ou problema no Sacopã?/

Moradores mobilizados para acabar com a festa – 21/04/1986

Briga entre moradores e o pagode de Sacopã continua - 28/04/1986

Pagode de Sacopã resiste à especulação - 17/09/1990

Fonte da Saudade, um recanto de paz - 10/12/1990

Família pode perder fonte de renda na rua Sacopã/

Batalha judicial, por enquanto, é favorável aos condomínios/

Presidente da Associação de Moradores é uma das aliadas - 26/08/1991

Justiça interdita pagode na Ladeira do Sacopã - 01/11/1993

No Rola Preguiçosa, uma mistura que vai dar samba - 07/02/1994

Rola Preguiçosa faz feijoada clandestina e prepara protesto - 06/02/1997

Família luta há 26 anos por terreno onde mora na Rua Sacopã, na Lagoa - 30/05/2001

Quilombo da Lagoa em turnês musicais /

Lei salvou pais da escravidão - 09/12/2004

Músico perde ação sobre posse de terreno na Lagoa - 07/04/2005

“Quilombo” da Fonte - 12/09/2007

Quilombo da Sacopã é regularizado pelo Incra - 14/02/2008

Lagoa dos Escravos - 28/06/2009

Quilombo Sacopã: verde e disputado - 01/07/2010

Feijoada, samba e vista para a Lagoa - 08/04/2011

Terreno quilombola é protegido por lei - 17/08/2012

Quilombo da Sacopã é reconhecido pela União - 19/09/2014

Uma pequena grande África dentro do Brasil - 20/11/2014

Um resgate da herança roubada pela escravidão - 13/05/2015

Sacopã, resistência negra na Lagoa - 04/08/2018

Anexo G – Diário Oficial da União, de 22 de setembro de 2014

Anexo A

Quilombo Sacopã

Comunidade fica na Lagoa, na Zona Sul do Rio



Fonte: Google Maps

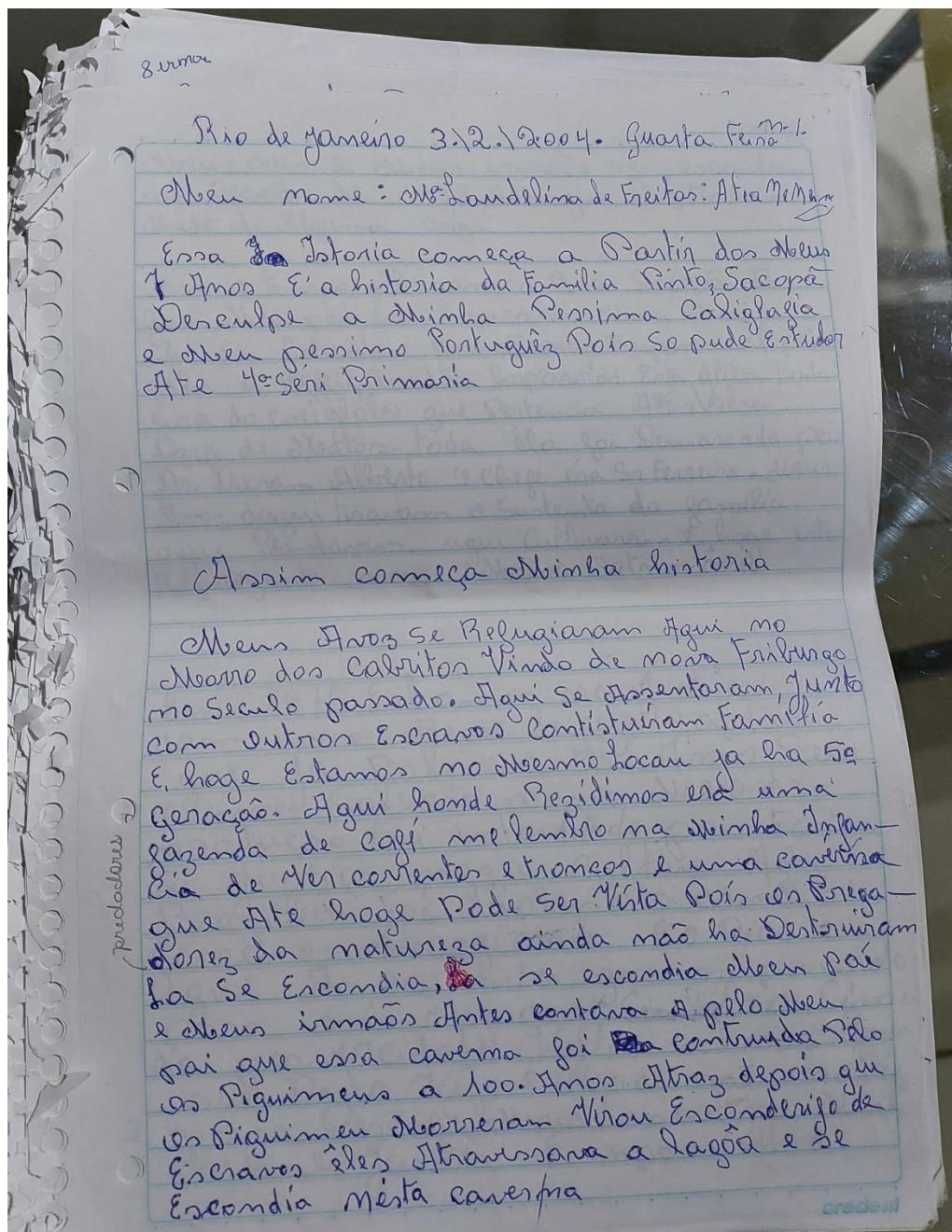


Infográfico elaborado em: 10/05/2018

Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/quilombo-sacopã-resiste-ha-105-anos-em-meio-a-predios-e-mansoes-na-lagoa-video.ghtml>. Acesso em: 05 ago 2023.

Anexo B

Página 1 do Manuscrito da Tia Neném



Anexo C

Página 23 do Manuscrito da Tia Neném

Ordens Ao Pé da Letra em e toda Pág. m. 23
Minha Família não tivei nem uma chance
do lugar. Se a caixa de gisfaro com o tido
da Namorada por fogo nos doamento.

Foram todos embora a Dna ficou triste
Dava pra sentir o vazio. Mansa Vida
continua. no Espaço houve Maravila Dna
Roza começaram a fazer um imenso predio
no Menor abrigaria outro. onde Maravila
Bom Cabelo (Senador) Fez a chacara em 10
tocando Minha Pensão ganhando meus
trocados. Meu filho Claudio me ajudava
so para pra ir na feira,
Ai o pai dele tambem ajudava. O Juiz
Continuava a nos perturbar. ele chamou
com um pacote de Dinheiro em meu Bolso
a mão, ele disse que Ali tinha R\$ 27.000,00
Vendo que eu não aceitava, um dia, ele
Mandou uma Mulher me chantagia
Ela me ofereceu Pela Parte que eu tinha
de Edeira, 5 Predios na Tijuca em Pronto
para Morar e os outros ja terminando
Ela disse Se eu quizesse pudia Morar
Agara, eu disse que não se negociava
com toda Minha Família juntas

Ela estava toda Bonita perfume abrigagem
o Cabelo Parecia uma Artista, Ela virou
pra mim e disse, Voce pode ficar
Assim igual a mim eu disse não
Ela me olhou de Baixo acima
eu tinha nos pés um Chinelo Velho
Estava com Vestido Remendado
Ela Fez um Ar de (Repúdio) e disse
credeal

ouviu, e passou ficou mais ego mas faltava

Anexo D

Páginas 33 e 34 do Manuscrito da Tia Neném

Consegi a Receber todos F. Pg 133

El Abata. No inicio de tanta tristeza Pg 133
e Desespero não Declararam que eu e Juiz
Tivemos Acesso ao Prédio Pois neste
Momento Poderíamos ter nos tornado
Criminosos. Quando Criminosos era Eliz
tanto no momento que me tiraram, o tra-
balho, como no momento que continuaram
o Prédio, Muita terra que Por Direito
era do meu pai. Enterramos nosso Pai
Ficamos. no nosso canto Segurando nossa
tristeza. Passado tempo Sully me ligou
e Pediu que eu e Juiz Fossemos, na
caça dela com meu marido e Timinha
Esposa do Juiz. Timinha não quis ir.
Fui eu Juiz e meu Esposa Thelton.

O Advogado Pediu uma Reunião para
Esclarecer que ele não teve nada a
Ver com os processos eu não os
Conhecia fui Vilos Pela Primeira Vez
Apego de Serem meu vizinhos do aler-
mo numero 250 Sacopã. O Marido
da Sully é um comandante, Fico
que o Advogado Pensou que ia ter
seguranças na casa. Sully Sabia que
minha família era (Parasílica)

jamais iríamos nos Alterar dentro da
casa dela. Conversamos, dentro do Advogado
que hoje é o Desembargador mo
Auge, da conversa Ele Perguntou
pro Juiz Porque que Você Suta por
um Paço de quando tinha na mão
um meio de Encher um caminhão
de Dinheiro que seria Vender o terreno

credeal

Conceei a Recelly todos F... 0.07

e ele que era um Simplez Advogado pg. m. 34
Jane Seria Dile. Neste momento ele Deixou
Transparecer que ele tinha Muito ha Ver
com os Problemas da Familia Sacopan
d. Espouse Dile clara Muito para Minha
Bolga Suely Sentiu a Intuição Dile e
começou um papo para eu Poder Abrir
a Bolga o papo era quem estaria Rodando
Mais a Bolinha Seria quem tivesse
a Bolga Mais Chata. Foi ai que eu no-
tei que a Minha Bolga Realmente estaria
Bem Chata. Eu fazendo o Jogo Dile
falei isso aqui não Difícil que eu
Ganhei não E, uma coiga para eu me
Defender dos Documentos Difícil. A Espouse
do Advogado Estatalou os olhos em Dile a
Bolga Pushei uma Bíblia Velha, e Dize
Isto aqui foi a Eranga que deve par
me Deixar, mas ultimo momento de
vida. Ela Senti Aliviada: terminou tudo
Comprimentaram o Comandante I. A Suely
Viemos Embora A primeira Chamada
no foro, foi um transformo quando
Recebemos a Comunicação da Abertura
do processo Os Dados falava de Toda
Família papai, e Mamãe Filho, mas
genros e netos Ma Motificação Ho Se
Referir a Luiz eu Senti uma Ponta de
Desrespeito no modo de falar dp seu estado
Civil. Mas não entendi pois Luiz é Casado
e não o que se Referia Ma Motificação.
Chegou, o dia da Primeira Aldienço Suely
era Minha Testimunha. Antes que isso Ela

credenal

Anexo E

Página 19 do Manuscrito da Tia Neném

Esse tipo de Briga eu não gosto quem P. m. 19
Gosta é a Elza Mans é um Dizelô Sen eu
não vou deixar Você Sozinha a Elza
é Especializada nessa causa. Somos
procurar Dña Elza. Ela me deu na
Região Administrativa na Francisco
Camara. Quando nos entramos Reuniu
umas 5 Pessoas na Sala e ela começou
a Esclarecer a Situação um homem que
se Dizia Advogado Maglêlo, Antipático
virou pra um Pôez e Falou Bota essa
menga na Rua Dá aí essa Vagabundo
na Rua. Dña Elza se Alterou e disse que
elegria Respeito que Até ai ela tava
Sendo Educada. Disse que não falta
de Respeito ela pegou um monte de
Cartuchos e se Fez Superior provou que
ela era chefe de Todos eles e que era
da Imprensa e Secaço não Basta que era
é a Espósa de 1 general, um dos homens
chamou-a numa Sala e disse Dña
Se Realma e Vamos conversar Pedi
que eu me Retirace - e ficaram
convergindo 1 Minuto Depois me
Chamaram ele Falou abençoada calma
que Você não Vai mudar. Achou o A
Muito Enfígito. Sai Dali Desesperada
Senti alguma coisa Estranha no A.
Eu tinha feito na Seta Flêa uma Cirurgia
pequena nos pés. O Médico Pedi que eu
não saísse e que tivesse um certo Reponzo
eu só tinha um sapato Anna Bela o qual
eu fui pra cidade

Anexo F

Matérias do Jornal O Globo, 1986 a 2018

O Globo, 21/04/1986 (continua)

Moradores mobilizados para acabar com a festa

O movimento do Só na Lenha Pagode Bar (Rua Sacopã 250, fundos), está deixando os moradores da vizinhança num clima de muita apreensão. Esta semana eles se reuniram para discutir os problemas gerados pelo bar. Entre eles o barulho (que não respeita horários), o som alto e movimento intenso de carros durante toda a madrugada, numa área estritamente residencial.

Os administradores do pagode, Luís e Maria Laudelinda, brigam há anos pela posse da terra, num processo de usucapião que nenhum dos moradores contestam. Eles acreditam que o problema deva ser resolvido entre os posseiros e o Estado, mas não se conformam de serem prejudicados pelo sucesso do pagode e nem aceitam a instalação de estabelecimentos comerciais numa área restrita a residências. Além da área da reserva onde está localizado o barracão, onde residem os posseiros e onde se realizam os pagodes, eles agora reivindicam também a incorporação, no processo de usucapião, do pátio que pertence ao prédio da Rua Almirante Guilobel 110, que vêm utilizando como passagem e área de estacionamento para os freqüentadores dos pagodes.

O terreno fica na encosta e a única passagem existente é através do pátio, onde as crianças não podem mais brincar, expulsas pelos automóveis. Além do pagode, os moradores afirmam que os posseiros estão construindo uma oficina de

lanternagem, cujo nome Teimosa demonstra que essa luta entre posseiros e moradores é bem antiga.

Os moradores já procuraram o auxílio da Amofonte através de sua presidente, Sueli Frejó, que encaminhou à Região Administrativa o requerimento da comunidade, mas que, misteriosamente, desapareceu. Os síndicos dos prédios compareceram à sede da RA e foram informados de que a própria presidente da associação retirou as queixas.

A perplexidade ficou por conta de Elizabeth Carvalho, vice-presidente da Amofonte que nunca tomou conhecimento das reivindicações dos moradores nem das medidas que estavam sendo tomadas.

A questão está envolvendo quatro prédios, o da Rua Sacopã 250, da Almeida Goudinho 26, Almirante Guilobel 110 e a Chácara Sacopã, no número 852. Todos os moradores preferem permanecer anônimos, com medo de represálias e das ameaças que já se fizeram constantes.

Um advogado foi contratado para orientá-los e apontou três caminhos iniciais que devem ser percorridos, mesmo que simultaneamente: a ação liminar solicitando a intervenção do estabelecimento que não possui alvará; a insistência junto à Região Administrativa e, o pedido de apoio à imprensa para que esta divulgue os dois lados da questão: pagode e problemas.



Manoel e Eva (92 e 90 anos), posseiros por usucapião



Luis do Pagode mostra documentos e decisões judiciais que garantem o direito dos pais

Briga entre moradores e o pagode do Sacopã continua

A briga entre os moradores da Fonte da Saudade e os administradores do Só Na Lenha Pagode Bar continua. Ainda não se sabe quem ganhou o segundo round na disputa que está mobilizando comunidade e pagodeiros. O sucesso do "fundão de quintal" da Ladeira do Sacopã 250, o consequente movimento noturno de automóveis e o "barulho infernal" dos sambas e chorinhos está tumultuando a vida dos moradores da área, que se reuniram quarta-feira e contrataram advogado para defender os interesses dos seis prédios envolvidos na questão.

Luis do Pagode e Maria Laudelina de Freitas, os posseiros que incomodam, afirmam que já ganharam na Justiça a posse das terras e se dispõem a provar o atração de documentos e decisões judiciais, mas os moradores contestam. Eles afirmam que o pedido de usucapião ainda não está encerrado e acreditam na palavra do advogado Luis Fernando Arruada, que está cuidando dos procedimentos legais para fechar o pagode e brigar pelo pátio do prédio da Guillobel número 110, transformado em estacionamento pelos pagodeiros.

Na reunião da semana passada compareceram Sueli Frejó e Elizabeth Carvalho, respectivamente presidente e vice-presidente da Amafonte. Acusada de ter retirado, por conta própria, o requerimento da comunidade à Região Administrativa, ela se defendeu na reunião afirmando que não é de sua responsabilidade o "sumiço" do processo.

Na reunião da semana passada compareceram Sueli Frejó e Elizabeth Carvalho, respectivamente presidente e vice-presidente da Amafonte. Acusada de ter retirado, por conta própria, o requerimento da comunidade à Região Administrativa, ela se defendeu na reunião afirmando que não é de sua responsabilidade o "sumiço" do processo.

A questão envolve os prédios da Rua Sacopã 250, da Almeida Gondinho 26, da Almirante Guillobel 110 e a Chácara do Sacopã. Prédios onde centenas de pessoas residem, mas onde nenhuma quer se identificar, "com medo das ameaças".

Inicialmente a proposta dos moradores era de não contestar a posse da área de 20 mil metros quadrados, mas, instruídos pelo advogado, que acredita não poder haver separação das reivindicações (pátio do prédio da Guillobel e fechamento de estabelecimento comercial em área de residências), ingressaram agora nessa luta.

Sueli Frejó se colocou na posição de mediadora da questão e propôs a tentativa de uma composição entre comunidade e pagodeiros, mas

a sugestão foi rejeitada por unanimidade, sob a alegação de que "não se pode compor com uma situação totalmente ilegal" e de que é "impossível compactuar com a ilegalidade".

Nova reunião está marcada para hoje à noite. Os moradores dos prédios envolvidos até hoje não convidaram para participar dessas reuniões, nenhum dos posseiros, por "temerem represálias". O tê-te-a-tê tão cedo não deve ocorrer, se chegar a acontecer. Enquanto isso os frequentadores do "fundão de quintal" aguardam ansiosos pelo término da luta camuflada e silenciosa que se abateu sobre a Ladeira do Sacopã. A torcida é grande dos dois lados e até agora os dois primeiros rounds terminaram empatados.

Pagodeiro: nunca houve qualquer queixa de vizinho

Luis Pinto Júnior, o Luis do Pagode, filho mais novo de Manoel Pinto Júnior, 92 anos, e Eva Manoela da Cruz, de 90 - proprietários legais do terreno desde março -, reclama que nunca foi convidado a participar de nenhuma reunião, nem recebeu qualquer queixa formalizada pelos moradores.

— Se a questão é o pagode, eu estou aberto ao diálogo, pode haver conciliação. A gente pode conversar, diminuir o som, mudar o horário. Agora, não dá para conversar se eles não abrem o diálogo. Só mandam a polícia aqui, como aconteceu no último sábado (com três caminhões para assustar a gente). Eles podem ter o poder, mas eu tenho a coragem.

Munido dos documentos

que provam a posse da terra onde a família mora há 50 anos — a convite da antiga proprietária Astréia Bhering Oliveira Matos —, Luis não acredita que todos os moradores da área estejam contra o pagode Só na Lenha, já que muitos deles frequentam o local.

— Outros, mais preconceituosos, não aceitam que nós somos o dono deste terreno.

Para provar o que diz, Luis mostra um documento onde o condômino do Edifício Lagoa Azul, que fica na frente do terreno, contesta, através de ação impetrada em 5 de janeiro de 1976, a posse da terra por usucapião.

Tia Neném, irmã de Luis, se diz indignada com a acusação.

que provam a posse da terra onde a família mora há 50 anos — a convite da antiga proprietária Astréia Bhering Oliveira Matos —, Luis não acredita que todos os moradores da área estejam contra o pagode Só na Lenha, já que muitos deles frequentam o local.

— Como podem dizer isto se as crianças brincam por aqui? — pergunta ela. — O pátio nos pertence porque é a única entrada para o nosso terreno e passamos por ali há 50 anos.

Ela conta que o problema de sábado — quando os policiais chegaram no pagode — afetou a saúde do seu pai, que não se conforma com a violência, "depois de ter lutado muito para ficar no lugar onde morou grande parte da vida".

— Ele está velhinho e diz que não quer atrapalhar ninguém, só viver em paz.

A luta de Manoel Pinto

Júnior, sua mulher, sete filhos, 11 netos e três bisnetos começou em 1980, quando veio morar na Ladeira do Sacopã, mudando-se em 1940 para o terreno que ocupa até hoje. Nesta época, Manoel pescava muito na Lagoa Rodriguês de Freitas, "peixes grandes e limpos, e colhia frutas na enorme reserva florestal que ocupava toda a área".

Em março deste ano ele ganhou a posse da terra por usucapião, decretada pela Vara de Registro Públicos. Existem ainda uma ação onde a família contesta o uso da área do prédio da Sacopã 250 e a perda de 15 mil metros quadrados, quando da construção da Chácara do Sacopã.

Segunda-feira, 17 de setembro de 1990

O GLOBO

IPANEMA • 25

Pagode da Sacopã resiste à especulação

Da última vez em que recebeu uma proposta pelo terreno de 20 mil metros quadrados, onde mora na Rua Fonte da Saudade com a numerosa família, o cantor e compositor Luís Sacopã foi mais enfático que de costume. Diante das muitas vantagens oferecidas, como um apartamento na Avenida Vieira Souto, ele perguntou se lá poderia criar portos e galinhas, apreender nicos e lagartos na mata e armar um pagode com os amigos — com ista para a Lagoa e o Cristo Redentor. Para Luís, manter esse estilo de vida na conturbada Zona Sul se tornou não só um desafio, como acabou até virando samba — como tudo no Pagode da Sacopã.

O primeiro LP de José Luís Pinto Júnior — mais conhecido pelo sobrenome herdado da rua aberta por seu pai há mais de 60 anos — sintetiza um pouco desse espírito de pioneirismo, resistência e história de utas. A pressão da especulação imobiliária, o medo de a Polícia intervir de repente o pa-



gode, o desgaste nas relações amorosas de tanto sobressalto foram aos poucos se transformando em música, na batida alegre e descontraída que surgiu na cerveja das dominicanas, depois da "pelada" na Lagoa.

No disco, lançado pelo selo Galante, estão não só composições de Luís Sacopã, como, também, de alguns de seus amigos frequentadores habituais do pagode. Glécio do Cavaco, por exemplo, contribuiu com o samba "Fala você que eu estou cansado", que explica justamente o cansaço de enfrentar tantas pressões para continuar mantendo o Pagode da Sacopã. Já Adilson Bispo compôs especialmente a faixa "Conterrâneo", uma homenagem aos nordestinos

que frequentavam o local depois de fazer algum serviço para as madames do bairro.

Luís Sacopã contou ainda, para a gravação do LP, com a participação de músicos como Jorge Simas (violão de sete cordas), Paulão (violão de seis cordas) e Jorge Gomes (bateria), entre outros, além dos arranjos e da direção musical de Wanderson Martins. O lançamento do disco, na semana passada, marcou também a volta oficial do Pagode da Sacopã, todas as sextas-feiras, agora a partir das 15h. O horário de matinê, segundo Luís, foi criado para não infringir a lei do silêncio nem dar pretextos ales que querem expulsar a família do local.

— O pagode não só é o nosso sustento, nosso trabalho, como está no sangue da família. Mesmo quando tentamos acabar com ele, por causa das queixas feitas à Polícia ou à Justiça, não conseguimos. Basta chegar um amigo, depois outro e logo surge um samba — conta Luís.

Uma família em ritmo de música

Filho caçula de uma família de 11 irmãos, Luís nasceu e foi criado no local hoje conhecido como Pagode da Sacopã, no número 250 daquela rua. Como a madeira foi aberta pelo seu pai, há mais de 60 anos, quase todos da família, com 26 membros, nasceram e cresceram ali, no meio do ar puro, da mata, dos animais e da música.

O pai tocava cavaquinho e a mãe, hoje com 93 anos, era compositora. O talento parecia mesmo estar no sangue da família e, hoje, enquanto o filho de Luís costuma dar shows ao violão, o sobrinho, de nove anos, impressiona os frequentadores do pagode com sua performance nos instrumentos de percussão.

O clima musical quase sempre leva o tempero de Tia Neném — na comida saborosa, apreciada principalmente pelos publicitários da Artpian, frequentadores assíduos do almoço do Pagode da Sacopã.

Roda de samba é cercada de pressões por todos os lados

Quando não está no samba, a "tia", na verdade Maria Laudelina, irã de Luís, também integrante com seu nome o "cardápio" da roda de samba. A aletria, porém, às vezes é interrompida por uma nova ameaça de expulsão — velada ou não.

Depois de uma nova reclusão de venda do terreno, era comum haver um acidente: uma pedra que rolava ou a ligação de energia elétrica. Até policias já interromperam o pagode armados de metralhadoras. Aínta há dois processos na Justiça — um contestando a posse do terreno e outro contra o pagode.

— Existem muitos interesses em jogo por causa do valor do terreno. Só que o dinheirão não sobe à nossa cabeça. Fico impressionado com as formas de pressão que eles utilizam. Certa vez, um senhor pediu para pegar terra preta lá no fundo, para o seu vazio. Três meses depois, voltou com uns policias, dizendo que havia uma plantação de maconha.

Nossa sorte foi que as sementes que ele plantou não germinaram — contou Luís.

Ele e a família estão agora dispostos a enfrentar novamente todos os obstáculos e reativar o Pagode da Sacopã, resgatando a fama de inicio dos anos 80. Luís acredita que a efervescente

que atraiu até a elite da Zona Sul, antes mesmo do o pagode virar moda, pode voltar — mas dessa vez sem brigas com a vizinhança ou com a Justiça. Afinal, argumenta, o estacionamento é suficiente para não criar tumultos na rua e o samba agora irá terminar mais cedo, para não incomodar a vizinhança.

Além disso, Luís acha que o Pagode já conquistou a simpatia de todos.

— Hoje, depois de tantas polêmicas e da divulgação da imprensa, os vizinhos já sabem que nossa família é pioneira e não invasora desse bairro. E até nos respeitam pela nossa tradição e autenticidade — diz o compositor.

Moda e Costura



ALFAIAITE ITALIANO

BINO CAPUTO FAZ
Vocês mais elegante
Ternos sob medida
* Smokings e ternos de vestimentas - fraques, calças e blazers. Terninhos, calças e shorts.
Aberto aos sábados até 15 hs.
Reformas de roupas em geral.
Av. N. Sra. de Copacabana, 709/705 * TEL: 237-0391
(Esq. Rua Sra. Clara)

LUMARSAINT

ATELIER DE ALTA COSTURA
ROUPAS FEMININAS E MASCULINAS PARA OCASIONES ESPECIAIS
ESPECIALIZADA EM ROPAS FINAS PARA TODOS OS TAMANHOS
O SEU BOM GOSTO EM PRIMEIRO LUGAR
MARQUE UM ENCONTRO COM A ELEGÂNCIA
265-8763

HUMANUS.
C. A. M. I. S. E. T. A. S.
PRONTA ENTREGA
Rua Visconde de Pirajá, 550/309
TEL.: 239-0997

VENHA CONHECER A MAIS NOVA LOJA MASCULINA
Mr. Noir

★ Camisas sociais ★ Meias
★ Cuecas ★ Gravatas
Rua Visconde de Pirajá, 207 II. 111
Tel.: 287-8993

O Globo, 10/12/1990 (continua)

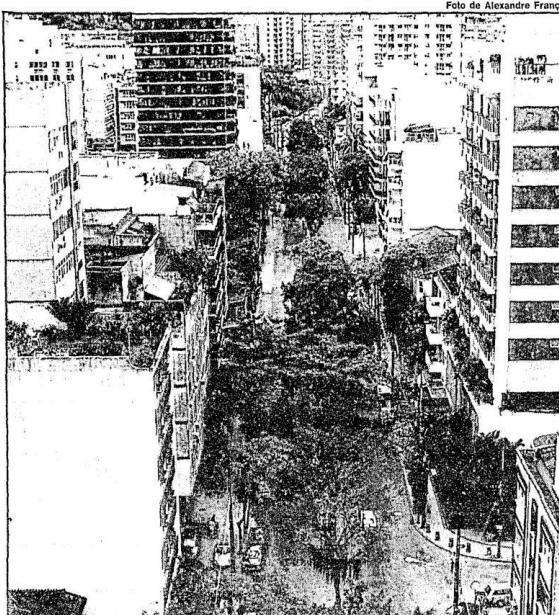
Fonte da Saudade, um recanto de paz

CARMINE MICELI

Morar na região que abriga a Rua Fonte da Saudade e suas transversais pode ser considerado um privilégio. Com cerca de dois quilômetros quadrados, a área tem como principais características a tranquilidade e um clima agradável. Apesar do aumento do número de prédios, ela é vista por muitas pessoas como um recanto especial.

Além do ar puro, garantido pelas matas do Morro da Saudade, onde há micos, gambás e várias espécies de pássaros, o lugar oferece a seus moradores a possibilidade de apreciar um dos mais belos cartões-postais da cidade: a Lagoa Rodrigo de Freitas.

Os moradores contam que outra vantagem de se morar na região é o acesso fácil à Zona Norte e a outros bairros da Zona Sul. Satisfeitos com as condições em que vivem, eles se negam a pensar na possibilidade de mudar de endereço.



Com cerca de dois quilômetros quadrados, a área oferece tranquilidade aos moradores

Primeiras casas foram construídas na década de 20

Até o século passado, o trecho da Lagoa Rodrigo de Freitas onde está a Rua Fonte da Saudade e suas transversais pertencia a uma fazenda, de propriedade de Darke de Matos. As primeiras casas foram construídas no começo da década de 20. Com o aterro do contorno da Lagoa, durante o governo do prefeito nomeado pelo Presidente Epitácio Pessoa, o ca-

minho, conhecido com Fonte da Saudade se tornou uma rua. Na opinião da Presidente da Associação de Moradores, o nome da área teve origem em uma das diversas fontes que existem na região.

Os primeiros prédios da Fonte da Saudade foram construídos na década de 60. Já os de mais de dez andares apareceram a partir do

fim da década passada. De alguns trechos de algumas ruas, como a Vitoria Régia e a Ladeira do Sacopá, se pode ter uma bela vista da Lagoa. Os postes com lâmpadas antigas, uma grande e em um pequeno mirante na Sacopá e um portão de ferro, por onde passavam as pessoas que queriam chegar ao alto do Morro da Saudade, são alguns dos vesti-

gios do tempo em que havia apenas casas na região.

Nas matas do Morro da Saudade, ainda podem ser encontrados gambás, micos, lagartos, e passarinhos como sabiá, sanhaúca e tico-tico.

De acordo com a Associação de Moradores, a região, por estar sob a lei de zoneamento ZR-1, é estritamente residencial.

Presidenta da Associação de Moradores só fala em vantagens

A Presidenta da Associação de Moradores da Fonte da Saudade, Sueli Feijó, se diz satisfeita por morar na região. Para ela, a área formada pela Rua Fonte da Saudade e suas transversais é um dos recantos mais agradáveis a beira da Lagoa. Sueli aponta a tranquilidade como o principal motivo para não deixar o apartamento onde mora, na Ildefonso Simões Lopes.

— Temos muito sossego nesta área. Aqui, apesar da construção de novos prédios, há muitas casas antigas, que dão um clima de cidade pequena a esta região. O comércio é formado apenas por uma padaria, um botequim e um chuveiro. Só os carros da Linha 157 (Leblon-Estrada de Ferro) passam pela Rua Fonte da Saudade. Não vivemos em meio a engarrafamentos. E podemos respirar ar puro. São vantagens que, raramente, se encontram em outros locais do Rio.

Ela acrescenta que alguns prédios utilizam águas das fontes encontradas nas encostas do Morro da Saudade. No fim da Ildefonso Simões Lopes, há um cano por onde sai água de uma fonte situada a poucos metros do prédio onde a Presidenta da Associação mora. Algumas pessoas freqüentam o trecho para matar a sede ou para lavar as mãos.

De acordo com a Presidenta, a cada dia a região atrai mais pessoas, principalmente funcional-

rios de construtoras interessados em comprar terrenos. Sueli revela que, no mês passado, foi procurada por uma mulher que quis saber se o seu apartamento estava para ser alugado.

— Ao escutar a resposta negativa, a mulher ficou um pouco triste. Muitas pessoas perguntam aos porteiros e aos funcionários da padaria se há casas ou apartamentos para serem vendidos ou alugados. Já mudei de endereço, mas não deixei esta região. Nasci na Rua Fonte da Saudade. Depois me mudei para a Negreiros Lobato, de onde saí há 15 anos para morar no prédio onde vivo até hoje.

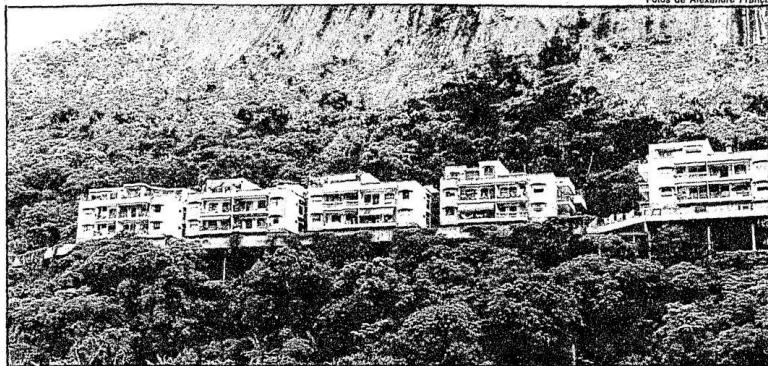
Morador da Rua Resedá há oito anos, o cronista e escritor Carlos Eduardo Novaes, apesar de algumas desvantagens, acha agradável viver na região. Ele conta que durante a apresentação da peça "Confissões de um espermatóide careca", no Teatro Delfim, tinha prazer de ir a pé para fazer o espetáculo e para voltar para casa.

— A Rua Resedá é quase uma vila. Aqui vivo em meio à tranquilidade. Mas a falta de um comércio com mais estabelecimentos, a passagem de carros-pipa e a construção de espeigões são problemas que me incomodam. Mesmo assim, não pretendo sair daqui.

Continua na página seguinte



Luiz vive numa casa com terreno de 20 mil metros quadrados



A lei municipal que proíbe as construções acima do nível do mar é burlada constantemente na Fonte da Saudade

Fotos de Alexandre França

O metro quadrado mais 'engraçado' do Rio

Carlos Eduardo Novaes observa que, além de ser uma das área com o metro quadrado mais valorizado da cidade, a região também tem o metro quadrado mais "engraçado" do Rio.

— Nesta região, moram o Jô Soares, o Ziraldo e o Caíus, um cartunista de muito talento. Esta área nunca sofrerá de mau humor — brinca.

Filho de Manoel Pinto Júnior, o empreiteiro da obra que abriu a Ladeira da Sacopá, Luiz Sacopá vive em uma casa em um terreno de cerca de 20 mil metros quadrados que se tornou famoso por abrigar o pagode do Sacopá. Ele afirma que apesar do constante assédio de representantes de construtoras, pretende ficar onde está por muito tempo.

— A minha família vive aqui há 60 anos. Daqui tenho uma bela vista da Lagoa. Há vinte anos, via muitas regatas que eram disputadas na Lagoa. Crio porcos, galinhas e patos. Vivo no meio da verde e a alguns minutos das principais vias de acesso a vários pontos da cidade. É muito bom para ser descartado por qualquer proposta de construtores.



Sueli Feijó: água da fonte

De acordo com Luiz, o interesse das construtoras pela área onde mora lhe valeu uma proposta tentadora em março desse ano. Na época, ao ser procurado por um representante de uma

construtora, ele ficou sabendo que se saísse do terreno ganharia um apartamento na Vieira Souto.

— Disse um não a ele com muita convicção. Perguntei a ele se poderia levar meus porcos para lá ou se poderia ver meus passando de um lado para o outro várias vezes durante o dia. Estou satisfeita em morar aqui. Não troco a tranquilidade, o verde e o ar puro que tenho por qualquer dinheiro.

Moradora de uma casa na Ladeira da Sacopá, Marina Rodrigues de Souza conta que, por ter vivido na região, permitiu que seus filhos pudessem crescer da melhor forma possível.

— Moro na mesma casa há 30 anos. O clima daqui é muito agradável. Meus filhos foram criados de uma maneira saudável. Não enfrentaram os problemas que ocorrem nas cidades grandes. Nas décadas passadas, esta região parecia um sítio.

Construções irregulares preocupam

No entanto, apesar de viverem em uma área considerada privilegiada, os moradores da Fonte da Saudade e ruas adjacentes têm motivos para se preocupar. Segundo a Presidenta da Associação de Moradores, a construção de prédios está modificando a fisionomia da região.

Sueli afirma que alguns edifícios foram erguidos irregularmente, pois foram construídos nas encostas do Morro da Saudade, acima de cem metros a partir do nível do mar. Ela observa que há uma lei municipal que proíbe construções a partir de cem metros acima do nível do mar.

— O surgimento de novos prédios não é o único problema verificado na área. Sueli conta que nas últimas semanas aumentou o número de mosquitos. Ela, que está com dengue, afirma que o fumacê não tem passado

desmatamento da áreas das encostas da região. Na mata dos morros, ainda podem ser encontrados gambás e micos. Temo que as construtoras acabem com as características que fazem da Fonte da Saudade uma região especial.

Sueli acrescenta que nas décadas passadas os moradores podiam subir até a parte alta do morro da Saudade por um caminho que começa no fim da Ladeira da Sacopá. Mais, com a construção de um condomínio, o acesso ao morro ficou restrito às pessoas que moram no edifício.

Mas o surgimento de novos prédios não é o único problema verificado na área. Sueli conta que nas últimas semanas aumentou o número de mosquitos. Ela, que está com dengue, afirma que o fumacê não tem passado

com frequência por diversas ruas.

— A quantidade de mosquitos se torna um problema, principalmente nos meses de calor. O fumacê não tem passado com frequência por aqui. Na Idelópolis Simões Lopes, onde moro, ele não passa há alguns meses. Estou com dengue. O meu marido, o meu filho e o porteiro do prédio onde moro tiveram a doença há menos de um mês.

De acordo com Sueli, outro problema é a falta de segurança. Sueli conta que alguns moradores decidiram instalar guaritas em suas ruas, por causa da falta de policiamento.

— Essa foi uma medida tomada por várias pessoas que estão satisfeitas em morar nesta região e que querem viver aqui por muito tempo. Apesar da falta de segurança, a Fonte da Saudade é um lugar pacato.

Segunda-feira, 26 de agosto de 1991

Família pode perder fonte de renda na Rua Sacopã

DEYSE ARNAUD

Palco de um dos mais célebres crimes dos anos 50 — o assassinato do Tenente Bandeira —, a ladeira da Sacopã sediou atualmente o drama da família de Manoel Pinto Júnior, falecido há dois anos, que ali se instalou na década de 30. Seus herdeiros estão ameaçados de não poder continuar exercendo atividades comerciais no local, como vem fazendo há anos, e dessa forma, perder sua única fonte de subsistência. Três condôminos vizinhos obiveram da Justiça uma medida liminar determinando a apreensão de todos os bens utilizados na exploração de uma oficina mecânica e de um pequeno restaurante mantidos pela família, uma vez que a área é considerada uma ZR-1 (zona estritamente residencial).

O processo, em curso na 8ª Vara Cível, deve chegar ao fim somente

no fim deste mês. Até lá, a família vive em permanente tensão e expectativa, como conta o compositor Luiz Pinto, mais conhecido como Luiz Sacopã.

— Somos quatro gerações de negros e pobres que ajudaram a construir a própria Sacopã. Meus pais chegaram aqui quando não havia qualquer interesse comercial por essas terras e trabalharam na abertura da rua.

Para sensibilizar a comunidade para o drama da família, Luiz Sacopã tem conversado com os vizinhos e até organizou um show de protesto, com a presença e a solidariedade de Beth Carvalho, João Nogueira, Taiguara, Paulinho Mocidade, entre outros, no fim do mês passado.

— Se incomodássemos tanto quanto algumas pessoas alegam, não teríamos a solidariedade e o carinho dos nossos vizinhos. Muitos são nossos fregueses há anos e acabaram virando nossos amigos.

No terreno vivem 22 pessoas, entre filhos, netos e bisnetos

Há 60 anos, Manoel Pinto Júnior e Eva Manoela — atualmente com 98 anos — desembarcaram no Rio, vindos de Friburgo, com oito filhos, e se estabeleceram no número 250 da Rua Sacopã, do qual se tornaram proprietários por usucapião. O terreno abriga mamoeiros, jaqueiras, abacateiros e pés de jabuticaba, entre outras árvores.

O lugar — de onde se avista a Lagoa Rodrigo de Freitas, o Corcovado e boa parte da Zona Sul — é uma das poucas áreas verdes que restam na cidade. Ao todo, 22 pessoas da família, entre filhos, sobrinhos, netos e bisnetos de Manoel Pinto Júnior, ali vivem e trabalham. Segundo Luiz Sacopã, todos dependem da exploração da oficina e da pensão para viver:

— Fazemos isso há pelo menos 40 anos, por absoluta necessidade. Estamos esperançosos e acreditamos que a Justiça não vai nos proibir de trabalhar, porque o trabalho é um direito de todo ser humano e uma garantia constitucional — diz.

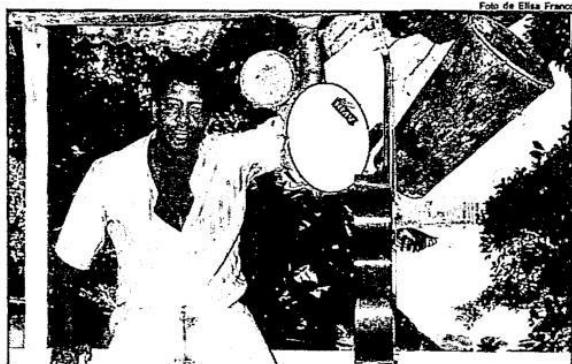
A ligação com a música popular sempre esteve presente na vida da família de Manoel Pinto Júnior. Luiz Sacopã é cantor e compositor e já gravou um LP com pagues e sambas. Outra filha, conhecida como Tia Neném, responsável pela feijoada e pelo tempero da pensão, também gosta de cantar acompanhada de um violão e um cavaquinho. Dona Manoela, embora idosa, ainda acompanha os filhos nas cantorias.

Continua na página seguinte

Batalha judicial, por enquanto, é favorável aos condomínios

O medo de Luiz Sacopá pode se confirmar em breve, caso a Justiça dê ganho de causa aos condomínios Camburi, Cidade da Guarda e Lagoa Azul. Por enquanto, a batalha judicial é favorável aos três, que invocaram o direito de vizinhança para propor a ação. Desde 1977, toda a área situada ao redor da Rua Fonte da Saudade é, por decreto, delimitada como estritamente residencial, não podendo comportar qualquer tipo de atividade comercial, como explica o advogado Luiz Fernando Arruba Corrêa, que defende os interesses dos três condomínios:

— A Rua Sacopá e adjacências constituem, por decreto, uma área exclusivamente familiar. Tanto é assim que o espólio de Manoel Pinto Júnior, várias vezes, tentou obter alvarás de funcionamento, por via administrativa, que lhe foram negados. Eles alegaram que os condomínios entraram na Justiça por preconceito, racismo e elitismo, mas, na verdade, trata-se apenas de garantir que ali



O cantor Luiz Sacopá explica que a família trabalha somente porque precisa sobreviver

não seja exercido nenhum tipo de comércio, que é proibido na região. O que se está discutindo é o direito de vizinhança, nada além disso — comenta.

Segundo Luiz Arruba, a questão não é nova. As reclamações já vêm se arrastando desde 1986, quando 16 condomínios vizinhos ao número 250 entraram com uma ação

na Justiça pleiteando a paralisação das atividades comerciais por parte da família. Três anos mais tarde, houve um acordo, homologado depois, e o processo foi extinto. Na época, Luiz Sacopá e sua família se comprometeram a cessar as atividades comerciais, mas pediram um prazo para fazê-lo:

— Durante um ano in-

teiro, eles cumpriram a promessa, mas recomendaram no início de 1990 a exercer os dois tipos de comércio — a oficina e a pensão — que haviam prometido cessar. Diante disso, os condomínios Camburi, Cidade da Guarda e Lagoa Azul, que eu represento, resolveram entrar com uma nova ação, que agora tramita na 8ª Vara Cível.

Presidente da Associação de Moradores é uma das aliadas

A atual Presidente da Associação de Moradores e Amigos da Fonte da Saudade (AMA-Fonte), Sueli Feijó, é uma das aliadas da família de Luiz Sacopá. Sueli, que mora no bairro há 40 anos, diz que grande parte dos moradores da Sacopá e ruas vizinhas são fregueses da comida caseira da Tia Neném, sendo que alguns, como ela própria, eventualmente até freqüentam o pequeno restaurante. Além disso, ela reconhece que a família precisa trabalhar para se sustentar:

— A Sacopá é uma das zonas mais nobres do Rio e não há mais onde construir novos prédios, porque não há terreno para vender. Talvez por isso, alguém esteja incomodado com a presença de uma família humilde nas redondezas. Sinceramente não entendo como é que reclamam tanto de uma simples pensão quando muitos prédios da Sacopá também foram construídos ilegalmente. O último condomínio da rua, por exemplo, privatizou parte do parque da Fonte da Saudade.

Justiça interdita pagode na Ladeira do Sacopã

GUSTAVO GOULART

Vão para o fundo do quintal da 8ª Vara Cível mesas, cadeiras, panelas, pratos e instrumentos musicais, que há mais de 20 anos incrementam o pagode do Sacopã, famoso ponto de encontro de artistas, políticos e amantes em geral de uma combinação que dá samba: feijoada, cerveja e pagode. Acompanhada de PMs do 23º BPM (Leblon), a oficial de justiça Vera Lúcia Ramos Dias subiu a Ladeira do Sacopã, na Lagoa, na tarde de sábado passado e tirou da boca de cerca de 50 freqüentadores o gosto da famosa feijoada da Tia Neném. O pagode e a feijoada servidos nos fundos do número 250 da ladeira estão proibidos.

A oficial de justiça foi cumprir mandado expedido pelo juiz Gilberto Fernandes determinando a interdição do bar e da oficina mecânica administrada por uma família que mora no lugar há 60 anos. Há seis meses, a Justiça já interditara o bar e a oficina, mas o mentor do pagode do Sacopã, o



cantor José Luiz Pinto Júnior, o Luiz Sacopã, de 50 anos, reabriu a casa. No mandado de verificação de descumprimento de ordem judicial e de remoção de bens está escrito que a determinação da Justiça atende a pedido do condômino do edifício Cambury, ao lado do bar, e de outros cinco, sem especificar quais, que se sentem incomodados.

A chegada da oficial de justiça Vera Lúcia Ramos e dos PMs pegou de surpresa cerca de 50 pessoas que, ao som do pagode, be-

iam e comiam a feijoada da cozinheira Maria Laudelino de Freitas, a Tia Neném, de 58 anos, tia de Luiz Sacopã. A oficial de justiça permitiu que o prato fosse servido, mas os freqüentadores tiveram que saborear a feijoada sem pagode. E comeram às pressas porque a retirada das cadeiras e mesas já havia começado. Segundo Vera Lúcia, os móveis ficarão nos fundos do bar até o dia 30, quando deverá haver vaga no depósito público.

Local é freqüentado por sambistas famosos

Gente famosa no mundo do samba costumava subir a Ladeira do Sacopã para provar o tempero de Tia Neném e participar do pagode. Alcione e Beth Carvalho, por exemplo, eram presenças constantes no pagode, encravado numa área de 160 mil metros quadrados na montanha cortada pela Ladeira do Sacopã. O bar, que funciona diariamente e nos fins de semana, ofe-

rece pagode das 15h às 22h. Seus freqüentadores já fundaram duas entidades: a Associação dos Amigos do Sacopã e a Sociedade Cultural de Proteção do Sacopã.

Luiz Sacopã mora com a família de 30 pessoas numa casa construída atrás do bar. Segundo ele, a propriedade do terreno foi conseguida através de uma ação de usucapião movida por

seu pai, Manoel Pinto Junior. Luiz conta que o pai chegou ao local na década de 30 e, depois de trabalhar na construção da Ladeira do Sacopã, se instalou na área. De acordo com ele, desde 1976 corre na Justiça uma ação de reintegração de posse do terreno onde, em 1972, foi construído o edifício Cambury. O síndico do edifício não foi encontrado para falar sobre o assunto.

Camarote do bairro

No Rola Preguiçosa, uma mistura que vai dar samba

ADRIANA PAVLOVA

— Pónha a animação de Albino Pinheiro, o bom humor de Miguel Paiya e Jaguar, os traços de Hans Donner, a sedução da mulata Globeléza Valéria Valençsa, o charme de Zézé Motta e, finalmente, o gingado do pagodeiro Luís Sacopã. Misture tudo e está pronto o mais novo bloco carnavalesco da Zona Sul da cidade: o Rola Preguiçosa.

O responsável pelo mix é o cantor e compositor Luís Sacopã. A ideia nasceu em meio a goles de cerveja e muita batucada no conhecido e bem-frequêntado Pagode Sacopã. Luís quis juntar de uma só vez os pagodeiros e toda a gente dos blocos que fazem a alegria do carnaval de rua dessas bandas do Rio. Outro bom motivo é que na região da Fonte da Saudade não existe sequer um grupo carnavalesco. Mas, por ironia do destino, depois de fundado, o Rola Preguiçosa, dará o ar de sua graça em Ipanema.

— O bloco nasceu na Lagoa, mas sairá em Ipanema, já que aqui não há espaço suficiente para que todos se divirtam —



Fotos de Eduardo Nunes

Luis Sacopã é o fundador do mais novo bloco da Zona Sul

explica Luís Sacopã.

Outra novidade: o Rola Preguiçosa será o único bloco a sair na sexta-feira de carnaval, e à noite. A intenção é justamente antecipar a animação dos dias de folia. A concentração está marcada para 20h, na Epitácio Pessoa, esquina com Maria Quitéria. O nome sugestivo do grupo é um misto de brincadeira com alerta em relação à Aids.

— A primeira idéia que vem à cabeça é que se trata apenas de uma gozação. Mas

também queremos mostrar que, atualmente, as pessoas estão mais frias nas relações amorosas devido à Aids. Nossa objetivo é fazer um alerta, mostrando que o sexo seguro é o melhor remédio — diz o idealizador do Rola Preguiçosa.

Luís Sacopã é conhecido na Zona Sul por causa de seu pagode no alto da Rua Sacopã. Ali ele costuma reunir desde artistas até pagodeiros de carteirinha, com direito a uma vista privilegiada da Lagoa.

Rola Preguiçosa faz feijoada clandestina e prepara protesto

Bloco perde a sede, o Pagode do Sacopã, por decisão judicial

Elenilce Bottari

• Neste ano o Rola Preguiçosa desfila com um enredo diferente: o bloco fará um protesto contra o fechamento, por decisão judicial, do pagode da Ladeira do Sacopã. Ontem, durante uma feijoada clandestina — até a tradicional cozinha da Tia Neném foi lacrada pela Justiça — os componentes do bloco e da casa de samba se reuniram para traçar a estratégia de campanha. O Rola Preguiçosa, criado pelo sambista Luís Sacopã, irmão de Neném e um dos donos do local, faz seu quarto desfile sem lugar para ensaiar:

— Devido ao fechamento estamos sem condições sequer de vender as camisetas — diz Luís.

A atriz e cantora Zezé Motta, madrinha de bateria, lamentou o fechamento da casa:

— Aqui é um centro cultural. Temos o chorinho, o samba e uma feijoada africana.

Pagode do Sacopã existe há mais de 40 anos

O Rola Preguiçosa desfila amanhã, a partir das 18h, saindo da esquina da Avenida Epitácio Pessoa com a Rua Maria Quitéria, em Ipanema. O bloco levará faixas e cartazes pedindo apoio da população para a casa. Entre os artistas que já confirmaram presença estão Hans Donner e a mulata Valéria Valenssa, a Globeteza.

O pagode da Sacopã existe há mais de 40 anos. Segundo Luiz, seus pais vieram de Friburgo para trabalhar na construção da Rua Sacopã e acabaram montando sua casa no local. Em 1975, Luís e a irmã apresentaram na Justiça um pedido de propriedade por usucapião, mas o processo até hoje não terminou. Em outubro passado a juíza Márcia Alvarenga, da 8ª Vara Cível, determinou o fechamento da casa.

Família luta há 26 anos por terreno onde mora na Rua Sacopã, na Lagoa

Primeira audiência de processo iniciado em 1975 aconteceu ontem

Maria Elisa Alves

• Após 26 anos de espera, uma família que ocupa há quase 85 anos um terreno de 18 mil metros quadrados no alto da valorizada Rua Sacopã, na Lagoa, poderá ganhar a posse definitiva da área por usucapião. Ontem, aconteceu a primeira audiência do processo, iniciado em 1975, por Manoel Pinto Júnior e Eva Manoela da Cruz, já mortos. O juiz Guilherme Pedrosa Lopes, da 2ª Vara de Fazenda Pública, disse aos filhos do casal que a sentença deverá sair até agosto. A espera de quase três décadas vale a pena: o terreno da Sacopã está avaliado em, no mínimo, R\$ 4 milhões.

Irmão contesta versão da família durante audiência

Ontem, uma ex-presidente da Associação de Moradores da Sacopã testemunhou a favor de José Luiz Pinto Júnior e Maria Laudelina de Freitas, filhos de Eva e Manoel, e contou que a família realmente ocupa o terreno há quase 85 anos. Um irmão de José Luiz e Laudelina, no entanto, testemunhou contra os dois.

— Perguntei na audiência quanto ele tinha recebido dos condomínios vizinhos para fa-



Alaor Filho

FAMÍLIA DEIXA o Fórum depois de ouvir do juiz da 2ª Vara de Fazenda Pública que sentença sai até agosto

lar contra os irmãos. Como ele poderia dizer que a família não ocupa o terreno se também tem interesse pela posse definitiva? É maluquice, — disse o advogado de José Luiz e Laudelina, Humberto Adonis.

Segundo José Luiz, seus avós tomaram posse da área no final da década de 10:

— Meus avós vieram para cá. Depois, meus pais chegaram em 1920. Os condomínios

ao lado querem nos expulsar porque o terreno é valorizado e ninguém quer uma família de negros pobres como donos.

Vinte e sete pessoas moram em três casas no terreno

Atualmente, os 27 descendentes de Manoel e Eva moram na área, divididos em três casas. Eles não acreditam que vão ter dificuldade para ganhar o processo, agora que a

primeira audiência foi finalmente realizada.

Segundo José Luiz, as brigas com os vizinhos são constantes. Condomínios acusaram a família de ter um restaurante industrial na área, o que é proibido. Também conseguiram impedir na Justiça que o pagode criado por José Luiz continuasse.

— Tentam nos tirar de qualquer jeito — reclama. ■



LUIZ SACOPÁ (à frente) comanda o grupo Família Sacopá em shows

Quilombo da Lagoa em turnês musicais

Comunidade da Rua Sacopã é
reconhecida pelo governo federal

William Helal Filho

Na Rua Sacopá, perto da paisagem urbana da Lagoa Rodrigo de Freitas, 32 pessoas, cujo parentesco remonta a uma família de escravos, orgulham-se dos dizeres "renanescentes das comunidades dos quilombos", que está numa placa na entrada do terreno onde vivem. Em outubro, receberão da Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura, uma certidão reconhecendo a sua ori-

gem quilombola.
Desde então, a Família Sacopá, grupo de pagode formado por seis moradores do quilombo, todos parentes, já fez uma turnê pelo Rio Grande do Sul. Foram 12 dias e sete shows.

Semana que vem, em Mato Grosso do Sul, o grupo cantará em cidades onde há quilombos cujos moradores também enfrentam o preconceito.

— Muitos aqui não querem saber de pobre por perto. Fizeram de tudo para conseguir a nossa remoção. Mas hoje estamos respaldados e vamos ajudar a crioulada lá de Mato Grosso do Sul — anima-se Luiz Sá, copá, de 63 anos, caçula entre os netos dos escravos que fundaram a comunidade há 105 anos.

ram a comunidade há 105 anos. A primeira boa notícia chegou há dois anos, quando a família recebeu da Justiça o título de propriedade do terreno. E o certificado da Fundação Palmares, em outubro, foi o reconhecimento da importância histórica do quilombo. ■

Quinta-feira, 9 de dezembro de 2004

O GLOBO

ZONA SUL • 11

HISTÓRIA: *Familiares fundaram o bloco Rola Preguiçosa, que lança seu samba em janeiro*

Lei salvou pais da escravidão

- São três os netos de escravos no Quilombo Sacopá. Além do caçula Luiz, vivem no terreno Maria Ladeinia de Freitas, a popular Tia Neném, de 69 anos, e Edmo Pinto Júnior, o Mosquito, de 75. Outros dois irmãos moram em Niterói. São todos filhos de Manoel Pinto Cruz, que morreu em 1983, aos 99 anos, e de Eva Manoela da Cruz, falecida em 1985 aos 101. O casal fugiu da escravidão graças à Lei do Ventre Livre, de

— Quando meus pais eram vivos, ninguém aqui em casa podia falar em escravidão. Eles não deixavam. Hoje, falamos do passado com naturalidade — afirma Tia Neném.

— afirma Iá Neném.
Além de cantar no grupo da

família, a neta de escravos é a primeira soprano da Igreja de Santa Margarida Maria, na Fonte da Saudade. Ela é católica, mas não deixa de acreditar na energia dos orixás que diz estarem presentes em sua casa. Segundo Sacopá, seus pais eram devotos do candomblé.

— Minha mãe era rezadeira. Curava as pessoas — garante o sambista.

— *Curava* é outra forma de

A música é outra forma de contar história. Além dos shows em que canta seu passado quilombola pelo Brasil, a família não abre mão das tardes de feijoada com samba e pagode em casa e é entusiasmada do carnaval de rua. O bloco Rola Preguiçosa foi fundado no quilombo, há 11 anos. Seus organizadores, entre eles o designer Hans Donner, preparam o desfile de 2005. O samba será lançado no dia 5 de janeiro, no terreno da Rua Sacopã 250. ■



TIA NENÊM com as panelas onde é preparada a famosa feijoada do Quilombo Sacopá. No detalhe, placa que reconhece definitivamente a propriedade da terra a seus habitantes



Músico perde ação sobre posse de terreno na Lagoa

Área, que teria sido quilombo, abriga 3 condomínios

Alessandro Soler

• Por três votos a zero, desembargadores da 5ª Câmara do Tribunal de Justiça decidiram anteontem que a família do músico Luiz Sacopã Pinto, que se diz descendente de quilombolas da Fonte da Saudade, não é dona de uma área de 18 mil metros quadrados no bairro. A ação, movida por Sacopã, visa a obter o título de propriedade do terreno por usucapião. Na área localizam-se total ou parcialmente pelo me-

nos três condomínios residenciais, cujos representantes são réus na ação.

O advogado Humberto Adami, representante de Sacopã, disse que vai recorrer. No julgamento em primeira instância, em 2003, Sacopã foi considerado o proprietário. Ano passado, a Fundação Palmares, do Ministério da Cultura, reconheceu que aquele terreno na Rua Sacopã de fato abrigou um quilombo urbano há mais de cem anos. Os réus sustentam que os parentes de Sacopã não são des-

cendentes de quilombolas.

— Nossa família vive neste lugar há pelo menos 105 anos — rebate Luiz Sacopã. — A Fundação Palmares concluiu que de fato somos descendentes do antigo quilombo.

Procurados pelo GLOBO, os representantes dos réus não quiseram falar. A presidente da Associação de Moradores da Fonte da Saudade, Ana Simas, disse que se a Justiça entender que se trata mesmo de um antigo quilombo, a entidade pedirá o tombamento do terreno. ■

‘Quilombo’ da Fonte

• Moradores da Fonte da Saudade reuniram-se com o promotor **Carlos Frederico Saturnino** para mais um round na luta contra o “quilombo” da Rua Sacopã. Denunciam a derrubada de dezenas de árvores. Temem que, com as chuvas de verão, a encosta vá abai xo, como aconteceu em 1966.

Quilombo da Sacopã é regularizado pelo Incra

• O primeiro quilombo urbano do Rio de Janeiro, localizado num dos lugares mais caros, bonitos e valorizados da cidade, fica de frente para o mar, na Lagoa Rodrigo de Freitas e pertinho de Copacabana. O Quilombo Sacopã, que ocupa uma área de cerca 23 mil metros quadrados, teve sua regularização fundiária aprovada pelo Incra. As sete famílias descendentes de escravos ainda não têm a posse do terrenos. O processo está ainda em fase de demarcação do espaço.

Segundo o músico Luiz Sa-

copã Pinto, um dos quilombolas, existem dois processos. Um é a questão do reconhecimento como área de comunidade quilombola, que permite que as famílias ocupem a terra por usucapião, sem permissão para vendê-la.

Em outra frente, uma ação de usucapião corre na Justiça. Em 2005, o músico perdeu a ação e recorreu. Diferentemente da área delimitada pelo Incra, neste caso inclui total ou parcialmente pelo menos três condomínios residenciais, cujos representantes são réus na ação. ■

Lagoa dos escravos

• Cinco gerações da família Pinto, que se diz dona de parte da Fonte da Saudade, reúnem-se dia 11, no Quilombo Sacopâ, para discutir com autoridades municipais seus direitos sobre a área. São herdeiros de quilombolas. Querem os terrenos de volta.

O Globo, 01/07/2010 (continua)



Quilombo Sacopâ: verde e disputado

Região nobre, classificada de quilombola, é alvo de disputa que passa agora por nova etapa

Flávia Milhorance
flavia.milhorance.alliance@oglobo.com.br

• Área de mata preservada, o Parque José Guilherme Merchior está num dos locais mais valorizados da cidade, a Fonte da Saudade. Não à toa, o local é objeto de uma disputa judicial que já dura cerca de 40 anos, e ganha agora novos ingredientes.

Na área, vive a quinta geração da família Pinto, com

ao todo 26 descendentes de escravos, que, regularmente, realizam eventos, como feijoadas e rodas de samba.

— Minha família está aqui há mais de cem anos, e já sofremos todo tipo de violência por sermos pobres e morarmos em área rica, mas vamos resistindo — afirma o músico José Luís Pinto Júnior, conhecido como Luís Sacopâ, de 68 anos, que luta para obter a posse definitiva do terreno.

A família Pinto conseguiu junto ao Inbra, por meio do decreto 4887, do governo Lula, a regularização fundiária do Quilombo Sacopâ, uma área de 18 mil metros quadrados. Mas José Luís move na Justiça um processo mais antigo, por usucapião, atualmente em 3ª instância, que estabelece em 23 mil metros quadrados a área pertencente à sua família, o que significaria, atualmente, desapropriar 22 condomínios da Fonte da Saudade.

A regularização fundiária do Quilombo Sacopâ tem sido questionada por quem mora na região.

— Todas as terras da Lagoa eram da família Darke de Mattos, e os Pinto trabalhavam como caseiros. Aqui, nunca foi um quilombo;



por isso acho terrível termos que nos defender como se nós fôssemos os invasores — afirma Ana Simas, presidente da Associação dos Moradores da Fonte da Saudade (Amafonte), que alega ainda que o terreno, hoje parte de uma Área de Proteção Ambiental, vem sendo devastado. — Além de ser público, o local deveria ser conservado, mas eles estão expandindo suas construções irregulares.

Por esse motivo, iniciou-se mais um processo judicial. — Para impedir a destruição daquela mata, entramos com uma ação sob a alegação de crime ambiental — explica a advogada da Amafonte, Regina Carquejo.

Os Pinto negam estar derrubando a vegetação e expandindo a área construída, e garantem que o material de construção presente na propriedade no dia em que O GLOBO-Zona Sul esteve lá serviria para a realização de reparos e da construção de um muro.

— Muitos parentes tiveram que se mudar daqui, por não podermos construir mais — diz Luis Sacopâ.

A família reclama, por outro lado, de sofrer com os efeitos da força da natureza: há três semanas, ainda era possível observar, nos fundos de



■ LUIS SACOPÂ é o mais antigo morador do local: luta para ficar



■ NA PROPRIEDADE da família Pinto, na Ladeira do Sacopã, vivem 26 pessoas, que realizam eventos como feijoadas e rodas de samba

Fotos de Angelo Antônio Duarte



■ FUNCIONÁRIOS DA prefeitura realizaram, há três semanas, a limpeza da área, que sofreu com deslizamentos de terra em março

sua casa, vestígios dos deslizamentos de terra ocorridos durante as chuvas de verão. Funcionários da prefeitura trabalhavam no local.

Para que haja reconhecimento e regularização de um território quilombola, o título deve ser concedido pela Fundação Palmares, que se baseia em estudos antropológicos. No caso do Quilombo Sacopã, as pesquisas tiveram o respaldo de professores da UFF. Eles ficaram responsáveis por levantar o relacionamento entre as pessoas do grupo, além de símbolos e costumes que remetesssem ao período da escravatura.

Durango Kid

Feijoada, samba e vista para a Lagoa

O único quilombo urbano do Rio promove todo mês evento com almoço e música

João Sette Camara

>joao.sette.camara@gmail.com. <

Frequentava muitas rodas de samba pela Zona Sul e chegou a pensar que conhecia todas elas. Mas, como o Rio não deixa de surpreender, no último carnaval fui pela primeira vez à roda de samba que acontece num dos lugares mais bonitos e agradáveis da cidade: o Quilombo Sacopá.

Localizado no número 250 da Rua Sacopá, o único quilombo urbano do Rio ocupa uma área de cerca de 23 mil metros quadrados de mata, com vistas incríveis da Lagoa e preservada pela família Pinto. Um dos integrantes dessa família, o músico Luis Sacopá Pinto, organiza uma feijoada com roda de samba no segundo sábado de cada mês (ou seja, amanhã tem). A festa começa às 14h numa pequena quadra no meio da mata, e tanto a comida quanto a música têm toques especiais.

A feijoada, deliciosa receita da família, é feita no fogão à lenha, assim como os outros

quitutes que saem da cozinha. Tudo vem em porções mais do que fartas. E a música é sempre uma surpresa boa: sem uma roda fixa, o som é comandado a cada edição por Luis, que tem um grupo de samba, e por músicos amigos que aparecem para a feijoada — sendo que no quilombo é possível esbarrar com Monarco, Arlindo Cruz, Noca da Portela, Sandra de Sá ou Alcione, por exemplo.

Para aqueles que quiserem provar a feijoada e curtir a roda, a entrada sai a R\$ 25; para quem não estiver em dias de feijão, a entrada é R\$ 10. Em tempo: por se tratar de uma área residencial, os festeiros no quilombo têm hora certa para acabar e nunca passam das 20h. Com sua feijoada à lenha, música de primeira e vista incrível, o Quilombo Sacopá é um programa que vale a pena fazer todo mês. ■

>> **Quilombo Sacopá:** Rua Sacopá 250, Lagoa — 2537-3960 e 9271-0363. Sáb, das 14h às 20h. R\$ 25 (com feijoada) ou R\$ 10. Livre



André Mello

Terreno quilombola é protegido por lei

Vereadores derrubam veto de Eduardo Paes e tornam o lugar área de especial interesse cultural

ANTÔNIO WERNECK
werneck@oglobo.com.br

A comunidade quilombola da Sacopá — que ocupa um terreno de seis mil metros quadrados no alto da Fonte da Saudade, na Lagoa — acaba de se tornar uma área de especial interesse cultural com a aprovação de um projeto de lei na Câmara dos Vereadores. A iniciativa, que chegou a ser vetada pelo prefeito Eduardo Paes há três meses, acabou aprovada depois que o Legislativo derrubou o veto de Paes. A nova lei abre caminho para a legalização fundiária da área pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca), como querem seus moradores, e também para o retorno de uma tradicional roda de samba que acontecia há mais de quatro décadas no local. Oito famílias de descendentes de escravos vivem naquela área.

FEIJADA ATRAI ARTISTAS

A comunidade da Sacopá ficou conhecida na Zona Sul a partir dos anos 60, quando seus moradores, liderados por Manoel Pinto (já falecido), passaram a reunir bumbás do samba carioca numa tradicional feijoada familiar. A roda ganhou fama e virou atração turística, levando ao lugar vários artistas. Andaram por ali João Nogueira, Zeca Pagodinho, Beth Carvalho, Dona Ivone Lara e Arlindo Cruz. Hans Donner, o papa do design da TV Globo, era assi-



Festa. Regina Casé, entre Arlindo Cruz e Zeca Pagodinho, em seu aniversário

doo frequentador.

O projeto de lei foi aprovado há três meses. Apesar dos vereadores, dos 51 da Câmara do Rio, votaram contra. Encaminhado para sanção do prefeito, o projeto foi vetado e voltou à Casa. Esta semana, depois de intenso debate, o veto de Eduardo Paes foi derrubado por 28 votos contra cinco. Grande conhecedor da história do samba carioca, o jornalista e escritor Sérgio Cabral, pai do governador do Rio, defende a comunidade quilombola:

— Sei que muita gente do samba frequentou o lugar. Eu mesmo fui nas décadas de 70 e 80, mas não lembro agora de muita história para contar. Tor-

ço por ela (pela lei). A tradição precisa ser mantida ali — afirmou o jornalista e escritor.

A decisão de ontem foi comemorada pelos moradores da comunidade quilombola.

— Procuramos o prefeito para explicar a necessidade de a lei ser sancionada, mas não adiantou. A decisão da Câmara agora é uma vitória. Queremos paz e tranquilidade. Não queremos conflito com os vizinhos — disse o músico Luiz Pinto, conhecido como Luiz Sacopá.

Ele lidera os moradores da comunidade e é filho de Manoel Pinto, que foi morar ali com a mulher e os filhos na década de 20. A área ocupada é o centro de um conflito. Repre-



Oásis. Um morador com o filho na comunidade da Sacopá, que agora se tornou área de especial interesse cultural

Onde fica

O QUILOMBO DA SACOPÁ

Fica encravado no alto da Rua Sacopá, cercado de predios casas de classe média alta, na Fonte da Saudade, na Lagoa. O terreno principal, onde eram realizadas a feijoada e a roda de samba, tem vista privilegiada para o Cristo Redentor e parte da Lapa Rodrigo de Freitas. A comunidade, vizinha ao Morro dos Cabritos, tem seu entorno uma área de mata nativa.

sentantes de condomínios vizinhos movem uma ação contra os moradores do lugar e conseguiram há seis meses uma liminar na Justiça proibindo a realização das rodas de samba. O antropólogo Fábio Reis Mota, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e estudioso do assunto, confirma que a família Pinto se estabeleceu na Lagoa nos anos 20. Manoel Pinto chegou ao bairro com o propósito de trabalhar nas obras de abertura da Rua Sacopá.

— Quando ele chegou, era o início da expansão da cidade para essa área, que era quase desabitada e veio a se tornar um dos bairros com o metro quadrado mais caro do Brasil — disse Fábio Mota.

No ano passado, depois de ser levada por um amigo para conhecer a comunidade quilombola da Sacopá, a atriz e apresentadora da TV Globo Regina Casé resolveu comemorar o aniversário com sua família e amigos no local.

— Fico feliz com esse reconhecimento. Muito da história do Rio foi escrita nesses quilombos. Comemorei meu aniversário lá no ano passado. Levei Zeca (Pagodinho), Arlindo (Cruz), Caetano (Vélos) e todos ficaram encantados. Acho que vai ser um grande ganho para a vida cultural da cidade. Viva! — festejou Regina Casé. ■

Quilombo da Sacopã é reconhecido pela União

**Titulos de domínio do
terreno na Lagoa serão
entregues a moradores**

ANTONIO WERNECK
werneck@oglobo.com.br

Na próxima terça-feira, o governo federal vai entregar a nove famílias da comunidade quilombola da Ladeira Sacopã, na Lagoa, títulos de reconhecimento de domínio sobre uma área de cerca de sete mil metros quadrados. A documentação era reivindicada há 50 anos pelos descendentes de Manoel Pinto, que se instalou ali, com a mulher e os filhos, na década de 20. A doação dos títulos é uma etapa que antecede a posse definitiva do terreno, onde hoje vivem 28 pessoas. A entrega será feita por representantes do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Satisfeito com a decisão do governo federal, o músico José Luiz Pinto Júnior, de 72 anos, filho de Manoel, disse que, após a solenidade, haverá uma apresentação de jongo e será servida uma feijoada.

O antropólogo Fábio Reis Mota informou que, desde 1988, quando foi implementada uma lei que concede direitos especiais às comunidades remanescentes de quilombos, apenas duas foram reconhecidas no Estado do Rio:

— O processo de reconhecimento de um comunidade quilombola corresponde a um lento e gradual mecanismo de inserção social de um grupo historicamente excluído de espaços públicos. O acesso à terra e à moradia é um passo importante para uma melhoria do cenário carioca, composto pelas belezas descritas por poetas da bossa-nova de Ipanema e por marcas de tiros de fuzis em favelas. ■

Uma pequena grande África dentro do Brasil

Pedra do Sal pode virar patrimônio mundial e conseguir título de quilombo

FLAVIA MILHORANCE
assinatura_msl@oglobo.com.br

No topo da Pedra do Sal, na Zona Portuária, há a imagem de um navio trazendo negros africanos, junto com sua culinária, música e religião. A ilustração representa o início histórico da ocupação da área que, no século XIX, foi o epicentro de tradições e resistência. Mas, na verdade, o quilombo da Pedra do Sal e outros espalhados pelo Brasil querem é exaltar o horizonte: como se tornarem reconhecidos e se manterem frente a pressões políticas e imobiliárias.

Hoje, Dia da Consciência Negra, o local se prepara para a lavagem das escadarias pelas baianas do quilombo, seguida de feijoada e samba. As atividades fazem parte do resgate da cultura que começou há cerca de 15 anos e rendeu frutos: junto ao Cais do Valongo, a Pedra do Sal consegue o título de Patrimônio Mundial da Unesco. Além disso, a prefeitura concedeu o título Área Estadual de Interesse Cultural (Aeic) à pedra e seu entorno, e antecedeu a aprovação uma lei que regulamenta o plano diretor de seis mil metros quadrados, ocupados por 25 famílias descendentes de escravos.

Enquanto o Cais do Valongo simboliza o sofrimento dos escravos, a Pedra do Sal representa a vida, a alegria — defende Damíão Santos, coordenador da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas e presidente da Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal. — Os quilombos sempre existiram, mas foram engolidos. O que estamos fazendo é um

resgate, que demorou para acontecer porque não é fácil se assumir quilombola e negro, pela marginalização.

A área da Pedra do Sal pouco habitada até o século XIX, quando começaram a se intensificar atividades de navegação e comércio, inclusive de escravos. Depois ficou conhecida como Pequena África, já que se tornou local de samba, capoeira, candomblé, jongo e batuques, despedidos e oferendas. E lutas.

— A lavagem da pedra é em homenagem aos muitos negros que fugiram por ali — conta Araci Santos, de 72 anos, moradora do local desde que nasceu e uma das baianas do quilombo.

Apesar dos embates ao longo dos anos, a Pedra do Sal é um caso bem-sucedido de reconhecimento. Hoje também se comemoram os 20 anos da rota do escravo (que começa na pedra e segue até o Cais do Valongo) e 30 anos de tombamento da pedra. À série de títulos os deixa mais perto da conclusão da ilustração do quilombo, que a associação quer que ocorra até a comemoração dos 450 anos do Rio, ano que vem.

QUILOMBOS MAIS RECONHECIDOS

Professora de Antropologia da Uerj e autora do livro "A utopia da Pequena África", Roberta Guimaraes pondera que os títulos ajudam, mas não garantem o território. — Ainda temos que acompanhar se o reconhecimento vai se reverter em qualidade de vida para os moradores — alerta a pesquisadora, lembrando que a titulação de um quilombo tem uma função, essencialmente, reparadora. — De maneira geral, os quilombos são uma forma



Comemoração. Evento de hoje conta com integrantes do Grupo Duri, baianas do quilombo e a sambista Mônica Moura

Navio negroiro. Culinária, samba e cultura da Peira do Sal são representados em ilustração na parede

de reparação pelos ecos da escravidão, que ainda reverberam através da desigualdade social atrelada à racial e de fundo histórico, da exclusão dos negros no mercado de trabalho. Os brancos não deixaram o poder depois da escravidão.

No final de outubro, a Fundação Cultural Palmares certificou 27 comunidades como remanescentes de quilombos, sendo 24 no Maranhão, duas na Bahia e uma em Minas Gerais. Essa é uma das principais etapas do processo de titulação, que culmina com a posse definitiva do território. Segundo o último levantamento do Programa

Brasil Quilombola, de 2012, há 193 comunidades tituladas numa área de 988,6 mil hectares, atingindo 11.991 famílias. Mas, pela estimativa, há no total 214 mil famílias e 1,17 milhão de quilombolas no Brasil. A pesquisadora diz que o caminho tem sido tortuoso, mas reconhece avanços.

— O governo federal está mais sensível à causa, o que é importante porque o processo passa por questões subjetivas de autodeterminação — afirma Roberta. — Mas notamos também o surgimento de uma onda conservadora, que aparece de forma mais violenta para desqualificar a questão cultural negra.

Como a valorização dos quilombos não fica apenas no plano simbólico, ou seja, há um território em jogo, as disputas são acentuadas, tanto nas zonas rurais quanto nas cidades. O Quilombo Sacopá conseguiu há dois meses o título de domínio sobre uma área de sete mil metros quadrados na valorizada Fonte da Saudade. É a etapa que antecede a posse definitiva do terreno, onde hoje vivem 28 pessoas que reivindicam o documento há 50 anos. Enquanto isto, os quilombos continuam empobrecidos e sofrem constantes retaliações, como no caso do Quilombo Rio dos Macacos, na Bahia, e no de Orkliminá, no Pará. ■

127 ANOS DE ABOLIÇÃO

Um resgate da herança roubada pela escravidão

Projeto investiga, por meio de testes de DNA, origem de afrodescendentes brasileiros

DANDARA TINOCO
dandara.tinoco@oglobo.com.br

Foi numa festa de Ougmê celebrada com tambores, samba e capoeira que José Luis Araújo It, o Luís Sacopá, abriu um envelope contendo o atestado de que herdara dos seus antepassados algo além dos elementos tradicionais da cultura africana. No dia 23 do mês passado, aos 72 anos, o resultado do teste de DNA com o endereço de origem: seus ancestrais eram iorubás e viveram no território que corresponde hoje ao Rio. Líder do bloco localizado na Lagoa, de onde emprestou o sobrenome, Sacopá entrou em contato com a reportagem que hoje o consultado do exame preencheram lacunas deixadas pelos comentados relatos de sua mãe.

Dava para ver que ele não queria falar do passado. Quando a gente perguntava, abalava a cabeça, saia finta. Algumas vezes deu para perceber que o avô tinha sido abusado pelo filho de um senhor dono de escravos. Depois isso, se suicidou em um rio. Fiquei emocionado em saber sobre os meus antepassados. O resultado respondeu a quase todos os meus questionamentos — afirmou quase legitimamente enquanto quilombolas — afirma Sacopá, que tem dois filhos, cinco netos, três bisnetos e alguns poucos filhos grisalhos entre os casados pretos pertencentes a ele.

O quilombola é um dos 150 brasileiros cujas ancestralidades estão sendo mapeadas em parceria com o projeto "Brasil: DNA Africano", da produtora Cine Group. Por meio de exames feitos em um laboratório no Washington, nos Estados Unidos, foram identificadas as etnias que deram origem aos escravos em cinco estados que receberam escravizados: Rio, Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco. Passados 127 anos da abolição, os resultados de cinco exames genéticos de 52 minutos mostraram o que os produtores definem como um resgate de laços interrompidos para escravos. Vários das histórias, nos resultados e depoimentos sobre as influências da cultura de etnias africanas na formação do Brasil estão no material, que deve ficar pronto em julho, com destaque para cinco personagens

que viajaram aos locais de onde vieram os seus antepassados. O primeiro a visitar o continente africano foi uma tentativa de escravos que saíram da Bahia com o holandês Zuléu Araújo, diretor da Fundação Pedro Calmon, vinculada à Secretaria do Povo do Estado da Bahia. Um mês após receber o resultado indicando que tinha estribe no povo iorubá, Zuléu se reuniu com os Camarões, onde habitava a etnia majoritariamente iorubá. Foi recebido numa noite de dezembro por cerca de duas mil pessoas no rei local, Ga Ibérai.

— Pude confrontar, ao vivo, as minhas origens. Entendi as razões pelas quais sou do jeito que sou — conta Araújo, que virou uma espécie de figura legítima de veículos locais como "o primeiro tuká brasileiro a retornar ao seu povo". — Posso afirmar que, se tem uma coisa que qualquer negro tem é que queremos negar que temos origem africana. No Brasil, ela foi retida de nós de uma forma sofisticada e brutal. Destruíram documentos dos nossos ancestrais e mudaram nossos sobrenomes, causando danos a muita gente e desvalorizando a cultura e a descentividade sociocultural de seres humanos.

Militante do movimento negro, Araújo avalia que o desenvolvimento tecnológico que permitiu ao laboratório African Ancestry investigar sua ancestralidade pode ajudar a resscrever a história da escravidão no Brasil. Influenciado pelo senso comum, ele acreditava, como muitos brancos, ter origem em Angola ou na Nigéria. Agora, com a possibilidade de "reescrever o trajeto de transatlânticos que vieram ao Brasil".

Discurso semelhante também é feito por Alcides Jr., diretor do "Brasil: DNA Africano", ao lado de Alexandre Jordão.

— Partimos do princípio de que a escravidão é um tema que, para a maioria dos descendentes, era praticamente impossível saber a origem de antepassados que eram cacaçados em várias regiões da África e levados para portos no litoral. Com o avanço da tecnologia, essa situação mudou. De

vez que estamos descobrindo

que viajaram aos locais de onde vieram os seus antepassados. O primeiro a visitar o continente africano foi uma tentativa de escravos que saíram da Bahia com o holandês Zuléu Araújo, diretor da Fundação Pedro Calmon, vinculada à Secretaria do Povo do Estado da Bahia. Um mês após receber o resultado indicando que tinha estribe no povo iorubá, Zuléu se reuniu com os Camarões, onde habitava a etnia majoritariamente iorubá. Foi recebido numa noite de dezembro por cerca de duas mil pessoas no rei local, Ga Ibérai.

— Pude confrontar, ao vivo, as minhas origens. Entendi as razões pelas quais sou do jeito que sou — conta Araújo, que virou uma espécie de figura legítima de veículos locais como "o primeiro tuká brasileiro a retornar ao seu povo". — Posso afirmar que, se tem uma coisa que qualquer negro tem é que queremos negar que temos origem africana. No Brasil, ela foi retida de nós de uma forma sofisticada e brutal. Destruíram documentos dos nossos ancestrais e mudaram nossos sobrenomes, causando danos a muita gente e desvalorizando a cultura e a descentividade sociocultural de seres humanos.

Militante do movimento negro, Araújo avalia que o desenvolvimento tecnológico que permitiu ao laboratório African Ancestry investigar sua ancestralidade pode ajudar a resscrever a história da escravidão no Brasil. Influenciado pelo senso comum, ele acreditava, como muitos brancos, ter origem em Angola ou na Nigéria. Agora, com a possibilidade de "reescrever o trajeto de transatlânticos que vieram ao Brasil".

Discurso semelhante também é feito por Alcides Jr., diretor do "Brasil: DNA Africano", ao lado de Alexandre Jordão.

— Partimos do princípio de que a escravidão é um tema que, para a maioria dos descendentes, era praticamente impossível saber a origem de antepassados que eram cacaçados em várias regiões da África e levados para portos no litoral. Com o avanço da tecnologia, essa situação mudou. De

vez que estamos descobrindo

que isso não nega que ele seja negro. Acreditamos que, nesses casos, as pessoas vão buscar agregar novas referências culturais — opina o diretor.

— Ele cito o exemplo de que, quando o presidente do Brasil, Michel Temer, se encontrou com o presidente da África do Sul, Jacob Zuma, ambos se cumprimentaram de forma transatlântica de escravos chegou às suas mãos.

— Pessoas com diferentes

habitos, línguas e condições financeiras foram trazidas ao Brasil. Há quem não goste de

dizer que sua ancestralidade

é negra. Acreditamos que, nesses casos, as pessoas vão bus-

car agregar novas referências culturais — opina o diretor.

— Ele cito o exemplo de que,

quando o presidente do Brasil, Michel Temer, se encontrou com o presidente da África do Sul, Jacob Zuma, ambos se cumprimentaram de forma transatlântica de escravos chegou às suas mãos.

— Pessoas com diferentes

habitos, línguas e condições fi-

anceirais foram trazidas ao

Brasil. Há quem não goste de

dizer que sua ancestralidade



De geração para geração. Luís Sacopá com o neto Arthur, Ilder do Quilombo Sacopá, no Rio, descobriu em exame que ancestrais eram iorubás da Nigéria

vem de homens em condições de escravos. Estamos mostrando que, na verdade, eles foram levados para o Brasil, para o Oceano Atlântico, conseguiram sobreviver e ainda criar famílias. Temos de ter orgulho da nossa ancestralidade. Mas como amar algo que não conhecemos? — questiona.

Alcides Jr. acredita que a "redescoberta" com a África antecede em muito o resultado do exame, o ex-ministro-chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Elo) Ferreira de Araújo diz que, para quem é de origem africana, é mais comum ter uma origem no povo tembe, de Serra Leoa, esses laços foram reforçados.

— Conhecer a minha origem me trouxe mais felicidade — sintetiza o advogado.

Ele ressalta, no entanto, que a ancestralidade africana é aberta e vem acompanhada de reflexões sobre o que passaram seus ancestrais:

— Quando eu fui para a Serra Leoa, encontrei algum Ferreira ou alguém com esse nome, já que o governo português fez impostos por escravocratas. Ao mesmo tempo em que é muito especial fazer essa viagem ao passado, ela nos lembra quão perversa foi a escravidão de africanos e a necessidade de escravos. Temos que trabalhar de forma intensa para corrigir assimetrias que ainda ofendem negros e negras neste país. •

Na página 29, a coluna de Flávia Oliveira: 'A herança de africano'



Dr. MÁRIO KRUCZAN CRO 12376
Desde 1983 aprimorando tecnologias para um sorriso perfeito

ODONTOLOGIA ESTÉTICA

LENTEIS DE CONTATO
FACETAS DE PORCELANA
CLAREAMENTO DENTAL

IMPLANTES

TOTAIS E PARCIAIS

ORTODONTIA

SISTEMA INVISALIGN

PRÓTESE DENTAL DE PRECISÃO

LABORATÓRIO PRÓPRIO
RAPIDEZ NO ATENDIMENTO

PARTICULARES E BANCO DO BRASIL



R. SIQUEIRA CAMPOS, 59
GR. 906 - COPACABANA - RJ
Tel.: (21) 2236-0501

www.drmariokruczanz.com.br



Sacopã, resistência negra na Lagoa

Quilombo foi criado no início do século XX

Além do quilombo do Leblon, o livro organizado por Milton Gurau lista mais três tópicos ligados à Zona Sul: a capoeira, com dois grupos que promovem rodas no Leme; a reverência à lemanjá durante o réveillon na Praia de Copacabana; e o quilombo Sacopã, que guarda um histórico de luta por um espaço de direito e resiste há mais de 100 anos na Lagoa.

Embora não tenha recebido escravos, o quilombo Sacopã se assemelha aos antigos refúgios pela resistência, desta vez direcionada à permanência de um terreno legitimamente negro. O livro conta a história do lugar, fundado no início do século XX, e de propriedade da família Pinto. O patriarca, Manoel, recebeu porções de terra nas proximidades da Rua Sacopã por ter se engajado na abertura das vias do



Inicio. Obras na Lagoa Rodrigo de Freitas, numa área próxima à Sacopã

futuro bairro da Lagoa. Na década de 1960, entretanto, as políticas de remoção recarregaram sobre o local, no esforço de realocar o povo pobre, e sobretudo negro, para longe.

— Os filhos de Manoel lutaram contra as investigações do poder público pela

gastronomia e pela música, que fizeram a fama do lugar. Mas essa é a face visível da resistência, que se deu por uma série de alianças entre setores e famílias, pela religiosidade e pela construção de uma memória comum de existência — argumenta Gurau.

